mai – ago 2025
Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política

72 Economia Política da Amazônia

edição especial

ALESSANDRO SBAMPATO

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII *(IN MEMORIAM)*
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (*IN MEMORIAM*)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTONIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MARIO DUAYER UFF (*IN MEMORIAM*)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (*IN MEMORIAM*)
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (*IN MEMORIAM*)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (*IN MEMORIAM*)

Copyright © 2025 Sociedade Brasileira de Economia Política

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)
MARISA SILVA AMARAL (UFU) PRESIDENTE
GILIAD DE SOUZA SILVA (UNIFESSPA) VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente UFF
Ellen Lucy Tristão UFVJM
Fábio Antonio de Campos UNICAMP
Leda Maria Paulani USP
Lucas Milanez de Lima Almeida UFPB
Maurício de Souza Sabadini UFES
Pedro Henrique Evangelista Duarte UFG

COMITÊ EDITORIAL

Leda Maria Paulani USP (EDITORA-CHEFE)
Carla Curty UFRJ
Janaína Elisa Patti de Faria UFSCAR
Jaime Ernesto Winter Hugues León UFRJ

Copyright © 2025 Sociedade Brasileira de Economia Política

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
***Campus* do Gragoatá - Bloco F - Sala 519**
Niterói, RJ
CEP 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

REVISÃO

Airton Paschoa

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2025**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 24 – 2025 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2025
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 72
EDIÇÃO ESPECIAL
MAI 2025 - AGO 2025

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

11 **Contribuição à crítica da economia política da Amazônia**
Eduardo Sá Barreto

38 **Financeirização, saque e empresa Vale na Amazônia**
Gilberto de Souza Marques; Gedson Thiago do Nascimento Borges

82 **Concertação global do capital transnacional e o novo imperialismo: um olhar sobre as geoestratégias ambientais na virada do milênio**
Laís Benevenuto de Azevedo; Marisa Silva Amaral

115 **Além do fetiche amazônico**
Helena Marroig Barreto

145 **Espoliação e acumulação por desapossamento na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais**
Maurílio de Abreu Monteiro; Amarildo José Mazutti *(in memoriam)*; Regiane Paracampos da Silva

183 **A economia política do corpo das mulheres amazônicas**
Isabelle Neri; Daniel Pereira da Silva

215 **Entre distritos industriais e terciário periférico: a economia política das metrópoles amazônicas**
Tiago Veloso dos Santos

248 **Acumulação primitiva na Amazônia brasileira: uma análise das visões da teoria da fronteira**

Cleidianne N. S. Crispim; Sebastião N. S. Crispim

278 **Ensinamentos amazônicos em tempos de crise ambiental e climática: diálogos entre a crítica da economia política e a ecologia política**

Suenya Santos

312 **Bioeconomia e sociobiodiversidade: dois conceitos e uma mesma ideia?**

Adna Fernandes Pereira dos Santos; Victoria de Carvalho Avelino; Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos; Andréa Simone Rente Leão

342 **Quando o dom se torna mercadoria fictícia: uma análise da mercadorização da Amazônia à luz de Polanyi e Francisco**

Felipe Martins Dias; Gabriel Amoroso Lima Leite de Barros

362 **A economia política da Amazônia brasileira sob a perspectiva dos núcleos estratégicos nacionais**

Bernardo Salgado Rodrigues

DOCUMENTOS E TEXTOS ESPECIAIS

397 **Carta de Campina Grande**

Sociedade Brasileira de Economia Política, 10 de julho de 2025

400 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

APRESENTAÇÃO

Em meados do ano passado, o comitê editorial desta publicação recebeu uma mensagem eletrônica do professor Gilberto Marques, da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará, encaminhando-nos uma carta da coordenação do grupo de trabalho (GT) da SEP *Economia Política da Amazônia*, do qual ele faz parte.

Argumentava-se aí que a Amazônia, que se estende por nove países sul-americanos e ocupa cerca de 60% do território brasileiro, contendo a maior floresta tropical e a maior reserva de biomassa do planeta, além de 38% do total de água doce do globo, tem estado, já há tempos, sob constantes e virulentos ataques (desmatamento para abrir espaço ao agronegócio, violência contra os povos originários, expropriação de sua riqueza mineral através de garimpo ilegal etc.), o que vem intensificando as contradições socioambientais que marcam a região.

Considerando que tal situação não pode ser dissociada da lógica capitalista da acumulação e de suas investidas na captura de recursos naturais e de valor excedente, a coordenação do GT solicitou que este periódico destinasse um número especial ao tema da Economia Política da Amazônia.

Acolhida e aprovada a feliz proposta pela diretoria da SEP, demos início às providências para viabilizar este número especial. Para tanto, atuaram também junto a este comitê, como editores convidados, os professores Giliad de Souza Silva, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e Andrea Simone Rente Leão, do

curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Agradecemos aos dois colegas a pronta disposição em colaborar e seu notável empenho a fim de que tivéssemos um robusto número sobre o tema, tão importante e decisivo, sobretudo em quadra histórica de aguçamento de múltiplas crises, como a que ora vivenciamos.

O resultado desse esforço o leitor encontrará nas páginas seguintes. O presente número, mais extenso que os números usuais da revista, revela a riqueza da pesquisa que se desenvolve, hoje, no âmbito da economia política, sobre a questão amazônica, e quão necessária se faz a continuidade de tais investigações, pelo tanto que elucidam das conexões entre a sanha da acumulação de capital, as incontáveis riquezas e potencial da região e os problemas e conflitos que a devastam.

A par dos artigos que enfocam a vulnerabilidade apresentada hoje pela Amazônia, com destaque para as investidas do agronegócio e do irrefreado extrativismo de grandes blocos de capital, com a participação inclusive de ONGs internacionais, supostamente destinadas a atuar na preservação do meio ambiente (vejam-se as contribuições de Eduardo Sá Barreto, de Gilberto Marques e Gedson Borges e de Laís de Azevedo e Marisa Amaral,), e daquele que salienta a construção fetichizada de uma Amazônia funcional à lógica capitalista (veja-se a contribuição de Helena Marroig), há também aqueles que vão à história buscar as raízes de muitos desses processos que redundam em exploração e expropriação, quer de territórios e modos de vida, quer do próprio corpo humano, no caso o feminino (vejam-se, respectivamente, as contribuições de Maurílio Monteiro, Amarildo Mazutti e Regiane Silva, e de Isabelle Neri e Daniel Pereira).

A história também está presente na análise da formação das metrópoles da região, que, apesar do conhecido apelo ecossistêmico, contém igualmente grandes aglomerados urbanos, marcados pelas contradições e desigualdades que caracterizam as demais regiões metropolitanas brasileiras (veja-se a contribuição de Tiago Veloso).

Não por acaso conceitos como o de acumulação primitiva, acumulação por despossessão e superexploração da força de trabalho são mobilizados por boa parte dos artigos já citados, e também por outros, como o que resgata o pensamento sobre o conceito de fronteira, crucial para uma correta leitura da complexidade da região (veja-se a contribuição de Cleidiane Crispim e Sebastião Crispim), e o que guarda lugar, nas lutas emancipatórias, para os ensinamentos dos povos amazônicos na resistência biocultural e na defesa da sociobiodiversidade (veja-se a contribuição de Suenya Santos). Este último conceito, por sinal, relativamente novo, criado no país nos anos 2000, é por si só expressão dos desafios que regiões como a amazônica representam na construção do pensamento crítico sobre elas, por exemplo, quando se busca um conceito de bioeconomia que lhes seja afim (veja-se a contribuição de Adna dos Santos, Victória Avelino, Zilda Gama e Andréa Leão).

Outro tema que perpassa muitos dos artigos aqui publicados e já comentados é o papel da Amazônia no equilíbrio ecossistêmico global, o qual reaparece, seja na defesa da ecologia integral em contramovimentos como os representados pela assim chamada "economia de Francisco" (veja-se a contribuição de Felipe Dias e Gabriel de Barros), seja na necessidade do reconhecimento de que a Amazônia brasileira é um dos principais sustentáculos da transição verde no século XXI, o que requer do país um projeto de autonomia estratégica capaz de direcionar tal potencial para a construção de uma sociedade brasileira mais justa, menos dependente e mais soberana (veja-se a contribuição de Bernardo Rodrigues).

Fecha este número a Carta de Campina Grande, elaborada quando da realização do *XXX Encontro Nacional de Economia Política*, ocorrido na Paraíba, na Universidade Federal de Campina Grande, entre 8 e 11 de julho do corrente ano. Para lembrar o clássico de Furtado, já que se realizava em sua terra, o encontro teve por tema "O mito do desenvolvimento econômico e o agravamento da crise contemporânea em suas múltiplas dimensões".

A Carta fala assim do caráter multifacetado da crise atualmente experimentada, e dentre essas faces, obviamente, a climática e ambiental, lembrando

a realização no Brasil, em novembro, da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (a famosa COP 30). Aborda também, dentre vários outros temas, o genocídio em Gaza e a necessidade de o Estado brasileiro romper relações diplomáticas e comerciais com o estado de Israel.

A Carta conclui reafirmando que o desenvolvimento econômico é um mito e que é preciso figurar, como imperativos do nosso tempo, o desenvolvimento social, a diversidade de saberes, o respeito aos territórios e aos povos originários, o trabalho digno e o cuidado com o meio ambiente. Nada disso evidentemente é estranho à Economia Política da Amazônia retratada nas tantas páginas desta edição especial. Boa leitura!

Comitê Editorial

EDUARDO SÁ BARRETO

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA AMAZÔNIA

Recebido em 04/02/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1227

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA AMAZÔNIA

Resumo

Este artigo busca contribuir para a crítica da economia política da Amazônia partindo do exame do quadro recente de novo impulso extrativista na região. A primeira seção discute a vulnerabilidade estrutural do bioma amazônico, argumentando que a exploração de recursos naturais, como o petróleo, deve ser compreendida dentro de uma lógica sistêmica de expropriação e degradação ambiental. A segunda seção aprofunda essa análise ao conectar a destruição da Amazônia ao colapso climático e à crise estrutural do capitalismo, evidenciando como esses processos se retroalimentam. Por fim, a terceira seção procura evidenciar algumas limitações históricas, econômicas e geopolíticas das ideias desenvolvimentistas e sua incapacidade de oferecer uma alternativa realmente viável tanto às mazelas sociais quanto às ambientais.

Palavras-chave: Amazônia; mudanças climáticas; crise estrutural

EDUARDO SÁ BARRETO

Professor da UFF e pesquisador do Niep-Marx.

Email: eduardobarreto@id.uff.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4431-2607

Abstract

This article aims to contribute to the critique of the political economy of the Amazon by examining the recent new surge of extractivist expansion in the region. The first section discusses the structural vulnerability of the Amazon biome, arguing that the exploitation of natural resources, such as oil, must be understood within a systemic logic of expropriation and environmental degradation. The second section deepens this analysis by linking the destruction of the Amazon to climate collapse and the structural crisis of capitalism, highlighting how these processes reinforce one another. Finally, the third section seeks to expose some of the historical, economic, and geopolitical limitations of developmentalist ideas and their inability to provide a truly viable alternative to both social and environmental crises.

Keywords: Amazon; climate change; structural crisis

Introdução

Nas últimas décadas, a Amazônia consolidou-se como um dos mais flagrantes sintomas das contradições entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A recente proposta brasileira de expansão da exploração petrolífera na Margem Equatorial exemplifica essas tensões, colocando em pauta questões que vão além do impacto local ou regional. A Amazônia não é apenas um bioma de relevância ecológica incomparável; ela está inserida em um contexto de mudanças climáticas aceleradas e de um complexo de crises estruturais que desafiam os limites das políticas públicas, dos sistemas econômicos e das próprias condições de habitabilidade no planeta. (Callinicos, 2023) Este texto examina essas camadas interconectadas de vulnerabilidade, dividindo-se em três seções, além desta breve introdução e das considerações finais.

A primeira seção apresenta a Amazônia como um bioma vulnerável, destacando os riscos associados à exploração de petróleo e outras atividades extrativistas. Questionamos a abordagem dominante, que frequentemente restringe a discussão aos impactos ambientais diretos ou à suposta novidade dessas práticas na região. Em contraste, argumentamos que a destruição ambiental deve ser compreendida como parte de processos mais amplos, em que a exploração da Amazônia reflete tendências globais de esgotamento dos recursos naturais em benefício de interesses econômicos de curto prazo.

Na segunda seção, exploramos o conceito de vulnerabilidade extremada, vinculando os riscos enfrentados pelo bioma ao colapso climático e à crise estrutural do capitalismo. Com base nos dados mais recentes sobre o aquecimento global e nas projeções científicas sobre os limites planetários, mostramos como esses processos interagem de maneira cumulativa, agravando a destruição ambiental e colocando em xeque a viabilidade de soluções paliativas ou graduais.

Por fim, na terceira seção, examinamos criticamente o argumento desenvolvimentista que sustenta a exploração de recursos naturais na região. Discutimos como a promessa de crescimento econômico, frequentemente utilizada para justificar novas frentes de exploração, se alicerça em alegações indefensáveis e incompatíveis com os desafios ecológicos contemporâneos. Argumentamos que o desenvolvimentismo[1], mesmo em suas formulações esverdeadas mais recentes, permanece sujeito a contradições estruturais que inviabilizam suas aspirações de transição sem ruptura.

Considerando que examinaremos um objeto de reconhecida complexidade, sobre o qual gerações de pesquisadores(as) vêm se debruçando há décadas a partir de perspectivas e ênfases variadas, torna-se necessário, além da usual apresentação protocolar da estrutura do artigo, uma rápida explicação da estratégia metodológica/expositiva que justifique alguns inevitáveis pontos cegos do texto.

É preciso ter em mente que a elaboração a seguir não pretende ser uma "economia política da Amazônia". Fosse esse o caso, estaríamos obrigados a resgatar com algum detalhe uma vasta literatura acumulada sobre o processo de expansão capitalista na região e a conformação atual das contradições e tensões sociais, tanto em seus aspectos mais gerais quanto em seus aspectos localmente específicos.

No entanto, como o título do artigo já indica, o objetivo é oferecer uma *contribuição* (logo, necessariamente não exaustiva) à *crítica* da economia política da Amazônia. Embora isso possa parecer à primeira vista um jogo preciosista de palavras, tem implicações importantes para as escolhas de recorte, ênfase, bibliografia e registro expositivo feitas aqui. Antes de poder dirigir-se ao exame de processos históricos concretos, o adequado esforço de crítica da economia política precisa buscar assentar os fundamentos teóricos da análise. É precisamente a essa tarefa que a presente

[1] Aquilo que chamamos de desenvolvimentismo é um conjunto muito heterogêneo de ideias e tradições desenvolvimentistas. Num artigo como este, não é possível fazer mais do que apontar aqueles aspectos que são mais gerais e amplamente compartilhados no interior dessa diversidade. Cf. Bonente (2016).

contribuição se propõe, o que impõe ao texto um acento um pouco mais abstrato, de encadeamento de categorias e tendências num registro predominantemente lógico.

Em outras palavras, o objetivo é justamente apresentar e articular fundamentos teóricos que possam eventualmente municiar o exame de desdobramentos mais concretos ou de casos singulares. Mais especificamente, tais fundamentos dizem respeito à interação da região com dois grandes processos sistêmicos/planetários: colapso climático e crise estrutural do capitalismo.

Para poder cobrir de maneira satisfatória um escopo tão amplo, a estratégia expositiva foi adotar uma apresentação mais enxuta dos raciocínios em termos de profundidade e mediações. Vale frisar, contudo, que a apresentação não é sintética por ser ainda preliminar, por estar ainda em seus estágios iniciais de construção. Ela é já produto de um esforço de elaboração acumulado e sistematizado em muitos outros textos do autor, indicados ao longo deste trabalho. Assim, evita-se a necessidade de reprisar detalhes e mediações de demonstrações anteriores, abrindo espaço para discutir as vulnerabilidades específicas da região *que são determinadas por tendências de abrangência global*.

1. Amazônia: bioma vulnerável

Em maio de 2023, foi notícia no Brasil o indeferimento pelo Ibama da licença ambiental à Petrobrás para atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas. O centro das discussões foi o conjunto de riscos da exploração petrolífera nas bacias sedimentares marítimas da margem equatorial. Conforme lemos no despacho do presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, "não restam dúvidas de que foram oferecidas todas as oportunidades à Petrobras para sanar pontos críticos de seu projeto, mas que este ainda apresenta inconsistências preocupantes para a *operação segura* em nova fronteira exploratória de alta *vulnerabilidade*

socioambiental". (Ibama, 2023b, p. 5, grifo nosso) Nessa mesma linha, instado a comentar o caso, o presidente Lula afirmou que se "explorar esse petróleo tiver problema para a Amazônia, certamente não será explorado, mas eu acho difícil, porque é a 530 quilômetros da Amazônia".[2]

As declarações dos presidentes reproduzem um entendimento excessivamente estreito dos impactos ecológicos da atividade petrolífera. Lula revela um entendimento mais precário, ao supor que meros 530 quilômetros seriam suficientes para resguardar a região do impacto da atividade e dos impactos de eventuais acidentes. Agostinho, por outro lado, acerta ao enfatizar a elevada vulnerabilidade socioambiental, mas também deixa passar em branco a questão decisiva, apenas mencionando burocraticamente o fato de o país ser signatário do Acordo de Paris, com compromissos de redução das emissões de gases de efeito estufa. Nesse sentido, o próprio parecer do Ibama vai mais além, desviando-se momentaneamente da típica redação árida de um parecer técnico para apontar que, em "uma perspectiva ainda mais ampla, caberia ainda ao governo brasileiro avaliar a pertinência da expansão de um novo polo produtor de hidrocarbonetos quando o país vem assumindo compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa e de promoção de uma transição energética em face da crise climática global". (Ibama, 2023a, p. 21)

Desde que virou notícia a intenção da Petrobrás em realizar estudos para a abertura de novas frentes de produção de petróleo na foz do Rio Amazonas, na nova fronteira de exploração da Margem Equatorial, abriu-se no Brasil, portanto, um debate a respeito da necessidade/adequação da iniciativa. Mesmo que o Ibama venha indeferindo seguidas vezes a licença para exploração, é nítido que Petrobrás e governo federal pressionam para viabilizá-la. Em torno dessas tensões, o debate desenvolveu-se ao longo de duas temáticas principais: os riscos ambientais e as oportunidades de desenvolvimento

[2] Leia mais em https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/a-posicao-de-lula-sobre-as-divergencias-na-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/.

econômico (nacional e da região). Tal enquadramento trouxe consigo ao menos quatro equívocos relevantes.

Em primeiro lugar, a ênfase nos riscos ao bioma amazônico e, mais especificamente, ao grande recife de coral na foz do rio Amazonas, dá frequentemente a entender que a abertura dessa nova frente de exploração seria aceitável, caso ela não fosse realizada em uma localização tão ecologicamente sensível e frágil. Trata-se de uma desconsideração absoluta do quadro mais geral de mudanças climáticas e da trajetória preconizada de descarbonização das atividades humanas.

Como o tema da descarbonização costuma vir encoberto da miragem de uma suposta transição energética, perde-se de vista que os níveis e o ritmo necessários de declínio das emissões globais de gases de efeito estufa *exigem* o recuo acelerado da exploração e consumo de combustíveis fósseis em geral, inclusive o petróleo. Diante disso, a abertura de *qualquer* nova frente de exploração deveria ser bloqueada, *em qualquer lugar*. Ainda que a nova frente de exploração estivesse situada no deserto mais estéril, distante e inabitado (e não a Amazônia), a resistência à sua efetivação deveria ser ao menos de igual contundência. A rigor, o contexto atual, em que a contração do consumo de combustíveis fósseis é urgente, cobra uma oposição *mais* contundente.

O segundo equívoco importante diz respeito ao fato de que a reação institucional e pública suscitou a ideia de que a atividade petrolífera seria uma novidade a ser evitada na região amazônica. A realidade, contudo, é que dados do Monitor da Amazônia Livre de Petróleo e Gás mostram que 1,3 milhão de km2 da região, que se estende por oito países, estão sobrepostos por alguma fase exploratória da indústria fóssil.[3] Dessas fases, a que ocupa maior área é a de "Estudo ou Área Reservada", mas, ainda assim, a fase de "Exploração ou Produção" ultrapassa os 30%. A eventual abertura de uma nova frente de exploração de petróleo na foz do Amazonas

[3] Cf. https://arayara.org/monitor-amazonia-livre-de-petroleo/.

evidentemente traz riscos qualitativamente novos, por um lado, mas vem para acrescentar-se a um complexo de riscos já existentes associados à indústria do petróleo *já em operação* na região, por outro.

Em linha com o dito acima, em terceiro lugar, além de não ser uma novidade em si mesma, a atividade petrolífera tampouco é uma novidade quando consideradas outras atividades destrutivas para o bioma. Em 2017, Porto-Gonçalves já apontava que a área devastada por desmatamento legal e ilegal se multiplicara por 50 desde 1978. A mineração legal e ilegal, por sua vez, já ocupava uma área superior a 20%. Os conflitos territoriais já contavam em seu rastro centenas de assassinatos de lideranças locais que lutavam para impor resistência ao rolo compressor. (Porto-Gonçalves, 2017) Naturalmente, é de conhecimento mais ou menos geral que há muito tempo o bioma amazônico está sujeito a um conjunto variado de pressões destrutivas. Entretanto, quando as pretensões da Petrobrás são defendidas com base em supostas oportunidades econômicas, de criação de riqueza e de postos de trabalho, aparentemente abstrai-se que *não estamos* diante de um bioma imaculado, onde subsistem apenas atividades de pequena escala econômica e baixo impacto social/ambiental. Ao contrário, trata-se de um bioma já cravejado de uma série de atividades de alto impacto que, cada uma a seu turno, sempre foram incensadas com o mesmo leque de promessas que jamais se concretizaram.

Por fim, em quarto lugar, as próprias expectativas relacionadas ao desenvolvimento econômico não passam da reedição de uma velha cantilena, cantada tanto em teorias econômicas quanto em discursos políticos: o que nos faltaria, segundo essa concepção, seriam recursos, vontade política e um bom projeto. Reunidas essas condições básicas, seríamos alçados da condição de periferia pobre ao seleto grupo de nações desenvolvidas, com um povo adequadamente assistido por instituições de proteção social e por uma economia forte.[4]

[4] Por sua importância e peso relativo até mesmo no senso comum, abordaremos este ponto em maior detalhe na seção três.

A tentação extrativista é inegável e irresistível diante de cada nova descoberta de riqueza fóssil/mineral em potencial. Nossa história e a história geral dos últimos dois séculos proporcionam escasso apoio para entreter tais expectativas relativas a um Estado de bem-estar social robusto e fartas evidências de que a aceleração da destruição ambiental costuma ser o mais preponderante resultado do influxo repentino e vultoso de receitas oriundas de novas ondas extrativistas.

A respeito desse quadro de vulnerabilidade do bioma, de *aparência* meramente conjuntural, no máximo são levantados contrapontos que se limitam aos seus aspectos mais superficiais: objeções morais à atividade do capital na região, objeções ideológicas ao governo da vez, análises quanto à insuficiência de políticas públicas para mitigar as "mazelas do desenvolvimento", críticas a concepção e implementação das políticas públicas que existem. Não é necessário entrar no mérito desses contrapontos. Evidentemente, a moral que informa a atividade do capital na região é formada pelos valores expansionistas, extrativistas e, portanto, destrutivos do capital. Evidentemente, nem todos os governos são iguais e, enquanto uns estimulam ativamente as práticas destrutivas, outros as toleram ou as restringem de maneira insuficiente. Evidentemente, políticas públicas suficientes deveriam conter o ímpeto insaciável do capital e, por isso, elas não existem, ou são insuficientes já em seu desenho inicial, ou ineficazes em sua implementação.

Superados esses contrapontos superficiais, é necessário sublinhar que, sob essas manifestações mais conjunturais dos riscos à região amazônica, encontramos três processos de fundo que revelam um grau de vulnerabilidade muito mais estrutural e profundo: as oscilações de temperatura no Pacífico equatorial, o colapso climático e o colapso do modo de produção.

As oscilações são periódicas, ainda que a periodicidade não seja fixa. Quando as águas do Pacífico equatorial ficam excepcionalmente quentes, temos o evento denominado El Niño, que pode ser mais ou menos intenso, mais ou menos duradouro, mas que sempre traz para a região amazônica secas severas, incêndios florestais mais intensos, mortalidade aumentada de

árvores, insegurança alimentar e hídrica, além de dificuldades logísticas para o deslocamento de pessoas e mercadorias. É o que se observou em 2023 e 2024, por exemplo. Quando as águas do Pacífico equatorial ficam excepcionalmente frias, temos o evento denominado La Niña. Com ele, um impacto importante se inverte: a região experimenta chuvas mais intensas que o normal. Isso, contudo, não é sinal de benesses, porque com as chuvas extraordinárias vêm inundações de áreas que não costumam ser inundadas, a proliferação de vetores de doenças (como a malária e a dengue) e, de novo, insegurança alimentar. Um agravante dos efeitos para ambas as oscilações é que, uma vez que os oceanos vêm se aquecendo (o que continuará a acontecer por séculos), os desvios em relação à temperatura "normal" acontecerão em níveis de temperatura progressivamente maiores. (IPCC, 2023)

Os dois próximos processos requerem uma seção à parte.

2. Vulnerabilidade extremada

Antes de falar em *colapso*, uma palavra à primeira vista controversa, é importante fazer um comentário preliminar. A crítica marxista da sociedade capitalista que informa este trabalho não é uma crítica moral, apesar das muitas versões vulgares que circulam com esse acento peculiar. Ela é, antes de qualquer coisa, uma crítica propriamente científica, que procura desvelar categorias, relações, tendências e possibilidades latentes de seu objeto. Outro aspecto, vinculado a esse último, costuma ser menos lembrado: ela também mapeia *impossibilidades*. Aqui, temos apenas uma outra forma de afirmar que a crítica marxista não é determinista. Por um lado, o futuro do objeto (no caso, a sociedade capitalista imersa nas condições ecológicas planetárias) é um *campo de possibilidades*. Por outro lado, justamente por isso, as possibilidades não são ilimitadas. Há uma região vasta de impossibilidades que acompanha o campo de possibilidades.

Naturalmente, um corolário desse reconhecimento é que a humanidade tem agência. Além disso, podemos acrescentar que nossa capacidade de

intervir na efetivação de certos futuros possíveis e na rejeição de outros é determinada por nosso nível de organização. Mas essa capacidade é, *ao mesmo tempo*, restringida por *limites objetivos*. Alguns desses limites são disputáveis e podem ser estendidos por eventuais êxitos de nossa mobilização. Outros, não.

Nesse registro, o uso do termo colapso fará mais sentido. Ainda que as metas de Paris continuem a ser incensadas no debate público e nos espaços de convenções globais como uma efetiva via de sustentabilidade para a humanidade, sempre houve clareza no meio científico de que um mundo 1,5ºC mais quente seria um mundo de extremos e que um aquecimento de 2ºC seria catastrófico. Isso significa que, mesmo com uma estabilização exitosa da marcha ascendente da temperatura, os impactos produzidos pelo aquecimento não seriam revertidos ou estabilizados. (Sá Barreto, 2024) Em outras palavras, o cenário de mais completa realização das metas globais mais ambiciosas já não legaria às gerações futuras a relativa estabilidade climática que marca o Holoceno. Ao contrário, na melhor de todas as hipóteses, o mundo resultante é mais convulsivo, hostil e desafiador.

Isso, porém, não é tudo. A verdade é que, se um dia essas metas já foram realizáveis, jamais formulou-se um compromisso que as colocassem de fato ao nosso alcance. Conforme estimativas do IPCC (2018; 2023), se cumpridas todas as NDCs no âmbito do Acordo de Paris, ainda estaríamos longe de reunir as condições para interromper o aquecimento em 1,5ºC ou até em 2ºC. Ademais, é notório que sequer os compromissos insuficientes das NDCs encontram-se no caminho de efetivação. Tal circunstância, em si bastante dramática, é piorada pelo quadro de agravamento súbito de alguns dos principais indicadores climáticos desde 2023. (Ripple *et al*., 2023) Entre 2023 e 2024 foram batidos recordes de temperatura média na superfície e nos oceanos por mais de 15 e 17 meses seguidos, respectivamente. Em diversos momentos nesse período, a média de temperatura dos 12 meses imediatamente anteriores esteve mais de 1,5ºC acima do período-base. Depois de o ano de 2023 ser fechado como o mais quente do registro histórico, 2024

superou novamente o recorde, marcando o primeiro ano (de janeiro a janeiro) acima do patamar de 1,5ºC de aquecimento.

Não por acaso, ainda ao final de 2023, James Hansen declara, em texto publicado em colaboração com outros seis cientistas, que a meta de Paris (+2ºC) "está morta". O limiar há muito considerado catastrófico será ultrapassado ainda na década de 2030, dizem. Levando em conta a concentração atmosférica atual de gases de efeito estufa (420ppm), o efeito de forçamento climático daí decorrente (+1W/m2) e a variação observada de energia solar desde 2020 (+1,34W/m^2), afirmam que o desequilíbrio energético provocado equivale a termos aumentado a concentração atmosférica de CO_2 a 520ppm. (Hansen *et al.*, 2023) Este número é perigosamente próximo do nível pré-industrial duplicado dessa concentração, sobre o qual se calcula a sensibilidade climática estimada (ECS).

Admitindo a mesma estimativa conservadora dos autores para a ECS (+4ºC), podemos restabelecer a conexão com o tema mais imediato do presente texto. Basta recordar que, em diversos trabalhos com participação do prestigiado cientista brasileiro Carlos Nobre, projeta-se a irreversível savanização do bioma amazônico a partir de um aquecimento entre 3ºC e 4ºC.[5] É evidente que as projeções podem estar certas ou erradas em graus diversos, mas é seguro que elas são o que há de melhor disponível para prospectarmos o futuro iminente. Torcer para que estejam erradas ou até afetar surpresa quando a realidade concreta se apresenta ainda mais dramática – tal como o próprio Nobre fez em entrevistas ao longo de 2024 – é compreensível, mas claramente não é um caminho razoável para orientar qualquer prática que pretenda intervir a fim de mitigar os impactos desses processos.

Isso já seria suficiente para concluirmos que a vulnerabilidade do bioma é muito mais extrema e estrutural do que aquela aparência conjuntural apresentada inicialmente e tende a aprofundar-se. Contudo, há mais.

[5] Cf. p.ex. Oliveira *et al.* (2021).

Paralelamente ao desmoronamento das condições materiais ecológicas, vivemos também uma crise estrutural do modo de produção. Refiro-me aqui à crise estrutural não no sentido empregado por Carcanholo (2021), de uma crise que exaure completamente condições previamente vigentes de acumulação do capital e obriga o sistema a reconfigurar-se profundamente em busca de novas condições. Emprego o termo em sentido muito mais próximo ao de Mészáros (2002), de ativação de certos limites intransponíveis que conduz a um estado de crise crônica e crescente (sem excluir a possibilidade e a ocorrência de crises de caráter cíclico).

Para leitores familiarizados com a perspectiva marxista, a apresentação do argumento teórico subjacente pode ser feita de maneira relativamente telegráfica, ainda que seja necessário abrir mão de alguma precisão teórica para propor uma explicação ao mesmo tempo intuitiva e sucinta. O fundamental é ter em mente que, para Marx, o capital é valor em movimento necessariamente expansivo e que esse movimento é garantido na medida em que o trabalho, no processo produtivo, conserva o valor já existente e acrescenta a este um excedente, o mais-valor. A via predominante que o capital tem para ampliar a extração de excedente é a elevação das forças produtivas, movimento que tem como um de seus aspectos centrais o aumento da produtividade. O aumento da produtividade, no entanto, ao mesmo tempo que habilita o trabalho em ação a produzir mais excedente, por um lado, torna o trabalho relativamente supérfluo, por outro. Isto é, para qualquer nível dado de produção, menos trabalho será necessário. Quanto mais aumentam os níveis de produtividade, menos o capital é capaz de empregar trabalho, aquilo que cria valor, o fundamento objetivo do próprio capital. Temos aí uma clara contradição do sistema: quanto mais o capital se coloca em condições de absorver valor excedente (mais-valor), mais ele estreita as bases em que o valor é produzido.

Todo esse movimento pode ser facilmente resumido na afirmação de que há uma tendência à queda do valor unitário de tudo que é produzido. Se apenas esta tendência atuasse, a sociedade atual, cujo metabolismo é

presidido pela lógica necessariamente autoexpansiva do capital, teria curta vida. A queda do valor unitário das mercadorias, contudo, também tende a ser compensada pela ampliação em escala, escopo e velocidade da produção, circulação e consumo. Existe uma vasta tradição de elaboração teórica (a crítica do valor) que aponta para o esgotamento lógico e histórico desse mecanismo de compensação, o que conduziria a uma paralisação da produção de valor e mais-valor. Para os fins deste artigo, porém, importa apenas percebermos que as possibilidades de compensação não são ilimitadas e que de fato apontam num sentido geral de esgotamento, mesmo que isso não necessariamente implique um colapso da produção de excedente.

O realmente decisivo para compreender a raiz da crise estrutural é que a reprodução do sistema como um todo vai assumindo cada vez mais o padrão de uma pirâmide invertida, que repousa de maneira precária sobre uma base estreita. O capital em operação apresenta-se numa escala cada vez mais formidável e o trabalho em atividade do qual provém o excedente é, *relativo à escala do capital que deve ser valorizado*, uma base cada vez mais minúscula.

Desse reconhecimento, não é necessário extrair a conclusão de que haverá um colapso súbito do sistema, ou mesmo de que o colapso é iminente. Do ponto de vista ecológico, porém, tal estado de crise crônica traz em seu rastro um *agravamento* das tendências destrutivas do capitalismo.

À medida que as condições de acumulação real vão sendo erodidas, o capital não pode simplesmente acomodar-se às barreiras levantadas pelo seu próprio desenvolvimento, ceder à imobilidade. O imperativo da valorização, de um lado, e as dificuldades crescentes para efetivá-la, por outro, impelem o capital à fuga para os canais de "valorização" especulativa, o que explica (abstraindo inúmeras mediações, evidentemente) aquilo que se convencionou chamar de financeirização.[6] Tal "saída" contorna em alguma medida as barreiras impostas à acumulação, mas recoloca a contradição mencionada

[6] Cf. Painceira (2022).

acima em um patamar ainda mais elevado. A estreita base de trabalho empregado não só deve valorizar o monstruoso capital realmente ativo, mas deve também fazer frente a uma escala ainda mais monstruosa de títulos de apropriação sobre mais-valor *futuro*. Os movimentos do mais-valor realmente existente e dos títulos de apropriação têm autonomia relativa e podem apresentar padrões aparentemente descolados um do outro por um tempo, mas não indefinidamente. Ao padrão ecologicamente destrutivo da produção e consumo presentes acrescenta-se o padrão destrutivo da produção e consumo lastreados na presentificação de fluxos de ganhos futuros.

Paralelamente, a economia política do esbulho[7] também é agudizada. No contexto da crise estrutural, torna-se uma questão de vida ou morte para o capital explorar qualquer oportunidade de acumulação que ainda possa ser aberta ou reabilitada. Assim, as privatizações e o ataque geral ao fundo público ganham um intransigente impulso. Aumenta a virulência no ataque a direitos conquistados pela classe trabalhadora. Mais importante para a presente discussão, acelera o extrativismo e a dilapidação desenfreada da natureza.

Ao contrário do que alega o ambientalismo liberal, o ímpeto destrutivo não se interrompe quando nos aproximamos da destruição completa. Ao contrário do que alegam os primeiros ecossocialistas, ele sequer desacelera quando nos aproximamos da destruição completa. No quadro de crise crônica, a destruição *acelera*, por necessidade, numa espécie de esforço desesperado (mesmo que espontâneo e cego) para preservar o funcionamento do sistema. No rastro desse *sprint* final, todos aqueles processos elencados na primeira seção ganham renovado impulso: a exploração de petróleo, mineração, desmatamento, conflitos territoriais etc.

[7] Cf. Sá Barreto (2019).

[8] Cf. O'Connor (1988 e 1991).

3. Nova carga e o argumento desenvolvimentista

Em texto anterior, abordei a atividade petroleira na Margem Equatorial a partir da polêmica quanto às pretensões brasileiras de abrir um novo polo produtor na Foz do Rio Amazonas. Ali, o argumento concentrou-se nos temas da descarbonização e do caráter ilusório da transição energética para, ao fim, concluir que "a transição energética em curso não está impulsionando descarbonização alguma [...] ao contrário, a dependência de fontes intensivas em emissões de carbono *tem sido crescente*". (Sá Barreto, 2023)

A mesma discussão pode, ainda, ser apresentada em uma outra chave, mais geral, mencionada brevemente na primeira seção. De antemão, é preciso ter em mente que a Margem Equatorial abrange quatro outras bacias sedimentares além da bacia da Foz do Amazonas e que, dos 41 blocos com potencial de exploração, já há 34 sob concessão, dos quais 11 já operam na fase de produção.[9] Mais importante, os esforços do governo para viabilizar qualquer expansão potencial da produção de hidrocarbonetos na região têm sido defendidos na base de alegações com forte acento desenvolvimentista.

Em evento organizado pelo Instituto da Iniciativa de Investimentos Futuros, da Arábia Saudita, em junho de 2024, o presidente Lula afirmou que "a hora que começamos [*sic*] a explorar a chamada Margem Equatorial, eu acho que [a] gente vai dar um salto de qualidade extraordinária [...] nós não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer este país crescer".[10] Outros trechos de seu discurso deixam evidente que tal salto de qualidade se refere a uma prosperidade econômica que alcance a todos e que possibilite erradicar a fome, doenças, o analfabetismo, a criminalidade etc. Naturalmente, quando conjugada a promessas de um suposto respeito máximo à questão ambiental – a ser "levada 100% a sério" – e a uma afetação antinegacionista, essa imagem de desenvolvimento aparece como uma alternativa

[9] Cf. https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/ibama-pede-petrobras-mais-dados-para-perfurar-na-foz-do-amazonas

[10] Cf. https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-06/lula-volta-defender-exploracao-de-petroleo-na-margem-equatorial

claramente superior ao mero crescimento desenfreado e cego para as questões humanas e ecológicas.

Se tomarmos versões mais tradicionais das ideias desenvolvimentistas, as questões ecológicas até podem mesmo ser reconhecidas, porém são invariavelmente tomadas como *adiáveis*.[11] Adiáveis porque, nesse registro, o adequado enfrentamento dessas questões imporia incontornáveis barreiras ao crescimento econômico, algo que seria em si inadmissível, dada a realidade global de imensa desigualdade, com incontáveis povos sujeitados a graus diversos de pobreza. Isso posto, a superação da pobreza compareceria como uma espécie de precondição para os esforços no plano ecológico. Tal raciocínio, embora sedutor à primeira vista, é vítima de ao menos três flagrantes falácias.

Em primeiro lugar, há uma falácia de natureza histórica. Sem excluir a variedade teórica e empírica do que se denomina desenvolvimento, é seguro afirmar que processos históricos em que certas nações ascenderam economicamente e garantiram que essa prosperidade econômica alcançasse a todos são eventos raríssimos. Por mais que as diversas tradições desenvolvimentistas aleguem, cada uma a seu modo, a existência de um determinado conjunto de condições que, uma vez reunidas, garantiria o percurso rumo ao desenvolvimento, este é um caminho que jamais esteve em aberto a qualquer momento e a qualquer nação. Ora o conjunto mínimo é inalcançável, ora é subtraído, ora é insuficiente. (Sá Barreto, 2019) Daí ser extremamente pequeno o número de nações bem-sucedidas nesse trajeto, especialmente se tivermos em vista as que o foram de maneira tardia.

A segunda falácia é de natureza econômica. Se admitirmos que um processo exitoso de desenvolvimento *supõe* ascensão econômica, fica fácil perceber que essa ascensão se dá ao longo de uma estrutura hierárquica constituída por uma divisão internacional do trabalho. No mercado mundial, tal

[11] O que, de imediato, as coloca em terreno negacionista, mesmo que a contragosto.

[12] Cf. Bonente (2016).

divisão não é uma mera distribuição de atividades baseada nas diferentes aptidões/capacidades e orientada para a máxima eficiência alocativa global. É uma divisão que conforma e reproduz relações econômicas que implicam escoamento sistemático de riquezas da base da hierarquia rumo ao topo. Ascender economicamente não corresponde, portanto, a mera mudança de escala da economia nacional. Corresponde a assumir outros postos na divisão internacional do trabalho e a usufruir de maneira qualitativamente invertida da circulação desigual da riqueza globalmente produzida. (Aarão, 2023) Claro, não é imediatamente falacioso supor que algumas nações possam ainda vir a conquistar essa relocalização no mercado mundial. Por outro lado, apenas com os elementos aqui coligidos, é claramente falacioso supor tal ascensão como passível de ser universalizada.

A terceira falácia decorre diretamente da segunda e é de natureza geopolítica. O escoamento de riqueza das nações periféricas e sua concentração nas nações centrais têm como pressuposto e como resultado sistematicamente reproduzido profundas desigualdades de *poder*. As nações mais ricas são, em geral, as de maior poder, não apenas econômico, mas também político, diplomático e militar. Mesmo que admitíssemos a possibilidade de um desenvolvimento universal em termos puramente econômicos, seríamos obrigados a acrescentar logo em seguida a possibilidade de que a ordem capitalista conviva tranquilamente com a dissolução das relações de poder atuais. (Sá Barreto, 2022) Mas devemos imaginar que as nações mais poderosas do globo assistiriam bovinamente à ascensão da massa periférica do mundo, dilapidando os fundamentos sobre os quais suas realidades privilegiadas se assentam? As supostas proezas econômicas das nações em desenvolvimento, com seus almejados Estados planejadores e suas míticas burguesias nacionais com projeto de nação, seriam mesmo suficientes para convencer as grandes potências a não mobilizar suas forças extraordinariamente superiores para barrar os riscos que a superação universal da pobreza imporia às suas populações?

Trombamos, assim, em um beco sem saída para o raciocínio desenvolvimentista: tendo sempre como pano de fundo insuperável a sociedade capitalista, se é pelo desenvolvimento que se supera a pobreza e se o desenvolvimento exige um processo não generalizável, então a pobreza não é uma mazela solucionável em âmbito global. Para o desenvolvimentismo que pretende ser também ecológico, o beco é ainda mais estreito: se é preciso superar a pobreza antes de enfrentar de modo consequente os desafios ecológicos e se esses desafios se apresentam hoje em escala necessariamente global, então há embutida nas concepções desenvolvimentistas uma interdição definitiva à coevolução sustentável entre humanidade e natureza.

Recentemente, variantes desse mesmo ecossistema de ideias vêm buscando colocar as questões ecológicas em primeiro plano, ao invés de meramente incorporá-las como considerações *ad hoc*. Contudo, sem escapar das falácias já mencionadas, acrescentam novos deslizes. Na onda dos grandes planos verdes, vemos desde propostas de descarbonização pela via legislativa/regulatória, passando por uma renovada aposta na concertação internacional em prol de uma transição justa até a promessa de recuperação econômica com a criação de milhões de empregos verdes. (Sá Barreto, 2022)

Quanto ao primeiro desses aspectos, se tomarmos um recorte a partir das proposições em torno de um *Green New Deal*, o que encontramos é um diagnóstico razoavelmente rigoroso da gravidade dos estados atual e projetado de desestabilização climática e recomendações (aparentemente) consequentes de rápida descarbonização das atividades humanas. Mais uma vez, como o horizonte teórico e político último dessas ideias jamais ultrapassa a sociabilidade do capital, a descarbonização pela contração acelerada e expressiva da escala e do escopo dessas atividades é desde o início uma não alternativa. Tal interdição *a priori* obriga os proponentes do *Green New Deal* a apostarem todas as fichas na transição energética. Mesmo sem entrar no tema dos limites dessa agenda de transição, pode-se sublinhar que uma descarbonização (por qualquer via) só seria realmente bem-sucedida caso fosse capaz de trazer o consumo de combustíveis fósseis a um mínimo

próximo de zero. Em outras palavras, o objetivo de descarbonizar, se perseguido de maneira consequente e levado realmente a cabo, imporia a aniquilação do capital fóssil. (Malm, 2016) Um banimento global a esses combustíveis provocaria ainda a pulverização definitiva de trilhões de dólares em ativos lastreados em produção futura. Haveria ainda outros inimigos titânicos que poderiam ser mencionados, mas esses dois já são suficientes para deixar evidente a inadequação da via legislativa/regulatória em busca da transição. Além de a própria arquitetura da transição ser povoada de impossibilidades, o que essa via pretende é, dito de maneira que seus proponentes jamais diriam, a aniquilação do capital fóssil pelo Estado burguês, aprovada nos parlamentos e executada pelos governos do mundo todo.

Todavia, nem todos que compartilham desse mesmo horizonte limitado estão dispostos a desfazerem-se de antemão da ideia de decrescimento. O truque para contornar tal posição paradoxal (capitalismo decrescimentista) é reafirmar a necessidade de um decrescimento geral enquanto se preserva a possibilidade de crescimentos locais. Há duas versões não excludentes do estratagema. A primeira tenta sustentar que todo o conjunto de atividades de alto impacto ecológico poderiam e deveriam decrescer econômica e materialmente enquanto um crescimento econômico geral combinado a um decrescimento material geral seria garantido pelo crescimento de atividades de baixo impacto, em geral vinculadas à assim chamada economia do cuidado. O passo em falso desse raciocínio pode ser revelado mesmo que admitamos seus próprios termos. Suponhamos que seja realmente possível garantir crescimento econômico fazendo as atividades hoje economicamente marginais crescerem a ponto de substituir em importância a participação de atividades hoje centrais. Suponhamos, ademais, que tal substituição seja capaz de garantir um recuo da escala material da economia para um nível aquém dos diversos limites planetários. (Caesar e Sakschewski *et al*., 2024) Esse resultado só poderia realmente ser considerado um êxito em recolocar a humanidade em condições de coevolução sustentável com a natureza caso a escala material da economia não voltasse a ultrapassar aqueles limites. O resultado lógico desse raciocínio é que a exigência de

descolamento entre um supostamente necessário crescimento econômico e o (no mínimo) não-crescimento material ampliar-se-ia permanentemente ao longo do tempo. Em outras palavras, o atendimento da exigência não a extingue. Ao contrário, a lança para patamares cada vez mais elevados, potencialmente ao infinito.

A segunda versão cobra um exame menos dispendioso, porque os elementos decisivos já estão apresentados no início da seção (segunda e terceira falácias). Nela, alega-se que o decrescimento geral poderia ser perseguido ao mesmo tempo que seriam preservadas as possibilidades de crescimento econômico e material para diversas nações periféricas, com o fim de elevá-las de uma situação de pobreza a uma situação de afluência mínima. O meio de alcançar tal façanha exigiria não apenas garantir que as grandes potências acomodassem passivamente uma ascensão (necessariamente competitiva) mais ou menos generalizada das periferias do mundo, mas, além disso, que absorvessem voluntária e ativamente a quase totalidade dos sacrifícios do decrescimento.

Por fim, explorando rapidamente o terceiro aspecto discursivo de recentes reformulações "verdes" de ideias desenvolvimentistas, temos a promessa de que seria possível dar uma guinada na economia global de modo que as metas ecológicas seriam satisfeitas e, no curso dessa mudança e *em virtude dela*, milhões de empregos "verdes" seriam criados. Até mesmo autores marxistas, como Burkett (1999), Foster (2021), Williams (2010), Löwy (2014) e tantos outros, deixam-se convencer ao menos pelas alegações transitórias dessas ideias.[13] Do ponto de vista da crítica da economia política, porém, deveria ser simples discernir dois limites intransponíveis, já indicados em alguma medida na seção anterior. Ao longo de todo *O capital*, Marx demonstra de maneira cristalina como o insaciável movimento autoexpansivo do capital o impele ao desenvolvimento desmedido das forças produtivas. O corolário desse desenvolvimento é que o trabalho vivo se torna, em relação à escala da

[13] Os autores mencionados fazem uma defesa explícita e pública das ideias às quais os vinculamos aqui. Especialmente no caso de Foster e Löwy, autores de maior circulação, tal defesa é, inclusive, amplamente conhecida, o que dispensa maior esforço de demonstração textual.

produção, crescentemente supérfluo. Segundo Marx, por um lado, "o capital adicional formado no decorrer da acumulação atrai, proporcionalmente a seu volume, cada vez menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente numa nova composição, repele cada vez mais trabalhadores que ele anteriormente ocupava". (Marx, 2013, p. 704) O primeiro limite, portanto, é que, mesmo quando a ampliação da escala e do escopo do campo de atuação do capital ainda permite compensar esse estreitamento relativo por uma absorção crescente de trabalho vivo em termos absolutos, *há uma tendência imanente para o desemprego crônico*. O segundo é que, no contexto de crise estrutural e na iminência de disrupções profundas provocadas pela generalização fulminante do emprego produtivo de inteligências artificiais, o desemprego tende a ser *cronicamente crescente*.

Por certo, seria inadequado considerar esses apontamentos tão telegráficos como uma crítica exaustiva. Por outro lado, mesmo que as ambições desenvolvimentistas tenham méritos de um ponto de vista social, quando contrapostas ao quadro dos desafios ecológicos atuais, dois aparentes méritos facilmente se revelam como cantos de sereia: (1) mudança substantiva sem ruptura violenta e (2) crescer sem destruir.

Contra tais promessas irrealizáveis, é imperativo que sejamos capazes de perceber, no mínimo, a obsolescência do desenvolvimentismo. Em meados do século passado, talvez houvesse razões defensáveis para impulsionar a ampliação da dependência de combustíveis fósseis na esperança de erradicar as mazelas sociais mais abjetas da sociedade capitalista. Hoje, após o naufrágio da brevíssima "era de ouro" do pós-guerra e da violação de inúmeros limites planetários,[14] é uma linha de ação intolerável. Os assim chamados Estados de bem-estar social vêm desmoronando há décadas até no centro do sistema. O desenvolvimento, em qualquer de suas versões, exige muito crescimento (muita demanda material/energética), ao passo que nos defrontamos com a urgência de *contrair aceleradamente* a escala de nosso impacto.

[14] Cf. Caesar e Sakschewski *et al.* (2024).

Se o metabolismo do capital exige crescimento e a base natural/ecológica sobre a qual ele se reproduz exige decrescimento, apenas dois desdobramentos possíveis se colocam diante de nós: ou o capitalismo colapsa, levando em seu rastro as condições materiais de suporte à vida, ou o capitalismo é superado ativamente pela humanidade em luta pela sobrevivência.

Considerações finais

O cenário delineado ao longo deste texto apresenta desafios de proporções inéditas para a Amazônia e, por extensão, para a humanidade. Embora a exposição desses riscos possa ser lida como um retrato sombrio do futuro, seria equivocado interpretá-la como mero pessimismo. Reconhecer a gravidade da situação é uma condição prévia para a mobilização efetiva, um ponto de partida para transformar a inevitabilidade do colapso em um chamado à ação radical e organizada.

O que emerge é a percepção de que a lógica que subjaz ao quadro de emergência planetária é inseparável da lógica de reprodução do capital. A aceleração do extrativismo, a financeirização e a dilapidação irrestrita de recursos naturais não são aberrações temporárias; são manifestações inerentes de um sistema cuja sobrevivência depende de uma expansão incessante, mesmo diante de seus próprios limites. A Amazônia, nesse contexto, não é apenas um bioma vulnerável, mas um microcosmo de tensões globais que conectam o colapso ecológico e a crise estrutural do modo de produção capitalista.

Se o desenvolvimentismo tradicional já operava sob premissas questionáveis, suas versões contemporâneas, reformuladas sob um verniz "verde" ou de "transição energética", não escapam do mesmo destino. A defesa de uma modernização econômica ancorada na exploração de recursos naturais não apenas reforça a dependência extrativista, como também perpetua a ilusão de que é possível conciliar crescimento econômico ilimitado com estabilidade ecológica. Como vimos, esse horizonte é inviável, não apenas pelas

limitações biofísicas do planeta, mas pela própria dinâmica de reprodução do capital, que inviabiliza qualquer modelo de desenvolvimento que não seja essencialmente predatório.

A noção de que estamos em um beco sem saída não deve ser vista como resignação, mas como a possibilidade de reconfiguração radical. Se não há saída dentro das coordenadas existentes, a destruição dessas coordenadas – a estrutura econômica, política e cultural que perpetua a crise – torna-se a única alternativa viável. Este não é um apelo ao desespero, mas à ousadia: uma ruptura com o gradualismo que tem marcado as tentativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A era das concessões incrementais, em que pequenas vitórias servem como paliativos temporários, esgotou-se. À medida que as condições materiais do planeta se deterioram a uma velocidade sem precedentes, essas vitórias não só se mostram insuficientes, mas contribuem para adiar o enfrentamento decisivo que se faz urgente. As mesmas dinâmicas que agravam a crise também ampliam as fissuras no sistema, abrindo espaço para alternativas transformadoras. O tempo que ainda temos não deve ser desperdiçado.

A Amazônia, portanto, não é apenas um campo de batalha ambiental. Ela é um epicentro de uma luta maior, que exige ultrapassar o ambientalismo liberal e sua crença em soluções técnicas ou de mercado. A destruição do capital, antes que ele destrua a base de nossa existência, é uma tarefa monumental, mas não impossível. É fundamental abandonar o conforto do otimismo ingênuo ou do pessimismo paralisante. O quadro é, sem dúvida, aterrador. Mas não há espaço para ilusões reconfortantes. O verdadeiro otimismo reside na coragem de encarar o real em toda sua complexidade e de arrancar, a partir daí, uma nova trajetória.

Referências

AARÃO, Jônatas. *O turbulento mercado mundial*: rastreando os mecanismos mais abstratos do imperialismo e da dependência. Tese de doutorado em economia/UFF. Niterói, 2023

BONENTE, Bianca I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica*: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

BURKETT, Paul. *Marx and nature*: a red and green perspective. New York: St. Martin's Press, 1999.

CALLINICOS, Alex. *The new age of catastrophe*. Cambridge: Polity Press, 2023.

CARCANHOLO, Marcelo. "Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro?" In: ALVES, G.; CORSI, F. L. (org.). *A crise capitalista no século XXI*: um debate marxista. São Paulo: Projeto Editorial Práxis, 2021.

CAESAR, L. e SAKSCHEWSKI, B *et al.* Planetary Health Check Report 2024. *Potsdam Institute for Climate Impact Research*, 2024.

FOSTER, John B. Pegando fogo desta vez. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 61, 2021.

HANSEN, J.; KHARECHA, P.; LOEB, N.; SATO, M.; SIMONS, L.; TSELIOUDIS, G.; VON SCHUCKMANN, K. *How we know that global warming is accelerating and that the goal of the Paris Agreement is dead, 2023*. Disponível em: https://www.columbia.edu/~jeh1/mailings/2023/Acceleration.2023.11.10.pdf. Acesso em: 29/11/2024.

IPCC. *Global warming of 1.5 C: an IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels*. Geneva: IPCC, 2018.

IPCC. *AR6 synthesis report: climate change 2023*. Genebra: IPCC, 2023.

LÖWY, Michael. *O que é o ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

MALM, Andreas. *Fossil Capital*. Londres : Verso, 2016.

MARX, Karl. *O capital (Livro I)* (Vol. I). Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

O'CONNOR, James. "Capitalism, nature, socialism a theoretical introduction". *Capitalism, Nature, Socialism*, 1(1), 1988.

O'CONNOR, James. "On the two contradictions of capitalism". *Capitalism, Nature, Socialism*, 2(3), 1991.

OLIVEIRA, B., BOTTINO, M., NOBRE, P., & NOBRE, C. Deforestation and climate change are projected to increase heat stress risk in the Brazilian Amazon. *Communications Earth & Environment*, 207, 2021.

PAINCEIRA, Juan P. *Financialisation in Emerging Economies*. New York: Routledge, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Water. *Amazônia:* encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RIPPLE, W.; WOLF, C.; GREGG, J.; ROCKSTRÖM, J.; NEWSOME, T.; LAW, B.; MARQUES, L.; LENTON, T.; XU, C.; HUQ, S.; SIMONS, L.; KING, D. The 2023 state of the climate report: entering uncharted territory. *BioScience*, 0(0), 2023.

SÁ BARRETO, Eduardo. Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 53, 2019.

SÁ BARRETO, Eduardo. *Ecologia de Marx para pessoas sem tempo.* São Paulo: Usina, 2022.

SÁ BARRETO, Eduardo. "O Brasil e o mundo sem margem: más notícias sobre a transição energética". *Jornal dos economistas*, n. 403, 2023.

SÁ BARRETO, Eduardo. Capitalismo catástrofe e o fatalismo à espreita. *Argumentum*, p. 8-22, 2024.

WILLIAMS, Chris. *Ecology and socialism*. Chicago: Haymarket Books, 2010.

GILBERTO DE SOUZA MARQUES
GEDSON THIAGO DO NASCIMENTO BORGES

FINANCEIRIZAÇÃO, SAQUE E EMPRESA VALE NA AMAZÔNIA

Recebido em 15/05/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1294

FINANCEIRIZAÇÃO, SAQUE E EMPRESA VALE NA AMAZÔNIA

Resumo

Sustentado em categorias marxistas, o artigo analisa a trajetória da Vale de empresa estatal à transnacional privada e sua presença na Amazônia. Constata-se a expansão do capital estrangeiro e a financeirização, assumindo elementos da especulação nas decisões estratégicas da Companhia. Ao mesmo tempo, se intensifica a extração mineral na região, acelerando o esgotamento das reservas e gerando enormes contradições socioambientais, o que configura processo de espoliação e saque.

Palavras-chave: capital financeiro; Vale; saque; Amazônia

GILBERTO DE SOUZA MARQUES

Professor da Faculdade e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA.

Email: gilsm@ufpa.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0400-1337

GEDSON THIAGO DO NASCIMENTO BORGES

Doutor em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA.

Email: thiagoborgesufpa@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7034-3832

Abstract

Based on Marxist categories, the article analyzes Vale's trajectory from a state-owned company to a private transnational corporation and its presence in the Amazon. It notes the expansion of foreign capital and financialization, assuming elements of speculation in the company's strategic decisions. At the same time, mineral extraction in the region intensifies, accelerating the depletion of reserves and generating enormous socio-environmental contradictions, which configures a process of spoliation and looting.

Keywords: financial capital; Vale; looting; Amazon.

1. Introdução

Criada em 1942 como estatal, a mineradora Companhia Vale do Rio Doce se consolidou como uma das maiores empresas brasileiras, mas desde o início voltada à exportação. Após sua privatização em 1997, a empresa, com apoio estatal, ampliou sua participação no mercado externo, seja com vendas, seja com empreendimentos em outros países. Também acelerou a extração mineral e a financeirização de seu capital, aumentando a presença estrangeira e as estratégias de valorização de curto prazo para distribuir rapidamente grandes montantes de dividendos a seus acionistas. Acontece que isso gera profundas contradições socioambientais, particularmente nas regiões da Amazônia em que ela está implantada.

Por outro lado, alguns trabalhadores diretos da Vale, levando em consideração os salários recebidos (maiores que a média salarial do país) e outros "favores", como moradia para quem residia em suas *company towns*, olhavam para a empresa como uma mãe, que os beneficiava e os protegia. Seria isso mesmo? Para refletir sobre isso, mesmo que brevemente, recorreremos aos dados da extração de riqueza pela Companhia.

O artigo busca reconstruir a trajetória empresarial da Vale, que parte de empresa estatal e se torna uma corporação transnacional.[1] Mas focamos em suas ações na Amazônia, procurando evidenciar que sua entrada na região, a partir de Carajás-PA, lhe possibilitou mudar de patamar entre as grandes mineradoras mundiais, mas às custas de contradições para a região e para seus povos – isso é o objeto e a hipótese trabalhada neste artigo. Para isso, recorremos a análise e categorias elaborados por Marx (2017), aos estudos sobre financeirização, neoextrativismo, espoliação e saque.

[1] Este artigo é resultado de pesquisas já desenvolvidas (e em desenvolvimento) pelos autores sobre a Vale e sobre a Amazônia. Isso fica evidente em gráficos e em outras informações quantitativas reunidas ao longo do texto. Parte das considerações aqui apresentadas também está presente em outro material em elaboração pelos autores, cujo título provisório é "De empresa estatal à transnacional: dinâmica e financeirização do capital da empresa Vale", que traz outras abordagens, foco e resultados, ainda que sobre o mesmo objeto.

O texto parte da historicização da empresa, que surge como estatal e se torna transnacional (seção dois). Em seguida, abordamos sua financeirização e na seção quatro tratamos do processo de saque e espoliação vinculados às estratégias de lucro da empresa.

2. De empresa estatal a transnacional privada

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942 em meio à Segunda Guerra, ao forte nacionalismo e aos acordos de Washington. Por meio desses acordos, o Brasil entrou na guerra e se comprometeu a fornecer a borracha da Amazônia e o ferro de Minas Gerais aos aliados. Para tal, o governo britânico comprou as jazidas de ferro que pertenciam à Itabira Iron Ore e repassou ao Brasil. A sede da empresa era em Londres e seu principal proprietário era o estadunidense Percival Farquhar. Com isso, o governo Vargas criou a CVRD para extrair ferro e exportar aos EUA, principalmente.[2] Além das reservas de ferro, ela encampa a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, a Companhia Itabira de Mineração e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (Vale, 2025a). A companhia nasce como sociedade anônima, com possibilidade de aporte de capital privado nacional e estrangeiro (este principalmente na forma de financiamento – foi o caso de empréstimos e ingerência do Exibank). Desde a sua criação, esteve direcionada à exportação. No período de 1942-1961 a companhia exportou 98% do ferro extraído; de 1967 a 1997 algo em torno de 80% (Milanez *et al.*, 2018).

Nos anos 1970 a Vale do Rio Doce entra na Amazônia para a extração de ferro da região de Carajás, no Pará. Esse fato permitiu uma mudança de patamar da companhia, pois não apenas aumentou muito a quantidade de ferro que ela extraía, como permitiu acessar em maior volume mercados externos, consolidando-se como empresa estatal internacionalizada.

Para tal, um conjunto de mudanças locais e de legislação foram adotadas antes e depois da entrada da empresa na região. Ainda que sob um discurso

[2] Também fruto dos acordos de Washington foi criada a estatal Companhia Siderúrgica Nacional.

"nacionalista" e de segurança nacional, a Constituição de 1967 e o Código Mineral do mesmo ano estabeleceram que o subsolo não teria dono, que caberia ao governo definir quem o exploraria (por concessão), e que essa exploração poderia ser controlada por empresas estrangeiras organizadas no Brasil. Outras medidas mais impactariam a Amazônia, como o Radar da Amazônia (para, entre outros, mapear o subsolo amazônico), a estatal Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/DNPM), o Estatuto da Terra e a política de incentivos fiscais, redefinindo o papel que ela cumpriria na reprodução capitalista brasileira (associada à dinâmica de capital em escala mundial) a partir de amplo levantamento geológico: ser fornecedora de produtos básicos (principalmente minerais). Papel destinado particularmente à Amazônia oriental. O diagnóstico sobre a região no planejamento mudou: deixou de ser uma região deprimida (pobre) para ser fronteira de recursos naturais, particularmente minerais (Marques, 2007).

Determinantes extrarregionais influenciaram na decisão: crise de acumulação dos anos 1970, elevação da taxa de juros, inflação, financeirização e choque do petróleo, deslocando para a periferia mundial etapas produtivas muito poluentes e muito custosas em termos energéticos. A isso se somou a crise da economia brasileira, a necessidade de completar a industrialização pesada e a busca por responder ao estrangulamento cambial e ao endividamento externo. Além dos grandes empreendimentos agropecuários incentivados pelo governo, a ocupação da Amazônia passa a ser orientada por megaempreendimentos hidrelétricos e minerais, com avançada tecnologia e na associação do Estado com o capital privado nacional e estrangeiro.

O governo da ditadura contratou a Força Aérea dos EUA para fazer o levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro, estimando, inclusive, a ocorrência mineral. Diante disso, as "descobertas" por mineradoras estrangeiras começaram a aparecer, entre as quais em 1967 a United States Steel (USA) encontrou ferro Carajás (Parauapebas). Breno dos Santos, geólogo da US Steel, relata que em sobrevoo sobre Carajás pousou o helicóptero numa clareira e constatou que se tratava de ferro a céu aberto.

Para ele, a "descoberta" da maior província mineral do planeta "foi destino, sorte [...]. Carajás foi a última descoberta romântica da história da geologia" (Vale, 2017).

Foi criada a Amza (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela US Steel (com 49,1% das ações) para explorar Carajás. Diferenças de objetivo e de estratégias no mercado internacional faziam a US Steel[3] postergar o empreendimento, enquanto a Vale queria acelerá-lo. Para efetivar o Projeto Ferro-Carajás (PFC), a CVRD comprou participação da US Steel em 1977.

O PFC, com reservas minerais e o complexo *company town*-mina-ferrovia-porto, se tornou o eixo fundamental do Programa Grande Carajás (PGC), criado em 1980, para estimular e efetivar investimentos em diversos setores na Amazônia, mas principalmente em extração de recursos naturais. Informações da CVRD, processadas por Hall (1991) e Cota (2007), afirmam que o PGC foi orçado em 1981 em US$ 61,7 bilhões e tinha como eixo de suas atividades a mineração, incluindo os 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor de Carajás a serem exploradas pelo PFC. O governo brasileiro assumiu o financiamento: 68% dos investimentos decorreram de recursos diretos do governo e de suas instituições financeiras (Loureiro, 2004). Segundo Santos (2016), o PFC envolveu US$ 3,462 bilhões, dos quais US$ 1,02 bilhão do BNDES e US$ US$ 852 milhões da CVRD. Os recursos estrangeiros decorreram, por ordem de participação, da Eurpean Coal and Steel Community, da Nippon Carajás Iron Ore Co. Ltda., do Banco Mundial e do KfW (banco alemão). As decisões sobre o PGC não passavam pelas instituições e governos locais, se traduzindo em perda de autonomia e de capacidade de intervenção regional – como foi o caso da Sudam (Marques, 2023).

O PGC estimulou outros empreendimentos. Foi o caso do complexo de extração de bauxita e sua transformação em alumínio primário. Interessava

[3] Que contava com outras minas em operação em outras partes do planeta.

ao Japão repassar à periferia essa atividade, muito custosa ambientalmente e em termos energéticos. As reservas de bauxita do rio Trombetas (Oriximiná-PA), extraídas pela Mineração Rio do Norte (composta por Vale, Alcan e outros acionistas), seriam beneficiadas em Barcarena-PA, por meio da Albrás e Alunorte, subsidiárias da CVRD. Criou-se um consórcio entre a Vale e a Naac (Nippon Alumínio Company Ltda.), da qual o governo japonês era o maior acionista (Bentes, 1992). O principal insumo da cadeia produtiva do alumínio era a energia elétrica, muito custosa naquele momento (representando de 30% a 40% do custo total). Ela deveria ser ofertada ao empreendimento a preço rebaixado para que o alumínio paraense fosse vendido ao Japão a preços reduzidos. O governo construiu a UHE de Tucuruí (fundando a estatal Eletronorte para isso), se endividando e gerando enorme dano ambiental e social (Marques, 2023).

Em 1993, a CVRD firmou acordos comerciais com a China[4]. A empresa buscava fortalecer parcerias, a fim de fidelizar novos mercados. Nesse sentido, a Cia. Vale do Rio Doce exportou para a Baoshan Steel, maior siderúrgica da China, 120 milhões de toneladas de ferro de Carajás. Essa exportação de minério de ferro para a China ganhou contornos mais expressivos nos anos 2000, considerando que o Sistema Norte[5] veio paulatinamente aumentando sua parcela nos resultados financeiros alcançados pela empresa.

Mas os anos 1990 foram marcados pelo neoliberalismo, seguindo o Consenso de Washigton. Preparando as privatizações, o governo aprovou a lei Kandir, que isenta produtos básicos e semimanufaturados do ICMS, estimulando exportação, mas comprometendo a arrecadação estadual. A

[4] "Não era a primeira vez que a Companhia comercializava com os chineses. O comércio entre a Vale e as siderúrgicas da China começou em 1973, com a exportação de minério de ferro das minas do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais" (Vale, 2012, p. 227).

[5] A Vale possui quatro sistemas no Brasil para a produção e distribuição de minério de ferro. *Sistema Norte:* região de Carajás-PA; *Sistema Sudeste*: no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, composto por três complexos de mineração: Itabira, Minas Centrais e Mariana. *Sistema Sul*: também no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, (complexos Vargem Grande e Paraopeba). Em 2019, a Vale reorganizou o Sistema Sul, eliminando o complexo de Minas Itabirito e considerando as minas que o compunham como parte dos complexos de Vargem Grande e Paraopeba. *Sistema Centro-Oeste*: localizado no Mato Grosso do Sul, no município de Corumbá (Brasil Mineral, 2020).

CVRD foi vendida por R$ 3,3 bilhões em 1997, um escândalo – entre outros porque o Bradesco participara do estudo sobre o preço de venda e depois se tornou um dos compradores. Somente em reservas de ferro a companhia tinha 12,9 bilhões de toneladas. Ela dispunha de R$ 700 milhões em caixa e já gerava lucro anual superior a US$ 500 milhões – montante em enorme crescimento em função do investimento feito pouco antes da privatização e da maturação do PFC. Em 1996, ela havia pagado US$ 550 milhões do financiamento à instalação do PFC, caminhando para rápida quitação (Marques, 2023). Em 2007 a empresa deixa de ser Companhia Vale do Rio Doce para ser nominada de Vale S.A.

Após sua privatização, a CVRD, com apoio decisivo do BNDES, passou a diversificar suas atividades (minérios, insumos/fertilizantes agrícolas, logística e comercialização) e sua inserção internacional, chegando a estar presente em 40 países (no auge dos preços minerais), posteriormente reduzido a aproximadamente 25 nações.[6]

Isso envolveu aquisição de minas e empreendimentos em vários países. Em 2006, ela compra a canadense Inco, produtora mundial de níquel. Também intensificou investimentos em seu núcleo central, a extração de ferro. Foi o caso do projeto S11D, em Canaã dos Carajás-PA. A Vale assumiu dimensão mais que proporcional dentro da Amazônia, com capacidade de intervenção muito maior que qualquer município local e até maior que governos estaduais. Ela monopoliza as exportações de ferro da região. Em 2011, esse minério representou 59% do total das vendas da região Norte ao exterior e a empresa concentrou 62% das exportações da região Norte e 70,25% das exportações paraenses. Mesmo tendo vendido alguns de seus empreendimentos na Amazônia e enfrentado a queda dos preços do ferro, a companhia concentrou 37,34% das exportações do Norte e 48,01% do Pará em

[6] "A privatização levou a CVRD a orientar sua acumulação globalmente, buscando não apenas mercados de exportação internacionais – como já fazia com sucesso durante o período estatal –, mas adquirir e abrir novas operações de extração fora das fronteiras brasileiras (internacionalização), além de diversificar suas fontes de financiamento e buscar valorização nos mercados de capitais internacionais" (Aguiar, 2022, p. 67).

2015. Somando as exportações da Vale e de suas ex-subsidiárias, totalizou-se mais de 60% de tudo que a região exportou e mais de 80% das vendas externas do Pará em 2015. Mesmo com a queda dos preços, suas exportações de Carajás cresceram. A cada dia de 2011 a Vale exportou 266,3 mil toneladas de ferro de Carajás. Em 2017 chegou a 449 mil toneladas por dia (Marques *et al*., 2023). Se esses montantes não tivessem contrapartida em termos de desenvolvimento social para a população local, isso já indicaria processos de espoliação e saque. Trataremos disso mais à frente.

Apesar do fim do boom das *commodities*[7] a partir de 2015, esse quadro se manteve em função da entrada em operação do novo projeto em Carajás (S11D/Canaã dos Carajás-PA), ampliando a extração de ferro. A implantação do empreendimento se iniciou ainda durante a ascensão dos preços:

> Com efeito, no primeiro governo Dilma Rousseff, houve aumento significativo do financiamento do BNDES para a Vale. Apenas em operações diretas de empréstimo, de 2011 a 2014, o BNDES repassou à Vale R$ 14,150 bilhões. Excetuando-se um grande aporte (de mais de R$ 3,2 bilhões) para a modernização das minas de ferro de Itabira (MG), em dezembro de 2012, e outro (de cerca de R$ 800 milhões) para a modernização de uma mina de cobre no complexo de Carajás, a maior parte desses recursos destinou-se ao Projeto Ferro Carajás S11D (Aguiar, 2022, p. 226).

Para que pudessem ser realizados empréstimos dessa magnitude, o Banco Central teve que alterar norma, permitindo que a Vale fosse incluída no diminuto grupo de empresas para as quais o BNDES pode emprestar montante superior a 25% de seu patrimônio de referência.

Totalizando US$ 14,3 bilhões, segundo a empresa (US$ 19,67 bilhões, segundo Aguiar, 2022), o S11D envolveu implantação da mina e usina (US$ 6,4 bilhões, com intensa mecanização) e expansão-duplicação da estrada de ferro Carajás (EFC) e do porto Ponta da Madeira (São Luís-MA), somando

[7] O *boom* das *commodities* foi o período de grande crescimento dos preços iniciado em meados da primeira década do século XXI e se prolongando até 2015, estimulado pela demanda chinesa.

mais US$ 7,9 bilhões.[8] Com baixos custos de extração e minério de alto teor, o S11D permitiu que a Vale se reposicionasse no mercado internacional após o *boom* das *commodities*. "Os investimentos da Vale no Projeto S11D, financiados pelo BNDES, foram, portanto, fundamentais para o reposicionamento da empresa diante das mudanças nos preços dos minérios após o 'superciclo de *commodities*'" (Aguiar, 2022, p. 228-229) – reposicionamento que a consolidou como corporação transnacional.

3. Neoextrativismo e intensificação da extração mineral pela Vale

Desde a sua privatização, a Vale transitou de uma empresa internacionalizada para se tornar transnacional. Era uma empresa que, mesmo sendo estatal, já se expandia no mercado mundial, particularmente na venda de minérios. Após a privatização, ela foi se instalando em outros países com unidades de extração mineral ou de comercialização. Mas seu capital paulatinamente foi se diversificando em termos de origens dos acionistas, aumentando a presença estrangeira e a composição deles, com fundos de investimentos/financeirização ganhando importância. Isso a configurou como empresa transnacional. Dois elementos são importantes para entender essa trajetória: (1) a grande expansão dos preços das *commodities* (nominada como *boom* das *commodities*) e a intensificação da extração mineral (definida por muitos analistas como neoextrativismo)[9]; (2) a financeirização de seu capital, acompanhando uma dinâmica presente nas grandes corporações mundiais.

De 2002/2004 a 2011 ocorreu intensa elevação dos preços dos produtos básicos, fenômeno nominado como *boom* das *commodities*. Ele foi seguido de uma forte retração até 2015 quando reiniciou uma dinâmica de elevação, com nova queda a partir de 2021. As importações mundiais de ferro somaram

[8] Um investimento altíssimo, mas, analisando os preços no século XXI, eles saíram de US$ 21,74 no ano 2000 e alcançaram US$ 214,43 em junho de 2021. Numa conta rasteira, a média entre estes dois extremos é US$ 118,09. Multiplicando isso por 90 milhões de toneladas num ano temos US$ 10,63 bilhões.

[9] O que contribuiria para a reprimarização da economia brasileira. Sobre esse tema e especificamente o papel da Amazônia nele ver Cooney (2024), Marques (2023a) e Trindade e Cruz (2024).

500 milhões de toneladas em 2001 e se expandiram progressivamente até 1,4 bilhão de toneladas em 2014. A oferta acompanhou a procura, partindo de 1,1 bilhão para 3,4 bilhões nesse período. Isso foi estimulado pela demanda chinesa que saltou de 18% para 67% das importações mundiais nos dois anos citados. Nos primeiros anos da década 2000, o preço da tonelada do minério oscilou na casa dos US$ 20 e alcançou US$ 187,18 em fevereiro de 2011 (Gráfico 1). Cresceu a participação das exportações de ferro na balança comercial brasileira, saltando de 6,8% em 2000 para 17,6% em 2011, para a qual muito contribuiu a intensificação da extração em Carajás. Igualmente, ocorre com a valorização do capital da Vale (Wamnderley, 2017).

Gráfico 1: Preço mensal do minério de ferro (Fe62) - US$/ton. métrica seca, 2000-2024

Fonte: Thomson Reuters, Banco Mundial, Index Mundi (2025). Elaboração dos autores.

O *boom* das *commodities*, alimentado pela demanda chinesa, impulsionou a exportação de produtos primários (veja os números da Vale na Amazônia que citaremos mais à frente) e a constituição de empresas transnacionais, mas isso ocorreu reprimarizando essas economias periféricas exportadoras de *commodities*, de forma subordinada na divisão internacional do trabalho – o que reforçou a transferência de valor que historicamente marcou o subdesenvolvimento desses países.[10]

[10] Transferência de valor analisada de forma consistente desde os anos 1960 pela Teoria Marxista da Dependência – veja Marini (2005), Osório (2017), Leite, De Paula e Corrêa (2022), Luce (1998). Trataremos desse tema em dados na seção cinco, ainda que por limitações de espaço, neste texto, não aprofundaremos a sua discussão teórica.

A elevação dos preços das *commodities* foi acompanhada da intensificação da extração e exportação mineral mundial, processo nominado como neoextrativismo. A definição de neoextrativismo, originada na América Latina, se refere ao fenômeno de extração mineral destinada à exportação, intensificada particularmente no início do século XXI. Essa definição não se limita à região, nem à mineração, incluindo outras atividades como o agronegócio. Gudynas (2009) afirma que ele é um modelo de desenvolvimento que busca expansão econômica a partir da apropriação dos recursos naturais de um país ou região. O Estado atua ativamente, mesmo que em associação com o capital privado. O modelo é defendido por governos diversos. Mesmo em governos "progressistas", essa extração destina-se principalmente ao exterior e se concentra em produtos básicos, pequena diversificação e inserção subordinada nos mercados internacionais. Diante do progressismo, o extrativismo voltou a instalar a ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo auge das *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento (Svampa, 2019, p. 27). No início do século XXI, ele teria adquirido novas dimensões, apresentando continuidades e rupturas com o extrativismo histórica e estruturalmente presente na região.

Historicamente, a inserção da América Latina e particularmente da Amazônia no sistema mundial apoiou-se no extrativismo, levando correntes progressistas e de esquerda a denunciá-lo como gerador de desigualdade e pobreza. Contudo, governos progressistas no século XXI passaram a construir novo discurso, onde o extrativismo aparece como condição necessária ao crescimento econômico e ao combate à pobreza, principalmente durante o boom das *commodities*.[11]

[11] A questão que levantamos é: as rupturas são tão expressivas para originar um novo fenômeno expresso na definição de novo (neo) ou estamos diante principalmente da intensificação de características já existentes, com a incorporação de algumas novas? Independente da resposta, o processo é expressivo e merece ser analisado.

O neoextrativismo, como afirmado, conta com apoio do Estado em ações em que se apropriam de recursos naturais locais os grandes grupos econômicos, configurando a espoliação:

> O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos [de acumulação primitiva e por espoliação], havendo consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado (Harvey, 2004, p. 111 e 121).[12]

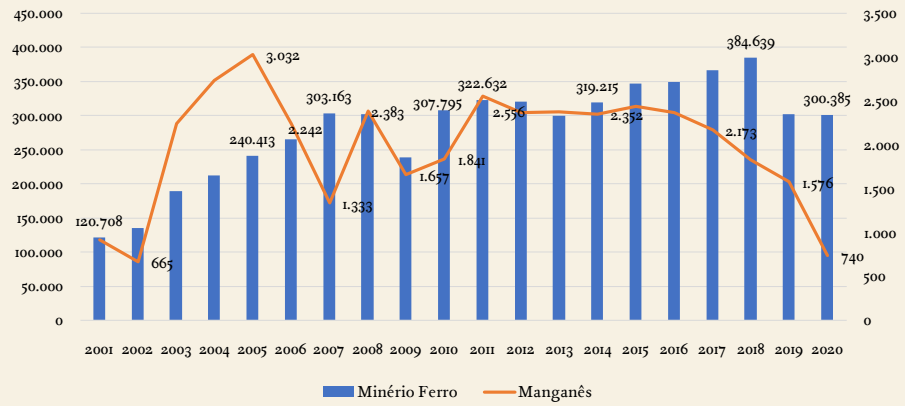
A presença do capital financeirizado no setor mineral e o peso das exportações para a China têm fortalecido a dinâmica primário-exportadora da Amazônia e o caráter da região como produtora de *commodities* – vide a participação da Vale no total das exportações amazônicas citada na seção dois deste texto. A empresa tem suas operações amazônicas no Sistema Norte: região de Carajás (minas) e São Luís-MA (porto de exportação Ponta da Madeira), além da EFC. As minas do Sistema Norte se dividem entre Serra Norte, Serra Sul e Serra Leste. Na Serra Sul há a mina e a usina de processamento S11D, inaugurada em dezembro de 2016, com capacidade inicial de extração de 90 milhões de toneladas ao ano. As atividades extrativas da empresa na Amazônia estão no Pará: minas de minério de ferro N4E, N4W e N5 (Parauapebas), S11D/ferro (Canaã dos Carajás), Onça Puma de extração

[12] Na definição de Harvey (2004) a acumulação por espoliação implica a reprodução atual dos processos que Marx caracterizou como acumulação primitiva: privatização da terra, expulsão violenta das populações locais, processos coloniais, escravização e outros mais, apoiados pelo monopólio estatal da violência. Assim, "todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia do capitalismo até nossos dias" e isso se associa à acumulação ampliada e à "financialização" (p. 120-121). Mas faz a ressalva de que "parece estranho qualificar como 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento". Por isso, adota o termo "acumulação por espoliação". Acontece que, ao desenvolver o tema, Harvey inclui tantos casos, processos e elementos (ataques especulativos, neoliberalismo, agronegócio, fundos financeiros atuais, direitos de propriedade intelectual e patenteamento genético, mudança de legislação social etc.) nessa definição, ampliando tanto o escopo abrigado no que chama de espoliação que ela tende a perder a capacidade de captar a especificidade. Adotamos a definição de Harvey, mas de forma mais restrita, mais vinculada aos processos do que Marx nominou como acumulação originária.

de níquel (Ourilândia do Norte), mina de manganês Azul (Parauapebas), minas de cobre Salobo (Marabá) e Sossego (Canaã dos Carajás). Não é por outra razão que o Estado possui forte dinamismo do setor mineral com presença do capital transnacional (Borges, 2021).

A produção do minério de ferro da Vale apresentou trajetória crescente ao longo do período de 2001 a 2018, passando de uma extração anual de 120 milhões de toneladas ao ano, para 384 milhões de toneladas de minério de ferro ano, perfazendo um crescimento percentual médio de 6,65% ao ano. Na comparação entre a produção de minério de ferro da mineradora em 2001 com a produção de 2018, a expansão foi de 218,65% – conferir gráfico a seguir:

Gráfico 2. Produção de minério de ferro e manganês da Vale S.A., em mil toneladas 2001 a 2020

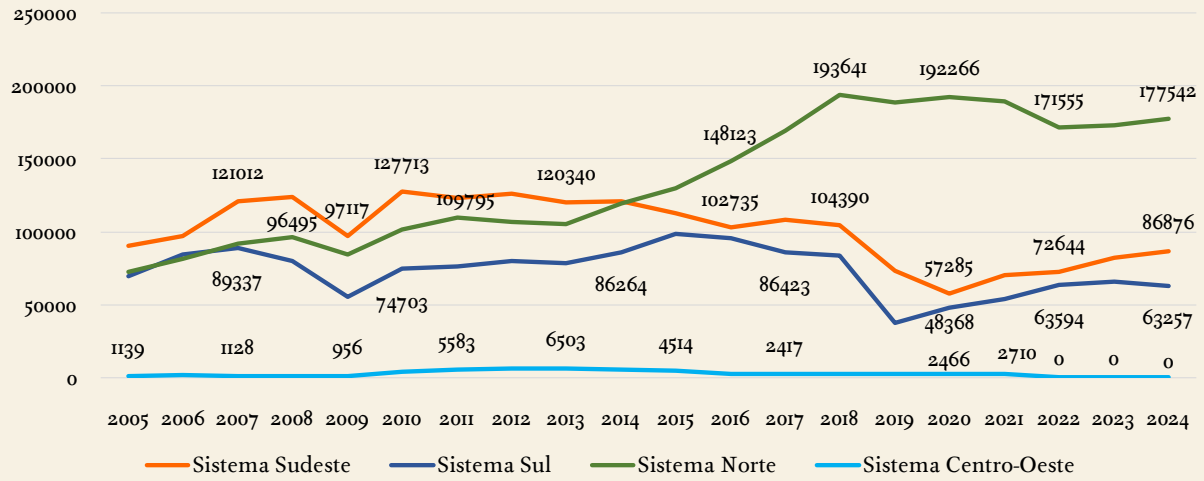


Fonte: Vale Relatório de Produção e Venda, 2001 a 2020. Elaboração dos autores.

O Gráfico 2 ilustra o peso do ferro nas atividades da Vale. Enquanto o minério de ferro atingiu uma produção em média de 281 milhões de toneladas no período de 2001 a 2020, o segundo minério mais produzido por ela no Brasil, o manganês, atingiu uma produção de aproximadamente 2 milhões de toneladas (Borges, 2021). Apesar de toda a diversidade mineral disponível à mineradora, ocorre a concentração de suas atividades no ferro – evidenciada não apenas pelos montantes extraídos, mas também pelo investimento. Foram aplicados US$ 14,3 bilhões para a instalação de S11D.

Os anos 2010 marcaram uma mudança importante. O Pará superou Minas Gerais como principal centro produtor de ferro da Vale. Isso se deve à entrada em operação do S11D, maior complexo minerador e maior investimento da história da empresa. Essas informações evidenciam a magnitude da extração de ferro nas atividades da empresa. Essa produção vem sendo sustentada, de maneira crescente, no Sistema Norte (Carajás). O Gráfico 3 descreve os movimentos da extração do minério de ferro por cada um dos sistemas de produção da empresa:

Gráfico 3: Extração de minério de ferro pela Vale, por sistema de produção, mil ton. 2005-2020



Fonte: Vale Relatório de Produção e Venda, 2005 a 2020. Elaboração dos autores.

A produção do Sistema Sudeste (minas de Itabira, Minas Centrais e Mariana) registrou uma média de extração de ferro em torno de 102 milhões de toneladas e foi superada pelo Sistema Norte (Carajás: Serra Norte e Leste e S11D) em meados de 2013. Em 2024 as minas de Minas Gerais extraíram 150,2 milhões de toneladas, em Carajás foram 177,7 milhões de toneladas, o que corresponde a 487 mil toneladas ao dia extraídas do Pará.[13] As minas da Amazônia são centrais para as atividades da Vale S.A. e determinantes na geração de lucros – de modo que os ganhos da mineradora tendem a depender mais da extração amazônica.

[13] Outros dados mais detalhados podem ser encontrados em Souza (2024).

O fim do ciclo de expansão dos preços ocorrido até início de 2011 foi seguido de forte queda, tendo a cotação caído para US$ 40 em dezembro de 2015. Isso impactou negativamente o preço dos papéis das grandes mineradoras. As ações da Vale se desvalorizaram 87,2% e da BHP Billiton 68,4%. O financiamento tomado durante o *boom* para comprar empresas/minas e montar novos empreendimentos se tornou enorme endividamento, que precisava ser diminuído drasticamente.[14] As empresas passaram a diminuir investimento e/ou concentrá-los onde a rentabilidade seria maior, diminuindo a produção ou desativando minas menos rentáveis. Foi o que a Vale fez com a intensificação (1) em Carajás (implantando o S11D), dobrando sua capacidade de extração e alcançando algo próximo a 200 milhões de toneladas anuais (*vide* relatório de desempenho da empresa); e (2) em Mariana e Brumadinho, mas a um custo socioambiental terrível, produzindo muito mais resíduo. Isso gerou maior pressão sobre as barragens de rejeitos, que foram construídas com o método mais barato, aquele que usa a própria lama rejeitada para fazer as paredes de contenção. A possibilidade de rompimento era grande, e aconteceu. Por isso, não foi acidente. Foi crime.

Redução de custos operacionais, aumento da exploração de trabalhadores(as), demissões e venda de empreendimentos tomados como não estratégicos, foram outras medidas adotadas de modo a elevar a rentabilidade e manter seus papéis valorizados no mercado financeiro, respondendo à pressão de seus acionistas por maiores lucros. A Vale, entre outras negociações, alienou seu setor de fertilizantes, desfez uma sociedade com a ThyssemKrupp, vendeu seu segmento de carvão mineral (mina Moatize em Moçambique e o corredor logístico Nacala em Moçambique e Malawi) e negociou parte de sua frota de navio (nesse último caso, levando em consideração também a pressão de alguns países interessados em ganhar com esse serviço).

Esse tipo de transação não é novidade. A questão é a intensidade, acelerando algumas negociações que já estavam no horizonte ainda no *boom*

[14] Dívida que seria de US$ 25 bilhões em fins de 2016 e deveria ser reduzida em dois anos para US$ 10 bilhões, segundo suas metas (Aguiar, 2022).

dos preços. Em 2011 a Vale repassou o controle acionário do complexo Albrás-Alunorte (e da mina de bauxita de Paragominas/PA e do projeto da refinaria CAP) para a Norsk Hydro, transnacional cujo principal acionista é o governo norueguês. A nova proprietária anuncia que a Alunorte é a maior fábrica de produção de alumina (estágio anterior ao alumínio primário) do planeta. Em 2010, a Vale já havia vendido a mineradora Pará Pigmentos S.A. (PSSA), instalada no Pará para extrair caulim, para a Imerys (belgo-francesa) (Marques *et al.*, 2023). Em dezembro de 2023, a companhia vendeu sua participação de 40% na Mineração Rio do Norte (Oriximiná-PA) para uma subsidiária da Hydro (a Vale era a majoritária). A MRN afirma ser a terceira maior produtora de bauxita do mundo.

Isso seguiu sua nova estratégia de focar na atividade em que tinha maior domínio técnico-produtivo-comercial, o ferro – o que se nomina de core *business*. Mas também decorreu da necessidade de responder aos interesses de curto prazo dos acionistas de mercado, fazendo com que a empresa caminhasse ainda mais para a financeirização de seu capital (Marques, 2023; Borges, 2021), o que pode ser evidenciado na intensificação das negociações diárias de seus títulos no Bolsa de Valores de São Paulo e seu novo mercado B3 (*vide* Gráfico 4 na seção seguinte).

4. Financeirização e transnacionalização do capital da Vale

Diferente da simples internacionalização, a transnacionalização pode ser entendida como a fusão (por compra, associação, instalação e outros processos) e a integração funcional de capitais em diversos países, gerando processos de produção e acumulação em nível mundial.

A exploração e a comercialização mundial do minério de ferro são controladas por quatro grandes empresas: Vale, Rio Tinto, BHP Billiton e Fortescue. Este oligopólio é resultado, entre outros, da concentração e centralização de capital, tal qual expôs Marx (2017) – o que nos permite analisar duas características da valorização ampliada dos capitais das empresas mineradoras.

A primeira característica, relacionada à valorização do capital da empresa Vale S/A, corresponde à intensificação do processo de exploração, transporte e exportação mineral. Essa análise diz respeito à acumulação produtiva associada à extração de mais-valor/mais-valia, a partir da relação capital-trabalho no sistema mina-ferrovia-porto.

Essa acumulação é resultado da intensidade de uso do capital industrial da Vale, de modo que o avanço da acumulação está relacionado ao aumento da composição orgânica de capital (c/v). A própria natureza da exploração de metais (particularmente não "nobres") exige um montante crescente de capital para iniciar a operação. O capital no setor mineral já se apresenta concentrado, centralizado e oligopolizado. Também há apropriação de lucro originado em outras esferas, como é o caso da renda diferencial mineral e dos ganhos de direito de propriedade, tal como tratados por Harvey (2013) e Paulani (2016, 2017a, 2017b).

A segunda característica corresponde à valorização artificial do capital da empresa Vale S/A, vinculada à financeirização, propiciando um regime de acumulação fora da produção direta de mais-valor. Essa valorização corresponde aos ganhos no mercado financeiro (com a captação de capital financeirizado e emissão de títulos). Obtêm-se receitas originárias de setores não produtivos ou simplesmente que geram riqueza fictícia, especulativa.

Em síntese, o ciclo de valorização do capital da Vale se baseia na força de trabalho e na extração de mais-valia. Outra forma de valorização são operações efetuadas no mercado financeiro. Mas a renda proveniente das operações financeiras não corresponde ao processo de valorização do capital (produtivo), pois não se gera valor na esfera especulativo-rentista.

O ciclo do capital, D-M-D', que pode ser apresentado também como $D - M < \frac{FT}{MP} \ldots P \ldots M' - D'$ (capital industrial), é capital-dinheiro (D) que se transforma em meios de produção (MP) e força de trabalho (FT) que entram em produção (capital produtivo), originando uma nova mercadoria (M', capital mercadoria) já acrescida de mais trabalho. Ao ser vendida por

seu valor, a nova mercadoria se transforma numa massa de dinheiro (D') superior àquela inicial. A valorização ocorreu no processo de produção e a partir da apropriação do trabalho excedente do(a) trabalhador(a). Mas esse circuito todo é muito tenso ao capital (Marx, 2017). O capitalista enfrenta trabalhadores e outros burgueses. Se o capitalista não conseguir vender sua mercadoria, perderá capital. Assim, o ciclo ideal ao capital seria D-D', dinheiro que se transforma em mais dinheiro, sem passar pela produção. Isso ocorre por meio da financeirização do capital.

Lênin (1989), no início do século XX, definiu capital financeiro como uma forma superior de capital que controla a indústria e o banco ao mesmo tempo. Desde então, muitas transformações ocorreram, entre as quais a longa fase de crescimento nominada como anos dourados (Hobsbawn, 1995) e seu esgotamento nos anos 1970. Diante da queda das taxas de lucro, as respostas envolveram a flexibilização da produção e do trabalho, incorporação tecnológica, mundialização-globalização, desregulamentação dos mercados de capitais e deslocamento de capitais para a valorização financeira (de títulos) (Chesnay, 1996; Harvey, 1996). É essa forma específica que se nomina atualmente como capital financeiro.

Acontece que a expressão capital financeiro é usada para se referir a muitas manifestações, inclusive ao capital a juros, que é um capital improdutivo, mas não é parasitário porque cumpre função na produção-circulação do capital industrial. Carcanholo e Nakatani (2015) e Nakatani (2015) criticam esse uso indiscriminado do termo, propondo alternativamente a definição de capital especulativo parasitário. O capital fictício (títulos públicos e privados, debêntures, ações...) se torna parasitário e seu movimento independe do capital industrial, quando seu ganho passa a ocorrer nos mercados especulativos. Por isso é capital especulativo parasitário. Ele é capital fictício quando ultrapassa os limites normais da reprodução do capital industrial. Não produz valor, nem contribui para essa produção, mas se apropria crescentemente do excedente de valor criado na produção. Ele subordina as demais formas de capital, que passam a operar também prioritariamente

de maneira especulativa (Carcanholo e Nakatani, 2015). É válida a precisão de Carcanholo e Nakatani, mas, por conta da generalização do termo capital financeiro (e financeirização), continuamos usando-o, porém com o conteúdo de se referir ao capital que se remunera nos circuitos financeiros e principalmente em função dos lucros especulativos. Por isso, é importante olhar rentismo e *assetização*.

A financeirização é mais do que apenas o protagonismo do setor financeiro *stricto sensu* (bancos e corretoras de valores mobiliários, por exemplo), pois se relaciona também ao comportamento da empresa de produção: compulsão por ganhos de curto prazo e a transformação da sua administração num "centro de lucro", o que inclui até a forma como se remuneram os gestores. A financeirização é a face mais expressiva do processo em que rendimentos derivados da propriedade se sobrepõem aos rendimentos decorrentes da produção (da geração de valor novo e de mais-valia), de modo que o processo de acumulação se torna progressivamente mais rentista, ensejando crescentemente a "criação de ativos que são constituídos pura e simplesmente da compra, ou contratação, de fluxos futuros de rendimentos" (Paulani, 2024, p. 106).[15] Assim, ganha evidência o processo que transforma diversos tipos de coisas em ativos. A isso se nomina de *assetização*. Nesses termos, segundo Leda Paulani, geração de capital fictício, assetização e acumulação por espoliação se relacionam no capitalismo financeirizado do século XXI.

A acumulação de capital na mineração da Amazônia pela Vale tem se sustentado na valorização decorrente da exploração mina-ferrovia-porto (e da apropriação do trabalho excedente). Mas, para além da região, ocorre valorização fora da esfera produtiva – é o caso do aumento do valor de mercado das empresas a partir de transações financeiras. Com a financeirização, as

[15] "Nesse regime de acumulação rentista, os ativos intangíveis (marcas, patentes, direitos de propriedade, know-how etc.) têm mais importância que os ativos físicos (instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas). Ademais, por meio de distintos arranjos financeiros (fundos, consórcios, *private equites*, *holdings*), a propriedade vai se distanciando de forma crescente do processo de produção em si, qual seja, aquele capaz de produzir valor novo e valor excedente. E a separação entre os dois mundos vai ficando cada vez maior, na medida em que os grandes grupos de capital se dedicam hoje fundamentalmente a gerir seus ativos intangíveis, terceirizando a produção propriamente dita" (Paulani, 2024, p. 103).

estruturas econômicas passaram a ser subordinadas aos retornos rentistas a acionistas em curto prazo. As decisões corporativas se concentraram na maximização do dividendo, fortalecendo o rentismo, advindo das aplicações financeiras. Isso passou a desempenhar papel disciplinador no âmbito das decisões corporativas, condicionando as estratégias empresariais dos conselhos administrativos. A separação entre administração e propriedade das corporações exerceu papel normativo mais intenso.

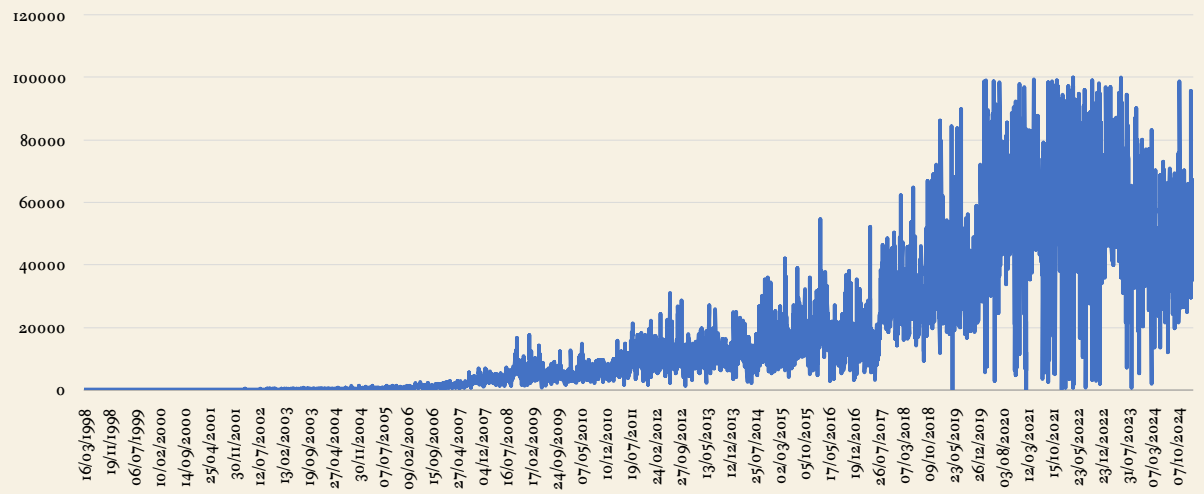
Os quadros dirigentes das corporações transnacionais financeirizadas passaram a ser recompensados em função da sua capacidade de maximizar o preço das ações empresariais que representam. Os gestores (conselho de administração e diretoria) dessas empresas subordinam seus interesses aos dos acionistas (Mansur e Santos, 2019; Borges, 2021). Esse novo ordenamento concentra esforços muito mais na dimensão dos retornos financeiros do que nos ganhos produtivos, redefinindo a concepção de eficiência corporativa.

A estratégia corporativa financeirizada assume aspectos concretos ao observar os requisitos para participar do novo mercado da bolsa de valores B3, como pode ser visto na introdução das ações da Vale S.A. (Vale3) nesse mercado. Essa entrada estava condicionada a três níveis de mudanças essenciais. A tríplice exigência correspondeu ao estabelecimento de elevados níveis de *disclosure*, ou seja, demonstração de transparência pertinente às situações econômicas e financeiras da empresa, além do fortalecimento da governança corporativa e a transformação dessas empresas numa *True Corporation*, a saber, empresa sem um controlador definido.

A adesão a essas exigências modelou a forma de valorização do capital, pois elas se tornaram fundamentos para transformar empresas do setor produtivo em geradoras de ganhos financeiros. A arquitetura financeira arranjada pelas exigências à entrada de empresas de capital aberto ao novo mercado da bolsa de valores B3 constituiu um espaço propício para valorização na esfera financeira, vista no crescimento da liquidez das ações (facilidade de negociação e preço alto) e na proteção de investidores (aplicadores) minoritários. Após a Vale S/A assinar o acordo de acionista em 2017 que

a transformou numa *True Corporation*, as ações Vale3 apresentaram uma trajetória de cotação e negociação crescente (Gráfico 4). Na data da assinatura do acordo, a cotação da ação Vale3 registrava o preço de R$ 36,00 (20/02/2017), atingindo elevados níveis de preço, orbitando em torno de R$ 115,00 em 06/05/2021:[16]

Gráfico 4: Número absoluto de transações diárias da ação Vale3 de 1998 a 2024



Fonte: Oceans14. Elaboração dos autores (2025).

A participação de número crescente de indivíduos (aplicadores) no mercado financeiro a fim de manter elevada quantidade de negociações se torna medida perseguida pelo novo mercado B3, objetivando patamares de liquidez para as ações negociadas. As medidas de proteção aos investidores minoritários buscam estabelecer um arranjo que lhes possibilite a participação em massa. Porém, o resultado "líquido" dessa medida concentra-se no mecanismo de gerar liquidez às ações, como ocorreu com a Vale3. Mas, na medida que a especulação é fundamental nesses mercados, a empresa tem que dar sinais permanentes de que seu desempenho é muito produtivo. Nesse sentido, a intensificação da extração mineral em Carajás e, particularmente,

[16] Chama a atenção que tal elevação do preço ocorreu no contexto de pandemia da Covid-19 e sob os efeitos de dois crimes praticados pela empresa: o rompimento das barragens de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), ambos em Minas Gerais (Borges, 2021).

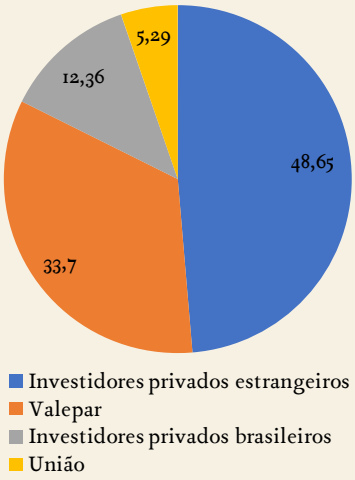
a operação de S11D, se torna crucial. Amplia a extração a baixo custo, sinalizando elevados ganhos de rentabilidade da produção, estimulando as transações dos títulos da empresa no mercado, ou seja, a especulação.

Setor produtivo e capital fictício-especulativo se associam, com prevalência do segundo. Além de recorrer às agências e bancos, para captar dinheiro para a construção do novo ramal ferroviário em Carajás (viabilizando em S11D) a Vale emitiu papéis no mercado. Em 2014, títulos para esse fim, na forma de debêntures (títulos de dívida), somavam R$ 1 bilhão (Góes, 2014). Esse meio se tornou comum. Em maio de 2025, a empresa anunciou a 11.ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no total de R$ 6 bilhões (Vale, 2025b).

Como esse processo até aqui descrito se efetivou em termos de composição acionária? A participação do governo federal no capital ordinário e nas decisões da Vale foi sendo ampliada nos governos do PT, nos anos 2000. Na privatização, o consórcio Valepar acumulou a maior parcela das ações ordinárias (que têm poder de decisão). No consórcio, Benjamin Steinbruch se destacava, mas também controlava a CSN, concorrente da Vale. Isso gerou tensões que redundaram na sua saída e na expansão dos fundos de pensão no controle da empresa. A partir da negociação das ações de Steinbruch, o Litel se tornou majoritário no Valepar. Ele era formado por fundos de pensão de empresas do Estado. A Previ (caixa e previdência dos funcionários do Banco do Brasil) reunia a maior parcela de suas ações (80%), seguido por Funcef, Petros e Funcesp (composição de 2017, anterior ao novo acordo de acionistas). O Valepar era composto por Litel (49%), Bradespar (21,21%), Mitsui (18,24%), BNDESPar (11,51%) e Eletron S.A. (0,03%). Ele controlava 33,7% do capital total da Vale, que em janeiro de 2017 já contava com 48,65% em mãos de estrangeiros (mas até então principalmente como ações preferencias, sem poder de voto). Quanto ao capital ordinário, o Valepar dispunha de 53,88% das ações (veja os gráficos a seguir), lhe permitindo definir o

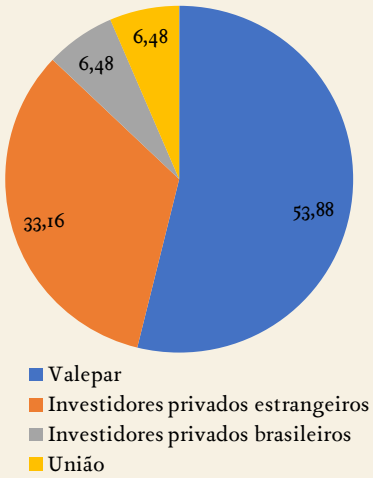
[17] E que proibia a venda, cessão ou transferência das ações ordinárias que originaram o Valepar (Aguiar, 2022).

Gráfico 5: Capital total da Vale, jan. 2017



Fonte: Vale S.A. (2017); Aguiar (2022), formatação autores

Gráfico 6: Capital ordinário da Vale, jan. 2017



Fonte: Vale S.A. (2017); Aguiar (2022), formatação

presidente e as estratégias de mercado da Vale. Isso decorria do acordo de acionistas de 1997 e que durou até meados 2017:[17]

Os fundos de pensão buscavam valorizar o dinheiro que trabalhadores depositavam para aposentadoria futura. Sua administração passou a ser compartilhada entre governo e representações sindicais. Eles, então, participam de processos de financeirização, oligopolização e transnacionalização a partir da aquisição de ações de empresas.[18]

Em novembro de 2003, o governo aumentou sua presença no capital da empresa, concretizando a aquisição dos 11,6% do InvestVale pelo BNDES. Tinha como finalidade impedir que a Mitsui aumentasse sua participação no capital da Vale e atingisse um nível de controle acima de 25% do total do capital da empresa, pois, dessa maneira, a Mitsui teria a possibilidade de exercer o poder de veto sobre as decisões estratégicas da corporação (Costa, 2015). Essa participação governamental voltou a aumentar em abril de 2011, quando os fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) e

[18] A burocracia sindical se associa à acumulação financeirizada, buscando valorizar os recursos dos fundos, mesmo que pela especulação. "A poupança do trabalhador [...] está sendo usada para financiar o aumento da exploração do trabalho e da degradação ambiental" (Bianchi e Braga *apud* Aguiar, 2022).

o Bndespar (BNDES) passaram a ter em conjunto o controle majoritário do capital da Vale S.A. Esses fundos de pensão reunidos na *holding* Litel junto com o Bndespar acumularam 67,5% do capital total da Valepar. Foi um avanço da posição do governo no controle e nas decisões da empresa, visto que, logo após sua privatização, o Bndespar e a *holding* Litel tinham, juntos, 35% (Vale, 2011).

Mas a derrubada do governo Dilma e a ascensão de um governo golpista, ainda mais subordinado ao capital transnacional e à precarização do trabalho, impuseram profundas alterações no capital e na estratégia de mercado e de produção da Vale. Interessava ao novo governo repassar ao mercado as ações de que dispunha. Isso se somou à perda de rentabilidade do capital em função da instabilidade dos preços minerais do período pós-*boom*. Em 2011, a Vale pagou US$ 9 bilhões em dividendos a seus acionistas, reduzidos a US$ 4,5 bilhões (2013) e US$ 1,5 bilhão (2017) – tendo distribuído em 2016 "apenas" US$ 250 milhões, em função do rompimento de barragem em Mariana (Milanez et al., 2018). Essa queda de rendimento também levou os fundos de pensão a buscarem outras formas de remunerar seu capital, dada a necessidade de liquidez para pagar pensões e a corrida por valorização de curto prazo. Abria-se, assim, a possibilidade de negociação de parte das ações em mãos desses fundos.

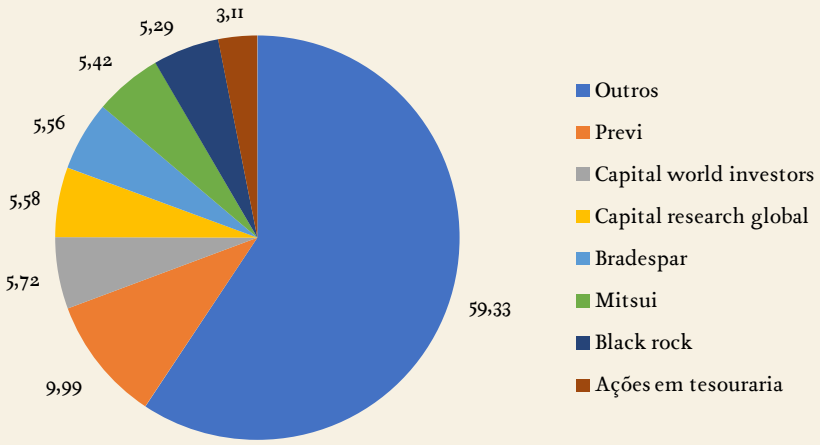
Diante do seu endividamento[19] e das mudanças em curso em seu capital, a estratégia financeira da empresa concentrou-se em: (a) fluxo de caixa, decorrente das vendas minerais e dos seus preços (fluxo instável, tal qual os preços); (b) oferta de papéis ao mercado (títulos de renda fixa e debêntures); (c) empréstimos e outros instrumentos de aquisição de recursos, crescentemente no setor privado e no exterior (Milanez *et al.*, 2018), mas sem descartar, ao contrário, os vantajosos créditos público-governamentais brasileiros.

Diante deste cenário e do fim do prazo de validade do acordo de acionista de 1997, novo acordo foi negociado em 2017. Ele definiu uma nova governança

[19] Que foi acrescido com a paralisação temporária de parte das minas e com os custos decorrentes do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho.

corporativa, incorporando (ou dissolvendo) o Valepar na Vale e tornando as

Gráfico 7: Capital ordinário da Vale, jan. 2017



Fonte: Vale S.A. (2017); Aguiar (2022), formatação dos autores
Obs. União: 12 ações golden shares (ações com poder de veto)

ações preferencias em ações ordinárias, dando poder de voto aos acionistas minoritários e preferenciais de até então:[20]

A composição do capital da Vale S.A. foi pulverizada, tendendo a uma empresa sem controlador definido (*true corporation*) - veja Gráfico 7. Também cresceu a participação do capital estrangeiro, movimento que já vinha de antes do acordo de 2017, mas agora com poder de decisão. Acredita-se que isso facilita acesso a mercados financeiros. Ganharam espaços os fundos

[20] Os acionistas ordinários receberam uma compensação financeira. As ações seriam unificadas como ordinárias. Segundo a Vale, isso seria exigência para a entrada no novo mercado B3. Três regras eram exigidas: capital exclusivamente com ações ordinárias; isonomia no preço de negociação das ações entre minoritários e controladores; mínimo de 25% de ações em *free float*, circulação livre (BM&FBovespa *apud* Santos, 2017). Com as negociações e o novo cenário, a partir de 2020 ações do que fora o Valepar passaram a circular livremente.

[21] Capital World e Capital Research fazem parte do Capital Group, originário nos EUA, que anuncia que gere fundos no total de US$ 2,8 trilhões (31/12/2024). O BlackRock também em 2024 geria US$ 11,551 bilhões. Ambos tinham participação acionária na BHP e na Rio Tinto, concorrentes da Vale. A participação destes fundos na Vale pode ser maior que estes percentuais do gráfico, na medida em que podem se fazer presentes por outros meios (sob outras nomenclaturas) em participações percentuais pequenas. Góes e Rosas (apud Aguiar, 2023) afirmaram que em maio de 2021 o Capital Group detinha 17% do capital da mineradora.

financeiros transnacionais (marcados pela valorização especulativa e participação em inúmeras empresas, inclusive concorrentes da Vale) – *vide* Capital World; Capital Research e BlackRock.[21] As medidas do acordo de acionista de 2017 e concretizadas em novembro de 2020 também objetivavam impedir as ingerências do governo federal nas decisões estratégicas da empresa, entre as quais na definição de seu presidente.[22] Para os liberais, ela seria uma empresa "parestatal". Portanto, a transformação da Vale numa empresa sem controlador definido estabeleceu o arranjo necessário para a promoção das estratégias financeirizadas, consolidando-a como corporação transnacional. Ainda que dependente do ferro brasileiro, a Vale se apresenta como empresa global, aumentando o poder do capital estrangeiro sobre suas decisões, minimizando a importância das necessidades do país.[23]

Essa arquitetura financeira passou a orientar os objetivos do conselho de administração da Vale, buscando maximizar valor ao acionista, movimento característico das grandes empresas corporativas transnacionais. Sendo assim, essas empresas passaram a organizar seus processos produtivos não apenas para satisfazer os indicadores de produção, mas prioritariamente as expectativas do mercado de capitais. Com a concepção produtiva priorizando retornos financeiros, as medidas de governança corporativa passaram a enfatizar os movimentos *short-termims*, ou seja, operações concentradas no curto prazo e priorizando o lucro imediato (Borges, 2021; Aguiar, 2022; Marques, 2023a).

5. Processos de espoliação e saque

[22] Uma empresa é contratada para elaborar uma lista tríplice, da qual os membros do conselho de gestão escolhem o presidente. Assim ocorreu em 2024 quando encerrou o mandato de Eduardo Bartolomeo, substituído por Gustavo Pimenta. O presidente da República Lula da Silva, sem sucesso, havia tentado colocar o ex-ministro da Economia Guido Mantega na presidência da Vale. O conselho de gestão também passou a contar com representantes de acionistas minoritários e com conselheiros independentes.

[23] Santos (2017) acredita não ser despropositado supor uma possibilidade futura de desmembramento organizacional ou até transferência da sede da empresa para um país central, como já fez a Anglo American, se transferindo da África do Sul para a Grã-Bretanha.

A concorrência oligopólica entre as grandes mineradoras eleva a composição orgânica do capital (c/v), aumentando o investimento em máquinas (capital constante) e reduzindo o que se destina a pagar pela força de trabalho (capital variável). Ainda que isso possa significar uma queda futura da taxa de lucro, as empresas que inovam (a partir da incorporação tecnológica) conseguem um aumento de produtividade no curto prazo em relação às que não inovaram, permitindo se apropriar de mais-valia extraordinária. O resultado é que se exige um montante cada vez maior de capital para iniciar cada ciclo produtivo, reforçando a oligopolização.

O empreendimento S11D foi o maior investimento da história da Vale. Nele, o transporte mineral da extração até a ferrovia é feito por esteiras e não por caminhões, dispensando motoristas e auxiliares. Outros processos mais foram mecanizados, com equipamentos de maior poder extrativo. O empreendimento iniciou suas atividades já com capacidade de extração de 90 milhões de toneladas de ferro ao ano. No caso de Parauapebas, esse montante só foi alcançado depois de duas décadas do início da operação.

A empresa também busca e aufere lucros extraordinários por outros meios. Ao abordar a renda fundiária, Marx afirmou que "a renda da mineração propriamente dita é determinada exatamente do mesmo modo que a renda agrícola" (Marx, 2017, p. 835). É uma renda suplementar decorrente das condições dos solos/minas e de determinados investimentos. Em relatório apresentado à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA em 28/5/2025 a Vale informou que, pelo levantamento de 2024, em Minas Gerais o teor máximo inferido chega a 42,3%. Em Carajás, as minas têm maior concentração mineral, mais hematita, alcançando 66,4%[24] (Vale, 2025). Na Austrália o teor é em torno de 62% e na China a concentração mineral é muito baixa. O ferro de Carajás fica na superfície, diminuindo custos de cava, de deslocamento de laterita e de outros resíduos de extração. Disso deriva a renda diferencial I. Já o investimento em mecanização, duplicação da ferrovia, trens maiores,

[24] Esses percentuais, assim como as previsões de esgotamento das minas, na medida em que são estimativas, vão se alterando de ano a ano.

parques de limpeza-secagem mineral e portos-navios de maior capacidade de carga é incorporado ao território, proporcionando aumento de produtividade, além de diminuir custos de transporte até os principais importadores, particularmente os chineses. Dada a distância, minério de Carajás alcança até mais de 40 dias de transporte até a China, o australiano nove dias. Isso tem que ser mais que compensado não apenas pelas condições que geram a renda diferencial I, mas também nesses investimentos que originam a renda diferencial II – como é o caso da duplicação da ferrovia. Isso cria condições para a obtenção de lucros extras:

> uando a demanda internacional pelo ferro (e outros minérios e grãos produzidos na Amazônia) aumenta, outras terras e minas menos férteis ou menos produtivas tendem a entrar em produção, aumentando a diferença entre as melhores (das quais as minas amazônicas fazem parte) e as piores. Essa maior diferença significa que a renda fundiária pode aumentar, beneficiando ainda mais a empresa Vale e outras mineradoras assentadas na região. Na medida em que controlam tudo (ou quase), essas companhias têm condições para se apropriar do lucro médio, do lucro extra e da própria renda fundiária (Marques, 2023, p. 265).

O minério de alto teor negociado nos mercados internacionais, particularmente o chinês, tem um percentual de 62% de ferro (Fe62). O minério de Carajás, pelos dados da própria Vale, supera 66%. O chamado minério de ferro premium é aquele com 65% de teor (Fe65). Pois bem, além de superar os 65%, o ferro de Carajás, segundo informações da consultoria Alvarez e Marshal Brasil (Invest News, 2024), correspondeu a 44% do total de minério de ferro premium negociado no mercado mundial em 2024.[25] Esse minério premium produz mais aço por cada tonelada de ferro bruto, consome menos energia (menos carvão mineral é queimado) e gera menos rejeito (além de, em tese, menos gases produtores do aquecimento global). Isso faz com que seu preço seja mais elevado que os minérios de menor teor. A

[25] Uma parte desse minério também é usada pela Vale para ser misturada ao ferro de Minas Gerais, de modo a elevar seu teor e chegar a 62% (que é o ferro mais negociado no mundo) – no caso da Vale essa mistura é conhecida como BRBF (*Brazilian Blend Fines*).

depender da demanda, seu preço pode ser negociado entre 10% e 15% a mais que o Fe62. Esses dados reforçam a discussão sobre a renda mineral. Então, a Amazônia estaria ganhando uma renda de fora, já que a renda mineral significa que as minas/regiões menos produtivas acabam transferindo valor para as minas/regiões mais produtivas? Em tese, sim, mas, quando cruzamos essa informação com a composição acionária da Vale, isso se complica. Veremos mais à frente.

Os investimentos e estratégias de mercado da Vale reforçam a concentração e centralização de capital e a crescente extração mineral pela empresa, mais concentrada no Sistema Norte (Amazônia), associado aos ganhos advindos da renda mineral. Isso também cria ambiente melhor à implementação das estratégias corporativas financeirizadas, atraindo "investidores", captando financiamento, mas redefinindo objetivos com vistas a retornos em prazos menores, o que impõe maior velocidade de extração (e da rotação do capital), mas também esgotamento das minas mais rapidamente. A isso se somam as diversas formas de aumentar a exploração de seus(suas) trabalhadores(as).

Os ganhos da empresa também decorrem da isenção de impostos e de outros favores estatais. O preço é uma expressão do valor da mercadoria, mas não necessariamente exata. Ele pode estar acima ou abaixo do valor. Vejamos o caso da Vale na Amazônia. A isenção da cobrança do ICMS (lei Kandir) sobre sua exportação permite vender sua mercadoria por um preço menor no mercado internacional, mantendo suas margens de lucro e ganhando consumidores de suas concorrentes.[26] Ela pode até mesmo

[26] A mais-valia produzida é dividia entre o capitalista industrial, outros capitalistas (banqueiros, comerciantes...) e o Estado na forma de tributos. Uma empresa que recebe uma isenção de 20% de impostos ganha um diferencial se comparado às suas concorrentes (desde que não tenham obtido esse benefício). Seu ganho, a parte da mais-valia valia que lhe cabe, não está nos 100% completos, mas nos 80% (supondo que a mais-valia se divide somente entre Estado e a empresa em questão). Por isso, vender a mercadoria por apenas 80% do seu valor não significa perda de mais-valia ou redução de lucros dela (os outros 20% pertenciam ao Estado). Mas, ao ser exportada nessas condições, isso significa transferência de valor da região para outro país. Vende-se uma mercadoria que tem 100% de valor e recebe-se um montante na forma de dinheiro correspondente a apenas 80% (tomando-se como hipótese que o preço esteja equivalente ao valor). O importador paga 80% e recebe 100%.

reduzir o preço numa proporção menor que o percentual da isenção fiscal. Com isso, aufere lucro extra e mesmo assim ganha mercado. Por meio da isenção, o Estado deixa de receber a parcela da mais-valia que lhe cabia. A mercadoria vendida por um preço nessas condições se transforma em transferência internacional de valor. Os países compradores recebem uma massa de valor, mas pagam um preço inferior a esse montante. A empresa transnacional (de origem estrangeira ou brasileira – como a Vale) instalada na região ganha, as nações dominantes ganham, o Brasil e a Amazônia perdem.

Os *royalties* cobrados no Brasil sobre a extração de ferro são a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que chega ao máximo 3,5% das vendas (e sobre isso ainda são descontados outros tributos), ficando com o município minerador no limite 2,1% (o restante vai para outras destinações). As mineradoras argumentam que pagam diversos tributos: imposto de renda, taxas estaduais e outros mais. Vejamos. Estudo de Enriquez (2021), encomendado pelo Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará, constatou que no Brasil em torno de 80% do valor da produção mineral brasileira (VPMB)[27] são exportados e, por isso, isentos da cobrança do ICMS e PIS/Cofins.[28] Pelos dados do estudo, em média, a Vale recolhe em tributos apenas 9% do valor de seu faturamento, o que significa que o percentual recolhido sobre o produto exportado é bem menor, já que nestes 9% incidem tributos da comercialização dentro do país e que não são cobrados na exportação.[29] No caso paraense, que exporta em torno de 90% de sua produção mineral, a carga tributária sobre o valor da produção mineral fica entre 4% e 5%.

---

[27] Nesse caso, valor como montante e não como categoria teórica.

[28] A título de comparação, os consumidores residenciais do Pará, em suas contas de energia elétrica, em 2025 pagam ICMS de 19%, PIS de 0,91% e Cofins de 4,20%, totalizando 25,11% do total da fatura.

[29] Em alguma medida, isso se transforma num estímulo à desindustrialização ou reprimarização, pois se estimula a exportação de produtos básicos ou semimanufaturados, enquanto a industrialização local tende a ter menos isenção (comparada à venda mineral para o exterior).

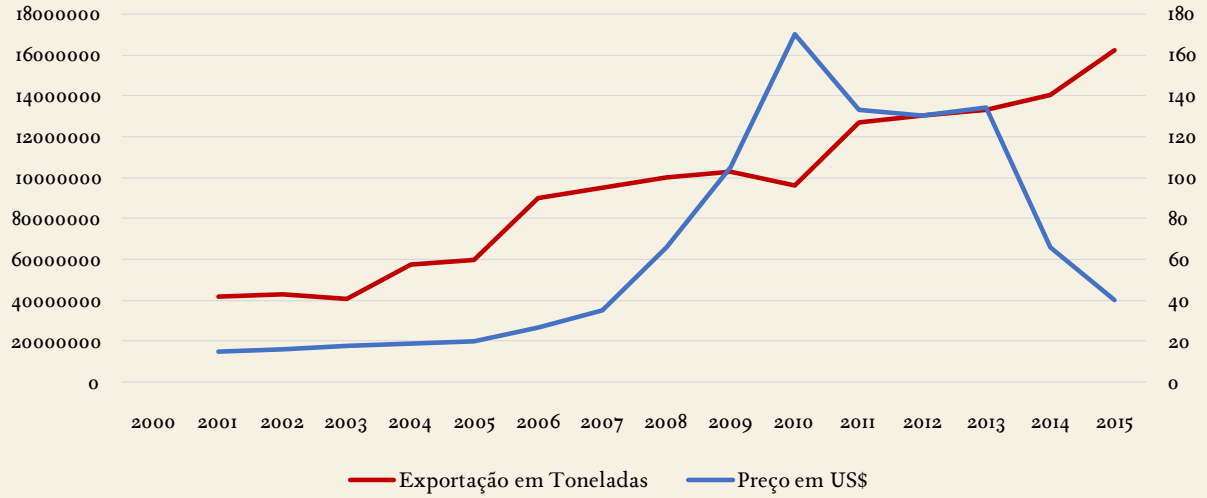
As principais concorrentes da Vale no mercado mundial do ferro estão na Austrália. Nesse país os *royalties* sobre o ferro chegam a 7,5% da receita bruta das vendas. Ainda pelos dados reunidos por Enriquez (2021), a carga tributária sobre o ferro na Austrália alcança 44%, o mesmo percentual que incide sobre a bauxita metalúrgica explorada naquele país. Comparemos com outro país, mais próximo do Brasil. O principal minério extraído no Chile é o cobre e sobre ele incide 35% de impostos. Constatamos não apenas a desproporção do Brasil para outros países, mas também uma indicação da ocorrência da transferência de valor.

O capital se divide entre capital constante (matéria-prima, máquinas, instalações...) e capital variável (pagamento pela força de trabalho). A venda de matérias-primas amazônicas a preços rebaixados, por conta da isenção fiscal, baixo custo de extração ou por outros processos, contribui para reduzir o custo do capital nas economias centrais, contribuindo para elevar a rentabilidade do capital, a acumulação ampliada, e ajudando a contrabalançar a tendência decrescente da taxa de lucro (geradora de crises econômicas).[30]

Diante do fim do *boom* das *commodities*, a Vale buscou minimizar os impactos negativos da queda dos preços do ferro e as possíveis implicações disso em suas ações e em maiores dificuldades de captação de recursos nos mercados financeiros. Ela concentrou a extração em minas mais produtivas e de maior teor mineral e buscou vender uma quantidade elevada de minério, mesmo que a preços rebaixados. Com seu capital financeirizado, os resultados de curto prazo passam a ter peso maior na política da empresa, que busca manter elevada a remuneração de seus

[30] As exportações de produtos agrícolas e pecuários nessas condições também contribui para essa dinâmica, na medida em que ajuda a reduzir o valor da força de trabalho nas economias centrais, e, por isso, o montante do capital variável necessário à produção.

Gráfico 8 - preços do minério de ferro e exportações de ferro do Pará



Fonte: Vale – Metal bulletin: www.mbioi.com; MDIC; indexmundi.com. Elaboração dos autores.
Obs. China import iron ore finess 62% Fe spot (CFR Tianjin port), dólares americanos por tonelada métrica seca

acionistas. Acontece que isso acelera o esgotamento mineral. O gráfico a seguir demonstra que, diante da queda dos preços, a Vale acelerou a extração e exportação do Pará:

Essa estratégia de mercado, vendendo maior quantidade de minérios a preços menores (veja o próximo gráfico), também visava quebrar possíveis concorrentes no mercado mundial que estivessem com custo de extração-transporte-comercialização mais elevado. Com custos elevados e baixos preços, esses concorrentes não conseguiriam se manter no mercado, que se tornava ainda mais oligopolizado. Quando os preços voltassem a crescer, a Vale estaria mais forte ainda. Mas isso era possível exatamente porque a empresa tinha minas com alto teor mineral e baixo custo de extração – era o caso de Carajás. Ao desmobilizar temporariamente minas menos lucrativas e concentrar em minas com custo menor, a Vale conseguia diminuir o custo médio de sua extração-produção, minimizando os efeitos da queda dos preços, rendimento rebaixado e da redução de sua taxa de lucro.

Isso exposto pode ser caracterizado como acumulação por espoliação (Harvey, 2004), mas de forma mais precisa ainda como saque (Marques, 2023;

Camely, Marques e Marques, 2024), e ele é tão voraz que Parauapebas se tornou o município de maior exportação do Brasil, totalizando US$ 10 bilhões em 2013. São Paulo, com US$ 8,6 bilhões em divisas, foi o segundo. O PIB do município do sudeste do Pará supera o de Belém e, a depender do ano, de estados como Tocantins, Roraima, Acre e Amapá. Em 2024, São Paulo foi o oitavo maior exportador brasileiro, com US$ 5,214 bilhões em exportação. Parauapebas, em meio às oscilações de preço do ferro, exportou US$ 6,246 bilhões, sendo o sexto maior exportador do país. Chama a atenção que no Pará ele deixou de ser o maior exportador, cedendo o lugar para Canaã dos Carajás (que até 1994 fazia parte de Parauapebas), que exportou US$ 6,703 bilhões, terceiro exportador nacional em função do ferro (S11D) e do cobre. Se juntássemos os dois municípios paraenses, assumiriam a primeira posição no *ranking* de exportação do Brasil.

Comparemos o investimento com o faturamento de S11D. Orçado em um montante de US$ 14,3 bilhões para uma extração anual de 90 milhões de toneladas de ferro, o empreendimento representa um megainvestimento. Verdade, mas analisemos isso em relação às vendas. De janeiro de 2017 (quando a mina entrou em operação) até novembro de 2024, mês a mês, temos uma média de preço de US$ 107,21 por tonelada do ferro (Fe62) no mercado internacional. Multiplicando esse preço por 90 milhões de toneladas anuais[31] alcança-se um faturamento de US$ 9,65 bilhões ao ano. É verdade que o lucro é bem menor que o faturamento, mas o dado expressa o montante de riqueza extraída – a tal ponto que as vendas S11D no período de apenas um ano e meio correspondem ao volume de investimento feito para montar o empreendimento. Esse período se torna menor ainda se levarmos em consideração que Carajás produz minério premium, cujo preço é mais elevado. Isso evidencia mais uma vez que,

[31] Até 2024, a extração de S11D foi de aproximadamente 80 milhões de toneladas ao ano. Pelo planejamento da Vale, a partir de 2026 a capacidade de extração de S11D será expandida em mais 20 milhões de toneladas e se espera em poucos anos chegar ao planejamento inicial das 120 milhões de toneladas anuais.

diferente do que se pode imaginar, a Vale depende mais da Amazônia do que a Amazônia da Vale.

Essa dinâmica de espoliação e saque ganha um componente a mais: Simandou, uma mina na Guiné (África), já anteriormente ambicionada pela Vale.[32] Com ferro a 65% de teor, estima-se que Simandou tem capacidade de extração de 120 milhões de toneladas anuais. O empreendimento está sendo implantado pela transnacional Rio Tinto em associação com um consórcio e companhias chinesas (incluindo a estatal Baosteel). Espera-se que entre em operação entre o final de 2025 e início de 2026. Entrando em operação,[33] a participação da Vale/Carajás no mercado de ferro premium mundial pode cair dos 44% para 34% (Alvares e Marshall Brasil *apud* InvestNews, 2025), tendendo a fazer com que a empresa perca a condição de quase monopólio nesse mercado e diminuindo seus ganhos extraordinários (além de parte da fatia do mercado). Então, é de se supor que a Vale intensifica a extração de Carajás para aproveitar os ganhos decorrentes de sua ainda condição de quase monopólio.

Voltemos a tema iniciado quando abordamos a renda mineral. Os ganhos de produtividade decorrentes de Carajás, originários na renda mineral e em outros fatores, geram um ganho de valor para a Amazônia. Acontece que a transferência de valor para fora da região aqui esboçada (em função da isenção fiscal) atua em sentido oposto. Afora isso, mesmo os "ganhos" para a região não se efetivam, na medida em que a composição do capital da Vale aponta que seus acionistas não são residentes amazônicos, mas pessoas e empresas de outras regiões e, crescentemente, de outros países. Quando esses ganhos se transformam em dividendos pagos aos acionistas, o "ganho" regional se transfere para fora.

[32] Numa polêmica, conturbada e fracassada (sob denúncias de corrupção paga ao governo do país, deposto logo depois) compra em 2010 – aquisição desfeita poucos anos após.

[33] Entre entrar em operação e alcançar a extração de 120 milhões de toneladas anuais levará alguns anos, mas tende a ser crescente.

Thiago Aguiar (2022) entrevistou trabalhadores e sindicalistas da Inco no Canadá. Nas entrevistas é revelado que, antes de ser comprada pela Vale, os(as) trabalhadores(as) se referiam à mineradora como mãe Inco. Também alguns trabalhadores da Vale no Brasil se referiam à ex-estatal como mãe. Mas, em se tratando da Amazônia e seus povos, a Vale seria uma mãe?

Tem ocorrido intensificação e precarização do trabalho dos empregados da Vale e de suas empresas contratadas. A elevação de empregados terceirizados implica menores salários e menores garantias sociais, aumentado o rendimento do trabalho e reduzindo custos da empresa. Isso também gera pressão sobre os empregados diretos para que aceitem as condições impostas pela empresa. Resultado: maior extração de mais-valia. No final de 2024, a Vale dispunha de 174.116 empregados em todo o mundo, mas principalmente no Brasil. Empregados próprios somavam 64.610 e de empresas contratadas 109.506, o que correspondia a 62,9% do total (Vale, 2025c).

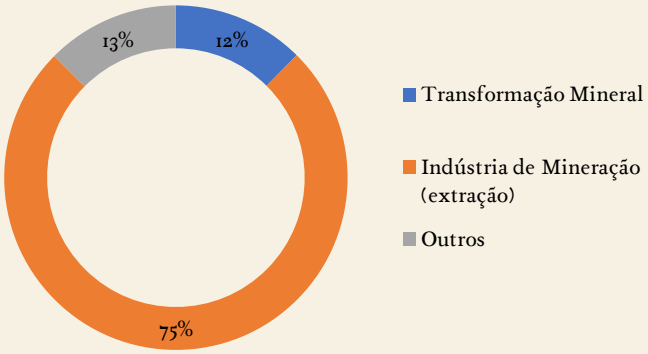
Sempre que interessante para ela, a Vale demite parte de seus empregados diretos. Dados reunidos a partir das comunicações da empresa ao mercado em diversos momentos confirmam isso. Após sua privatização, ocorrida em 1997, demitiu 1.300 pessoas. No mês de junho de 2009, aproximadamente mais 300 funcionários somente no Brasil. Em 2015, reduziu em 3% seu quadro funcional. Em diversos outros momentos isso ocorreu e é usado como mecanismo de contenção salarial e redução do que se paga aos empregados como participação nos lucros e resultados da empresa. Especificamente em Carajás, a imensa maioria dos cargos de média e alta qualificação são ocupados por pessoas contratadas fora da região, ficando para os locais as funções de menor qualificação e mais baixos salários.[34] Seria, de fato, a Vale uma mãe? Mesmos os salários mais elevados se comparados às empresas menores e às suas terceirizadas não decorre de uma "bondade" da

[34] Além disso, levantamento do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, baseado nos boletins epidemiológicos da Secretaria de Estado de Saúde-MG, constatou que os municípios do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais concentravam indicadores maiores de contaminação e morte por Covid-19, em função da continuidade das atividades minerárias quando o indicado era a paralisação e o isolamento social.

companhia, mas dos favores estatais, dos ganhos da apropriação espoliadora dos recursos naturais brasileiros e da produção de valor por seus(suas) funcionários(as) – diretos e indiretos.

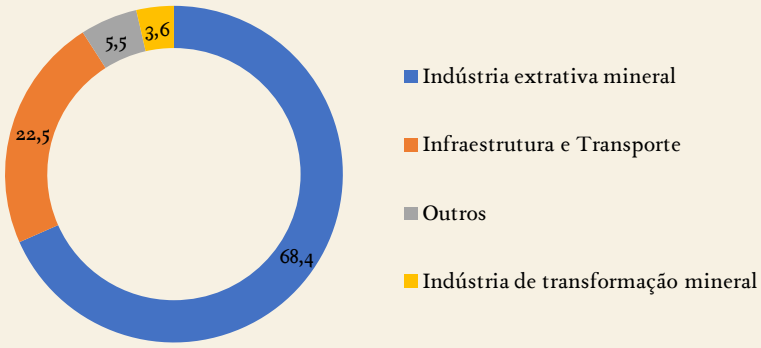
Exemplifiquemos o esgotamento das reservas, que incluímos na dinâmica da espoliação e do saque. No relatório de 2025 à Comissão de Valores Imobiliários dos EUA, a Vale apresentou apresentou projeções de exaustão de Carajás. As minas da Serra Norte (iniciadas em 1984) terão vida útil operacional até 2045. As da Serra Leste (inaugurada em 2014) até 2077. As

Gráfico 9: Exportações paraenses em 2017



Fonte: Mdic/Secex 2018; Simineral 2018.

Gráfico 10: projeção de invest. indústria mineral paraense



Fonte: Simineral, 2018; Redes/Fiepa 2018-2023

da Serra Sul (S11D), em operação desde 2016, se estendem até 2060. Quando privatizada em 1997, acreditava-se que essas reservas durariam até fins do século XXIV, mas alcançarão somente meados do século XXI. Para piorar, essa dinâmica de extração aponta para a permanência de uma economia nos termos atuais, com maior dependência da Amazônia e do Brasil em relação às economias centrais. Vejamos os gráficos a seguir:

As exportações paraenses são dominadas pela mineração, principalmente a extração mineral (minério bruto) que representou 75,1% de tudo que o estado exportou em 2017. Somada à transformação mineral (produtos semimanufaturados), a mineração concentrou 87,4% das vendas externas do Pará. Quando cruzamos estes dados com os investimentos projetados no setor até 2023, constatamos que 68% estavam programados para a extração mineral, 23% para infraestrutura e transporte (para viabilizar a exportação) e apenas 4% para a transformação mineral. Resultado: a dominância das transnacionais impõe a permanência futura de uma economia primário-exportadora na Amazônia, com todas as contradições desse modelo.

A enorme extração mineral da empresa na região se transforma em montantes gigantes de lucro a seus acionistas, que não residem na Amazônia. Mas a contrapartida da empresa para a população local é mais contradições socioambientais. Sistematização de dados da Fundação Paraense de Amparo à Pesquisa constatou que, das 12 regiões de integração do Pará, Carajás, com maior PIB *per capita* do Estado, era a que tinha a menor expectativa de vida nos anos 2010 e aquela com maior índice de Gini, ou seja, era a mais desigual e de maior concentração de renda. No entorno dos empreendimentos minerários ocorrem assassinatos, conflitos agrários, trabalho escravo, prostituição, degradação ambiental, crise urbana, desemprego e pobreza – coisas muito diferentes do progresso/desenvolvimento que eles prometem. Pelas informações da Comissão Pastoral da Terra e do Inpe, a mesorregião Sudeste Paraense, onde se encontra Carajás, está entre as mesorregiões brasileiras com os maiores indicadores brasileiros de conflitos agrários e de desmatamento das últimas décadas.

A Vale se beneficia também de investimentos infraestruturais governamentais (recuperação de estradas rodoviárias utilizadas pela mineração, hidrelétricas etc.) e da apropriação mais ampla de recursos naturais é o caso (1) da Floresta Nacional de Carajás, utilizada pela empresa como "cinturão verde" às suas minas, mas também como espaço de reserva para novas extrações minerais; e (2) do enorme consumo de água, já que a mineração usa grande volume desse recurso para lavagem e transporte mineral (no caso de minerodutos). Quando isso se associa aos volumes da extração e aos favores estatais na forma de créditos subsidiados do BNDES, isenção de impostos e outros mais, constatamos o saque. Ao analisarmos a evolução da Vale, verifica-se que sua privatização, seguida da financeirização e das novas estratégias de lucro, acelera o esgotamento das reservas e o incremento das contradições sociais, com municípios dependentes das "migalhas" que ela deixa. Como ficará Carajás após o esgotamento das minas?

Por tudo que expusemos, na Amazônia, a Vale está longe de ser uma mãe. Estaria mais para madrasta, mas, se usássemos a imagem deturpada e caricaturada das madrastas, o que não é adequado. Então, que nos perdoem as madrastas, que não merecem a analogia com essa empresa.

Considerações finais

Constatamos a intensificação da extração mineral da Vale na Amazônia, aprofundando as estratégias financeirizadas da empresa, gerando montantes mais expressivos de ganhos aos acionistas da mineradora, mas em paralelo a frágeis indicadores de desenvolvimento local. Isso resulta em aceleração do esgotamento das minas paraenses, indicando processos de espoliação e saque e um cenário pouco animador aos municípios mineradores de Carajás.

Também constatamos que ocorre um processo de transferência de valor da Amazônia para outros países. Ademais, o fato de seus acionistas residirem

fora da região aprofunda essa transferência. Renda mineral, lucro extra e outras formas de rendimento gerados a partir de Carajás migram para fora, contribuindo para dinamizar outras nações, enquanto a Amazônia aprofunda dependência e pobreza. Por isso, na região, a Vale está longe de agir como mãe.

A consolidação da Vale como transnacional (assentada em produtos primários) diminui a capacidade de controle do governo sobre suas atitudes, como é o caso das estratégias de investimento, que ficam concentradas na rentabilidade aos acionistas, ávidos por lucros grandes e rápidos, independentemente dos impactos causados ao meio ambiente, aos seus trabalhadores e à população local. Com isso, o Brasil aprofunda não apenas a reprimarização, como a dependência das economias centrais e de seus mercados financeirizados, gerando instabilidade na economia nacional. Conclusão imediata: a Amazônia passa a ter menor capacidade de controle sobre a mineradora, que já era historicamente diminuta.

Mas, diferente do que a dinâmica aponta, levantamos a questão: quem depende de quem? A Vale, mesmo para suas estratégias de valorização de papéis no mercado financeiro, depende crescentemente da extração de Carajás. A Amazônia consegue sobreviver sem a Vale, mas a Vale sobrevive sem a extração da Amazônia? Aqui reside a chave para alterar o atual quadro mineral amazônico a favor da população local.

Referências

AGUIAR, Thiago. *O solo movediço da globalização*: trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.

BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: Secretaria de Estado de Educação/Cejup, 1992.

BORGES, Gedson T. *A Acumulação, Concentração e Centralização de Capital e a Financeirização: Uma análise do capital da CVRD à Vale S.A.* Tese de doutorado em economia, UFPA, Belém, 2021 .

BRASIL MINERAL. Ano XXXIV, n 392. p. 1-82, São Paulo, jul 2019.

CAMELY, Nazira; MARQUES, Indira; MARQUES, Gilberto. Acumulação de capital e saque de recursos naturais na Amazônia. In: MATTOS, Fernando; ARAÚJO, Victor. *Economia brasileira*: uma reconstrução necessária. São Paulo: Hucitec, 2023.

CARCANHOLO, Reinaldo. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: GOMES, Helder (org.). *Especulações e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). *Especulações e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COONEY, Paul. Paths of development in the Southern Cone: deindustrialization and reprimarization in Argentina and Brazil and their socio-environmental impacts. *Conexões, v.* 11, n. 2, jul/dez 2023. Belém: UFPA, 2023.

COSTA, Armando Dalla. A Vale no novo contexto da internacionalização das empresas brasileiras. *Revista Entreprises et Histoire*. Paris, n. 54, abril, 2015.

ENRIQUEZ, Maria. *Boletim 1: A tributação dos bens minerais no Pará*. Belém: Sindifisco Pará, 2021.

GÓES, F. BNDES aprova R$ 6,2 bi para projeto da Vale em Carajás. *Valor Econômico*, 16 de abril de 2014.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, J. et al., (orgs). *Extractivismo, Política y Sociedad.* Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. *Os limites do Capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INVESTNEWS. Mina de Simandou: a "Carajás africana" que desafia o reinado da Vale. 2024. https://investnews.com.br/negocios/mina-de-simandou-a-carajas-africana-que-desafia-o-reinado-da-vale/ acessado em 20/07/2025.

LEITE, Leonardo; DE PAULA, Patrick; CORRÊA, Hugo. O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor. *Nexos Econômicos*, v. 16, n. 2, jul-dez. 2022, p. 94-124. Salvador: UFBA.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global (Coleção Bases), 1989.

LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência*: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANSUR, Maíra Sertã; SANTOS, Rodrigo P. A rede de relações socioeconômicas da Vale S.A.: uma análise da estratégia corporativa e seus condicionamentos financeiros. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, Vol. 7, n 11°, jan/jul 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia*: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MARQUES, Gilberto. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Riode Janeiro, 2007.

MARQUES, Gilberto. Reprimarização, financeirização e crise: temas da atualidade. *Conexões*, v. 11, n. 2, jul/dez 2023. Belém: UFPA, 2023.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MILANEZ, Bruno *et al.* A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos* - Textos para Discussão. PoEMAS, v. 2, n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2018.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise do novo marco legal da mineração. *Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, jan/jun. 2013.

OSORIO, J. Ley de valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, mai-ago. 2017.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*. v. 36, n. 3, São Paulo jul./set., 2016.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*. v.27 n.77, São Paulo, 2017a.

PAULANI, Leda Maria. Não há saída sem a reversão da financeirização. *Estudos Avançados*. v.31, n.89, São Paulo, 2017b.

PAULANI, Leda Maria. Sobreacumulação, financeirização, rentismo e assetização. In: LAVINAS, Lena *et al. Financeirização*: crise, estagnação e desigualdade. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado/São Paulo: Contracorrente, 2024.

SAES, B. M. *Comércio ecologicamente desigual no século XXI*: Evidências a partir da inserção brasileira no mercado internacional de minério de ferro. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SANTOS, Ricardo P. A nova governança corporativa da Vale S.A.: um percurso político em direção à "true corporation". *Versos* - Textos para Discussão. PoEMAS, v. 1, n. 4. Juiz de Fora-MG: UFJF, 2017.

SIMINERAL. *7.° Anuário Mineral do Pará 2018*. Belém: Simineral, 2018.

SOUZA, José S. Extrativismo mineral: tudo como dantes em municípios mineradores dos territórios de Minas Gerais e do Sudeste Paraense. *Conexões*, v. 12, n. 1, jan/jun 2024. Belém: UFPA, 2024.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TRINDADE, José R.; CRUZ, A. La Amazonía en el centro del modelo primario-exportador de la economía brasileña: el caso del estado de Pará. *Revista de la Cepal* (on-line), v. 01, p. 31-51, 2024.

VALE. *Espaço memória*. In: https://vale.com/pt/espaco-memoria. 2025a. Acessado em 10/03/2025.

VALE. *Formulário 20-F* (2025). Relatório anual, de acordo com a seção 13 ou 15(d) da securities exchange act de 1934 In: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/df3a358f-454f-7ee4-a25d-e35a61922347?origin=1. Acessado em 30.04.2025.

VALE. Informação e Documentação. *Nossa História*. Rio de Janeiro, 2012.

VALE. Informação e Documentação. *Relatório Financeiro e Operacional*: Um ano de extraordinário desempenho, o desempenho da Vale em 2010. Rio de Janeiro, 2011.

VALE. *Relato Integrado 2024*. Rio de Janeiro, 2025c.

VALE. *Vale aprova oferta pública de debêntures*. 23/05/2025a. In: https://vale.com/pt/w/vale-aprova-oferta-publica-de-debentures/-/categories/1968803. Acessado em 23/05/2025.

WANDERLEY, Luiz J. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos* – Textos para discussão. PoEMAS, v. 1, n. 1. Juiz de Fora-MG: UFJF, 2017.

LAÍS BENEVENUTO DE AZEVEDO

MARISA SILVA AMARAL

CONCERTAÇÃO GLOBAL DO CAPITAL TRANSNACIONAL E O NOVO IMPERIALISMO: UM OLHAR SOBRE AS GEOESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA VIRADA DO MILÊNIO

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1291

CONCERTAÇÃO GLOBAL DO CAPITAL TRANSNACIONAL E O NOVO IMPERIALISMO: UM OLHAR SOBRE AS GEOESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA VIRADA DO MILÊNIO

LAÍS BENEVENUTO DE AZEVEDO

Professora substituta do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri-UFU). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU).

Email:laisbazevedo@UFU.hotmail.com

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1605-1462

MARISA SILVA AMARAL

Professora associada do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri-UFU).

Email: marisaamaral@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9548-3038

Resumo

Atualmente, a Amazônia brasileira se apresenta como uma das mais importantes fontes de riqueza de uma economia mundial essencialmente especulativa e em franco escasseamento progressivo de recursos. Dado o contexto financeirizado e alicerçado na acumulação por despossessão que marca o sistema capitalista já há algumas décadas, a região torna-se cenário tanto da intensificação da exploração direta quanto da implementação de um conservacionismo ambiental alinhado aos interesses imperialistas, os quais compreendem também o processo de saque violento do território. Neste artigo investigamos dois movimentos aparentemente opostos, porém complementares, de captura de excedentes baseada na acumulação por despossessão: a) a busca impetuosa – por meio de grandes ONGs conservacionistas internacionais e de inúmeros acordos multilaterais – pela conservação de recursos enquanto reservas biológicas de valor futuro; e b) o recrudescimento da exploração intensiva e extensiva da terra, dos recursos naturais, e, logo, do trabalho. Busca-se demonstrar que, a partir dessa combinação, abre-se espaço, numa economia marcada pela dependência como a nossa, para a investida irrefreada da concertação transnacional em torno do agronegócio sobre a Amazônia, sobre os direitos indígenas, quilombolas e campesinos, sobre as possibilidades de preservação da vida e sobre a classe trabalhadora como um todo.

Palavras-chave: Amazônia; imperialismo; conservacionismo; financeirização; geoestratégias ambientais

Abstract

The Brazilian Amazon represents, nowadays, one of the most important sources of wealth in an essentially speculative global economy, which is experiencing a rapidly depleting resource base. Given the financialized context, rooted in accumulation by dispossession, that has characterized the capitalist system for decades, the region has become a stage for both the intensification of direct exploitation and the implementation of an environmental conservationism aligned with imperialist interests, which also encompasses the process of violent plundering of the territory. In this article, we investigate two apparently opposing, yet complementary, movements of surplus capture based on accumulation by dispossession: a) the impetuous pursuit—through large international conservation NGOs and numerous multilateral agreements—of resource conservation as biological reserves of future value; and b) the resurgence of intensive and extensive exploitation of land, natural resources, and, consequently, labor. The aim is to demonstrate that, based on this combination, space opens up, in an economy marked by dependence like ours, for the unrestrained onslaught of transnational concertation around agribusiness on the Amazon, on indigenous, quilombola and peasant rights, on the possibilities of preserving life and on the working class as a whole.

Keywords: Amazon; Imperialism; Conservationism; Financialization; Environmental geostrategies.

Introdução

Na esteira das transformações desencadeadas pelos processos de financeirização e mundialização do capital que tomam curso sobretudo a partir do último quarto do século XX, a década de 1990 representa a consolidação do movimento de adaptação das economias dependentes à nova ordem neoliberal. Nesse processo, o Brasil se destaca no subcontinente sul-americano ao adotar uma estratégia de inserção econômica internacional baseada fundamentalmente na abertura dos mercados aos fluxos de capital transnacional e no ajuste macroeconômico em consonância com os preceitos disseminados pelas instituições financeiras e organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Tudo em nome da "boa saúde econômica", da "segurança jurídica", do apelo ao "mercado", entre outras noções ideológicas sumariamente presentes na narrativa dominante desde então.

Esse mesmo período, que precede a virada do milênio, constitui-se também como momento de rearranjo do bloco no poder em favor de uma hegemonia do capital transnacional, que aqui denominamos concertação global do capital transnacional[1]. Aludimos a uma burguesia concretamente transnacionalizada que se organiza no espaço internacional e que opera seu poder sobre a infraestrutura e a superestrutura das relações sociais de produção na etapa financeirizada do capitalismo (Gill, Law, 1989; Harvey, 2004). Logo, a ideia de uma concertação global do capital transnacional diz respeito a um bloco que, sobretudo através dos organismos multilaterais à sua disposição, opera diretamente na regulação de mercados, na definição de políticas macroeconômicas, na alocação geográfica da produção e no controle de recursos no interior dos Estados nacionais (Gill, Law, 1989; Gowan, 2003; Harvey, 2004).

[1] A concepção de capital transnacional baseia-se na caracterização feita por Gill e Law (1989); a de concertação global faz referência à conceituação de "concertação política do agronegócio", desenvolvida por Pompeia (2020).

Temos em vista, portanto, que a década final do século XX reflete a sustentação de um processo de acumulação de capital financeirizado, fortemente alicerçado na acumulação por despossessão, e a configuração de um novo imperialismo encabeçado pela concertação global do capital transnacional. A partir daí, podemos derivar o movimento de avanço acelerado dos capitais transnacionais sobre novos *fronts* – inexplorados ou reconstruídos – de captura de excedentes, o que implica tanto a desagregação de políticas sociais e a abertura de frentes públicas de investimento ao capital privado quanto o avanço saqueador sobre fronteiras naturais para exploração da terra, dos recursos, do trabalho e para especulação de ativos (Harvey, 2001; 2004).

Desse cenário geral buscaremos depreender, no presente trabalho, o desdobramento de dois movimentos aparentemente opostos, porém complementares, de captura de excedentes baseada na acumulação por despossessão: a) a busca impetuosa pela conservação de recursos enquanto reservas biológicas de valor futuro[2]; e b) o recrudescimento da exploração intensiva e extensiva da terra, dos recursos naturais, logo, do trabalho. No primeiro caso, destacamos o papel das grandes ONGs conservacionistas internacionais ligadas ao imperialismo e da construção de inúmeros acordos multilaterais para a preservação ambiental com suas implicações diretas para as economias nacionais. No segundo, sobressaem desde os ganhos de produtividade advindos da chamada Revolução Verde a partir dos anos 1970 até o rearranjo das economias dependentes à especialização primário-exportadora[3], na onda neoextrativista que toma força a partir dos anos 2000.

---

[2] Destacamos aqui os processos ligados à reconfiguração neoextrativista que opera nas históricas e estruturais relações de dependência centro-periferia, dado o escopo do trabalho. No entanto, a captura de excedente e a acumulação de capital baseada na espoliação e exacerbada no capital fictício adquirem frentes no desmonte neoliberal das estruturas estatais industriais e de proteção social e do trabalho, bem como no desenvolvimento geral das forças produtivas, o que inclui os avanços técnico-científico-informacionais, que operam inclusive nos mercados especulativos, como descrito por Santos (2008).

[3] A ideia de rearranjo à exportação primária leva em conta a contínua centralidade do modelo primário-exportador para as economias periféricas, que se conforma estruturalmente, dados as esferas de consumo, a subordinação via dívida externa e o imperialismo, como caracteriza Marini (1981). No entanto, compreendemos que as economias periféricas passam por um processo intenso de especialização regressiva ou desindustrialização da pauta de exportação no capitalismo financeirizado, que solidifica o modelo primário-exportador como projeto nacional de crescimento econômico e acrescenta a esfera financeira como organizadora do próprio sistema produtivo.

Em ambas as frentes de análise, nosso objeto se constrói sobre um estudo relacionado à inserção – ou instrumentalização – da Amazônia brasileira nas dinâmicas descritas. Enquadramento analítico que se justifica por uma série de fatores: a centralidade do território amazônico para as disputas geoestratégicas do século XXI; a construção e reconstrução de arcabouços jurídicos nacionais voltados tanto ao conservacionismo esvaziado quanto ao saqueio transnacional; a voracidade com que o avanço do capital se apresenta no território, com uma aplicação sem precedentes do instrumento da violência para tal; e a própria resistência dos movimentos de luta contra-hegemônica que se apresentam como exemplos latentes à organização trabalhadora na atualidade.

Metodologicamente, partimos do materialismo histórico-dialético (histórico-estrutural), com o exame da estrutura/superestrutura, buscando compreender, no contexto da financeirização dependente brasileira, como a expansão do agronegócio e avanço do conservacionismo sobre a Amazônia brasileira se desenvolvem em chave dialética, bem como seus efeitos políticos, econômicos, sociais e ecológicos mais imediatos. Do ponto de vista procedimental, abordaremos a literatura sobre o capitalismo financeirizado em economias dependentes para compreendermos a implantação específica do capital fictício no Brasil; sobre os fenômenos do *onguismo* e do conservacionismo como geoestratégias à expansão do controle imperialista dos *fronts* naturais; e sobre a estruturação do pacto de economia política em torno do agronegócio como braço doméstico da chamada concertação global do capital transnacional. As últimas etapas aqui mencionadas envolvem o acesso a vários sítios virtuais, como os bancos de dados ecológicos do Global Material Flows (para analisarmos o volume de biomassa gerada no Brasil) e do Inpe, Ibama e ICMBio, repositórios oficiais nos quais se registram medidas provisórias, leis, emendas constitucionais e demais documentos de intervenção nas práticas formais relativas à Amazônia, à posse e uso de terras e à exploração de recursos naturais.

Para analisarmos esses fenômenos mais de perto, bem como sua relação com os processos de acirramento das contradições do capital num cenário de

mundialização e financeirização, buscaremos tratar, na primeira seção, da proliferação do fenômeno do *onguismo* no cenário internacional como expressão do surgimento de uma nova geopolítica ambiental que visa a competição interimperialista pelo monopólio da gestão de recursos estratégicos – com destaque para a relação direta entre esse fenômeno e a reconfiguração institucional internacional que embasa juridicamente a orquestração de interesses de classe, aqui denominada concertação global do capital transnacional no território amazônico, com o apoio direto do Estado brasileiro. Na seção seguinte, voltaremos nosso olhar para os fluxos materiais de produção e investimento financeiro ligados ao avanço do grande capital sobre as fronteiras naturais mais cobiçadas, entre as quais elencamos a Amazônia brasileira como principal espaço estratégico à captura de excedentes no atual estágio da acumulação capitalista, dada a predominância de suas reservas de biomassa. Por fim, a título de considerações finais, buscaremos esboçar como a posição historicamente dependente brasileira – e amazônica, no eixo doméstico – favorece o avanço violento do saqueio num território que se converte em reserva de valor futuro e instrumento da regionalização desigual, elementos claros da dinâmica econômica no capitalismo dependente.

1. O fenômeno do *onguismo* como geoestratégia imperialista

Entre as décadas de 1970 e 1990 irrompe uma verdadeira explosão na fundação de Associações Voluntárias, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organismos Internacionais (OIs), Tratados e Acordos Multilaterais voltados à proteção ambiental, cujos números ilustram uma tendência geral à conformação de uma nova governança global alinhada a uma geopolítica ambiental específica e voltada ao conservacionismo. Somente entre 1971 e 1990, é possível observarmos um crescimento de mais de 1.000% no número de órgãos ambientais no mundo, que saem de 12 entidades do tipo para 140 num período de 20 anos (McCormimick, 1992). Para grupos ambientalistas privados, o crescimento é mais discreto, mas ainda significativo, passando o patamar dos 33% entre 1972 e 1990, e atingindo um número de impressionantes 15 mil fundações dessa

natureza (McCormimick, 1992). Ainda em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) inaugura seu primeiro programa ambiental – o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) – e, na Nova Zelândia, é fundado o primeiro Partido Verde do mundo. Já na década seguinte, as principais OIs – Banco Mundial, Comunidade Europeia, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – elaboram suas próprias políticas internas voltadas à proteção ambiental e proliferam os Partidos Verdes pelo mundo, com organizações atuantes em pelo menos 14 países (McCormimick, 1992). Os Acordos Internacionais ambientais também se disseminam, atingindo o número de 250 documentos assinados para a proteção do meio ambiente em 1990, o que representa um crescimento de 75% das ratificações desde 1960.

Este quadro nos permite observar o inegável surgimento de uma onda ambientalista no último quarto do século XX, que nos aponta para a década de 1970 como mais que um momento de despertar de uma consciência ambiental global repentina[4], mas a expressão global de uma nova frente geoestratégica de disputa por controle e gerenciamento de recursos, mercados e influência. Nessa mesma direção, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que ocorre em Estocolmo em 1972 (a Eco-72) representa o marco jurídico-institucional formal do direito internacional ambiental e da estratégia geopolítica embutida no novo ambientalismo (Camely, 2018; informação verbal, 2023[5]). Nesse momento, prevalece o discurso neomalthusiano[6] veiculado pelos EUA, juntamente com a proposição do "desenvolvimento zero"[7] (Camely, 2018;

[4] Não descartamos aqui o impacto dos movimentos sociais populares nas conquistas por avanços de direitos. Contudo, a grande presença de diversos atores do imperialismo na conformação de um novo movimento ambientalista nos indica um interesse geopolítico vinculado à hegemonia do capital transnacional.

[5] Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária "Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono", durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

[6] A perspectiva neomalthusiana enfatiza a preocupação com a influência que o crescimento populacional exagerado pode exercer sobre a pobreza e a indisponibilidade de recursos.

[7] O "desenvolvimento zero" refere-se à ideia de que o modelo de crescimento econômico imparável causa danos ambientais e sociais irreversíveis, tornando imperativa a mudança de paradigma em favor da sustentabilidade. Essa perspectiva gera embates iniciais entre países do centro e da periferia capitalista, mas até a década de 1990 apresenta-se em discurso uníssono.

informação verbal, 2023[8]), o que significa a imputação de responsabilidade pelos danos catastróficos apresentados nos então recentes relatórios climáticos aos países de "terceiro mundo" e ao subdesenvolvimento enquanto categoria em si – e não produto estrutural das relações de produção em nível global.

Observamos, portanto, a apresentação do projeto de freio ao desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos, de desresponsabilização dos atores transnacionais nos processos de exploração dos recursos naturais e do trabalho[9] nas chamadas cadeias globais de produção e, logo, de interferência direta e indireta das economias centrais para a garantia da conservação da biodiversidade na periferia. Nesse sentido, a crítica ao modelo imperialista conservacionista não implica a exaltação do desenvolvimento capitalista previamente articulado no Brasil através, por exemplo, do nacional-desenvolvimentismo, tendo em vista a manutenção da dependência e, especialmente, da subordinação da classe trabalhadora à opressão burguesa embutida na manutenção das relações capitalistas de produção. A crítica articula-se muito mais ao boicote às possibilidades de construção popular de um modelo de desenvolvimento soberano, que se dá pela ampliação do território de controle do grande capital transnacional sobre as estruturas nacionais, inclusive no que concerne à proteção ambiental, convertida em simples conservação de recursos para valorização futura.

Vale notar também que a Eco-72 não deixa de colocar em destaque o papel essencial da Floresta Amazônica para a mitigação do desequilíbrio climático (informação verbal[10]), evidenciando a centralidade da Amazônia como território estratégico para o novo imperialismo – de reserva biológica, valorização

[8] Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária "Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono", durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

[9] Posição que também tende a prevalecer no âmbito da Organização Mundial do Trabalho (OMT), com única responsabilização dos países fornecedores de matéria-prima e manufaturados de baixo custo a companhias multinacionais e transnacionais pelos constantes abusos aos direitos humanos engendrados pelas cadeias produtivas globalizadas.

[10] Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária "Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono", durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

de capital e captura de excedente da renda fundiária e de ativos (Leal, 2010; Delgado, 2012). Tal aspecto se comprova pela grande presença que o capital transnacional e as grandes ONGs ambientalistas ligadas ao imperialismo consolidam nas décadas seguintes na região, pelo fenômeno da estrangeirização de terras que decola no século XXI e pela influência direta das resoluções ambientais internacionais na formulação desde políticas nacionais para a conservação até a modulação das formas de exploração dos recursos amazônicos em consonância com o eixo externo, ou seja, com as diretrizes do bloco no poder (Delgado, 2012; Camely, 2018; Sauer; Oliveira, 2022).

Segundo marco da estratégia geopolítica ambiental, vinte anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Eco-92, também chamada de Rio-92) dá "a largada para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse definitivamente na agenda dos cinco continentes" (Barreto, 2009, p. 83). A Rio-92 traz um enfoque maior nos interesses diplomáticos, dando palco ao início de uma suposta síntese ideológica entre as estratégias geopolíticas ambientalistas dos chamados norte e sul globais, uma espécie de caminho do meio que posiciona a conservação ambiental como interesse geral e pontua a responsabilidade do "primeiro mundo" na viabilização desses objetivos[11] (Barreto, 2009; Camely, 2018; informação verbal, 2023[12]). É também na Rio-92 que a organização de um mercado de créditos de carbono toma corpo como iniciativa ao cumprimento de metas de proteção e conservação ambiental, o que se relaciona à ideia de "desenvolvimento sustentável" já trabalhada desde a Assembleia

[11] Essa suposta síntese ou caminho do meio de fato não se concretiza enquanto balanceamento equitativo dos interesses dos países centrais e periféricos, tendo em vista a progressiva especialização produtiva primário-exportadora das economias dependentes, que muito mais remete à ideia de "desenvolvimento zero" veiculada desde a Eco-72. Também é preciso pontuar que a autoatribuição de responsabilidade dos países centrais pela viabilidade da conservação ambiental não se traduz em freio à superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais na periferia pelas empresas transnacionais de origem no "primeiro mundo", servindo, em verdade, como posicionamento geoestratégico de controle de biodiversidade pelos agentes do imperialismo. Vale observar ainda que essa aparente autorresponsabilização não reconhece a estruturalidade das relações de dependência assentadas no saque, numa chave dialética desenvolvimento/ subdesenvolvimento que se mantém inalterada. Ao contrário, eleva as economias centrais ao compromisso histórico de promoção do desenvolvimento, que mais promove a perpetração ideológica da subalternidade dependente.

[12] Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária "Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono", durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Mundial dos Estados, ou Conferência de Nairóbi, em 1982 (Camely, 2018; informação verbal[13]).

Podemos dizer, portanto, que os vinte anos que separam a Eco-72 e a Rio-92 viabilizam a consolidação da estratégia imperialista para o novo ambientalismo, em que rumos importantes de ação foram definidos multilateralmente. Consolidam-se as ideias de desenvolvimento sustentável (no lugar de "desenvolvimento zero") e de conservação ambiental com enfoque nas florestas tropicais, bem como a abertura de novos mercados especulativos sobre as metas de preservação. O que, na prática, implica processos de especialização primário-exportadora e aprofundamento da dependência para as economias periféricas, com intensificação da exploração dos recursos naturais e do trabalho, avanço do capital transnacional sobre as fronteiras naturais nacionais e manutenção de bolsões de biodiversidade que representam reserva biológica e de valor futuro, assim como território de valorização de capitais – seja pela renda da terra, pelo monopólio dos recursos, pela especulação de ativos ou do próprio mercado de carbono.

Esses processos ficam patentes, por exemplo, no fato de que, entre 1990 e 1997, mais de 70% dos recursos destinados à preservação ambiental em todo o mundo concentraram-se na delimitação de áreas de proteção ambiental e manejo de recursos naturais, com os restantes 30% divididos entre atividades como pesquisa, fortalecimento de comunidades e políticas públicas (Camely, 2018) — o que demonstra o viés primariamente conservacionista dessas iniciativas, sem apelo de base popular. Ainda dentre as iniciativas de conservação, mais de 60% dos financiamentos foram destinados às florestas tropicais (Camely, 2018). Esses dados nos indicam uma ideia de conservação que, em si, reflete uma relação de valorização de capital que prevê a futura valorização de recursos em escasseamento ou a futura exploração de territórios e de biodiversidade preservados. Tratam dos ciclos biológicos enquanto reserva de matéria-prima, com a possibilidade de "soma zero" no processo de conservação/exploração que envolve os créditos de carbono, sem levar em conta as especificidades ecossistêmicas

[13] Fala da professora Ana Paula Salviatti na plenária "Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono", durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

locais que não podem ser substituídas pela manutenção temporária de distinto bioma. A concentração de recursos na preservação das florestas tropicais também exprime a mercantilização da natureza. O foco é a máxima preservação de territórios ricos em biodiversidade para a exploração, por exemplo, pela indústria bilionária de biotecnologia, pelo mercado de *commodities*, pela mineração e o agronegócio (Camely, 2018; Malheiro; Michelotti; Porto-Gonçalves, 2020).

2. Desdobramentos internos: a vinculação jurídico-institucional do novo ambientalismo na estrutura política brasileira

No Brasil, essa dinâmica se caracteriza pela implementação de projetos e legislação de proteção ambiental moldados pelos Acordos Multilaterais Ambientais e pelos planos de ação das grandes ONGs imperialistas, como a *United States Agency for International Development* (Usaid) (Camely, 2018). Para ilustrar, a assinatura e ratificação nacional da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) através do Decreto federal n.º 2.519, de 16 de março de 1998, estipula as bases sobre as quais o Brasil se orienta em favor da assinatura de acordos e implementação de legislação referentes à biodiversidade através do tripé da "[...] conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos [...]" (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024, *online*)[14]. A Convenção ainda se estabelece sobre a ideia neomalthusiana de que "[...] a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é [sic] de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial [...]" (Brasil, 1994).

O texto da lei evoca, portanto, uma ideia de cooperação internacional que se traduz em acumulação por despossessão quando analisamos, por exemplo, a crescente necessidade de material genético advinda da indústria de biotecnologia, o interesse expresso pelo governo estadunidense na conservação

[14] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>.

de territórios ricos em biodiversidade genética, e as próprias restrições dos EUA à assinatura da CDB no que diz respeito à transferência de tecnologia, ao patenteamento e ao respeito ao livre-mercado (Usaid, 2005; Camely, 2018). O documento "*Biodiversity Conservation: A Guide For Usaid Staff And Partners*", da Usaid, ainda cita que os chamados serviços ecossistêmicos[15] da biodiversidade somariam mais de US$ 33,3 trilhões (Usaid, 2005). Isso significa que os atores estatais e o grande capital transnacional percebem e agem de acordo com a exorbitante lucratividade fornecida direta ou indiretamente pelos estoques genéticos e, logo, pela preservação dos ciclos biológicos, em especial nas florestas tropicais.

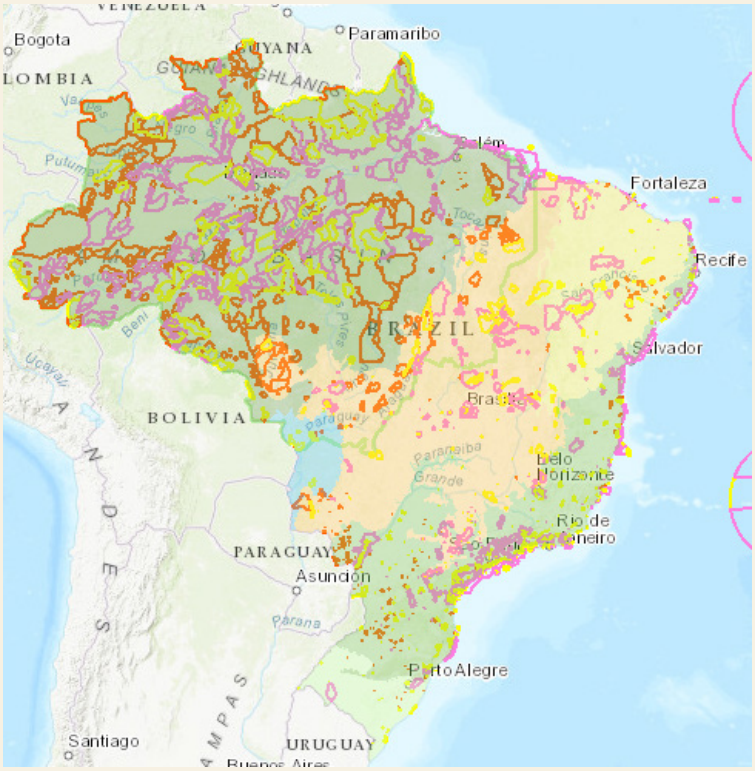
A Amazônia, que, segundo Camely (2018), constitui de 30 a 40% das florestas tropicais do mundo e estoca por volta de 33% de todo o material genético do planeta, torna-se, como demonstra Leal (2010), território central para a acumulação de capital no capitalismo financeirizado, principalmente quando se leva em conta a progressiva vulnerabilização dos ciclos biológicos planetários, já demonstrada pelos relatórios climáticos, pelo menos desde a década de 1970. Nesse sentido, não impressiona o fato de que as décadas de 1970, 1980 e 1990 concentram o estabelecimento das políticas de cunho conservacionista que embasam o aparato de proteção ambiental da Amazônia brasileira constituído a partir dos grandes Acordos Multilaterais Ambientais até aqui tratados (Camely, 2018). A aplicação nacional dessa estratégia geopolítica ambiental para a Amazônia serve ao novo padrão industrial biotecnológico e funciona a partir do estabelecimento de zonas de exploração intensiva e extensiva de recursos e de zonas conservacionistas para valorização futura (Camely, 2018).

Essas últimas concentram-se em grandes faixas de floresta contínua, em forma de áreas protegidas, entre Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais, Terras Indígenas (TIs) e reservas militares que, já em 2007,

[15] A ideia de serviços ecossistêmicos se relaciona ao apoio ecossistêmico à proteção e promoção da vida na Terra, incluindo a manutenção dos ciclos da água e dos nutrientes, da fertilidade do solo, da proteção contra erosão, da regulação climática, da polinização, que permitem, por exemplo, a produtividade da agricultura (Usaid, 2005).

recobriam mais de 43% da Amazônia Legal, dando espaço para o avanço da fronteira verde do Centro-oeste até a Amazônia ocidental (Camely, 2018; Murer; Futada, 2024).

Figura 1: Mapa do Brasil para Unidades de Conservação estaduais, federais, e Terras Indígenas por bioma, 2024



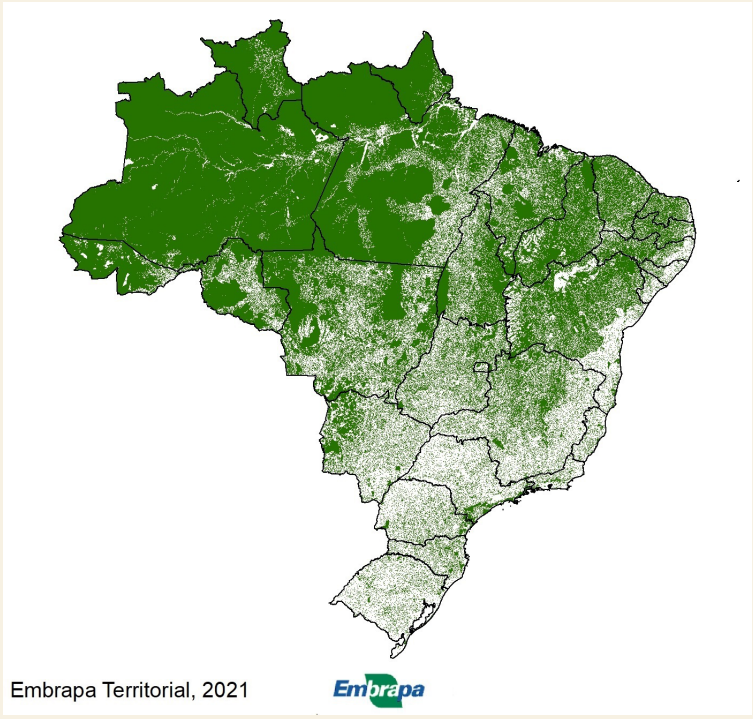
Fonte: Socioambiental, 2024, *online*.[16]

No mapa acima podemos observar a totalidade das TIs, das UCs federais e estaduais – respectivamente contornadas em vermelho, amarelo e rosa – demarcadas no Brasil em 2024. É perceptível a grande presença, em número e em extensão, de áreas protegidas no território da Amazônia Legal. Das 336 UCs federais brasileiras, que recobrem uma área de mais

[16] Disponível em: <https://mapa.eco.br/v1/?lang=pt-br&layers%5B%5D=jurisdicao.amlegal&layers%5B%5D=ambiente.biomas&layers%5B%5D=ucs.limitsEstaduais&layers%5B%5D=ucs.limitsFederais&layers%5B%5D=tis.limits&layers%5B%5D=desmatamento.0&baseLayer=base.topographic&center%5B%5D=-11.0490383465370 94&center%5B%5D=-55.986328125000 01&zoom=4&minZoom=4&maxZoom=15>.

de 166 milhões de hectares e correspondem a 19% do território nacional, 148 localizam-se na Amazônia Legal, recobrindo mais de 66 milhões de hectares, o que correspondente a 7,5% do território nacional e 13,3% do território da própria região amazônica (Murer; Futada, 2024). Somam-se a estas mais 194 UCs estaduais na Amazônia Legal, que recobrem uma área de mais de 63 milhões de hectares ou 12,6% do território amazônico (Instituto Socioambiental, 2024). A predominância de TIs também é absoluta na Amazônia Legal, com uma concentração de 442 TIs demarcadas no território amazônico, que recobrem uma área de 115 milhões de hectares e correspondem a 97% da área total de TIs demarcadas em todo o território nacional (Terras Indígenas no Brasil, 2024).

Figura 2: Áreas dedicadas à vegetação nativa no Brasil por Unidade Federativa, 2021



Fonte: Embrapa territorial, 2021, *online*.[17]

[17] Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/resultados>.

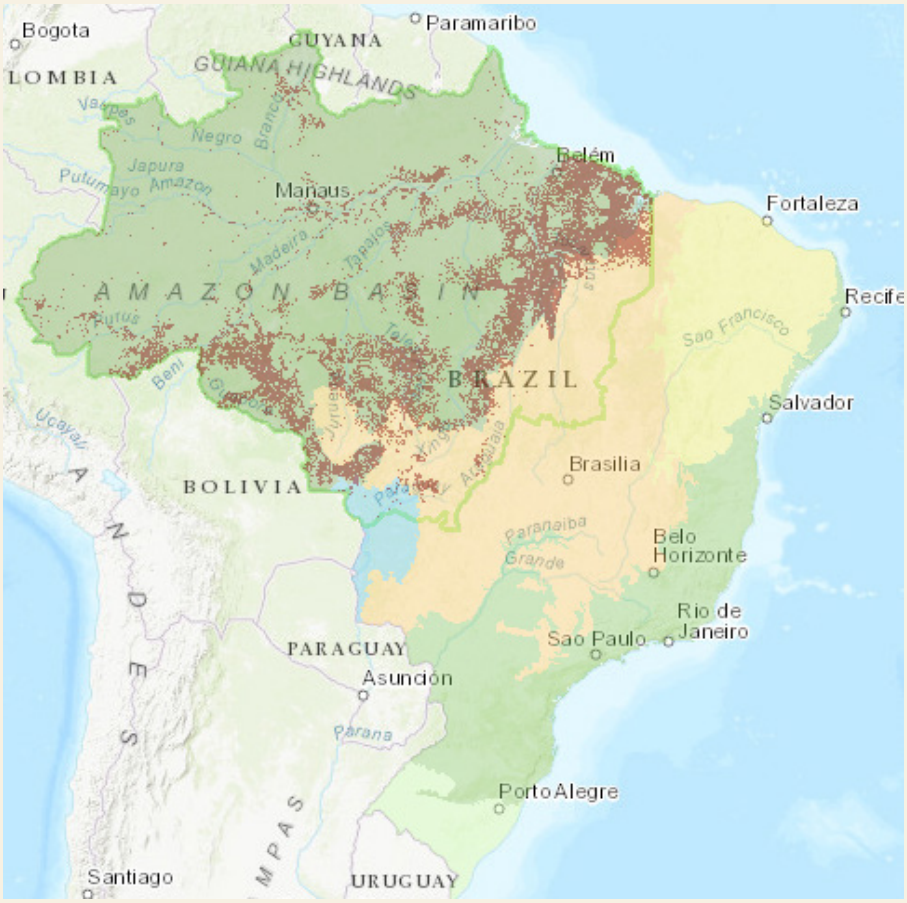
Pelo mapa apresentado na Figura 2, percebemos não apenas a alta concentração de áreas protegidas na Amazônia, mas também o nítido avanço da fronteira agrícola do Centro-oeste à Amazônia oriental, contrastando com as áreas de vegetação nativa conservada. O estado do Mato Grosso, por exemplo, apresenta menor concentração proporcional de território sob conservação ambiental, ao passo que é considerado a maior frente agrícola da região e uma das maiores do Brasil. O quadro geral da concentração fundiária brasileira e a distribuição territorial dos imóveis rurais ilustram essa tendência:

> A desigualdade também se destaca nos índices que revelam a área ocupada pelo estrato dos 10% maiores imóveis contrapostos à área ocupada pelo estrato dos 90% menores imóveis. O estrato dos 10% maiores imóveis ocupa 73% da área de uso privado do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. [...] Ao utilizar a malha fundiária é possível não só quantificar, mas também localizar as situações de desigualdade. Por exemplo, os 15.686 maiores imóveis do país (0,3% do total de imóveis) detêm 25% de toda a terra agrícola do Brasil e se concentram principalmente no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na região do Matopiba. Para alcançar outros 25% da área total é necessário somar as áreas dos 3.847.937 menores (77% do total de imóveis), com maior presença destes nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Pelos dados do Censo 2017 o 1% dos maiores estabelecimentos rurais ocupa 47,3% da área, ao passo que os 50% menores ocupam somente 2,1%. (Pinto et al, 2020, p. 10)

Para além da extrema concentração de terras e predominância do latifúndio monocultor, isso significa que, mesmo dentro do território amazônico, a tendência à conservação não é homogênea e se localiza primordialmente afastada da fronteira agrícola. Em resumo, a Amazônia brasileira possui mais de 38% de seu território sob proteção permanente total ou uso sustentável. Além disso, do total das áreas protegidas no Brasil, cerca de 95% concentram-se na Amazônia Legal (Camely, 2018; Murer; Futada, 2024). Ainda, 82% do total das áreas protegidas do território nacional localizam-se especificamente na região Norte, especialmente em espaços remotos ou de menor

potencial agrícola, seja por falta de infraestrutura, logística ou variáveis biológicas (Murer; Futada, 2024). Por outro lado, a faixa oriental amazônica acumula mais desflorestamento em proporção ao território movido pelas necessidades do capital ligado às *commodities* agrícolas.

Figura 3: Avanço do desmatamento no ano, Brasil, 2022



Fonte: Socioambiental, 2024 2021, *online*.[18]

Ainda nessa direção, ao observarmos o avanço do desmatamento na Amazônia Legal em 2022, percebemos novamente a predominância do avanço da fronteira verde pela faixa ocidental, desde o Centro-oeste, o que corrobora a

[18] Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/resultados>.

tendência do capital à divisão da região amazônica em zonas de exploração intensa e áreas de reserva de valor, via proteção ambiental.[19]

Vale notar ainda que a década de 1990 representa momento de expressivo avanço na demarcação dessas áreas de conservação na Amazônia Legal, que totalizavam pouco mais de 100 mil km² de áreas de Proteção Integral até 1985 e atingem o patamar de mais de 1,2 milhões de km² entre áreas de Proteção Integral e Uso Sustentável nos níveis federal e estadual até 2010 (Veríssimo *et al*., 2011; Camely, 2018). A demarcação de áreas protegidas se institucionaliza com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), em 18 de julho de 2000, e integra, em 2002, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e gerenciado pela *World Wide Fund for Nature* (WWF) em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Banco Mundial (BM), KfW *Bankengruppe*, entre outros (Camely, 2018; WWF, 2015). O Arpa atua numa área total de mais de 59,2 milhões de hectares na Amazônia Legal, o equivalente a 114 UCs ou quase 15% do território amazônico brasileiro (WWF, 2015). O projeto demonstra o poder de gerência das grandes ONGs sobre os bens naturais nacionais e a tendência à financeirização da proteção ambiental, representada pela presença de diversos grupos financeiros que visam a sustentabilidade como mais uma frente de lucratividade e especulação.

A verdadeira explosão no número de ONGs nas décadas de 1970 a 1990, sua vinculação a organismos multilaterais agentes do imperialismo, como o BM e a *Central Intelligence Agency* (CIA), e a concentração massiva de recursos em poucas grandes organizações levam à interpretação de que o

[19] Até 2008, as áreas de desflorestamento eram mais generalizadas por toda a Amazônia Legal, apesar da [desde então presente] concentração da degradação na faixa ocidental. O *boom* das *commodities* explica, em parte, o avanço momentâneo mais acelerado do desmatamento na região. O que analisamos, no entanto, é uma tendência de configuração do capital nos termos de áreas de exploração e áreas protegidas para a valorização de capital, que se assentam à medida que a implementação do projeto neoextrativista brasileiro se estabelece e posiciona o Brasil nos fluxos globais de capitais como plataforma de valorização financeira muito ancorada no mercado de *commodities*.

fenômeno do *onguismo* e do novo ambientalismo está fortemente conectado à disseminação da ideologia neoliberal, desarticulação e despolitização de movimentos de base popular, substituição do Estado na provisão de políticas de desenvolvimento, além do acesso a saberes tradicionais e à gestão da biodiversidade (Camely, 2018). Sua atuação já sistematizada no século XXI garante a coerção e o consentimento do bloco no poder em âmbito mundial e a continuada expansão da acumulação de capital sobre bases essencialmente espoliativas. Ou seja, num primeiro momento, o terceiro setor, exacerbado no fenômeno do *onguismo*, funciona como instrumento de "nova governabilidade" num contexto de "Estado mínimo", neoliberalismo e financeirização (Camely, 2018). Fornece serviço gratuito ou de baixo custo para o atendimento paliativo de urgências sociais (em lugar de políticas públicas); espaço de sociabilidade despolitizada para uma classe trabalhadora progressivamente dispersa em termos de organização de classe; além de atuar enquanto "educador" de governos e populações frente às reconfigurações do capitalismo (Camely, 2018). Em última análise, constitui braço do bloco no poder na conformação da sociedade civil, em sua dimensão normativo-ideológica, engendrando ideias relacionadas à excessiva burocratização do Estado, à ineficiência do setor público, à necessidade de manutenção de ambiente seguro ao investimento privado[20], implementando a caridade individual no lugar da organização popular e, com tudo isso, fortalecendo a retórica do conservacionismo no que concerne às organizações ambientalistas (Gill; Law, 1989; Camely, 2018).

Não podemos perder de vista também o contexto econômico que cerca esse momento de conformação de um novo ambientalismo, concomitante ao processo de financeirização da acumulação, que dimensiona a materialidade desses instrumentos de estratégia geopolítica. O choque do petróleo, de 1973, apesar de constituir etapa importante na construção do que Gowan (2003) denomina Regime do Dólar Wall Street, desencadeia queda das taxas

[20] Retórica rapidamente incorporada pela concertação do agronegócio brasileiro e utilizada até a atualidade, como apontado por Pompeia (2018).

de lucro nas economias centrais, além de demonstrar, a partir da atuação da Opep, as possibilidades de monopolização/oligopolização da produção de *commodities* – especialmente as não-renováveis –, com consequências possivelmente desastrosas para a manutenção das relações de dependência centro-periferia, principalmente no que se refere ao intercâmbio desigual (Marini, 1981; informação verbal[21]). Ou seja, inicia-se uma ação imperialista coordenada de desarticulação das economias periféricas, fomento à especialização primário-exportadora e formação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que aprofunda a subjugação dessas economias via comércio internacional e sistema financeiro. Nesse sentido, a intensificação da exploração extrativista e a ampliação dos territórios incorporados às cadeias globais de produção e comercialização de *commodities* conformam parte importante da dimensão material desse processo de reconfiguração produtiva mundial em torno do capitalismo financeirizado. De modo que se faz necessário voltarmos nossa atenção a aspectos relacionados à extração e emprego de recursos, no que se convencionou chamar de processo de reestruturação produtiva na atual etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

3. Dinâmicas da reconfiguração produtiva pós-1970

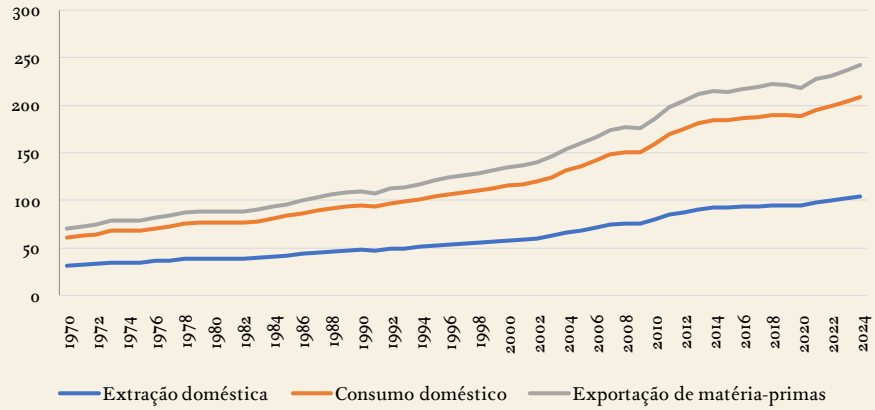
Segundo os dados reunidos pelo Painel Internacional de Recursos, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, entre 1970 e 2024 a extração doméstica[22] global de matérias-primas sofreu um aumento de 235%, atingindo o patamar de 104 bilhões de toneladas (Unep IRP *Global Material Flows Database*, 2024). Nesse mesmo período o consumo material

[21] Fala da professora Ana Paula Salviatti na plenária "Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono", durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

[22] A categoria "extração doméstica" refere-se ao indicador de análise "*Domestic extraction* (DE)" da base de dados do *Global Material Flows*. "A extração doméstica (DE) compreende todas as matérias-primas bióticas e abióticas que são extraídas do ambiente doméstico e posteriormente utilizadas nos processos de produção" (Material Flows, 2018, *online*, tradução nossa).

doméstico[23] aumenta em 74,08 bilhões de toneladas, equivalente a um crescimento de 243%, enquanto as exportações equivalentes de matérias-primas[24] atingem o volume de 24,4 bilhões de toneladas, referente a um aumento de 263% (Unep IRP *Global Material Flows Database*, 2024).

Gráfico 1: Tendência mundial de extração doméstica, consumo doméstico e exportação equivalente de matérias-primas, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Unep IRP *Global Material Flows Database*.[25]

O crescimento da extração de matérias-primas é quase totalmente contínuo em todo o período analisado, com aceleração mais acentuada a partir de 2003. A exportação de matérias-primas e o consumo doméstico em nível mundial crescem em ritmo ainda mais acelerado, especialmente de 2000 em diante, porém com maiores flutuações, decorrentes de conjunturas de crise, como podemos observar em 1991, 2008 e 2020. Esse crescimento do consumo,

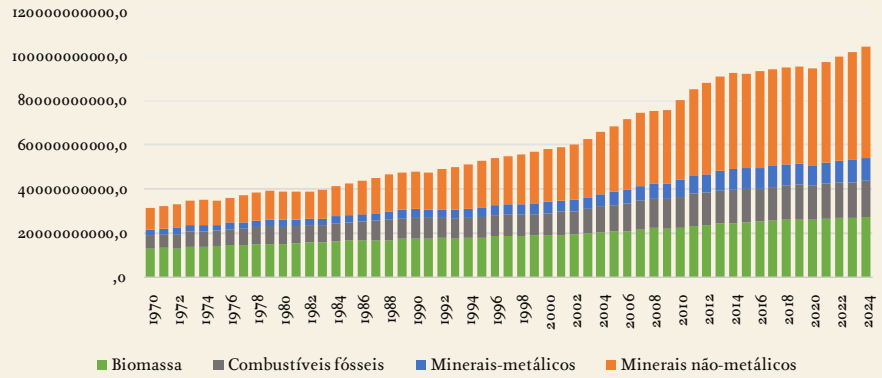
[23] A categoria "consumo material doméstico" refere-se ao indicador de análise "*Domestic Material Consumption* (DMC)" da base de dados do *Global Material Flows*. "O Consumo Material Doméstico (DMC) mede a quantidade total de matéria usada diretamente dentro de um sistema econômico. O DMC é igual à soma da extração interna e das importações menos as exportações" (Material Flows, 2018, *online*, tradução nossa).

[24] A categoria "exportações equivalentes de matérias-primas" refere-se ao indicador de análise "*Raw Material Equivalents of Exports* (EXP-RME)" da base de dados do *Global Material Flows*. "As exportações equivalentes de matérias-primas (EXRME) representam a quantidade total de extração de matéria-prima – tanto na economia nacional como em países estrangeiros – necessária para produzir as exportações. As exportações são expressas em Equivalentes de Matéria-Prima (RME)" (Material Flows, 2018, *online*, tradução nossa).

[25] Disponível em: <https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc>.

extração e exportação de matérias-primas se dá em todas as principais categorias de *commodities*, seja biomassa, minerais metálicos, minerais não-metálicos ou combustíveis fósseis, com destaque para os dois últimos.

Gráfico 2: Extração doméstica mundial de matérias-primas por grupo em bilhões de toneladas, 1970-2024



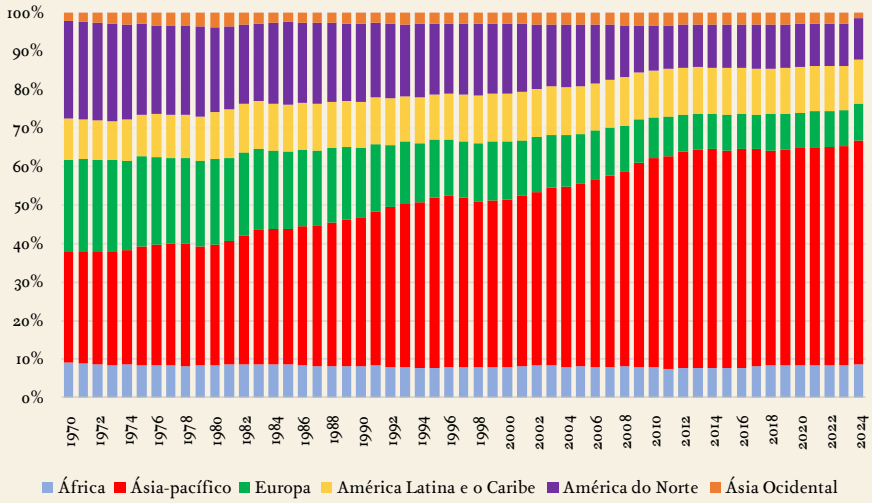
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Unep IRP *Global Material Flows Database*.[26]

Nesse período, os minerais não-metálicos relacionados à indústria da construção civil lideram o incremento de extração com um aumento de mais de 429% entre 1970 e 2024, seguido de minerais metálicos e combustíveis fósseis, com um incremento de 300% e 163%, respectivamente, no mesmo período (Material Flows, 2024a). A tendência ao aumento da extração desses grupos de matérias-primas não-renováveis também se intensifica após 1990 e com ainda mais força após 2000. Isso indica a construção de um crescente aporte infraestrutural e energético, especialmente nas economias periféricas, para a instalação de atividades ligadas às cadeias globais de produção com maior robustez da capacidade produtiva mundial. A extração de biomassa – único grupo de matérias-primas renováveis entre as analisadas – cresce em 114% de 1970 a 2024, impulsionada, especialmente, pela mecanização/industrialização da agricultura, pela crescente demanda por alimentos e insumos e pela produção energética baseada em matéria orgânica (Material Flows, 2024a).

[26] Disponível em: <https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc>.

Ainda nesse sentido, é importante notar a reversão na tendência de extração de matérias-primas entre países centrais e periféricos. No período pós-1970 é observável uma crescente participação das chamadas economias emergentes no volume total de extração de matérias-primas mundialmente, com o concomitante arrefecimento relativo da participação das economias desenvolvidas nesse processo.

Gráfico 3: Participação na extração doméstica mundial de matérias-primas por região, em porcentagem, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Unep IRP *Global Material Flows Database*.[27]

A participação da Ásia como um todo cresce extraordinariamente no total global da extração de matérias-primas no período analisado, de modo que, em 2024, o continente sozinho é responsável por 60% das matérias-primas extraídas mundialmente[28]. A tendência de crescimento se intensifica, uma vez mais, a partir da virada do milênio, liderada pela extração de minerais metálicos e não-metálicos relacionados à industrialização massiva de economias como a China e a Índia (Material Flows,

[27] Disponível em: <https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc>.

[28] Desses 60%, metade é de responsabilidade exclusivamente da economia chinesa, que detém 30% das extrações globais de matérias-primas (Material Flows, 2024).

2024a). Ao mesmo tempo, regiões como a América Latina ou o continente africano sofrem moderado crescimento ou estabilidade quanto à porcentagem de participação nas extrações de matérias-primas globalmente, porém com aumento substancial de seus respectivos volumes de extração doméstica[29] (Material Flows, 2024a).

Por outro lado, a participação da Europa e da América do Norte[30] na extração de matérias-primas cai pela metade no período, com ambas as regiões saindo do patamar de aproximadamente 20% de participação na extração global em 1970 para menos de 10% em 2024[31] (Material Flows, 2024b). Esse declínio se dá especialmente em razão da dispersão geográfica da produção industrial dessas regiões, bem como da substituição da extração doméstica pela importação de produtos básicos e semielaborados (Material Flows, 2024b). De forma que o aumento do volume de extração doméstica da América Latina e da África reflete o suprimento das necessidades de insumos para a produção industrial globalizada mais do que para atender ao crescimento da demanda interna (Material Flows, 2024b).

O que observamos, portanto, é uma reconfiguração produtiva e dos fluxos de capitais em torno da nova DIT que emerge tanto do processo de financeirização quanto dos avanços técnicos informacionais e científicos. Esses últimos impulsionados pela ampliação sem precedentes do volume de capital acumulado em decorrência da expansão do capital fictício na economia internacional, que força a abertura de novas frentes produtivas ao capital privado nas economias periféricas, além do papel central do crescimento da economia chinesa. No Brasil, esses movimentos desencadeiam

[29] O continente africano passa da extração de 2,42 bilhões de toneladas de matéria-prima em 1970 para 8,36 bilhões de toneladas em 2024; enquanto a América Latina e o Caribe saem do patamar de 2,86 bilhões de toneladas de matérias-primas extraídas em 1970 para 11,23 bilhões de toneladas em 2024, segundo dados do Unep IRP *Global Material Flows Database* (2024).

[30] Na presente análise, o México não é incluído na região denominada "América do Norte".

[31] Vale notar que, de 2010 a 2024, a participação global na extração de matérias-primas da América do Norte se estabiliza no patamar dos 10%, com leve crescimento, muito devido à crescente participação dos EUA na produção e exportação de biocombustíveis.

uma reconfiguração nacional em torno do neoextrativismo como base para que o país emerja enquanto ator ativo nos fluxos financeirizados de capital.

Da década de 1990 em diante, o Brasil ativamente se posiciona como plataforma de valorização financeira, através de políticas de sobrevalorização da moeda, juros altos e desvalorização de ativos para a atração de capitais estrangeiros (Paulani, 2012). As políticas de desvalorização de ativos combinadas com as demais medidas liberalizantes postas em prática, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, impulsionam a concentração de terras e capitais na agricultura e o desenvolvimento de um setor primário voltado para os mercados de ativos (Delgado, 2005).

Nesse momento, o Brasil consegue começar a ingressar ativamente nos já robustos mercados financeiros internacionais, ao passo que os formuladores de política econômica implementam medidas de estabilização monetária e resolução da dívida externa, que se dá sobretudo via formação de reservas e atração de divisas (Paulani, 2012). É claro que, no contexto político-econômico do período, as condições dos credores e organismos financeiros multilaterais consistem em pacotes de medidas neoliberais, que envolviam a abertura financeira da economia brasileira e dos mercados de títulos públicos e privados nacionais à securitização dos débitos, e a liberalização de barreiras ao fluxo transnacional de capitais (Paulani, 2012) — acusando novamente a formação de uma concertação global do capital transnacional, que atua diretamente na subjugação das economias nacionais ao projeto do capital rentista mundialmente conformado. É claro também que esse movimento encontra repercussão doméstica junto às próprias burguesias nacionais, que enxergam novas possibilidades de acumulação de capital pelo rentismo e, como no caso brasileiro, da captura de renda extraordinária da terra e dos recursos naturais, o que explica, em grande medida, a estratégia primário-exportadora estabelecida desde então (Harvey, 2004; Delgado, 2012).

Todavia, o breve período entre 1994 e 1999 será marcado pela queda dos investimentos estatais no setor primário, em razão do grande afluxo de capitais estrangeiros que cruzam a fronteira nacional fortemente liberalizada

aos investimentos financeiros externos (Delgado, 2012; Paulani, 2012). A estratégia da valorização cambial e manutenção de altas taxas de juros permite a inserção ativa da economia brasileira nos mercados financeiros e garante a atração de divisas para uma economia que se converte em importante plataforma de valorização fictícia (Paulani, 2012). Essa postura se mantém até a nova crise cambial de 1999, quando o investimento no setor primário se converte novamente em fator interessante.[32]

A estabilização monetária também envolvia a promoção de um ambiente seguro ao investimento. Para tal, passam-se a oferecer vantagens extraordinárias a esse tipo de operação, como a isenção tributária a ganhos financeiros de não residentes, cortes de gastos públicos via reforma previdenciária, além de medidas em paralelo, como as privatizações, o controle fiscal com vistas a gerar superávits primários e a elevação das taxas de juros, que visavam igualmente a concessão de vantagens às aplicações rentistas estrangeiras (Paulani, 2012). O principal objetivo era a atração de divisas para a manutenção das reservas que financiavam a sobrevalorização do real. É nesse ponto em especial que se desenvolve a estratégia de uma economia do agronegócio.

O segundo governo FHC é pautado pela retomada da estratégia de superávit na balança comercial através da exportação de produtos básicos e semielaborados para, assim, suprir-se a perda de reservas internacionais – em movimento contrário ao período anterior, que contava com o desmonte das políticas de fomento ao setor primário (Delgado, 2012). Inicia-se aí a construção das bases de uma iniciativa de "relançamento do agronegócio", com investimento em infraestrutura territorial, aporte de pesquisa pública voltada para o setor agrícola em parceria com grandes multinacionais, afrouxamento da regulamentação do mercado de terras, aumento da

[32] A crise cambial de 1999 repercutiu na adoção do câmbio flutuante, das metas de inflação e de ainda maior austeridade nas políticas monetária e fiscal. A economia permanecia dependente das reservas externas pelos elevados juros que se mantinham e pelo déficit nas transações correntes, em especial na conta "Serviços" (Paulani, 2012). Esse inerente desequilíbrio externo, fruto da posição estruturalmente dependente da economia brasileira no modo de produção capitalista, sedimentará a adoção de um pacto público-privado de economia política em torno da promoção do agronegócio brasileiro. Todavia, a condição estruturalmente conformada de desequilíbrio externo se mostrará irresolvível por ajustes conjunturais.

competitividade do setor no comércio internacional via fim da sobrevalorização do real e retomada do crédito aos planos de safra (Delgado, 2012). Movimento que encontra aceitação por parte do mercado mundial, com ótimos resultados para a exportação sucroalcooleira, de carne bovina e de frango, soja e milho (Delgado, 2012).

O que se observa é um processo de queda no rendimento da terra e dos ativos, que, em primeiro momento, parece promover um movimento de redistribuição fundiária ou reforma agrária propulsionado pelo mercado, sem iniciativa estatal, aos moldes neoliberais (Delgado, 2005). Contudo, os pequenos produtores logo se veem incapazes de manter a propriedade da terra num momento de recessão e queda acentuada do preço das *commodities*, de modo que os grandes latifundiários logram se apossar de ainda maiores propriedades a baixos preços e receberem compensação do governo por suas terras improdutivas num mercado secundário especulativo sobre a terra (Delgado, 2005; 2012).

A nova onda de concentração de terras descamba em mais conflitos fundiários na região amazônica, palco de alguns dos maiores atentados aos direitos humanos perpetrados contra defensores dos direitos à terra: os povos tradicionais, comunidades extrativistas, ambientalistas e campesinos. Situação que desemboca em instrumentalização da polícia militar para a repressão dos conflitos no campo e aos movimentos de reivindicação de reforma agrária e de função social da terra (Marques, 2019). Fica perceptível, em meio a um clima de modernização, globalização e democracia, a aplicação do aparato de violência como estratégia de manutenção do capital.

Enquanto isso, no cenário externo, o Brasil passa a liderar os debates em torno da proteção ambiental e a Amazônia torna-se pauta central na agenda de política externa do governo FHC (Superti; Porto; Martins, 2011). Essa nova perspectiva estratégica sobre a região amazônica integra o movimento global de conservação de recursos e territórios para a valorização futura, além de implicar importantes ganhos de "credibilidade" para o país, em um cenário no qual as economias nacionais passam a depender muito mais

das flutuações da bolsa de valores do que simplesmente de sua balança comercial, como demonstra Gowan (2003). Tendo em vista a estratégia de inserção ativa no capitalismo financeirizado empenhada por FHC (Paulani, 2012), movimentos em favor das boas relações com o chamado norte global e com as grandes instituições e organismos multilaterais e financeiros tornam-se essenciais para a atração de capitais.

Nessa mesma esteira, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid) e o projeto da Integração das Infraestruturas Regionais Sul-americanas (Iirsa) atuam para impulsionar a integração amazônica aos fluxos mundializados de capital. As duas iniciativas visavam a construção de massivo aporte nacional e intrarregional de infraestrutura e logística que permitisse a integração dos mercados sul-americanos e facilitasse o escoamento da produção de *commodities* e mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus (ZFM), bem como a exploração extrativista dos recursos naturais biogenéticos, energéticos e minerais (Superti; Porto; Martins, 2011). A Iirsa também pretendia maior inserção regional sul-americana na economia internacional, pela lógica de blocos[33], via ampliação do volume e relevância dos mercados regionais e possível atração de investimentos para a implementação dos projetos infraestruturais e logísticos.

Observamos aqui, portanto, o início da construção de um projeto neoextrativista brasileiro, calcado na ideia de parcerias público-privadas – primariamente de investimento estatal – na implementação de novas frentes de acumulação de capitais, dentro da lógica financeirizada de especulação sobre bases produtivas. Desta forma, é perceptível que o Estado ainda primava por subsidiar a grande produção, o que implica não apenas a manutenção como também a ampliação da estrutura latifundiária no período subsequente (Delgado, 2005):

> Recorrendo aos dados do IBGE, em 1960 o total de pequenos proprietários paraenses (aqueles com menos de 100 hectares) concentravam em suas

[33] Sendo o bloco sul-americano liderado pelo Brasil, enquanto ator subimperialista.

> mãos 25,6% da área do estado, enquanto que os grandes proprietários (com mais de mil hectares – apenas 581 propriedades) dispunham de 46,4% do território estadual. Em 1980 as pequenas propriedades dispunham de 20,7% da área paraense, enquanto que os proprietários com mais de mil hectares concentravam 57,5% das terras – entre estes, apenas 199 propriedades dispunham de 35,7% da área total do Pará, demonstrando que houve uma concentração ainda mais acentuada nas grandes propriedades. Em 1995, um total de 50,9% do território paraense estava concentrado em apenas 1,1% das propriedades do estado (Marques, 2019, p. 179-180).

A reconfiguração da estratégia macroeconômica brasileira pela promoção da economia do agronegócio – enquanto expressão da junção entre grande capital industrial, financeiro e latifundiário ancorados no subsídio estatal – adquire novamente papel central no equilíbrio da balança comercial (Delgado, 2005; 2012). É claro que os dividendos são redirecionados ao setor primário, via financiamento estatal, ou ao exterior, em forma de remessas destinadas à amortização da dívida externa, de maneira que a economia do agronegócio não gera efeito multiplicador domesticamente (Delgado, 2005). Os principais motivos para isso são a baixa geração de emprego, dada a alta intensidade tecnológica do setor modernizado, a restrição da demanda interna em prol do superávit da balança comercial e a expansão de terras improdutivas (Delgado, 2005), o que demonstra o apoio direto do Estado brasileiro a um modelo econômico calcado no setor primário capital-intensivo e concentrado, bem como à derradeira submissão dos setores produtivos às finanças no atual estágio do capitalismo.

Preza-se pela geração máxima do lucro, pela realização acelerada de capital, que não implica a promoção de qualidade de vida para a classe trabalhadora. É interessante percebermos aqui que a situação de superexploração da força de trabalho permanece na periferia, mesmo que com dinâmicas alteradas. É fato que as atividades extrativas se modernizam a ponto de se desenvolverem em indústria extrativa, e que o agronegócio se configura em termos de complexos agroindustriais. Todavia, a precarização do trabalho nesses ramos de atividade, aliada à baixa geração de empregos e à remessa

acentuada de valor para o exterior que o setor modernizado propicia, estimula a compressão dos salários gerais e um inflado setor de serviços, que pressiona o poder de compra e os direitos trabalhistas adquiridos no meio urbano ou rural (Marini, 1981; Delgado, 2005; Svampa, 2019). Para os trabalhadores do campo, povos e comunidades tradicionais e sem-terra a situação é ainda mais grave e violenta.

O vácuo jurídico-administrativo em relação às políticas fundiárias perpetrado por uma aplicação distorcida de aparentes avanços legislativos em favor da reforma agrária não assegura a função social da terra, constitucionalmente estabelecida desde 1988 (Delgado, 2005). A falta de fiscalização e de aplicação efetiva dos pressupostos legais citados permite a expansão dos latifúndios, o que é facilmente comprovado pelas estatísticas: em 2003, mais de 34% das terras tituladas públicas ou privadas configuravam-se como improdutivas ou terras devolutas (Delgado, 2005). Além da simples ineficácia na aplicação legal do pressuposto da função social da terra, a desapropriação de terras enquanto ferramenta de condução da reforma agrária é deturpada infraconstitucionalmente, de maneira que se desenvolve um mercado paralelo de valorização financeira de terras desapropriadas e de títulos da dívida agrária (Delgado, 2005). Beneficiam-se os proprietários de terras improdutivas, em lugar de se impulsionar a reestruturação fundiária no país. Mais uma vez fica claro como a dimensão das finanças atua centralmente na estruturação da economia do agronegócio no Brasil contemporâneo e contribui para agravar a situação nacional de profunda desigualdade no campo.

Breves considerações finais

Esperamos ter deixado claro neste trabalho como, contraditoriamente, movimentos que deveriam ser tomados sob uma ótica positiva de preservação ambiental, de busca pela reversão de um modelo econômico baseado na extração e esgotamento de recursos e de promoção de um paradigma de desenvolvimento com um mínimo de "responsabilidade social", são, na realidade, vetores para o avanço e aprofundamento do neoextrativismo no

Brasil. Considerando-se a forma de atuação dos OIs, das ONGs ambientalistas, e o fundamento e alcance dos vários tratados e acordos internacionais voltados ao compromisso [meramente formal] com o [mal] chamado desenvolvimento sustentável, o que se vê é uma associação entre esses organismos e instrumentos de intervenção política e os interesses privados do grande capital transnacional, com forte adesão das burguesias internas e do próprio Estado brasileiro, conformando o que aqui chamamos de concertação global do capital transnacional.

O resultado de sua atuação é uma evidente desarticulação da economia brasileira, uma vez que aponta para a reversão de um modelo de desenvolvimento que perseguia a formação de uma estrutura produtiva mais diversificada e autônoma frente ao mercado internacional. O que faz a concertação global do capital transnacional é fomentar a especialização primário-exportadora e a formação de uma nova DIT que apenas altera a aparência da mesma velha inserção externa subordinada característica do capitalismo dependente brasileiro. Ao fazê-lo, promove a intensificação da exploração extrativista e a incorporação de novos territórios às cadeias globais de produção e comercialização de *commodities* como parte fundamental da reestruturação produtiva mundial que toma curso na atual etapa do capitalismo financeirizado.

Aqui entra a Amazônia brasileira como território em disputa, convertida em reserva de valor futuro e em objeto de um saque violento e institucionalizado por parte do grande capital transnacional. Mais do que isso, aqui entra a questão agrária como questão ainda em disputa no Brasil. De modo que, em última instância, para muito além de uma crítica à perspectiva do desenvolvimento sustentável e às instituições que a vocalizam e representam, um projeto verdadeiramente autônomo para o Brasil exige a compreensão e confrontação dos determinantes estruturais do desenvolvimento dependente brasileiro como resultado e, portanto, parte integrante do próprio desenvolvimento capitalista.

Referências

BARRETO, Pedro. Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: Ipea, v. 56, n. 7, p. 82-83, 2009. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2306:edicao-no-56&catid=1&Itemid=5

BRASIL. *Decreto Legislativo n.° 2, de 4 de fevereiro de 1994*. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Convenção Sobre Diversidade Biológica – CDB. 25 ed. Brasília, 4 fev., 1994. https://antigo.mma.gov.br/component/k2/item/7513-convencao-sobre-diversidade-biologica-cdb.html

BRASIL. *Lei n.} 12.651, de 25 de maio de 2012:* Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.°s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.°s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 25 mai., 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

CAMELY, Nazira. *Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária no Brasil:1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. 1. ed. Brasília: Ipea, v. 1, p. 51-90, 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 475-499, 1989. https://doi.org/10.2307/2600523

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Tradução de Regina Bhering. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEAL, Aluízio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R.; MARQUES, Gilberto (Org.). *Revista de Estudos Paraenses*, Edição Especial. Belém: Idesp, 2010.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes Amazônicos*: para repensar o Brasil e o mundo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n60p74-98

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. 5 ed. México: Era, 1981.

MARQUES, Gilberto. *Amazônia*: Riqueza, Degradação e Saque. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MATERIAL FLOWS. *Global trends of material use*, 2024. https://www.materialflows.net/global-trends-of-material-use/

MATERIAL FLOWS. *Material stocks*: destination and source of raw materials. Destination and source of raw materials, 2024. https://www.materialflows.net/material-stocks/

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Convenção sobre Diversidade* Biológica, 2024. https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica

MOREIRA, Gilvander. Marco temporal: terra para os povos indígenas ou para o agronegócio devastador? *Brasil de Fato*, set., 2021. https://www.brasildefato.com.br/colunista/frei-gilvander-moreira/2021/09/01/marco-temporal-terra-para-os-povos-indigenas-ou-para-o-agronegocio-devastador/

MURER, Beatriz Moraes; FUTADA, Silvia de Melo. Instituto Socioambiental. *Unidades de Conservação no Brasil*: painel de dados. Painel de Dados. 2024. https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#ambiente

PAULANI, Leda Maria. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Ipea - *Boletim de Economia e Política Internacional*, [s. l], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr., 2012.

PINTO, Luís Fernando Guedes *et al.* Quem são ospoucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. *Sustentabilidade em Debate*, n. 10. Piracicaba: Imaflora, 2020.

POMPEIA, Caio. *Formação Política do Agronegócio*. 2018. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Unicamp. Campinas, 2018.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, 2020. https://doi.org/10.1590/3510410/2020

SAUER, Sérgio; OLIVEIRA, Karla R.A. Extractivismo agrario en el Cerrado brasileño. In: *Extractivismo agrario en América Latina*. São Paulo: Clacso, 2022.

SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson Luís Rebelo; MARTINS, Carmentilla das Chagas. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, Ipea, 2011.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina:* conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: Calas, 2019.

USAID. *Biodiversity Conservation*: A Guide For Usaid Staff And Partners, 2005. http://pdf.usaid.gov/df_docs/PNAE258.pdf/

UNEP IRP. Global Material Flows Database. 2024. https://unep-irp.fineprint.global/mfa?perPage=10&orderBy=countryName&orderDir=asc

VERÍSSIMO, A. *et al. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira*: avanços e desafios. Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.

WWF. *Programa Arpa*: conheça o arpa. Conheça o Arpa, 2015. https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/areas_protegidas_na_amazonia/arpa/

HELENA MARROIG BARRETO

ALÉM DO FETICHE AMAZÔNICO

Recebido em 15/05/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1273

ALÉM DO FETICHE AMAZÔNICO

Resumo

Este artigo investiga criticamente as representações hegemônicas da Amazônia, analisando como narrativas fetichizadas constroem a região como um espaço abstrato e funcional à lógica da acumulação capitalista. Argumenta-se que tais imagens apagam a complexidade socioecológica amazônica, reduzindo-a a dinâmicas mercantis, processo intensificado sob o neoliberalismo por meio do discurso de sustentabilidade. A partir do conceito de fetichismo da mercadoria, o texto examina como a Amazônia é permanentemente reimaginada por interesses do capital, desde mitos coloniais até visões contemporâneas que a apresentam como "última fronteira". O artigo propõe que essas representações não são simples falseamentos, mas relações de poder que organizam a sociabilidade e cristalizam a dominação capitalista sobre o território. Por fim, discute-se como a mercantilização contemporânea da natureza, sobretudo através do paradigma de serviços ecossistêmicos, se organiza na região. Pondera-se que no neoliberalismo, o ambientalismo se torna um vetor de apropriação da natureza, internalizando e neutralizando lutas ecológicas. Isso aprofunda a reificação da Amazônia e amplia os processos de dominação e acumulação, ao mesmo tempo que apaga modos de vida alternativos e a diversidade concreta da região.

Palavras-chave: fetichismo da natureza; Amazônia; neoliberalismo

HELENA MARROIG BARRETO

Professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Email: helenamarroig@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0009-0005-0241-827X

Abstract

This article critically investigates hegemonic representations of the Amazon, analyzing how fetishized narratives construct the region as an abstract space, functional to the logic of capitalist accumulation. It argues that such images erase the Amazon's socio-ecological complexity, reducing it to market dynamics, a process intensified under neoliberalism through the discourse of sustainability. Drawing on the concept of commodity fetishism, the text examines how the Amazon is permanently reimagined by capital interests, from colonial myths to contemporary views that present it as the "last frontier". The article proposes that these representations are not simple misrepresentations, but rather power relations that organize sociability and crystallize capitalist domination over the territory. Finally, it discusses how the contemporary commodification of nature, especially through the ecosystem services paradigm, is organized in the region. It argues that under neoliberalism, environmentalism becomes a vector for the appropriation of nature, internalizing and neutralizing ecological struggles. This deepens the reification of the Amazon and expands the processes of domination and accumulation, while at the same time erasing alternative ways of life and the concrete diversity of the region.

Keywords: Nature fetishism; Amazon; Neoliberalism

Introdução

A crise ecológica é hoje uma das questões mais urgentes de nosso tempo. O capitalismo, com o imperativo de acumulação que engendra uma degradação ambiental imanente, tem acelerado uma crise ecológica de tal maneira nas últimas décadas que hoje são ameaçadas as próprias bases que sustentam a humanidade no planeta. Nesse contexto, a Amazônia emerge como um epicentro das questões socioambientais globais — não apenas por sua biodiversidade incomparável ou seu papel crucial na regulação climática, mas também por ser um território em disputa, onde se chocam projetos de exploração e preservação, bem como resiste a defesa de outros modos de vida.

Com aproximadamente 7,5 milhões de km², a Amazônia se estende pelo centro-leste da América do Sul, abrigando a maior floresta tropical úmida do mundo e enormes recursos hídricos, além de uma complexa teia de ecossistemas: cerrados, várzeas, manguezais e redes fluviais que sustentam populações tradicionais há milênios. No Brasil, a chamada Amazônia Legal — conceito instituído em 1953 para organizar políticas do dito desenvolvimento econômico para a região — cobre 58,9% do território nacional e concentra 56% da população indígena do país, de acordo com o IBGE. Assim, a Amazônia é sobretudo uma região diversa e heterogênea.

A despeito desta complexidade, a Amazônia tem ocupado um lugar de destaque nos debates sobre a natureza e sobre o Brasil, a partir de imagens que a retratam de maneira unidimensional, mitos amazônicos que apagam a complexidade concreta da região. Desde as narrativas coloniais de El Dorado, passando pelo "santuário intocado" que deve ser desbravado, até as visões contemporâneas que a enxergam como "última fronteira" do capital, a Amazônia é permanentemente reimaginada conforme os interesses em disputa.

Ainda que insuficientes, essas representações não são meros falseamentos da realidade, como distorções ideológicas. São imagens que organizam uma sociabilidade, sendo, portanto, relações de poder, um fetiche. Como já nos indicava Marx, mais do que uma "falsa consciência" sobre a realidade,

as aparências construídas no capitalismo são representações mistificadas que as relações sociais alienadas precisam assumir, invertendo e cristalizando relações sociais nas formas concretas. Ou seja, as aparências capitalistas são reificações que cristalizam relações sociais e assim reproduzem uma sociabilidade que nos domina.

Portanto, compreender a representação da Amazônia não se trata apenas de denunciar uma falsa consciência sobre a região. Trata-se de revelar os processos sociais que a abstraem para os circuitos econômicos do capital e o tipo de sociabilidade que estas imagens impõem.

É isso que buscaremos fazer neste artigo. Na primeira seção, buscaremos retomar o debate sobre o fetichismo da mercadoria e argumentar como ele é importante para compreender as questões ecológicas contemporâneas que permeiam o debate amazônico. Em seguida, buscaremos delinear as principais imagens hegemônicas que configuram nosso imaginário amazônico, e como surgem em consonância com o processo de acumulação capitalista na região. Na seção seguinte, buscaremos argumentar de que modo, na emergência do capitalismo contemporâneo, a representação da natureza enquanto estoque de recursos entra em crise, o que dá espaço para a emergência de novas sociabilidades e nova representação da natureza como um capital natural provedor de serviços. Retornamos à Amazônia para argumentar como se intensificam as narrativas de preservação na região através de sua mercantilização em serviços ecossistêmicos, uma nova forma de reificação deste território que acelera os processos de dominação e acumulação do capital.

1. Fetichismo da mercadoria e fetichismo da natureza

Antes de tocarmos nas representações da Amazônia como um fetiche capitalista, precisamos explicitar aqui o que entendemos por tal categoria. Para isso, retomamos o debate empreendido por Marx sobre o fetichismo da mercadoria. Esse é um debate central para entender as formas de representação capitalistas, e assim nos ajuda a compreender de maneira mais estrutural as formas históricas de apropriação da natureza.

Marx encerra o primeiro capítulo do livro *O Capital* abordando o fetichismo da mercadoria. A palavra fetiche indica um objeto mágico, ao qual se atribuem poderes especiais (Carcanholo, 2019). Marx aponta que a mercadoria, à primeira vista, parece um objeto simples, mas, quando é investigada com mais atenção, se revela com um caráter misterioso:

> O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores" (Marx, 2013, p. 138).

A mercadoria é uma unidade de contrários, valor e valor de uso, resultante do trabalho humano em seu duplo caráter, concreto e abstrato. Mas essas determinações, em sua complexidade, não são visíveis quando olhamos mercadorias no dia a dia. A aparência da mercadoria esconde sua essência. A aparência toma a forma de uma coisa, uma objetificação cristalizada. Mas a essência se revela uma relação social. Assim, Marx destaca que as formas capitalistas aparecem como dotadas de propriedades naturais, quando na realidade são resultantes de processos, de uma organização social historicamente específica. A isso corresponde o fetiche[1].

Grespan (2019) nos alerta aqui que não é sobre a mercadoria que recai o fetiche, mas também sobre todas as formas sociais mais complexas produzidas

[1] Marx repetidas vezes retoma a contraposição das relações sociais capitalistas com formações sociais anteriores, em que o domínio social era expresso de maneira direta. No capitalismo, a dominação é abstrata, econômica, nada obriga ou informa os produtores isolados sobre as necessidades sociais. Numa sociedade com uma avançada divisão de trabalho, algum arranjo social deve organizar a produção. Na sociedade feudal, por exemplo, o domínio direto da servidão impunha decisões produtivas aos trabalhadores e assim as necessidades sociais eram endereçadas, ainda que desigualmente. O trabalho era imediatamente social, se direcionava a atender necessidades colocadas.

No capitalismo, os produtores executam sua produção sem saber se conseguirão vender suas mercadorias e assim se apropriar de seu valor. Apenas nas trocas os trabalhos particulares são igualados enquanto valor, validados socialmente, post *festum*. Assim, os trabalhadores não possuem nenhuma conexão social *a priori*, apenas pelo mercado, pelo capital. O valor, em seus múltiplos desdobramentos, é o que medeia essa sociabilidade. Assim, as relações entre as pessoas, enquanto produtores/trabalhadores, só aparecem indiretamente por meio de seus produtos, por meio das mercadorias e da troca. O caráter social entre as pessoas é transferido para seus produtos, pois de fato são eles que organizam a sociabilidade. Os traços sociais do trabalho humano aparecem como traços objetivos das mercadorias, como características naturais suas.

na sociabilidade capitalista, como o dinheiro, o capital, e outros de seus desdobramentos.

O processo do fetiche não é simplesmente uma ilusão cognitiva. A alienação social engendrada tem suas raízes na forma de organização desta sociedade, de dominação indireta pelo capital. As formas mistificadas são reproduzidas inconscientemente pelos indivíduos, automaticamente, não porque estão enganados, mas porque estão inseridos nesta sociabilidade específica. A abstração social do processo da troca, que faz emergir o valor, é uma abstração real, que tem base na realidade e molda seu desenvolvimento. Assim, a aparência não é uma falsa imagem que deve ser desvendada, mas uma representação necessária da essência.

Neste sentido, a sociedade capitalista impõe uma dinâmica que escapa ao controle dos indivíduos. A lógica do capital, de se autoexpandir, é executada pelos trabalhadores como se lhes fosse natural e necessária, como se fosse algo externo e fora de seu controle. Essa lógica oprime os trabalhadores, já que eles se submetem a um processo produtivo que se converte também para eles em um processo de exploração. Portanto, a relação capitalista impede a real emancipação humana, ainda que diante de uma abismal acumulação de riquezas, pois essa acumulação tem por propósito apenas a constante expansão, e não o atendimento a necessidades sociais ou individuais. É neste sentido que Marx destaca o caráter alienado (ou estranhado, ou fetichizado) do modo de produção capitalista, em que os trabalhadores perdem o controle de sua produção social. E pior, são submetidos a ela, dominados e condenados a reproduzir a lógica voraz da acumulação de capital que os degrada, e que aparece como uma coisa sobre a qual não têm controle e mal podem enfrentar.

Além da inversão entre pessoas e coisas, o capital opera de fato uma inversão entre sujeito e objeto. Os seres humanos, através do trabalho, são os sujeitos históricos capazes de transformar suas condições objetivas de existência. No entanto, no capitalismo, o trabalho se apresenta cristalizado nas mercadorias, seu valor objetificado aparece como algo intrínseco, e se mistifica

como objeto. Quem comanda o processo produtivo é o valor-capital, esta entidade estruturante da sociedade capitalista. Portanto, o capital aparece como sujeito desta sociedade, um *sujeito automático* que se reproduz por si mesmo, ao impor sua lógica sobre as pessoas. E o trabalho humano, que edifica o mundo do capital, aparece como seu objeto, apropriado e controlado por ele.

Marx (2013) expõe essa dinâmica de sociabilidade estranhada ao longo de todo *O Capital*, em diversas esferas. Mas o fetichismo já é revelado ao final da discussão sobre a mercadoria, com elementos muito abstratos, pois a alienação é um processo lógico a partir do aspecto aparente mais imediato do capitalismo, seu caráter mercantil generalizado. No entanto, para que os trabalhadores/produtores tenham que se submeter a esta dinâmica, eles devem ser privados de qualquer outra forma de subsistência, e ter no mercado, através da venda de sua força de trabalho, sua única forma de sobrevivência. Para impor essa lógica autoexpansiva, é vital que os trabalhadores dependam do mercado para sobreviver, e, para isso, que sejam expropriados de qualquer meio de vida que não a sua força de trabalho.

Portanto, o debate do fetichismo está intimamente vinculado ao processo de *separação* dos seres humanos de seus meios de vida, e da natureza enquanto base material para tal. Esta separação é o pressuposto lógico da sociabilidade estranhada capitalista. É este o processo de acumulação primitiva que Marx descreve em *O Capita*l, de fundação e reprodução das bases sociais do capitalismo, uma separação da humanidade da natureza a fim de dominar os trabalhadores, e em consequência o próprio metabolismo (Angelis, 2001). Só através desta separação o capitalismo pôde produzir uma sociedade de mercado em que quase a totalidade dos indivíduos deve vender sua força de trabalho para sobreviver.

Isso nos dá pistas para compreendermos o papel da natureza no capitalismo. O processo de separação funda a dicotomia entre humanidade e natureza como campos apartados e autônomos entre si. Como argumentava Marx em suas reflexões sobre trabalho e metabolismo, o ser humano faz

parte da natureza em uma relação dialética, sendo condicionado por ela e a transformando ativamente. Mas para a fundação das relações capitalistas, e sua permanente reprodução, é necessário que essa relação seja apagada. Esta é a base para o dualismo cartesiano que Moore (2015)[2] identifica no pensamento social moderno, que coloca humanidade e natureza em dois polos objetivos apartados.

Para o autor, essa lógica cartesiana permite decompor a natureza em unidades discretas, fragmentá-la, para incorporá-la como um meio de produção. As relações sociais capitalistas representam então a natureza, seja ela humana ou extra-humana, como uma *natureza social abstrata*. Um rio se torna simplesmente uma fonte de energia, ou recurso hídrico. Uma jazida é considerada pelos metais que dali se podem extrair produtivamente. Uma pradaria se torna uma terra de oportunidade para a pecuária. Todos avaliados pelos rendimentos que sua utilização capitalista pode prover. As múltiplas qualidades desses espaços se apagam, bem como o metabolismo necessário para a apreensão historicamente específica desses espaços naturais. Essa lógica simplificadora é real, pois implica uma prática violenta de apropriação capitalista da natureza.

A abstração da natureza como um espaço externo à humanidade é essencial para a constituição das relações sociais capitalistas. Essa separação é o pressuposto lógico do capitalismo, pois, como destacado, impõe a privação dos seres humanos de seus meios de vida, como constituição da classe trabalhadora. Assim, essa exteriorização da natureza é a condição histórica do capitalismo, que precisa ser também reproduzida permanentemente.

Este é o fetiche da natureza. Apenas dentro da sociedade do capital a natureza pode ser pensada como uma coisa externa, como um campo apartado do próprio trabalho humano. Portanto, sua representação separada é uma representação da própria relação social do capital.

[2] Jason Moore é um geógrafo estadunidense que busca fazer uma reinterpretação do capitalismo como uma *ecologia mundo*, revendo categorias marxistas para uma centralidade ecológica. Para uma apreciação crítica de suas principais formulações, sugere-se Rech *et al.* (2024).

Para investigarmos o fetiche, é necessário não apenas compreendermos essa separação imanente, mas também sua processualidade histórica. Pois, ao longo do desenvolvimento capitalista, novas formas de organizar esta separação vão sendo organizadas, como uma acumulação primitiva permanente (Angelis, 2001). A forma social da natureza, como um campo externo à humanidade, é, portanto, uma representação fetichizada em constante movimento, a partir da dinâmica de acumulação de capital.

2. Amazônia: representações e apropriações na história

Como já delineamos na introdução, a Amazônia é um território complexo, de diversidade ecológica e social. Entretanto, sua representação em geral se organiza por um reducionismo que parte de relações sociais específicas. Queremos aqui retomar brevemente o histórico destas representações hegemônicas e como elas se relacionam ao processo de transformação capitalista da região.

De início, devemos destacar que a Amazônia é um espaço historicamente construído, não apenas discursivamente, mas em sua própria materialidade. A ideia de uma Amazônia prístina vem sendo desconstruída pelas pesquisas antropológicas e arqueológicas recentes, que destacam as complexas tecnologias desenvolvidas pelos povos da região e que ajudaram a moldar o território.

Para além das grandes civilizações urbanas andinas (os famosos povos incaicos), cuja influência se estendeu esporadicamente até a Amazônia, inúmeras sociedades indígenas moldaram ativamente a paisagem da região ao longo de milênios. Esses povos desenvolveram estratégias sofisticadas de manejo ambiental, desde a criação de solos férteis (como as terras pretas) até sistemas agroflorestais complexos. Suas intervenções não apenas sustentaram populações significativas, mas também transformaram ecossistemas, desafiando a noção de uma floresta intocada. A Amazônia pré-colonial era, assim, um espaço dinâmico, marcado por uma imensa variedade de

culturas, redes de intercâmbio e formas de habitar o território — um legado que resiste, ainda que fragmentado, nos conhecimentos tradicionais dos povos originários hoje.

Por exemplo, a Amazônia foi um importante centro de domesticação de plantas como estratégia de subsistência, em que se geriam recursos florestais por seleção e propagação. Hoje concentrações antrópicas de castanheiras, açaizais e outras espécies úteis são resultado disso. Também, já foram identificadas obras pré-colombianas com construções de estradas e modificação de relevo. O resultado mais impressionante é a formação dos chamados campos de *terra preta*, terras agricultáveis criadas a partir da combinação do solo amazônico com conchas e outros resíduos orgânicos, além de diversas obras de terraplanagem. Nas regiões alagadas, barragens e viveiros de peixes eram construídos para gerenciar a fauna aquática. A Amazônia que os europeus vieram a conhecer no século XVI não era nem um pouco "natural", mas uma construção humana, um metabolismo muito próprio (Graeber & Wengrow, 2021; Clement *et al.*, 2015).

A chegada dos europeus em nosso continente daria início a profundas transformações na região. No contexto da expansão colonial, a Amazônia foi registrada por cronistas e cientistas que primeiro se aproximam. É neste momento que surgem os mitos da cidade perdida de El Dorado e das mulheres guerreiras, as amazonas, guardiãs de tesouros escondidos (Batista, 2013). O retrato desenhado então, como destaca Batista (2013), é de "terra primaveril, rica em caça, pesca e frutos, fértil e rica em minérios, habitada por índios belicosos, mas passíveis de conquista, graças à superioridade bélica dos europeus"[3]. A natureza pujante, de difícil domesticação, será o

[3] Devemos destacar que a suposta superioridade tecnológica europeia é aqui posta à prova, pois há grande dificuldade de se estabelecer na região. De maneira similar ao que argumenta Rodney sobre a relação entre a Europa e a África no período da colonização, as tecnologias do velho continente só eram superiores em algumas áreas chaves, que permitiriam dominar militarmente outras regiões e o comércio mundial. Mas persistiriam dificuldades em se adaptar em territórios distintos, onde outras sociedades já haviam desenvolvido técnicas mais adequadas, e os conhecimentos europeus não ajudariam em uma penetração geográfica dos colonizadores na Amazônia, de flora e fauna tão distintas. Essa imagem de indígenas atrasados sugere mais uma leitura colonial, que apaga a mencionada diversidade social e tecnológica adaptativa que os povos locais haviam desenvolvido.

primeiro elemento definidor que unificará uma imagem do que é a Amazônia (Gonçalves, 2017).

O contato inicial era pontual, apenas buscando a construção de entrepostos que custodiassem a abundância material identificada. São desenvolvidas atividades extrativistas em torno das "drogas do sertão", o cravo, da canela, da castanha, da salsaparrilha e do cacau, além das madeiras e caça de animais (Prado Jr., 1998). As primeiras impressões do "novo continente" são de um enorme estoque de recursos amplamente disponível, mas dos quais seria difícil o aproveitamento econômico imediato. Essa "abundância indomável" será importante para as disputas mercantilistas, em que, através da busca de produtos de alto valor comercial e fácil extração, vão se definindo os limites territoriais das colônias (Prado Jr., 1998). A Amazônia será então o território do futuro, uma reserva [econômica]. Se conforma então como uma periferia regional, marcada como o epicentro da natureza no mundo capitalista que pela primeira vez se conformava como um mercado mundial.

Como argumenta Batista (2013), junto desta construção da Amazônia como natureza selvagem e farta, se construía também a imagem de um vazio demográfico, que conforma uma alteridade a ser dominada. As populações originárias são retratadas como indolentes, avessas ao trabalho, o que suscita seu controle a fim de desenvolver a região. A partir desta imagem, se ampliam as ocupações pelas ordens religiosas, em especial os jesuítas e carmelitas, que, de maneira dispersa, iniciarão uma ocupação mais interiorana na região, amparada na evangelização e escravização indígena. É neste processo que avança o genocídio indígena que desmonta as civilizações pré-colombianas que viviam na região. Quando, no período de Pombal, são desorganizadas as ordens religiosas, não se rompe com este modelo de ocupação, agora sob liderança dos portugueses, amparados na mão de obra formalmente livre mas precarizada de indígenas.

No final do século XIX, com o processo de vulcanização, que permite o uso industrial da borracha, que logo deslancha com a expansão do uso do

automóvel, há um *boom* da região. No chamado ciclo da borracha, a Amazônia, lar da maior reserva nativa de seringueiras, será rapidamente integrada nos circuitos de exportação de látex, atraindo enorme migração de trabalhadores nordestinos, especialmente vulneráveis diante das secas. Instituem-se aí formas de trabalho precárias e análogas à servidão por dívida (o sistema de aviamento). Mas o ciclo, típico de um *boom* primário-exportador, rapidamente se reverte quando se inicia o plantio de seringueiras na Ásia, e o parco dinamismo econômico deixa espaço para a grande miséria. Quando há um novo *boom*, na Segunda Guerra Mundial, com os produtores asiáticos sob domínio do Eixo, há uma retomada da produção seringueira na Amazônia, que perdurará, mas sob comando estatal, novamente com este caráter de enclave, sem propiciar um desenvolvimento local mais amplo (Marques, 2017).

Enquanto se organiza e se avança com o projeto de nação alinhada ao projeto desenvolvimentista[4], a Amazônia aparece como um entrave à integração. A difícil domesticação do território surge agora como um problema para as questões de soberania e segurança nacional, o que exige que ela seja integrada de maneira mais aprofundada à acumulação nacional. Para isso, o Estado começara a organizar um projeto regional, articulado a iniciativas das Forças Armadas de ocupação do território e com incentivo de entrada de empresas estrangeiras. No governo de Juscelino Kubitschek, isso se inicia através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) e com a construção de rodovias (como a Belém-Pará), que desencadeiam um processo de conexão física da Amazônia ao resto do país (Marques, 2007; Trindade & Ferraz, 2023).

Sob a ditadura militar, o projeto desenvolvimentista recrudesce, acelerando a acumulação de capital sob um signo autoritário e conservador. Para

[4] Não cabe aqui uma profunda discussão sobre o desenvolvimentismo brasileiro. Indicamos apenas, como definem Bielschowsky e Mussi (2005), o desenvolvimentismo como uma ideologia que associava o desenvolvimento nacional e a superação da dependência com o processo de industrialização conduzido pelo Estado. Após um declínio ideológico nos anos 1960, o desenvolvimentismo ressurge de forma abertamente autoritária e subalterna ao capital estrangeiro, impondo aceleradamente aos diversos territórios a integração à modernização do capitalismo nacional.

a Amazônia, o projeto integracionista avança sob o slogan "Integrar para não entregar". A ocupação territorial deste território sofrerá nova aceleração, com a regulamentação da Zona Franca de Manaus, atraindo grandes multinacionais, e o avanço da exploração de empreendimentos minerais, hidrelétricos, do complexo agroindustristrial e pecuário. Se destaca ainda o projeto faraônico da rodovia transamazônica (Marques, 2007).

A imagem de uma terra rica em recursos é reeditada neste período, quando se busca intensificar o investimento em infraestrutura para ampliar o aproveitamento econômico da região, em favor do capital nacional e internacional. A Amazônia aparece nos discursos oficiais como um "território vazio", que deveria ser ocupado para fortalecer a segurança e a integração nacional dentro do projeto de um Brasil Potência (Batista, 2013). Mas, de fato, a expansão da ocupação na região servia como válvula de escape para as tensões sociais do Nordeste, em que a modernização no campo operada pela ditadura ampliava a fronteira agrícola e expulsava enormes contingentes de pequenos agricultores. A ocupação buscava ainda enfrentar a ameaça da luta armada, que se expandia para uma guerrilha, podendo alcançar a região, o que também preocupava o regime (Gonçalves, 2017). Assim, se configura no período a Amazônia como a grande fronteira de expansão territorial demográfica, consolidando uma fronteira de acumulação capitalista nacional (Trindade & Ferraz, 2023).

Este projeto de Amazônia-fronteira entra em crise junto ao modelo desenvolvimentista ao final dos anos 1970. As dificuldades de continuidade de financiamento do Estado, a partir do cenário de estagflação global e crise da dívida, revertem os grandes investimentos planejados na região. Neste momento, também se fortalecem importantes movimentos sociais locais que resistem aos processos de expropriação e ao dito desenvolvimento, sendo o mais célebre o Conselho Nacional dos Seringueiros, com a liderança de Chico Mendes.

Os anos 1970 são uma década de transição, em que se esfacelam as bases do capitalismo do pós-guerra e se gesta um novo tipo de relação social, o

neoliberalismo, que renovará a acumulação de capital através de processos de financeirização, globalização e precarização do trabalho. É neste período que mobilizações sobre a temática ecológica aparecem com força, ganhando espaço nos debates internacionais. A emergência da questão ambiental acirrou embates entre visões aparentemente antagônicas de desenvolvimento, opondo modelos produtivistas a abordagens preservacionistas. De fato, é neste momento que a conservação ambiental vai se tornar um objeto dos discursos e das políticas (Nelson, 2017). Fóruns internacionais como a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Eco-92 no Rio de Janeiro passam a organizar uma agenda global de "desenvolvimento sustentável". Assim, a natureza se converte em uma arena política em disputa (Becker, 2006).

Em meio a essas disputas, são criados o Ministério do Meio Ambiente (em 1985, inicialmente com outra denominação) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc (em 2000). A criação de Unidades de Conservação é feita em um viés conservador que aprofunda o problema agrário local com a expulsão de milhares de famílias camponesa.

Neste contexto, a Amazônia passa a ser percebida globalmente como um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta (Becker, 2006). Essa imagem mobiliza grupos ambientalistas que disputam o desenvolvimento capitalista, mas também atores do capital que percebem aí interesses econômicos e políticos diversos, que buscam se apropriar dos recursos amazônicos para a nascente indústria da biotecnologia e para mercados financeiros. Agências internacionais, como o Banco Mundial e o BID, que até os anos 1980 financiavam grandes projetos de desenvolvimento, agora passam a operar estudos que mapeiam a biodiversidade local, fomentando sua preservação. Cresce a presença de Organizações Não-governamentais (ONGs) no território amazônico, que retratam o valor da Amazônia a partir de sua diversidade de recursos ecológicos, no que, de acordo com Camely (2009), participam de um projeto imperialista norte-americano de controle da região.

A ascensão das questões ambientais, junto a avanços tecnocientíficos como o desenvolvimento da indústria de biotecnologia e novos mecanismos de financeirização, tornaram a região estratégica para o aproveitamento do chamado capital natural e o combate às crises climáticas (Becker, 2004). A biodiversidade da região, seus estoques hídricos e seu papel regulador nos ciclos climáticos são reapresentados como elementos valiosos que devem ser considerados no cálculo econômico. Com isso, são identificados diversos serviços ecossistêmicos (ou serviços ambientais) que a Amazônia é capaz de prover e que devem ser estimados e monetizados para serem considerados nas políticas públicas e nas operações de mercado. Por exemplo, o estado do Acre criou em 2010 um sistema de serviços ambientais da Amazônia em que identifica as seguintes qualidades: sequestro, conservação, manutenção e aumento de estoque e diminuição do fluxo do carbono; conservação da beleza cênica natural; conservação da sociobiodiversidade; conservação das águas e dos serviços hídricos; regulação do clima; valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e conservação e melhoramento do solo (Furtado, 2018).

Assim, a Amazônia aparece novamente como um estoque de recursos. Mas agora dentro de um viés de aparência conservacionista ou ambientalista, em que manter a floresta de pé se torna um caminho de seu aproveitamento social e econômico. A imagem amazônica como um capital natural provedor de serviços ecossistêmicos não é evidentemente o único projeto atual em curso, e contrasta com outros desenvolvimentos na região. Gonçalves (2017) destaca como seguem projetos de utilização predatória dos recursos amazônicos, com grandes obras de infraestrutura para escoamento de recursos. Desde os anos 1990 são desenvolvidas iniciativas para a integração sul-americana, através da Iirsa/Cosiplan (Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana, do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento), que buscam construir grandes vias de escoamento de *commodities*, na ótica de reduzir custos de comércio para facilitar conexão da região com o comércio mundial.

O *boom* de *commodities* nos anos 2000 também impulsiona a expansão da fronteira agrícola sobre as florestas amazônicas, havendo também "substituição de atividades menos intensivas em capital, retroalimentando frentes de ocupação extensivas de novos espaços, bem como migrações para áreas urbanas", como destacam Cruz e Lira (2025). Cresce o agronegócio e a monocultura no Matopiba[5], e a ameaça mais recente é o iminente início de exploração de petróleo na margem equatorial, na bacia da foz do Amazonas.

Diante dessas complexas mudanças históricas nos processos de representação e apropriação da Amazônia, Gonçalves (2017) busca uma síntese ao apresentar quatro imaginários centrais sobre a região: (1) Amazônia como natureza; (2) Amazônia como vazio demográfico; (3) Amazônia como reserva e fonte inesgotável de recursos; e (4) Amazônia como região do futuro. São imagens que são construídas desde o período colonial e vem sendo reorganizadas para permitir novas dinâmicas locais e com o resto do país, em favor de um processo de acumulação nacional e internacional.

Ao apresentar as diversas imagens da Amazônia, buscamos delinear sua representação pelo capital, e como isso se transforma historicamente. Mais do que uma falsa representação do que é a Amazônia de fato, queremos debater aqui que essas imagens são fetiches. São imagens que abstraem a complexidade concreta da região e a reduzem a uma unidimensionalidade adequada ao capital, que pode ser integrada aos circuitos do valor. Portanto, não podem ser contestadas apenas moralmente, denunciadas apenas como uma falsa consciência da realidade.

Buscamos aqui delinear como essas imagens se entrelaçam com os distintos projetos de desenvolvimento históricos. Cumpre destacar que tais imaginários não dão conta da complexidade da Amazônia, seja em seus aspectos biofísicos (que, embora contemplados, são apreendidos pelas necessidades do capital), seja em seus complexos arranjos sociais. Os povos originários (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, camponeses, etc.) pouco

[5] Matopiba é um acrônimo para a região onde ocorre grande expansão da fronteira do agronegócio brasileiro desde os anos 1980, abarcando os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

conseguem disputar estas narrativas, e são reiteradamente apagados e excluídos na "modernização da Amazônia".

Assim, a Amazônia é um espaço em disputa. Mas queremos destacar a singularidade do momento contemporâneo, onde o projeto de conservação da natureza ganha força. Como veremos adiante, as possibilidades colocadas por esse ambientalismo são restritas, e devem ser compreendidas no contexto de avanço do neoliberalismo.

3. Neoliberalização da natureza e os serviços ecossistêmicos

O neoliberalismo é em geral investigado como um processo de reestruturação política e econômica de restauração do poder do capital através da precarização do trabalho e da financeirização, ensejando transformações nas relações sociais que reforçam a racionalidade de mercado como a forma central de organização. Um dos aspectos do neoliberalismo é como são transformadas as múltiplas relações sociais. Aqui, queremos investigar as transformações sobre a esfera da natureza, e os novos mecanismos de representação e apropriação que são desenvolvidos.

Um amplo debate na geografia crítica se desenvolveu nos anos 2000 para destacar o processo de neoliberalização da natureza[6]. Castree (2008) busca sintetizar os diversos apontamentos, destacando que as mudanças envolvem processos de privatização, mercantilização e desregulamentação da natureza, com o Estado se retirando de diversas áreas ambientais. A rerregulação favorece um tratamento privatista da natureza, seja entregando recursos e espaços para o setor privado, seja incorporando a lógica de

[6] Estas abordagens promovem uma crítica às práticas contemporâneas de apreensão da natureza, através de uma vasta gama de estudos concretos. Para mencionar alguns, McAfee (2003) procurou revelar os esforços de mercantilizar o material genético de plantas e animais por corporações; Bakker (2004) analisou os processos de mercantilização da água na Europa; Mansfield (2004) investigou como a implementação de cotas de pesca no norte do Pacífico levou a processos de despossessão; Robertson (2000) analisou a mercantilização de serviços ecológicos de áreas úmidas nos EUA como forma de fomentar sua conservação. Lohman (2012; 2010) estudou a criação de mercados de carbono que estabelecem propriedades sobre a atmosfera como tentativa de controle da emissão de gases de efeito estufa.

mercado na atuação estatal. São construídos novos mecanismos regulatórios fora do aparelho estatal, sobretudo sob o controle de organizações da sociedade civil e que operam através de incentivos de mercado. Neste sentido, Bigger e Dempsey (2018) caracterizam a emergência de uma natureza neoliberal como uma transição de um sistema de governo para um de governança, onde mecanismos de mercado ganham proeminência, resultando num processo de despolitização (Felli, 2015).

Assim, análises como a de Neil Smith (2007) argumentam que a natureza tem se tornado a nova fronteira dinâmica para o capitalismo neoliberal, uma estratégia de acumulação. Embora a apropriação do capital sobre a natureza se intensifique no capitalismo contemporâneo, consideramos que essa formulação oculta elementos importantes. Na maior parte do debate, a natureza aparece como um campo sobre o qual o capital apenas se projeta, de maneira unidirecional. A natureza aparece como uma coisa, fixa, externa. Assim, estabelecem a natureza como um domínio separado que é transformado pelos processos sociais em curso, que ocorrem de maneira quase independente, como criticam Nelson (2017) e Robertson (2018). Como aponta Moore (2015), isso reflete a tradição perene no pensamento social de um dualismo cartesiano, que reproduz a separação da humanidade da natureza como algo natural. Assim, o caráter ecológico da relação capitalista perde espaço na análise.

Consideramos ser importante compreender os aspectos relacionais da natureza, que se desdobram na contradição dialética de sua materialidade e uma forma social (Cassegard, 2017). Portanto, consideramos importante uma abordagem mais relacional, que entenda como o neoliberalismo é produzido dentro de um quadro de luta de classes que engloba sociedade, natureza, recursos, ecologia, e tantos outros aspectos. Neste âmbito, a natureza não é apenas neoliberalizada, sendo privatizada e desregulada, embora o seja também. Mas é importante percebermos como "o processo socioecológico mais amplo da neoliberalização já é, em si, ecológico" (Huber, 2011).

A abordagem coisificada da natureza tem uma dupla limitação: primeira, a de negligenciar a dimensão ecológica constitutiva do neoliberalismo; e segunda, tratar a natureza como uma coisa fixa e autônoma, em vez de reconhecer seu caráter socialmente construído. Ao contrário da aparência imediata que apresenta a natureza como esfera autônoma e separada, vimos que Marx (2013; 2014; 2017) demonstra como o mundo capitalista não pode ser compreendido em sua mera manifestação fenomênica. O processo de fetichismo, mecanismo central na análise marxiana, opera precisamente ocultando as relações sociais que se cristalizam nas formas materiais concretas. Essa crítica ao dualismo cartesiano nos conduz a um debate fundamental sobre a representação social da natureza: sua contínua coisificação enquanto processo histórico dinâmico. Portanto, a análise deve considerar simultaneamente a gênese e transformação dessa forma social da natureza e suas articulações com as demais metamorfoses sociais em curso.

A constituição do próprio conceito de natureza, como este campo apartado autônomo, é histórica, mediação entre a permanente necessidade de abstração-valorização do capital e as lutas e resistências contra este processo. Portanto, o estudo da natureza deve investigar a processualidade desta aparência, como a sua complexidade é abstraída – uma abstração real, que produz sociabilidade, e necessária para recolocar os pressupostos do capital – em formas sociais antagônicas ao trabalhador, e como isso gera lutas e resistências.

Estabelecido o sentido de nossa abordagem, é importante retomar o processo histórico de representação da natureza que leva a esta forma contemporânea.

Se voltamos ao período do capitalismo do pós-guerra, vemos um sistema de acumulação intensiva de capital, amparado no fordismo e nos mercados de consumo de massa. E isso modifica a forma como a natureza era apropriada e participava da vida social. A própria dinâmica espacial do capitalismo do pós-guerra, com longos traslados entre casa e trabalho, uso generalizado de carros, criava uma série de necessidades que só se atendiam com produtos

intensivos em recursos naturais. É também o período em que se consolida a matriz fóssil do capitalismo, que nos coloca numa trajetória mais acelerada de emissão de gases de efeito estufa, central para compreender a crise ecológica contemporânea.

Moore (2015) destaca como o capitalismo do pós-guerra organizou não apenas o sistema de produção, mas também a reprodução social, se amparando na apropriação do que chama de natureza barata, isto é, recursos naturais a baixos custos. Como destaca Hirsch (1991), isso era assegurado através de um controle imperialista das fontes e mercados de matérias-primas pelas potências globais. À medida que se intensificava o sistema de consumo em massa do fordismo, maior era a destruição material consequente e maior a necessidade de intervenção do Estado, seja para regular a produção, seja para garantir novas fontes de recursos, coordenando o mercado mundial. Portanto, além de um pacto social, o capitalismo do pós-guerra ensejava um pacto ecológico (Huber, 2011).

Assim, o capitalismo do pós-guerra configurou uma relação particular com a natureza. Em seu centro, se impunha grande extração de recursos naturais e grande degradação. O paradigma fordista-keynesiano, com imperativo de sustentado crescimento econômico, se amparava em um meio ambiente ilimitado e disponível em suas funções como fonte e sumidouro (Nelson, 2017; Moore, 2015; Hirsch, 1991).

No entanto, este pacto social e ecológico começa a ruir quando se avolumam contradições nos anos 1970. Particularmente para nosso debate ecológico, a capacidade de gestão dos recursos naturais entra em disputa e será crescentemente contestada.

Por um lado, o consumismo como pacto social que compensava a crescente exploração é posto em xeque, com o crescimento dos movimentos de contracultura, que rejeitavam uma vida centrada na suntuosidade da aquisição de mercadorias. As condições ecológicas do fordismo transformaram tão radicalmente a natureza que suscitavam contestações. Os movimentos ecológicos ganharam força neste período, rejeitando o crescimento

desenfreado e os impactos da sociedade industrial (Nelson, 2017). Vitórias importantes neste campo contribuem para esta centralidade. Nos Estados Unidos, o lançamento do livro de Rachel Carson *Primavera Silenciosa*, em 1962, que denunciava os efeitos nocivos da indústria química de pesticidas sobre o meio ambiente, foi acompanhado de grande mobilização ambientalista, resultando no banimento do agrotóxico DDT no país. Em 1969, a explosão de uma plataforma de petróleo em Santa Bárbara com enormes impactos ambientais gerou mobilizações que restringiram novas explorações (Mitchell, 2010). O movimento antinuclear que ganhou força nos anos 1970 também é outro exemplo de mobilizações bem-sucedidas em influenciar as políticas energéticas nos principais países centrais. O movimento hippie, um expoente da contracultura no período, propunha uma vida mais harmônica, com a defesa do meio ambiente e rejeição ao consumismo (Smith, 2007).

Enquanto se questionava o consumo desenfreado do fordismo, a própria provisão de recursos é também contestada, no quadro de revolta contra o arranjo internacional do capitalismo do pós-guerra. Nelson (2017) reflete como a reconstrução do mercado mundial e o crescimento de multinacionais vão levar, a partir dos anos 1960, a movimentos de reação de governos nacionais. Na América Latina, por exemplo, isso se manifesta na radicalização do nacional-desenvolvimentismo e com uma onda de nacionalizações, que por sua vez ensejaram golpes militares conservadores e associados ao capital norte-americano (Nelson, 2017). Um momento fundamental da transição em curso é a crise do petróleo, que emerge não como um choque externo, mas como um desdobramento da instabilidade crescente do período (Colombini, 2021).

A consolidação da ideia de uma crise ambiental vai demandar que diversos campos se dediquem a esta questão e ofereçam algum tipo de resposta. A dificuldade de controlar recursos e a nova contestação aos impactos ecológicos do fordismo levaram a uma contraofensiva neoliberal (Nelson, 2017). Não era mais possível retratar a natureza como um estoque de recursos

amplamente disponíveis e maleáveis. Assim, começam a desdobrar debates que buscam incorporar a natureza nos cálculos econômicos, como forma de resposta aos desarranjos sociais.

É neste contexto que surge o paradigma dos serviços ecossistêmicos, ainda que de forma embrionária. No início dos anos 1960, é criada a Sociedade de Economia Ambiental (Society for Environmental Economics), buscando conscientizar sobre os impactos ecológicos, se amparando em tentativas de quantificar externalidades (Gomez-Baggenthun *et al.*, 2010). Identificava-se um problema na economia convencional, da síntese keynesiano-neoclássica, que só mensurava o valor de elementos envolvidos em mercados capitalistas, onde, através da teoria do valor-utilidade, as preferências pudessem ser reveladas através do preço. Isso resultava em externalidades, como já abordava a economia pigouviana, o que era objeto de crescente preocupação.

A solução proposta pelo emergente campo da economia ambiental então era visibilizar o valor de espaços e dinâmicas não mercantilizadas, especialmente custos e benefícios da natureza, mas nas mesmas bases do valor utilidade, através de pesquisas que emulassem um mercado e assim descobrissem os preços ocultos de processos naturais[7]. A economia ecológica emergiria nos anos 1980 como uma crítica à economia ambiental, buscando ampliar a concepção estrita de valor. Baseando-se em concepções econômicas mais heterodoxas e nos avanços recentes de ecologia de sistemas, incorporava ideias da termodinâmica para entender como a economia se subordina à natureza, como um subsistema aberto que realiza trocas de energia, materiais e resíduos com os âmbitos sociais e ecológicos (Saes & Romeiro, 2018).

Como argumentam Gomez-Baggethun *et al.* (2010), as diferenças entre os dois campos às vezes são nubladas, pois, embora busque contestar alguns axiomas neoclássicos, a economia ecológica diversas vezes se ampara nas

[7] Foram desenvolvidas técnicas diversas de valoração, desde utilização de serviços similares como proxys até simulações que envolviam questionários aplicados a populações locais, perguntando quanto as pessoas estariam dispostas a pagar para determinado "serviço" da natureza, por exemplo, a preservação de uma espécie (método de avaliação contingente) (Gomez-Baggethun *et al.*, 2010).

ferramentas da microeconomia marginalista para mensurar a sustentabilidade e avaliar políticas públicas. Para contestar a substitutibilidade de fatores da economia neoclássica (negando, portanto, que a natureza possa ser plenamente substituída pelo capital construído), a economia ecológica articula a ideia da natureza como um tipo de capital – capital natural, que desdobra serviços ecossistêmicos como benefícios subjetivos derivados das atividades vitais, entendidos como uma forma de rendimento.[8] É uma formulação que se desenvolve em paralelo às teorizações sobre o capital humano. Assim, embora contestando o paradigma marginalista estrito, acaba recaindo na utilização de métricas econômicas convencionais para a representação da natureza [9], retratando funções ecológicas complexas como serviços, reforçando o paradigma do utilitarismo instrumental neoclássico (Gomez-Baggethun *et al*., 2010).

Já em 1972, na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano da ONU, se debatia como serviços da natureza poderiam ser explorados racionalmente para melhorar a condição de países periféricos. A contestação da gestão keynesiana dos recursos naturais no mercado mundial abria espaço para que este novo paradigma propiciasse um novo arranjo (Nelson, 2017). Nos anos 1990, a noção de serviços ecossistêmicos ganhará mais espaço e há um esforço para desenvolver técnicas de monetização destes serviços. Em 1997, um artigo seminal de Constanza *et al*. (1997) utiliza técnicas diversas de valoração para estimar o valor total do capital natural terrestre, chegando à cifra de U$ 33 trilhões[10], 1,8 vezes o PNB global à época, o que capturou a atenção do público e da mídia[11].

[8] Saes e Romeiro (2018) destacam as disputas teóricas e metodológicas no âmbito do surgimento da economia ecológica, revelando um panorama de maior pluralidade.

[9] Nelson (2015) aponta que este é certamente um campo de disputas, pois há várias formulações conflitantes de serviços ecossistêmicos.

[10] Destaca-se que o estudo era uma leitura simplista que buscava valorar biomas diversos para depois multiplicar tais resultados pela área global dos ecossistemas.

[11] O artigo foi desacreditado na economia neoclássica convencional por buscar estimar um valor total, e não o ganho ou perda marginal de valor para cada unidade de serviço, sendo incoerente neste paradigma estipular um valor agregado de todo um ecossistema. Como destacam Dempsey e Robertson (2018), isso revela as disputas e dificuldades do capital de abstrair a complexidade dos processos naturais.

A partir daí, são cada vez mais organizados mecanismos de apropriação e mercantilização dos serviços ecossistêmicos. A natureza passa a ser enquadrada neste paradigma, como um conjunto de serviços ecossistêmicos. Os espaços ecológicos são avaliados por uma série de serviços que podem oferecer – água, captura de carbono, biodiversidade. O objetivo é mensurar e tornar comparáveis estes diversos serviços, para assim promover uma supostamente correta valoração da natureza. A proposta de serviços ecossistêmicos acaba por promover um ambientalismo neoliberal (Nelson, 2017; Furtado, 2015), em que a natureza pode ser preservada se seus serviços forem representados de forma capitalista para atrair investimentos de conservação. Como destacam Büscher *et al.* (2012):

> Essas sugestões implicam a crença de que as equipes de ecologistas e economistas matemáticos podem combinar medidas de rentabilidade e de ecossistemas saudáveis em derivativos complexos para produzir resultados de conservação fundamentados, mesmo que a natureza que se pretende conservar esteja localizada em camadas não intuitivas de abstrações cada vez menos fundamentadas (p. 15, tradução nossa).

O paradigma de serviços ecossistêmicos permite que, na neoliberalização da natureza, a conservação se torne um elemento de destaque, ainda que através de sua mercantilização. A natureza será preservada se quantificada, abstraída, tornada comparável e calculável dentro da lógica de mercado, empacotada como um serviço ecossistêmico. Seus fluxos de renda futuras são monetizados, projetados e trazidos para valor presente, reificados como mercadorias na forma de ativos disponibilizados em crescentes mercados financeiros.

As ideias de capital natural e serviços ecossistêmicos foram uma resposta à falência da representação da natureza ilimitada que permeava a economia keynesiano-neoclássica e buscavam construir um paradigma que enquadrasse a contestação aos valores sociais do pós-guerra que a contracultura levantava (Nelson, 2017). Quando a externalização cartesiana aguda da natureza fordista se tornou cada vez mais implausível e indesejada no

contexto da crise do pós-guerra, uma nova forma de apreensão da natureza começa a ser disputada, forjada no avanço da sociabilidade neoliberal.

Compreender a natureza como um sistema de serviços que podem e devem ser valorados[12] é uma forma de permitir formas mais flexíveis de cálculo econômico que compreendem a natureza como um elemento intrínseco da reprodução econômica, incorporando as inquietações de então. Assim, a forma neoliberal da natureza não é uma extensão da lógica do neoliberalismo à natureza, mas é resultado de como as dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas se imbricam na crise do pós guerra, e das saídas que foram construídas diante desta imbricação, dentro da emergência do paradigma neoliberal.

Evidentemente este reenquadramento não é revolucionário, mas, sim, um que, em meio às disputas, reforça e amplia a lógica capitalista em sua necessidade de mercantilizar a natureza. Agora não mais apenas como uma natureza barata estática[13], mas como um conjunto de fluxos derivados de um capital natural que pode e deve ser estimado, suscitando esforços de conservação e um uso mais eficiente dentro dos circuitos capitalistas. Assim, esta forma contemporânea da natureza reforça também o núcleo do neoliberalismo em que as leis de mercado são elevadas à racionalidade máxima organizadora das mais diversas esferas da vida – e do mundo natural.

Considerações finais

Após essa longa retomada histórico-teórica, é necessário conectar os pontos. Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar como a representação da Amazônia não é um reflexo de sua realidade material, mas uma construção histórica de imagens que cristalizam as dinâmicas de acumulação

[12] Valoração entendida como o processo de monetização/precificação dentro de técnicas da economia convencional.

[13] Embora novos mecanismos sejam mobilizados para rebaixar os custos dos insumos naturais. Ver, por exemplo, como Colombini (2021) destaca que a financeirização do setor de petróleo foi operada nos anos 1980 para controlar os preços.

capitalista e as relações de poder que as sustentam. São fetiches que permitem a reprodução da sociabilidade capitalista na região. Desde as narrativas coloniais de El Dorado até a contemporânea mercantilização dos serviços ecossistêmicos, a Amazônia tem sido incessantemente reimaginada como um espaço a ser explorado, integrado ou preservado, conforme os interesses dominantes em cada época. No entanto, como argumentamos, essas representações não são simples distorções ideológicas, mas formas que reificam relações sociais alienadas, convertendo a complexidade amazônica em abstrações funcionais ao capital.

O fetichismo da natureza, tal como o fetichismo da mercadoria, não é uma mera ilusão a ser desvendada, mas uma forma social necessária à reprodução do capitalismo. A separação entre humanidade e natureza, a redução da floresta a um estoque de recursos ou a um conjunto de serviços ecossistêmicos e a invisibilização dos povos tradicionais são processos ativos que permitem a dominação e a acumulação. A Amazônia, portanto, não é apenas vítima de uma falsa consciência, mas um território onde se materializam as contradições mais agudas do metabolismo social capitalista.

A emergência do paradigma dos serviços ecossistêmicos, no contexto do neoliberalismo, representa uma nova fase nesse processo. Ao transformar funções ecológicas em ativos financeiros, esse modelo não apenas reforça a mercantilização da natureza, mas também aprofunda sua financeirização, subordinando a conservação ambiental à lógica do valor. Apesar de seu discurso sustentável, essa abordagem não questiona as bases estruturais da crise ecológica, antes as reproduz sob novas formas, agora sob o signo da "economia verde". A Amazônia, mais uma vez, é reduzida a uma forma de natureza capitalista – desta vez não apenas como fonte de matérias-primas, mas como provedora de créditos de carbono, biodiversidade patenteável e outros mecanismos de valorização fictícia.

No entanto, essa representação hegemônica não é incontestável. A resistência dos povos indígenas, seringueiros, quilombolas e outras comunidades tradicionais evidencia que a Amazônia não é um espaço vazio ou um mero

recurso, mas um território vivo, moldado por relações sociais e ecológicas complexas. Suas lutas apontam para a possibilidade de outras sociabilidades, que desafiam a lógica fetichizada do capital e reafirmam a região e a própria natureza como relação, não como coisa.

Assim, a crítica ao fetiche amazônico não se encerra na denúncia de suas representações dominantes, mas exige uma reflexão sobre as alternativas que emergem das resistências concretas. Se o capitalismo transforma a natureza em mercadoria, a emancipação passa necessariamente pela desmercantilização das relações sociais e ecológicas, pela reapropriação coletiva dos meios de vida e pelo reconhecimento da Amazônia como um espaço de múltiplos mundos, não de um único projeto de acumulação. Romper com o fetiche amazônico significa, portanto, não apenas desvelar as abstrações que o sustentam, mas construir, nas fissuras do sistema, outras formas de habitar e significar a floresta – para além da lógica que a reduz a um epifenômeno do capital.

Referências

BAKKER, Karen J. *An uncooperative commodity: Privatizing water in England and Wales*. Oxford University Press, 2004.

BATISTA, IMSA. A "Natureza" amazônica: dos mitos edênicos à reserva de capital natural. *Simpósio Nacional de Históri*a, v. 27, 2013.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Editora Garamond, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Orgs.).O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. S*eminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas*. Santiago, jul. 2005.

BIGGER, Patrick; DEMPSEY, Jessica. The Ins and Outs of Neoliberal Nature. *Environment and Society*, v. 9, n. 1, p. 25-40, 2018.

BÜSCHER, Bram *et al.* Towards a synthesized critique of neoliberal biodiversity conservation. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 2, p. 4-30, 2012.

CAMELY, Nazira Correia. *A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre*. UFF (tese de doutorado em geografia) 2009.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital*: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 211-230, 2011.

CASSEGÅRD, Carl. Eco-Marxism and the critical theory of nature: two perspectives on ecology and dialectics. *Distinktion: Journal of social theory,* v. 18, n. 3, p. 314-332, 2017.

CASTREE, Noel. *Making Sense of Nature*. London: Routledge. 2013.

CLEMENT, Charles R. *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 282, n. 1812, p. 20150813, 2015.

COLOMBINI, Iderley. Oil and Financialization: Another Relation. International *Critical Thought*, v. 11, n. 2, p. 232-251, 2021.

CONSTANZA, Robert *et al.* The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, v. 387, p. 253-260, 1997.

CRUZ, Benedito Ely Valente da; LIRA, Andréia dos Santos. Amazônia na Encruzilhada: Fronteira de recursos ou capital natural: que caminho seguir? *Revista GeoAmazônia*, v. 13, n. 25, p. 423-437.

DE ANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". *The commoner*, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2001.

DEMPSEY, Jessica; ROBERTSON, Morgan M. Ecosystem services: Tensions, impurities, and points of engagement within neoliberalism. *Progress in human geography*, v. 36, n. 6, p. 758-779, 2012.

FELLI, Romain. Environment, not planning: the neoliberal depoliticisation of environmental policy by means of emissions trading. *Environmental Politics*, v. 24, n. 5, p. 641-660, 2015.

FURTADO, Fabrina. A construção da natureza e a natureza da construção: políticas de incentivo aos serviços ambientais no Acre e no Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 1, p. 123-147, 2018.

GOMEZ-BAGGETHUN, Erik; *et al.* The history of ecosystem services in economic theory and practice. *Ecological Economics*, v. 69, n. 6, p. 1209-1218, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. [S. l.]: Consequência, 2017.

GRAEBER, David; WENGROW, David. *The dawn of everything: A new history of humanity*. Penguin UK, 2021.

GRESPAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

HIRSCH, Joachim. Fordism and Post-Fordism. *Capital & Class*, v. 15, n. 2, p. 119-138, 1991.

HUBER, M. T. Oil, Life, and the Fetishism of Geopolitics. *Capitalism Nature Socialism* 22 (3): 32–48, 2011.

LOHMANN, Larry. Neoliberalism and the calculable world: The rise of carbon trading. In: Kean Birch and Vlad Mykhnenko, *The rise and fall of neoliberalism: The collapse of an economic order?* Londres: Zed books, 2010.

MANSFIELD, Becky. Rules of privatization: contradictions in neoliberal regulation of North Pacific fisheries. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, n. 3, p. 565-584, 2004.

MARQUES, Gilberto de Souza *et al. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira.* Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRRJ. Seropédica, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos.* 4ª ed. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1) [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 2) [1884]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 3) [1894]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCAFEE, Kathleen. Neoliberalism on the molecular scale. Economic and genetic reductionism in biotechnology battles. *Geoforum*, v. 34, n. 2, p. 203-219, 2003.

MITCHELL, Timothy. The resources of economics: making the 1973 oil crisis. *Journal of Cultural Economy*, v. 3, n. 2, p. 189-204, 2010.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital.* Verso Books, 2015.

NELSON, Sara Holiday. *Neoliberal environments: Crisis, counterrevolution, and the nature of value*. Tese (Doutorado em geografia). University of Minnesota, 2017

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RECH, Lucas; BARRETO, Helena; SILVA, Cintia Riquele. François Quesnay na Teia da Vida: um apontamento preliminar dos problemas teóricos na obra de Jason Moore. In: *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia Política*, Marabá. SEP, 2024.

ROBERTSON, M. No net loss: wetland restoration and the incomplete capitalization of nature. *Antipode*, v. 32, n. 4, p. 463-493, 2000.

ROBERTSON, M. Flexible nature: Governing with the environment in the development of US neoliberalism. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 108, n. 6, p. 1601-1619, 2018.

RODNEY, W. *Como a Europa subdesenvolveu a África?* Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2022

SAES, Beatriz Macchione; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O debate metodológico na economia ecológica: indefinição ou pluralismo? *Nova Economia*, v. 28, p. 127-153, 2018.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. *Socialist Register*, v. 43, 2007.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; FERRAZ, Lucas Paiva. Acumulação por espoliação e atividade agropecuária na Amazônia brasileira. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 67, p. 43-77, 2023.

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
AMARILDO JOSÉ MAZUTTI (*IN MEMORIAM*)
REGIANE PARACAMPOS DA SILVA

ESPOLIAÇÃO E ACUMULAÇÃO POR DESAPOSSAMENTO NA AMAZÔNIA: O CASO DO POLÍGONO DOS CASTANHAIS

Recebido em 24/02/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1239

ESPOLIAÇÃO E ACUMULAÇÃO POR DESAPOSSAMENTO NA AMAZÔNIA: O CASO DO POLÍGONO DOS CASTANHAIS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA).

Email: maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0494-1751

AMARILDO JOSÉ MAZUTTI (*IN MEMORIAM*)

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Doutor em Ciências Jurídico-Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (Umsa).

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5251-0665

REGIANE PARACAMPOS DA SILVA

Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) e geógrafa pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Email: regiane.paracampos@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0009-0002-4252-098X

Resumo

O artigo analisa o processo histórico de apropriação privada e mercantilização de terras públicas na região de Carajás, com foco no Polígono dos Castanhais, área de cerca de um milhão de hectares. Adota como referencial teórico o conceito de acumulação por desapossamento, formulado por Harvey. A pesquisa, baseada em análise documental de leis, decretos e regulamentos, demonstra que, desde o século XIX, a economia regional centrada no extrativismo da castanha-do-pará foi transformada por mecanismos jurídicos, como aforamentos e arrendamentos, que possibilitaram a transferência do domínio útil da terra a elites locais. A partir da segunda metade do século XX, com a intensificação das políticas de integração da Amazônia, o processo de privatização das terras se acelerou por meio de novos dispositivos legais, incentivos fiscais e programas de colonização, favorecendo empreendimentos agropecuários e a especulação fundiária, o que resultou em desmatamento e mudanças no uso do solo. As conclusões indicam que o caso do Polígono dos Castanhais exemplifica um processo contínuo de acumulação por desapossamento, no qual o Estado atuou como agente central, redefinindo direitos de propriedade e beneficiando uma restrita oligarquia agrária. O estudo demonstra que esses mecanismos não são resquícios de um passado pré-capitalista, mas estratégias contemporâneas e estruturais da expansão capitalista na Amazônia.

Palavras-chave: acumulação por desapossamento; espoliação fundiária; Polígono dos Castanhais; Amazônia; privatização da terra

Abstract

This article analyzes the historical process of private appropriation and commodification of public lands in the Carajás region, focusing on the Polígono dos Castanhais, an area of approximately 1 million hectares. It adopts as its theoretical framework the concept of accumulation by dispossession, formulated by Harvey. Based on documentary analysis of laws, decrees, and regulations, the research demonstrates that, since the nineteenth century, the regional economy centered on Brazil nut extraction was transformed by legal mechanisms such as emphyteusis and land leases, which enabled the transfer of land use rights to local elites. From the second half of the twentieth century onward, with the intensification of policies aimed at integrating the Amazon, the process of land privatization accelerated through new legal instruments, tax incentives, and colonization programs, favoring agribusiness ventures and land speculation, which resulted in deforestation and changes in land use. The findings indicate that the case of the Polígono dos Castanhais exemplifies a continuous process of accumulation by dispossession, in which the state played a central role by redefining property rights and benefiting a restricted agrarian oligarchy. The study shows that these mechanisms are not remnants of a pre-capitalist past but contemporary and structural strategies of capitalist expansion in the Amazon.

Keywords: accumulation by dispossession; land expropriation; Polígono dos Castanhais; Amazon; land privatization

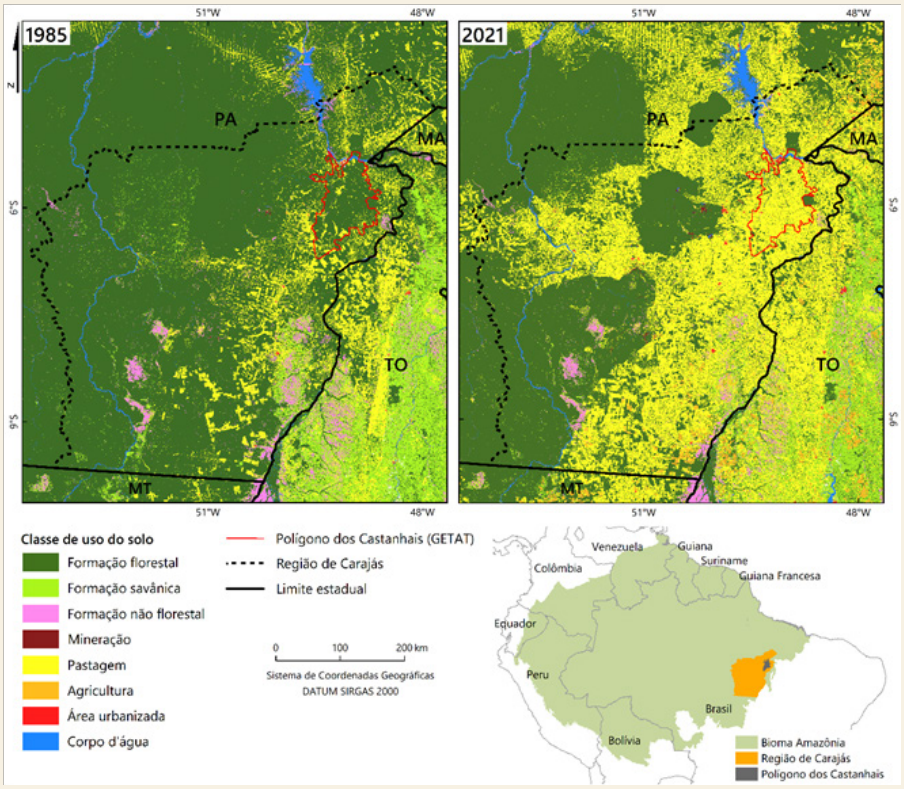
Introdução

Na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, transformações sociais e econômicas intensificaram muito o ritmo das alterações no padrão do uso e cobertura do solo do bioma Amazônia. Trata-se de transformações que guardam relação direta com a conversão da terra em mercadoria e que se processam de forma muito diversa em toda a Amazônia. Na região de Carajás (Monteiro e Silva, 2021) houve a apropriação por entes privados de aproximadamente um milhão de hectares de florestas de área denominada pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) como "Polígono dos Castanhais", que foi quase totalmente desflorestada. Para tanto, foram construídos mecanismos e caminhos jurídicos singulares que legitimaram tal privatização. A alteração da condição jurídica da terra se articulou com a desestruturação de uma economia regional majoritariamente apoiada no extrativismo vegetal da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), a rápida expansão da pecuária bovina e a substituição da cobertura florestal majoritariamente por pastos. Em Carajás, oito milhões de hectares são destinados a terras indígenas e a unidades de conservação; nelas a cobertura florestal está quase integralmente preservada; nos 15,9 milhões de ha restantes, até 2021, 10,3 milhões já haviam sido desmatados (Monteiro, 2023) (Figura 1).

Como estratégia de elucidação desse processo, inicialmente, indicam-se os principais instrumentos legais que mediaram, viabilizaram e legitimaram a espoliação de populações tradicionais e a mercantilização da terra nesta área da Amazônia, já que as alterações na legislação atinente ao controle do uso, à ocupação e à propriedade fundiária dos castanhais são manifestações aparentes relevantes do processo de transferência dessas terras a particulares. A indicação dos marcos jurídicos que tiveram influência decisiva é feita mediante a organização e agregação de uma intrincada sucessão de leis, decretos e regulamentos administrativos em períodos que têm como fio condutor a consecução de um processo de "acumulação por desapossamento" (Harvey, 2004), o que exigiu, inicialmente, a espoliação de povos indígenas,

prosseguiu com a supressão de direitos de populações extrativistas, de camponeses e de posseiros e culminou com a privatização dessas terras.

Figura 1 – Uso e cobertura do solo na região de Carajás em 1985 e 2021, com a indicação da localização do Polígono dos Castanhais.



Fonte: Projeto MapBiomas (2023), Monteiro e Silva (2021) e Getat (1985). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

Para tanto, o artigo traz, inicialmente, uma breve contextualização teórica e metodológica; em seguida, faz uma periodização baseada nos marcos históricos e jurídicos mais relevantes do processo de espoliação e de conversão dessas terras em mercadorias. Essa periodização permite identificar como as mudanças legais atuaram como meios extraeconômicos fundamentais para a acumulação por desapossamento, convertendo direitos coletivos e bens comuns em propriedade privada e inserindo a região em novos circuitos de valorização capitalista (Glassman, 2006; Hall, 2013). Por

fim, apresenta as principais conclusões. Esses marcos históricos e jurídicos podem ser interpretados como expressões concretas dos "meios extraeconômicos" que sustentam a acumulação por desapossamento (Harvey, 2004), revelando como a criação e a modificação das normas legais atuaram como instrumentos decisivos para a transferência de terras públicas ao domínio privado, inserindo-as em novos circuitos de valorização capitalista.

Reorganização espacial, espoliação e acumulação por desapossamento

A privatização de terras do bioma Amazônia é uma das manifestações aparentes da inserção desse espaço em um mais amplo: o espaço global (Monteiro e Silva, 2021). Trata-se de desdobramento da reprodução e acumulação capitalista que implica a expansão e a reorganização espacial das relações de produção em diversas escalas geográficas (Harvey, 1985, p. 148), vinculada às características de um sistema "altamente dinâmico e inevitavelmente expansível" (Harvey, 1975, p. 9).

No âmbito dessa reorganização espacial, o Estado estabelece regulamentações legais e administrativas para controlar e promover benefícios interativos e custos de diferentes tipos de uso direto da terra (Harvey, 1982). Nesse contexto, "as normas legais são crescentemente modificadas e elaboradas pela administração para lidar com conjunturas, situações e interesses particulares" (Poulantzas, 1978, p. 218-219), razões pelas quais a investigação privilegia as mudanças jurídicas feitas pela atuação do Estado, o qual, diante de suas definições de legalidade, produziu diversos instrumentos legais que mediaram e viabilizaram, nesta área da Amazônia, a transferência de terras para entes privados, ensejando um processo de "acumulação por desapossamento" (Harvey, 2004).

A noção de acumulação por desapossamento (*accumulation by dispossession*), formulada por Harvey (2004) a partir da leitura de Marx, tem sido amplamente utilizada para explicar processos contemporâneos de apropriação de

terras e bens comuns. Trata-se de um processo contínuo e estrutural, que não corresponde a um estágio inicial do capitalismo, mas a uma de suas dimensões permanentes. Segundo Glassman (2006), essa forma de acumulação se caracteriza pelo uso de meios extraeconômicos – coerção legal, violência política, privatização de recursos – que possibilitam a conversão de bens públicos e comuns em mercadorias.

Hall (2013) amplia essa discussão ao identificar três usos principais do conceito: (1) como mecanismo de expansão e reprodução das relações sociais capitalistas, (2) como resposta às crises múltiplas do capitalismo contemporâneo e (3) como forma de acumulação mediada pelo Estado por meio de instrumentos jurídicos e políticos. Esses autores mostram que as chamadas "novas cercas" (*new enclosures*) expressam estratégias estatais e privadas de incorporação de terras aos circuitos de valorização do capital, apoiadas em dispositivos legais que, ao mesmo tempo que conferem aparência de legitimidade à expropriação, deslocam comunidades locais e alteram suas relações com os meios de produção (Glassman, 2006; Hall, 2013).

Marx (1985) descreveu a "separação histórica do produtor em relação aos meios de produção" como fenômeno fundante da sociedade capitalista, ressaltando o papel da violência, da fraude e da espoliação. Harvey (2004) retoma essa formulação para demonstrar que tais práticas permanecem centrais no capitalismo atual, ainda que reconfiguradas por instrumentos legais, políticas estatais e novas formas de coerção social. Glassman (2006) reforça que a acumulação por desapossamento atua por meios extraeconômicos, frequentemente mediados pelo Estado, e que as populações camponesas, extrativistas e indígenas não são apenas vítimas passivas, mas também atores de resistência e disputa social.

Trata-se, por conseguinte, de um conceito que difere do de acumulação primitiva, uma vez que a economia política clássica relega os processos de "acumulação primitiva" fundamentados na depredação, na fraude, no esbulho, na violência, a uma "etapa originária", sendo considerados relevantes e "exteriores ao sistema capitalista", o que demanda

> uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas predatórias de acumulação "primitiva" ou "original" no interior da longa história geográfica da acumulação de capital. [...] Uma vez que parece inadequado chamar um processo em curso de "primitivo" ou "original!", eu irei de agora em diante substituir estes termos pelo conceito de "acumulação por desapossamento" (Harvey, 2004, p. 80).

O Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial, tanto sustentando como promovendo esses processos de desapossamento (Harvey, 2004, p. 81). No caso do presente estudo, as definições de legalidade dele emanadas foram decisivas para mudanças na estrutura de propriedade das terras dos castanhais, de forma que, na interpretação desse processo, a análise das mudanças nas normas legais que incidiram e modificaram a condição jurídica relativa ao domínio da terra ocupa lugar de grande relevância.

No caso da Amazônia, esses conceitos permitem compreender que a reorganização espacial e fundiária não é mero desdobramento "natural" da modernização capitalista, mas resulta de conflitos sociais mediados por políticas estatais, mudanças jurídicas e mecanismos de coerção que viabilizam a apropriação privada de vastas extensões de terra. O processo histórico do Polígono dos Castanhais constitui exemplo concreto de como o Estado atuou como agente ativo da acumulação por desapossamento, redefinindo direitos de propriedade e expropriando populações locais (Harvey, 2004; Glassman, 2006). Além disso, evidencia como tais dinâmicas se inserem em uma lógica global de expansão capitalista que se renova diante de crises múltiplas, reestruturações produtivas e disputas territoriais, expressando as "novas cercas" descritas por Hall (2013).

Ao tomar como fonte principal de pesquisa as leis, decretos e regulamentos administrativos que possibilitaram a transferência de terras a agentes privados, não se pretende ignorar que tais modificações são manifestações visíveis de disputas sociais cujo conteúdo subjacente envolve a conversão da terra em mercadoria e o conflito entre frações de classes por sua apropriação. Tampouco se desconsidera ou minimiza o papel da violência para que

esse conjunto de normas tivesse eficácia nas dinâmicas de desapossamento. Assim, o texto organiza esses marcos em períodos, apresentados nas seções seguintes, articulando-os a seus fundamentos mais gerais.

As raízes da empresa extrativista (até 1889)

Os frutos das castanheiras, assim como os de outras espécies domesticadas, têm sido vitais para a subsistência dos povos que manejaram a Floresta Amazônica por muitos séculos e promoveram sua disseminação no bioma Amazônia (Levis *et al.*, 2017; Montoya *et al.*, 2020; Shepard e Ramirez, 2011). Desde seus primórdios, a colonização europeia organizou a empresa da conversão dessas drogas do sertão em mercadorias. Relatos de expedições realizadas no final do século XIX (Coudreau, 1897; Moura, 1910) trazem informações acerca da região do médio Tocantins e fazem referência tanto à importância da coleta da castanha-do-pará e do látex do caucho (*Castilla ulei* Warb.) quanto às dificuldades de transporte pelo rio Tocantins. A coleta e a retirada da castanha do ouriço ocorriam no período mais chuvoso do ano, o qual coincidia com as enchentes dos igarapés, facilitando o escoamento da produção (Velho, 2009, p. 46). Monteiro (2001, p. 16) aponta que os trabalhadores que se dedicavam à coleta da castanha no período buscavam os garimpos de diamante em época de vazante do Tocantins, quando também era tempo de plantar e intensificar a pesca.

Inicialmente, a chamada coleta das drogas do sertão e o garimpo nessa porção do vale do médio Tocantins ensejaram a penetração em áreas majoritariamente ocupadas por diversos grupos indígenas de origem tupi (Nimuendajú, 1981), atividade para a qual não havia importância a posse e a propriedade da terra, que dependiam da discricionariedade do poder do rei e da Igreja Católica, que encontravam mediação no poder político ou militar dos seus ocupantes.

Entre 1860 e 1864, no contexto da economia extrativista, a castanha-do-pará figurava como o terceiro produto da pauta de exportação do Pará, correspondendo a somente 6,6% do valor do primeiro a borracha (Almeida, 2016).

O fato de a economia agrária da região ser marcadamente extrativista a diferenciava da de outras regiões do Brasil nas quais o registro de terras já era uma questão que ensejava disputas e tensões, e alguns dos resultados delas foram a suspensão das concessões de terras em sesmaria, em 1822, e o estabelecimento do registo dos imóveis junto às Juntas de Freguesia, sob a responsabilidade do vigário local (Lima, 1988). Outro resultado foi a edição da Lei das Terras em 1850, como é conhecida a Lei n.º 601 (Brasil, 1850), que, atendendo aos interesses dos latifundiários, permitia regularizar a posse fruto da ocupação de terrenos. Para Reydon *et al.* (2020), a Lei das Terras inviabilizou a criação de um cadastro regular das terras públicas no Brasil, já que comportava uma definição negativa de terras devolutas públicas como sendo todas as terras que não são ocupadas por particulares, e o fato de em um determinado momento não ser possível mapear ou registrar todas as terras privadas, o registro e o mapeamento das terras devolutas eram praticamente impossíveis, pois sempre poderiam ser contestados por um ocupante particular.

Treccani (2001) argumenta que a Lei das Terras, ao estabelecer a possibilidade de garantir legalmente o acesso à terra apenas mediante compra e venda, excluiu a ampla maioria da população brasileira, uma vez que eram pouquíssimos os que possuíam recursos para tanto. Ademais, essa nova legislação não afetava as dinâmicas de incorporação do médio Tocantins a dinâmicas mercantis também pelo fato de que nessa área, naquela quadra histórica, já prevaleciam as dinâmicas de extração. Foi nesse contexto, a partir da segunda metade do século XIX, que, nessa área, começou a ser referida a presença, dentre outros, dos Arara (Ukarãngmã), dos Karajá (Iny) e de diversos grupos Mebêngôkre, dentre eles os Kayapó (Figura 2).

Coudreau (1897, p. 207) indicou que, em fins do século XIX, o territórios dos Mebêngôkre se estendia "do [rio] Araguaia ao rio Fresco e do [rio] Tapirapé ao Itacayuna". Todavia, povos e "línguas desconhecidas" desapareceram sem que tivessem sido sequer obtidas informações de "valor etnográfico" sobre eles (Arnaud, 1983, p. 7).

Figura 2 – Indígenas Kayapó em frente à missão dominicana, Conceição do Araguaia, 1909.

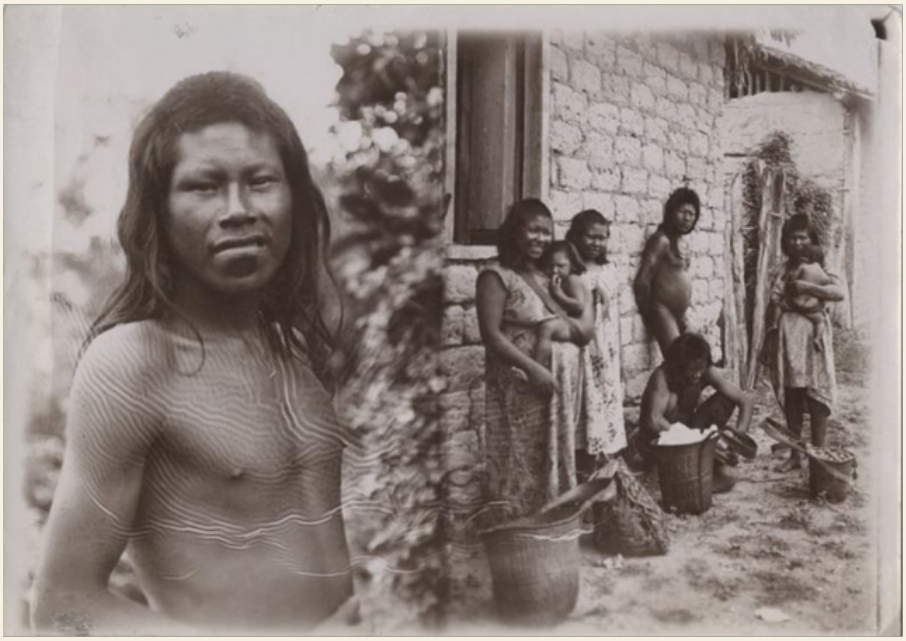


Foto: Wilhelm Kissenberth.
Fonte: Kraus (2015 p. 248).

A consolidação do extrativismo da castanha (1889-1920)

A queda da monarquia e a organização da República Velha, no final do século XIX, tiveram impacto na organização do agrário, patrocinando o aprofundamento do caráter latifundiário da formação social, econômica e política do Brasil. Foi "um dos momentos de pico da formação dos grandes latifúndios no país a partir do patrimônio público" (Linhares *et al.*, 1999, p. 76). Esse processo teve relação direta com o fato de que, na República Velha, os estados recém-instituídos passaram a exercer a titularidade das terras devolutas. Assim, os governadores passaram a ter o poder de transferi-las por meio da outorga de títulos não registrados. Essa condição não teve impacto imediato sobre a organização da economia extrativista, já que, no final do século XIX e na primeira década do século XX, a coleta ocorria livremente, predominando um tipo de extrativismo expedicionário,

deslocando-se apenas na época da safra (Emmi, 2002). Dessa forma, a posse da terra não possuía centralidade, sendo a coleta da castanha implementada como uma empresa desvinculada da propriedade ou posse da terra.

O fato de o governador ter poder de gestão sobre as terras devolutas do estado passou somente a ganhar relevância na configuração do agrário do médio Tocantins no final da primeira década do século XX. Em 1909, no governo do conservador João Antônio Luiz Coelho (1909-1913), a Lei estadual no 1.108 passou a disciplinar o acesso aos terrenos de castanhais, impondo restrições à livre coleta. Tratou-se de mudança que permitiu, já em 1910, que as Intendências Municipais (equivalentes às atuais prefeituras) selecionassem pessoas a quem eram concedidos os direitos sobre a exploração dos castanhais. Tais escolhas, em sintonia com a política oligárquica da República Velha, recaíam invariavelmente sobre membros das elites locais, que passavam a controlar o acesso aos castanhais e dominar a economia extrativista.

Barreira adicional à livre coleta da castanha foi imposta no governo de Lauro Sodré (1917-1921) em função da sanção da Lei estadual n.º 1.747, de 1918, que regulamentou o registro das posses e a compra das terras devolutas em território paraense. Emmi (2002) aponta que, no ano em que foi sancionada esta lei, foram registradas as primeiras compras de áreas de castanhais.

Até 1919, a extração de castanha no estado do Pará era pouco expressiva, tanto que naquele ano havia sido extraído, na Amazônia, mais de 557 mil hectolitros, e no Pará, apenas 158 mil (Santos, 1980, p. 271). Essa situação sofreu inflexão na década de 1920, uma vez que houve grande expansão da atividade extrativa, sobretudo na região de Marabá, que passou a ter destaque como exportadora.

O controle da terra e da exploração da castanha (1920-1954)

Em 1900, ocorreu a institucionalização do Registro Público de Imóveis, o que para Reydon *et al.* (2020) foi, sem dúvida, o principal passo para a criação do sistema de registro de imóveis que prevalece hoje. Essa decisão

estabeleceu que todos os usuários da terra deveriam demarcar e registrar suas propriedades rurais ou urbanas, embora não tenha estabelecido nenhum procedimento formal de auditoria nem criado um registro formal (p. 7). A proclamação do Código Civil de 1916 reafirmou o cartório como instituição de registro e permitiu que as terras públicas fossem objeto de usucapião. Com ela, passou a haver para muitos a "interpretação da existência de usucapião de terras devolutas" (Silva, 1996, p. 18).

Na mesma década da proclamação do Código Civil é que o governo do Pará estabeleceu a possibilidade do aforamento de terras dos castanhais, instrumento legal que teve repercussão direta no processo histórico de expropriação de povos tradicionais e de transferências de terras para agentes privados. O aforamento foi viabilizado pela edição da Lei estadual n.º 1.947, de 1920, que, ao criar este instrumento, eliminou os limites em relação à dimensão para a apropriação privada de terras e estabeleceu, simultaneamente, o pagamento de foro de 2% ao ano, o que era calculado tendo por base o preço das terras públicas cujo valor tinha sido estipulado pela Lei estadual n.º 1.741, de 1918.

As origens mais remotas da figura do aforamento ou enfiteuse encontram-se no direito greco-romano, constituindo-se em um direito real sobre a coisa alheia. A administração de Roma e de cidades da Grécia, por meio do aforamento, conferia a terceiros o direito de exploração de suas terras para a produção de alimentos, sem, contudo, outorgar-lhes o título definitivo de propriedade. Ou seja, o aforamento, também denominado enfiteuse ou emprazamento, é o negócio jurídico pelo qual o proprietário (senhorio) transfere ao enfiteuta o domínio útil, a posse direta, o uso, o gozo e o direito de disposição sobre o bem imóvel, mediante o pagamento de renda anual (foro) (Costa, 2012).

Os aforamentos consistiam, assim, na transferência do domínio útil do imóvel público, a posse e o gozo perpétuo da pessoa que irá utilizá-lo daí por diante, e obedeciam a critérios e condições previamente estabelecidos contratualmente entre as partes.

Além do aforamento como instrumento no processo de controle sobre a terra dos castanhais, a partir de 1925, foi introduzido o arrendamento anual, uma nova forma jurídica para conduzir a exploração dos castanhais. O aforamento exemplifica o que Hall (2013) denomina "novas cercas", ou seja, dispositivos jurídicos que reconfiguram o acesso à terra e viabilizam sua mercantilização. Ao atuar como instrumento de desapossamento legalizado, ele se alinha ao que Glassman (2006) descreve como acumulação por meios extraeconômicos. Trata-se, portanto, de um mecanismo por meio do qual a violência estrutural do capital se manifesta na esfera jurídica, convertendo terras de uso comum em propriedade privada e reforçando a dimensão contínua da acumulação por desapossamento (Harvey, 2004; Glassman, 2006).

Naquele período, Marabá foi elevado à condição de cidade em 1923, e a elite mercantil local tomou por base o sistema de aviamento que sustentava a comercialização do látex do caucho e o utilizou para impulsionar a coleta da castanha, superando a coleta realizada nos municípios de Alenquer e Óbidos, até então os maiores exportadores do estado (Emmi, 1988), paralelamente ao que passou ao recorrer ao instituto do aforamento para ampliar o controle dos castanhais. Nele também, a extração da castanha ganhou importância para o estado do Pará, tanto que as mensagens encaminhadas pelo presidente do estado Dionísio Bentes (1925-1929) ao Legislativo indicam que, de 1920 a 1929, a castanha-do-pará quase superou os valores da exportação da borracha, e a contribuição daquele produto para a arrecadação do estado do Pará foi 14% superior à contribuição deste produto. Weinstein (1993, p. 272) relaciona tal expansão ao fato de que, no início do século XX, muitas áreas de seringueiras passaram a ter a sua exploração inviabilizada pela queda dos preços da borracha, e com isso os muitos seringueiros migraram para outras áreas para coletar castanha (Figura 3).

Figura 3 – Castanha-do-pará preparada para ser transportada para Marabá, uma das etapas da empresa extrativista que mobilizou importante e diversos segmentos da economia regional, Marabá, 1926.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Manoel Domingues, Fundação Casa da Cultura de Marabá.

A coleta da castanha era uma atividade sazonal, articulando-se, no agrário, com a agricultura em pequena escala e a garimpagem. O extrativismo da castanha ganhava, assim, maior expressão no período do ano em que o nível dos rios da região estava mais elevado, o que, dentre outras coisas, facilitava o seu transporte (Figura 4). Essa possibilidade de conjugação de atividades, segundo Laganest (1958), teve grande relevâcia tanto para a atração quanto para a fixação populacional na região que, segundo Velho (2009, p. 44), tinha Marabá como o centro desta economia extrativa. Centralidade que teve como reflexo o rápido crescimento da população daquela cidade, que passou de 6.822 habitantes em 1920 para cerca de 15 mil em 1926 (Lagenest, 1958).

Figura 4 – Aspecto do transporte da castanha-do-pará por meio de barco a remo até a cidade de Marabá, 1926.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Manoel Domingues, Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Em 1930, com o fim da República Velha e o início da Era Vargas, o governo do estado do Pará foi assumido pelo capitão interventor Magalhães Barata (1930-1935, 1943-1945 e 1956-1969), que suspendeu, por meio do Decreto n.º 377, de 1931, a possibilidade do arrendamento anual dos castanhais; porém logo o reintroduziu em 1933, em decorrência da edição dos Decretos n.º 1.044 e n.º 1.074 – este último ficou conhecido como "Nova Lei das Terras" e previa que elas poderiam ser objeto de compra ou de arrendamento.

No escopo de disputas entre oligarcas favoráveis ao seu governo e "antibaratistas", o interventor Barata criou a Inspetoria de Minas e Castanhais, determinou que, a partir de 1931, a concessão de terras dos castanhais passasse a ser efetivada somente por via de arrendamento temporário e extinguiu a figura legal do aforamento perpétuo das terras. Tais medidas objetivavam fortalecer o poder de barganha da oligarquia aliada ao governador interventor. Além do controle do acesso aos castanhais, assegurado por tais barganhas, a elite oligárquica regional ampliava seus ganhos no âmbito da

economia extrativa mediante o domínio da comercialização da castanha. Um dos meios utilizados para tanto era o controle do transporte do produto até Belém, realizado por barcos motorizados que utilizavam o rio Tocantins como via de escoamento (Figura 5).

Figura 5 – Embarque de castanha-do-pará no barco S. Luiz, de propriedade de José Chamon, Marabá, 1927.

Foto: Ignácio Baptista de Moura.
Fonte: Acervo fotográfico Miguel Pereira – Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Em 1935, o presidente Getúlio Vargas interveio mais uma vez na política paraense, o que resultou na condução ao governo do estado de Gama Malcher (1935-1943), que introduziu mudanças na dinâmica de controle sobre os castanhais mediante a edição do Decreto nº. 1.779, que estabeleceu nova regulamentação para o arrendamento dos castanhais, e do Decreto n.º 2.828, de 1937, que ampliou o poder de controle das oligarquias locais sobre eles, uma vez que transferiu para a esfera municipal o poder de decisão em relação às "questões sobre limites e locações de terras de castanhais e outros produtos nativos arrendados pelo Estado". Tratou-se de medidas que trouxeram diretamente para a esfera da política partidária a solução de disputas envolvendo oligarcas por controle de castanhais. Emmi (1988) lembra que, no

governo de Gama Malcher, a prática do arrendamento dos castanhais foi "poderosa arma política dos grupos no poder" (Emmi, 1988, p. 87).

Tais mudanças implicaram a ampliação do controle do acesso dos castanhais pela oligarquia local enquanto conjunto e favoreceram o domínio sobre a atividade de coleta e comercialização das castanhas, de forma que os extrativistas tinham que coletar em castanhais direta ou indiretamente controlados pela oligarquia, uma vez que até nos poucos "castanhais do povo" – aqueles que não eram da titularidade direta de um oligarca – competia à autoridade municipal cadastrar e autorizar os extrativistas a realizarem a coleta.

De 1930 a 1939, houve crescimento da importância econômica da castanha na economia estadual (Almeida, 2016), dinâmica de expansão que sofreu significativa desaceleração nos anos 1940, uma vez que os principais países responsáveis pela importação da castanha paraense estavam envolvidos na Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda metade dos anos 1940, com o fim da guerra, houve novo impulso ao extrativismo da castanha na região vinculado aos acordos de Washington. Secreto (2007, p. 2014) argumenta que a retomada da exportação de castanha para os Estados Unidos representou uma continuidade da dinâmica observada durante a "Batalha da Borracha", o que é corroborado pela imprensa local que anunciava que "terminou a Batalha da Borracha e começou a Campanha da Castanha" (*Jornal Marabá*, 1945, p. 2).

Assim, no período de vigência do Decreto n.º 1.044, de 1933 – da década de 1930 até o início da década de 1950 –, a forma predominante de controle dos castanhais foi o sistema de arrendamento.

O aforamento e a generalização do controle privado dos castanhais (1955-1966)

No contexto de crescente importância da economia extrativista sustentada pela castanha, em julho de 1951, em Marabá, foi criado o Sindicato dos Castanheiros, que agregava os membros da elite local e por meio do qual a oligarquia agrária de Marabá buscava reforçar o seu poder político (Emmi,

1988, p. 96-97). Com a derrota do ex-governador Magalhães Barata na eleição de 1951, a elite agrária de Marabá se mobilizou para, no governo de Zacarias de Assunção (1951-1956), aprovar e ver sancionada, em 1954, a Lei estadual n.º 913, que reintroduziu o aforamento perpétuo.

Embora a Constituição de 1934 estabelecesse a necessidade de autorização federal, legislativa ou administrativa, para a alienação de terras devolutas acima do limite de 10 mil hectares, no caso do aforamento das áreas dos castanhais tal autorização não se fazia necessária, uma vez que o estado do Pará transferia ao foreiro o domínio útil de áreas destinadas ao extrativismo vegetal, porém sem delas se desvincular, permanecendo na qualidade de senhorio direto do imóvel público.

O contrato de aforamento dos castanhais possuía peculiaridades e especificações, sendo que as principais eram o pagamento do foro anual e o direito dominial de um laudêmio de 10% sobre o valor da transação – no caso de transferência ou venda do mesmo imóvel –, bem como a vedação ao foreiro do direito de fazer venda ou qualquer transação sem prévia audiência e expresso consentimento do estado do Pará, sob pena de devolução ao estado em caso de descumprimento da determinação. A partir dessa legislação, generalizam-se os aforamentos, e, de 1955 a 1966, o estado do Pará emitiu 252 títulos de aforamento, a ampla maioria deles inserida no Polígono dos Castanhais.

Além do controle oligárquico dos castanhais, a economia extrativista era também caracterizada pela concentração do comércio. Em 1955, as exportações convergiam em sua quase totalidade para uma dezena de empresas de oligarcas locais. Foi um momento histórico em que "os donos de castanhais exerceram o poder político/econômico em termos de estruturas de dominação/subordinação; o mandonismo traduzido em diferentes mecanismos de controle do trabalho e do processo de apropriação (e que não faltou a violência e o clientelismo político/econômico) esteve sempre presente" (Emmi, 1988, p. 151). A dinâmica social e econômica e a dimensão da cadeia de coleta e comercialização da castanha converteram a cidade de Marabá no mais

importante centro comercial do médio Tocantins na segunda metade do século XX (Dias, 1958).

De 1955 até os primeiros anos da ditadura militar, o aforamento foi a alternativa jurídica amplamente utilizada para o exercício do controle das terras dos castanhais e, juntamente com o sistema de aviamento, no âmbito da coleta, e a oligopolização da compra e da exportação da castanha, estruturava as bases do domínio oligárquico da economia extrativa da castanha.

Desmatamento, pecuarização e colapso da empresa extrativista (1966-1985)

O golpe militar de 1964 alterou a correlação de forças regionais, implicando a redução do poder político das elites agrárias da região de Carajás, tanto que se alegou a existência de "favoritismos políticos, regionalismo estadual e municipalista" (Cavalcanti, 1967, p. 146) para a extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) em 1966 e a sua substituição pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ação que corporificava o discurso dos governos militares da necessidade da "superação do poder oligárquico e suas fontes" (Martins, 1984, p. 49).

Naquela conjuntura de centralização autoritária, o governador do estado do Pará, o tenente-coronel Jarbas Passarinho (1964-1966), nomeado pelo general presidente Castelo Branco (1964-1967), sancionou a Lei n.º 3.641, de 1966, que trouxe um capítulo dedicado ao aforamento e que, em um dos artigos, indicava que o objeto do aforamento nas terras públicas do estado se destinava exclusivamente para a extração de produtos nativos. Reduzindo o poder das oligarquias locais, o artigo 35 da referida lei passou a exigir que as transferências de áreas aforadas fossem precedidas de expresso consentimento do governo, podendo este exercer o direito de opção, nos termos

do Código Civil, e, caso não exercesse a preferência, o estado receberia do enfiteuta o laudêmio de 10% sobre o preço da avaliação.

Em 1971, como parte da estratégia dos governos militares para ampliar o controle federal sobre as terras da Amazônia, o general presidente Emílio Médici (1969-1974), por meio do Decreto-lei n.º 1.164, adicionou aos bens da União as terras situadas na faixa de 100 quilômetros nas margens de rodovias federais existentes ou projetadas na Amazônia Legal, medida que transferiu para a União aproximadamente 70% das terras do estado do Pará. Da área reivindicada como Polígono dos Castanhais, apenas uma pequena proporção não foi abarcada pela federalização das terras – em função de seu formato, ficou conhecida como Gleba Ampulheta – e permaneceu sob jurisdição estadual (Figura 6), de forma que coube ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a condição de principal agente fundiário da área dos Castanhais, interferindo, com isso, diretamente nas ações de "regularização" fundiária patrocinadas pelo governo do estado e contrariando diretamente os interesses das oligarquias dos castanhais (Emmi *et al.*, 1987).

No âmbito da intensa ação estatal para "ordenar" o agrário regional, foi também instituído, mediante o Decreto n.º 1.106, de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN), destinado a implantar projetos de colonização no eixo das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Barros (1992) argumenta que a lógica que presidia o PIN e as políticas dos governos militares para a Amazônia impulsionara a utilização da terra para a criação de assentamentos e, posteriormente, expansão das políticas de incentivos fiscais para grandes empreendimentos agropecuários, de forma que o castanhal em si deixou de ter importância, passando a terra a ser o elemento central de apropriação privada (Barros, 1992).

Diante da pressão da oligarquia dos castanhais, o governo do estado permitiu aos foreiros, por meio do Decreto estadual n.º 9.203, de 1975, a inclusão do "excesso de terra" no processo de demarcação dos lotes, desde que ela não ultrapassasse 50% da área aforada. Essas demarcações

deveriam ser requeridas junto à Secretaria estadual de Agricultura do Pará (Seagri) até dezembro de 1975 e concluídas até dezembro de 1976. A relevância econômica, social e política do processo de demarcação e titulação fundiária fez com que, quase concomitantemente à edição daquele decreto, fosse criado o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) como o órgão executor da política agrária do estado, o que foi efetivado por meio da Lei estadual n.º 4.584, de 1975.

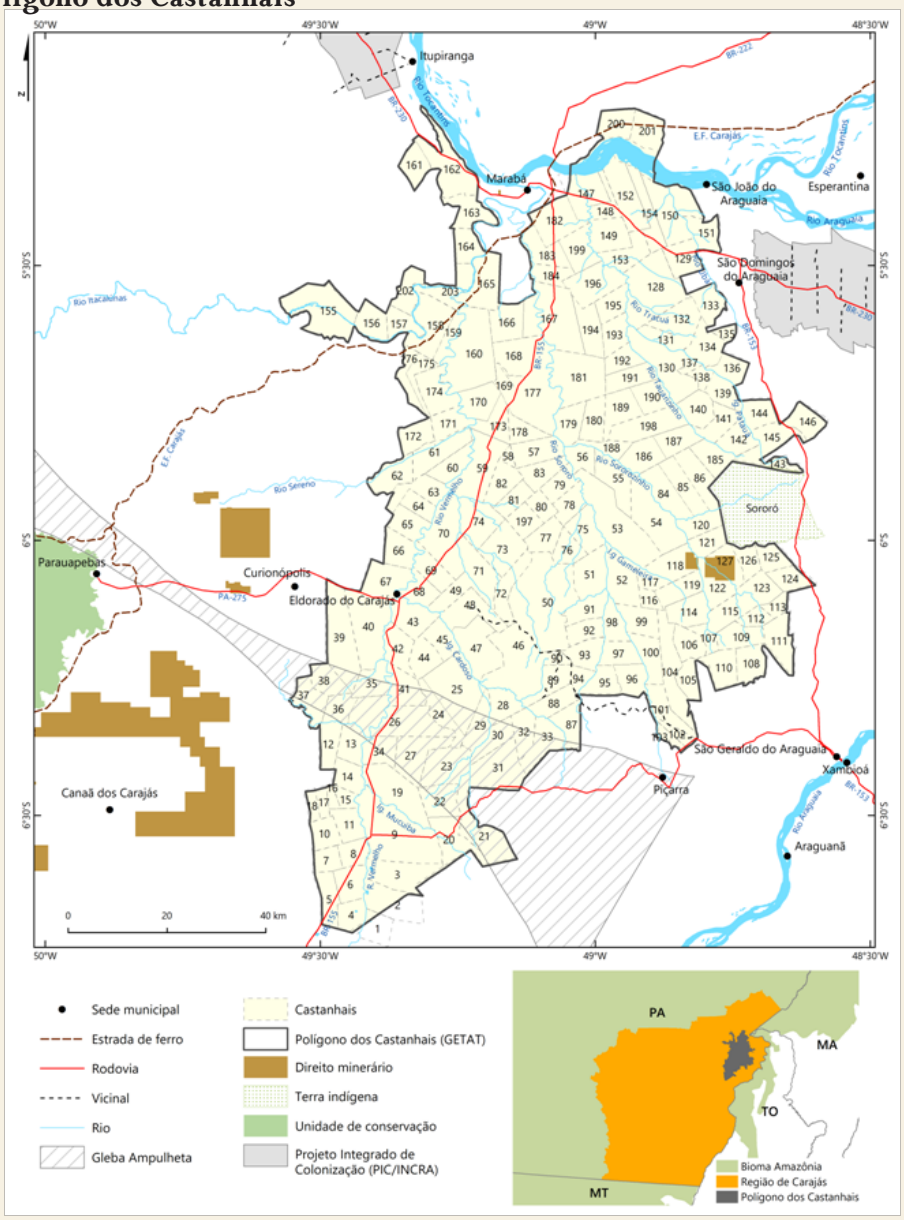
Os conflitos pela terra acirravam-se e envolviam questionamentos por parte de posseiros em relação à legitimidade da propriedade fundiária dos castanhais, como também da apropriação dos citados "excessos de terra". Conflitos que evidenciam que a acumulação por desapossamento não é um processo linear, mas um campo de disputa (Hall, 2013 Glassman, 2006; Amin, 1977; Wolpe, 1980). Às pressões dos camponeses, as oligarquias respondiam com a organização de guarda rural armada (Emmi e Marin, 1996), contexto no qual o governo federal, que já havia militarizado a política federal para a região, recorreu também à militarização da gestão fundiária (Martins, 1984) e, sob a alegação de que o Incra tinha pouca desenvoltura para resolver os problemas fundiários na área conhecida como "Bico do Papagaio", criou o citado Getat mediante o Decreto-lei n.º 1.767, de 1980. Em sua área de atuação, o Getat, que era subordinado à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, foi investido das competências até então conferidas ao Incra, cabendo-lhe apressar a ordenação jurídica do agrário voltada, fundamentalmente, ao atendimento dos interesses dos grupos sociais que mantinham uma relação mercantil com a terra, ampliando o quadro de tensão social na região.

Os oligarcas consideravam inquestionável o direito sobre as terras a eles concedidas por meio dos títulos de aforamento e insurgiam-se contra as demarcações promovidas pelo Getat, especialmente na área que passou a ser referenciada nos documentos oficiais como "Polígono dos Castanhais", apesar de até então essa área nunca ter sido delimitada. Como resultante

das pressões das oligarquias e do enfraquecimento dos governos militares, o Getat delimitou o "Polígono dos Castanhais" e identificou nele áreas referentes a 163 títulos de aforamento, duas "áreas de excesso" derivadas desses títulos, dez áreas de posse consolidada, 26 áreas que possuíam título definitivo, uma com título provisório e outra foi arrecadada pelo Getat, do que resultava a existência de 203 polígonos, delimitando 944 mil ha (Barros, 1992; Getat, 1985; Silva e Monteiro, 2023) (Figura 6).

As políticas dos governos militares desprivilegiaram as oligarquias agrárias regionais, e, no que se refere ao acesso ao principal instrumento de subvenção econômica, os incentivos fiscais, inclusive destinados à aquisição de terras, foram concedidos a grandes empresas e ao latifúndio de outras regiões (Costa, 2013, p. 48). Essa exclusão foi decisiva para a cisão da base de apoio à ditadura em duas frações: uma liderada pelo coronel Jarbas Passarinho (1964-1966) e outra pelo coronel Alacid Nunes (1966-1971 e 1979-1983), profundamente ligado às oligarquias agrárias da região de Marajó. Essa ruptura foi decisiva para que, ainda durante a ditadura militar, na primeira eleição direta depois de 15 anos, fosse eleito ao governo do Pará, em 1982, o oposicionista Jader Barbalho do MDB, apoiado pelo coronel Alacid Nunes e por segmentos tradicionais (Costa, 2013, p. 51).

Figura 6 – Mapa com a localização das áreas que integravam o Polígono dos Castanhais



Nota: Os nomes dos foreiros, as dimensões das áreas e outras informações referentes aos castanhais encontram-se disponíveis em Silva e Monteiro (2023).
Fonte: Getat (1985) e Barros (1992). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

Ao lado dessa reconfiguração política na década de 1980, consolidaram-se, na área do Polígono dos Castanhais, profundas alterações sociais, econômicas e ambientais. Uma das manifestações aparentes mais expressivas delas foi a mudança no padrão de uso e ocupação do solo, que passou a ser marcado pela supressão das florestas e crescente presença de pastagens. Essas mudanças foram decisivas para a construção das rodovias PA-70, PA-150 e PA-278, infraestruturas que contribuíram para superar as barreiras espaciais à circulação de mercadorias (Monteiro e Silva, 2021).

Com a configuração política e econômica estabelecida pelos governos militares, o poder político das oligarquias foi significativamente reduzido. Assim, as políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal impulsionaram novas formas de exploração econômica das áreas aforadas, sobretudo pela pecuária bovina, que engendraram o declínio do sistema de extração da castanha, bem como novas e diferenciadas formas de incorporação desta área às dinâmicas capitalistas e decisivas para a configuração da região de Carajás como uma unidade distinta no espaço, "pelo fato de que o deslocamento do capital construiu uma miríade particular de relações e de práticas sociais que se amalgamam em um espaço particular" (Monteiro e Silva, 2021).

A redemocratização e a compra de áreas aforadas pelo estado (1985-2005)

Com o fim da ditadura militar, José Sarney, o primeiro presidente civil, por meio do Decreto n.º 91.766, de 1985, aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) cuja execução estava afeita ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, ocupada por Nélson Ribeiro (indicado por Jader Barbalho) e que determinou, por meio do Decreto n.º 92.623, de 1986, que a área rural do estado do Pará era zona prioritária para a execução da reforma agrária.

Diante das pressões dos ruralistas, o governo recuou rapidamente em relação às promessas de reforma agrária e criou um grupo de trabalho

subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), que refutou a proposta contida no PNRA e, juntamente com ruralistas, patrocinou a sua revisão (Veiga, 1990). Nessa época, houve acirramento das tensões agrárias na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins, bem como a criação da União Democrática Ruralista (UDR) em abril de 1986. Então, discussões sobre o caráter da reforma agrária na nova Constituição ganharam repercussão pública nacional e passaram a ocupar papel de destaque na pauta do governo da autointitulada "Nova República" (Veiga, 1990, p. 109). Apesar de o PNRA haver fixado para o período de 1985-1987 a meta de desapropriar 13,86 milhões de ha e assentar 450 mil famílias, ao final daquele período havia ocorrido a imissão de posse de apenas 1,3 milhão de ha e o assentamento de somente 11.794 famílias (CPT, 1988, p. 10). Nesse cenário, foram documentados, em 1987, 582 conflitos de terra no Brasil, dos quais resultou o assassinato de 109 pessoas. Desse total de conflitos, 58 ocorreram no Pará, e em 49 deles houve a presença de pistoleiros (CPT, 1988, p. 61).

Michelotti (2019) realiza uma análise desses conflitos privilegiando a dinâmica da organização camponesa e a repercussão dela no processo de ocupação do Polígono dos Castanhais; as observações a seguir oferecidas especificam instrumentos jurídicos que podem ser tomados como parte das manifestações aparentes de um processo sistêmico que envolve a privatização das terras dessa área da Amazônia.

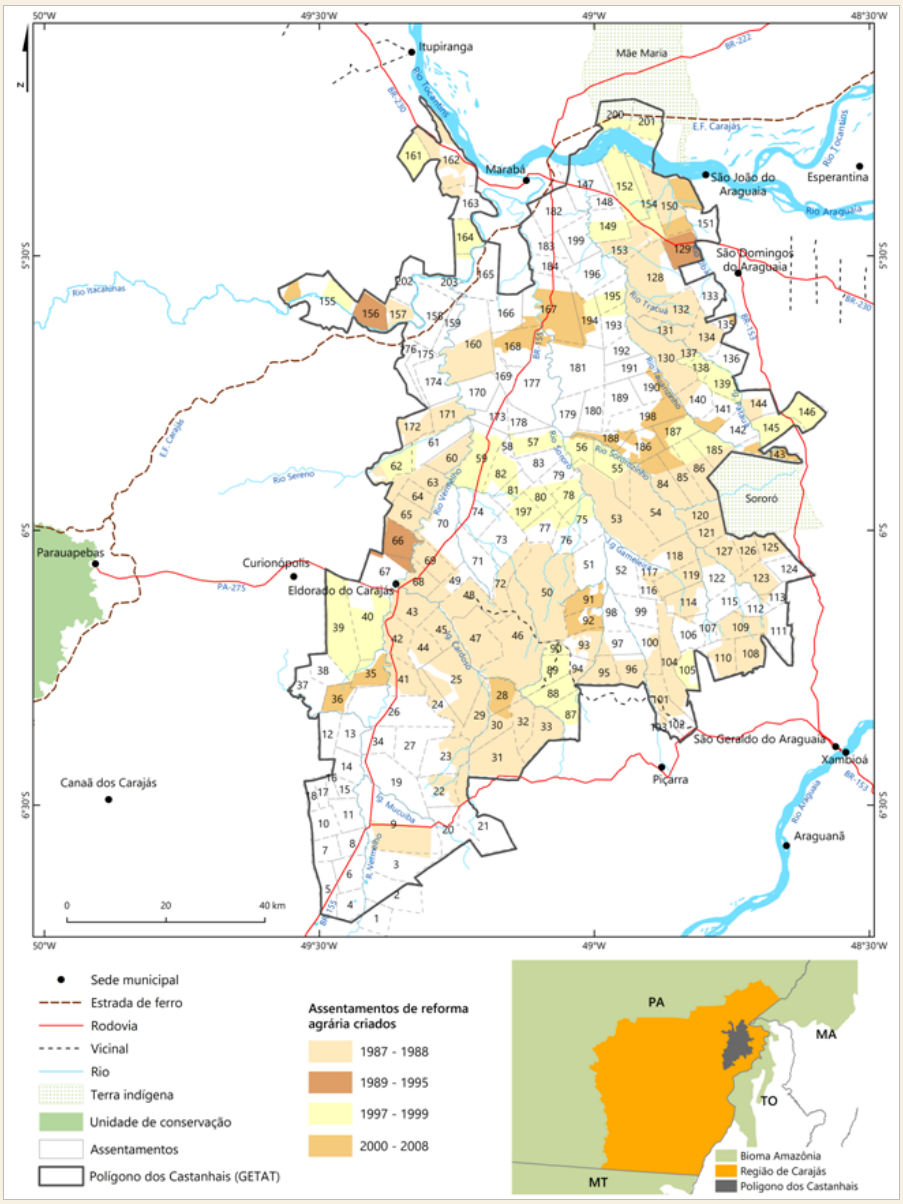
Em janeiro de 1987, foi realizada a primeira desapropriação na área do Polígono dos Castanhais para fins de reforma agrária (Decreto n.º 93.938, de 1987). Tratou-se de pouco mais de cinco mil ha circunscritos à área do castanhal Araras, o polígono 150 das Figuras 6 e 7. Lá foram assentadas 92 famílias de integrantes da frente migratória de camponeses nordestinos que tinham alcançado a terra indígena Mãe Maria, ocupada por indígenas Gavião, e buscaram lá se fixar, o que provocou conflitos armados. Em setembro daquele mesmo ano, Jader Barbalho assumiu o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) e, em abril de 1988, patrocinou a aquisição do domínio útil de aproximadamente 300 mil ha de terras do Polígono

dos Castanhais para serem destinadas à reforma agrária, fazendo isso por meio de "desapropriações amigáveis" de 56 castanhais e uma "área de excesso", dos quais 52 eram áreas rurais aforadas, ou seja, não eram imóveis com título definitivo e domínio pleno (Silva e Monteiro, 2023) (Figura 7).

Os foreiros foram indenizados pela terra nua e pelas benfeitorias existentes. Em relação ao valor da terra, foi utilizado como parâmetro para indenização o valor pago na aquisição do castanhal Araras que ocorreu na gestão do ministro Dante de Oliveira. Os valores foram corrigidos monetariamente até a data da realização dos acordos, o que resultou em sobrevalorização da indenização, já que o Araras foi avaliado e adquirido durante o Plano Cruzado, momento em que as terras tiveram os preços atipicamente elevados (Bodin, 1990; Oliveira e Ferreira, 2015), além do que o imóvel possuía título definitivo, e não de aforamento.

A indenização relativa aos 59 castanhais foi efetivada por meio de títulos da dívida agrária (TDAs), cujo resgate seria realizado a partir do segundo ano e concluídos no prazo do quinto ano, sob condição a mais favorável possível, uma vez que a normatização desse tipo de pagamento estabelecia que o prazo de liquidação das indenizações seria de 5 a 20 anos (Instrução n.º 37/1985).

Figura 7 – Áreas no Polígono dos Castanhais desapropriadas ou adquiridas parcial ou integralmente para fins de reforma agrária

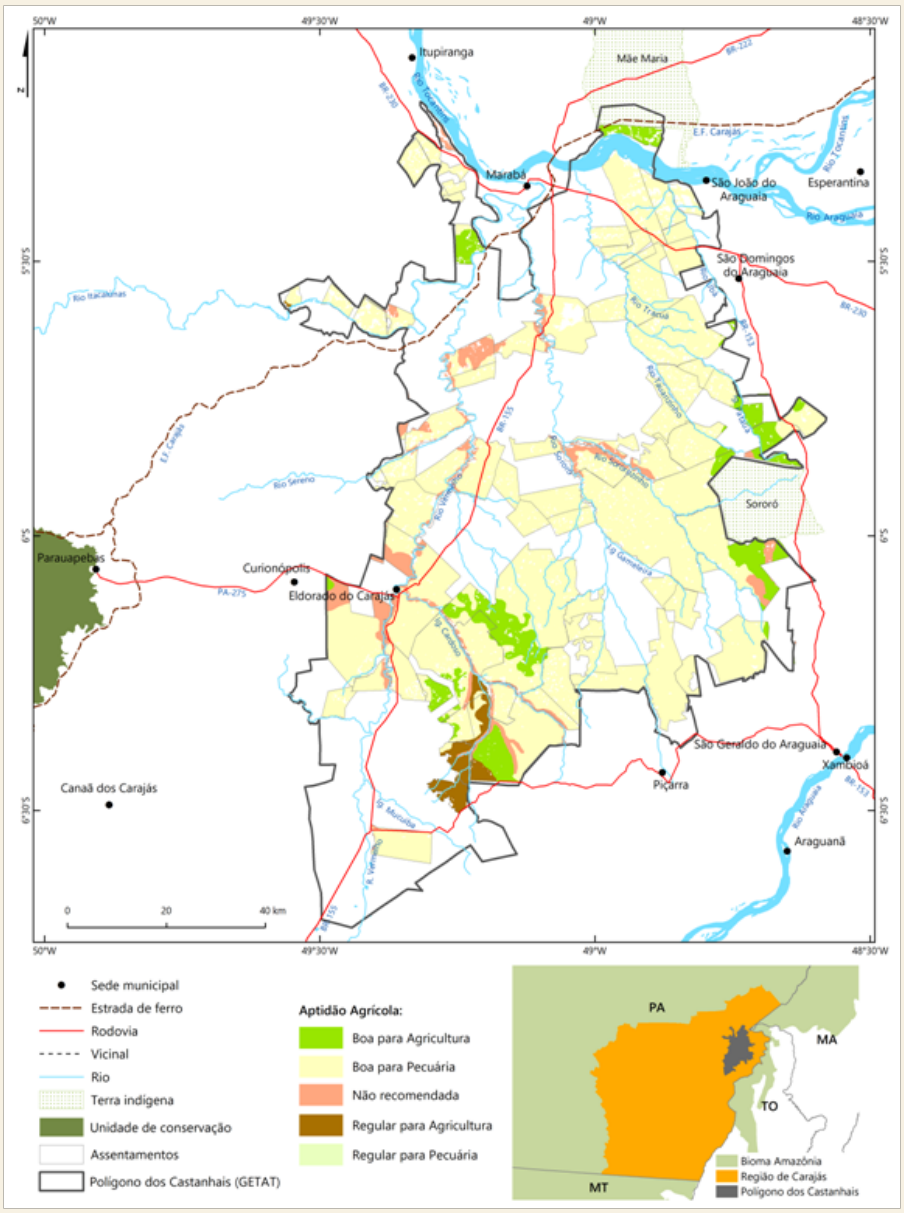


Nota: Os nomes dos foreiros, as dimensões das áreas e outras informações referentes aos castanhais encontram-se disponíveis em Silva e Monteiro (2023).
Fonte: Getat (1985) e Barros (1992). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

Silva (1987) indica que tal procedimento descaracterizou o instrumento da desapropriação por interesse social para a realização da reforma agrária, transformando as terras em excelentes negócios de venda. Costa (2013) aponta que estas desapropriações resultaram em transação que beneficiou duplamente os foreiros do Polígono dos Castanhais, uma vez que venderam para o Estado terras que eram do próprio Estado, além de receberem valores acima do preço de mercado.

Após o grande número de desapropriações e compras ocorridas em 1988 o ritmo caiu até 1996, quando voltou a crescer em função da pressão social que teve como marco o Massacre de Eldorado dos Carajás. Assim, de 1997 até 2004, há novamente maior número de áreas desapropriadas; todavia, daquele ano em diante elas tornaram-se pouco expressivas (Figura 7). De forma que a União, desde 1987, desapropriou parcial ou integralmente área relativa a 122 castanhais, onde foram estabelecidos 86 projetos de assentamento da reforma agrária, abarcando área de 489 mil ha (Figura 7).

Figura 8 – Mapa com o potencial edáfico da região do Polígono dos Castanhais



Fonte: Getat (1985), Incra (2023) e Embrapa (2016). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

As desapropriações ou compras do conjunto de áreas aforadas não tiveram como critério central a edafologia das terras adquiridas, uma vez que, da área total destinada aos assentamentos no Polígono dos Castanhais, segundo avaliação feita pela Embrapa (2016), apenas 8,97% das terras são boas para agricultura e 2,34% são regulares. A maior parte, 81,71%, boa para a pecuária e 7% não é recomendada para atividades agropecuárias (Figura 8). Avaliação que corrobora as indicações de Barbosa *et al.* (2023), em função das quais é possível depreender que o solo na área do Polígono dos Castanhais é composto, predominantemente, pela classe Argissolo Vermelho-Amarelo, com menores ocorrências das classes Latossolo Amarelo, Neossolo Quartzarênico e Cambissolo Háplico.

A essas características edáficas soma-se o fato de que as áreas desapropriadas ou compradas possuíam padrão de uso e de ocupação caracterizado pela presença ostensiva de pastagens, o que tornou mais complexa e difícil a organização produtiva desses assentamentos noutras bases.

Resgates de aforamentos e robustecimento do mercado de terras (2006-dias atuais)

Em 2006, houve outra importante alteração nas normas legais que incidiram diretamente na organização jurídica da propriedade das terras no Polígono dos Castanhais e se deveu à emissão pelo governador do estado do Pará, Simão Jatene (2003-2007 e 2011-2019), do Decreto estadual n.º 2.363, que facultava ao foreiro o direito de solicitar a promoção do resgate do aforamento. Tratava-se de medida que buscava pôr fim ao instituto do aforamento, não mais recepcionado a partir da vigência do Código Civil de 2002, ficando os aforamentos existentes, até a extinção deles, subordinados às normas do Código Civil revogado.

O resgate do aforamento enseja a transferência da propriedade plena ao requerente, sendo realizado administrativamente sem a necessidade de autorização legislativa e desde que decorrido o lapso temporal de 10 anos da

data da constituição da enfiteuse estadual e que fosse realizada vistoria e avaliação da propriedade.

Os dois primeiros termos de resgaste fundamentados nessa legislação foram expedidos pelo Iterpa dois dias antes de se encerrar o mandato do governador Jatene e incidiam sobre aforamentos referentes aos castanhais Espírito Santo e Carajás, concedidos aos foreiros Alberto Moussalem e Marcolina de Seixas Rodrigues, em 1960 e 1959, respectivamente. Trata-se dos polígonos indicados pelos números 1 e 2 nas figuras 6 e 7. Eram terras localizadas no município de Xinguara que totalizavam 10.771 ha e cujo domínio útil havia sido transferido a Benedito Mutran Filho, que, por meio desses resgastes, de detentor do domínio útil do castanhal passou a ser proprietário pleno das terras, as quais, por sua vez, foram vendidas ao banqueiro Daniel Dantas e se somaram às 26 outras propriedades por ele adquiridas para compor o patrimônio da Agropecuária Santa Bárbara.

Esses dois resgates foram questionados juridicamente pela governadora Ana Júlia Carepa (2007-2010), que, por meio de ação civil pública, pretendia que o estado reouvesse essas terras, uma vez que entendia que houve ilegalidade no processo de transferência do patrimônio público ao particular, já que a destinação da área teria sido modificada, haja vista que foi concedida exclusivamente para a extração vegetal e se encontrava majoritariamente ocupada por pastagens, além de que a transferência do aforamento ocorreu a terceiros sem a autorização do senhorio direto, o estado do Pará. A disputa jurídica foi resolvida somente em novembro de 2014, mediante acordo judicial entre Benedito Mutran Filho e o governo do estado, cuja titularidade havia sido novamente assumida por Simão Jatene em 2011.

Em 2009, foi editado o Decreto estadual n.º 1.805, que limitou a possibilidade de transferência dos imóveis públicos aos particulares por meio do resgate de aforamento ao definir outros procedimentos não previstos no decreto de 2006, explicitando a preocupação com a conservação da flora e fauna da região nas áreas de extrativismo aforadas pelo estado.

Em 2010, foi editado novo decreto, o de n.º 2.135, que outorgava ao Iterpa as atribuições de regularização fundiária e fixava as condições que deveriam ser observadas nos resgates, bem como proibia a concessão de novos aforamentos. Em decorrência da edição desse decreto, no final de 2010 o Iterpa disciplinou o resgate administrativo dos aforamentos. Dando continuidade à construção de instrumentos normativos para realizar o resgate dos aforamentos, em 2011 foi editado outro decreto, o de n.º 73, que autorizava o Iterpa a promover a transferência dos direitos de aforamento e adotar providências legais necessárias à efetivação dos resgates administrativos das terras aforadas.

As normas estabelecidas para viabilizar o resgate dos aforamentos, apesar de terem sido instituídas na forma de decretos, foram editadas unilateralmente, sem que tivesse havido a autorização legislativa, e foram suficientes para que o Iterpa patrocinasse, entre 2006 e 2018, a regularização fundiária de aforamentos relativos às áreas de 39 castanhais, 85,8 mil ha.

Mazutti (2019, p. 89) demonstra que contratos de aforamento resgatados apresentavam irregularidades pela falta de pagamento da renda anual (foro), desvio de finalidade pela efetivação de desmatamento para sustentar a prática da pecuária, da agricultura, dentre outras que não a do extrativismo vegetal, estabelecida no contrato inicial. Apesar de a legislação que faculta o resgate dos aforamentos estabelecer a necessidade de pagamento do preço do valor da terra nua quando na área aforada houvesse ocorrido desmatamento, nos resgates realizados nessas condições os pagamentos realizados pelos foreiros foram muito inferiores aos valores de mercado (Mazutti, 2019, p. 75).

Assim, os 81 foreiros ainda existentes têm assegurado o direito de se juntar aos demais e de alterar a sua condição de detentor do domínio útil do castanhal para proprietário pleno das terras mediante a realização do resgate, já que, com esse processo, é juridicamente efetiva a conversão dessas terras em mercadoria.

À guisa de conclusão

Os 39 resgates dos contratos de aforamento e os 122 casos de indenização aos foreiros pela terra desapropriada para fins de reforma agrária, além do próprio contrato de aforamento, são instrumentos jurídicos que foram e podem ser objeto de contestação judicial, já que são formas jurídicas por intermédio das quais a administração pública conduziu disputas e interesses particulares e que expressaram mediações que permitiram controlar, promover e legitimar alguns tipos de usos diretos de terras amplamente favoráveis à inclusão dessa fração do bioma ao espaço global, o que se deu mediante a privatização e inserção delas no mercado de terras.

A incorporação dessa vastíssima área ao mercado de terras envolveu, assim, a legitimação da condição de proprietários fundiários e o oferecimento de benefícios aos membros de uma restritíssima oligarquia agrária, representada por pouco mais de uma dúzia de famílias. Esses membros foram tanto agraciados com a condição de enfiteutas, quando foram indenizados com valores acima do mercado nas ocasiões em que algumas de "suas" terras foram destinadas a assentamentos da reforma agrária, quanto no momento em que optaram pela regularização de "suas" terras mediante resgate do aforamento pelo regime de compra, ocasião em que recolhiam ao erário valores muito abaixo dos preços praticados no mercado.

A privatização e a subsequente mercantilização dessas terras corresponderam ao arremate de um processo de "acumulação por desapossamento" que compreendeu, no primeiro momento, a espoliação de povos indígenas e estendeu-se até a derrogação de direitos de populações extrativistas, de camponeses e de posseiros. Todos esses processos foram acompanhados por violência de diversas ordens e desempenharam papel decisivo para que o conjunto de regras, leis e normas tivesse incidência direta nos processos de espoliação e acumulação por desapossamento.

Esses processos, de forma mais ampla, vinculam-se à expansão e à reorganização espacial das relações de produção nessa área do bioma, integrando-a

ao sistema global. Tal dinâmica exigiu diversas e sucessivas modificações nas normas legais, a fim de controlar usos e funções da terra e viabilizar sua conversão em mercadoria. A floresta que abrigava os castanhais e possuía valor de uso próprio em razão de suas características singulares foi, assim, suprimida para que a terra — mais especificamente o solo, elemento integrante de processos complexos que sustentavam a floresta — fosse transformada em uma mercadoria genérica, inserida nos circuitos de produção mercantil.

A análise dos marcos legais e institucionais que regularam a apropriação das terras do Polígono dos Castanhais evidencia que tais instrumentos atuaram como "meios extraeconômicos" essenciais à acumulação por desapossamento, conforme indicado por Harvey (2004). Leis, decretos e regulamentos funcionaram como dispositivos que possibilitaram a privatização de terras públicas, mediando a conversão de bens comuns em mercadorias e favorecendo a consolidação de novas formas de poder territorial. Ao relacionar essa experiência local às "novas cercas" descritas por Hall (2013) e à persistência histórica da expropriação destacada por Glassman (2006), observa-se que tais mecanismos não são resquícios de um passado pré-capitalista, mas estratégias ativas de expansão capitalista, sobretudo em contextos de reorganização espacial e de crises múltiplas. Isso confirma que a acumulação por desapossamento, longe de ser um fenômeno residual, constitui elemento estruturante da dinâmica contemporânea do capitalismo (Harvey, 2004; Hall, 2013; Glassman, 2006)

Referências

ALMEIDA, J. J. Os primórdios da exploração da castanha-do-pará na Amazônia (séculos XVIII-XX). In: Conferência Internacional de História Econômica; Encontro de Pós-graduação em História Econômica, 6, 8, 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. p. 1-32.

AMIN, S. Imperialism and unequal development. New York: Monthly Review Press, 1977.

ARNAUD, E. Mudanças entre grupos indígenas Tupí da região do Tocantins-Xingu Bacia Amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi,* v. 84, p. 1-50, 1983.

BARBOSA, E. J. S.; VIDAL, M. R.; MASCARENHAS, A. L. S.; SILVA, L. N. F. Componentes naturais da paisagem na região de Carajás. In: MONTEIRO, M. A. (Ed.). *Amazônia: a região de Carajás*. Belém: Naea, 2023. p. 677-706.

BARROS, M. V. M. *A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiunas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia.* Monografia de Graduação em Geografia. UFPA, Marabá, 1992

BODIN, P. M. A condução da política monetária durante o Plano Cruzado. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 10, n. 2, p. 33-52, 1990.

BRASIL. Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. 1850.

CAVALCANTI, M. B. *Da SPVEA à Sudam* (1964-1967). Belém: Sudam, 1967.

COSTA, F. A. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. 2. ed. Belém: Naea, 2013.

COSTA, V. M. *Enfiteuse – Aforamento ou Emprazamento*. São Paulo: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – Irib, 2012.

COUDREAU, H. A. *Voyage au Tocantins-Araguaya: 31 décembre 1896-23 mai 1897*. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil/87*. Goiânia: CPT, 1988.

DIAS, C. V. Marabá: centro comercial da castanha. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 20, n. 4, p. 383-427, 1958.

EMBRAPA. *Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal – Siageo Amazônia: mapas de solos e de aptidão agrícola das áreas alteradas do Pará*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Naea, 1988.

EMMI, M. F. A questão dos castanhais e a indústria extrativa até a década de 1960. *Papers do Naea*, n. 166, 2002.

EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 40, p. 51-68, 1996.

EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A.; BENTES, R. S. O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. *Pará Agrário*, v. 2, n. 2, p. 12-21, 1987.

GETAT – GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS. *Planta de medição e demarcação executadas dentro do Polígono dos Castanhais*. Marabá: Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, 1985.

GLASSMAN, J. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by "extra-economic" means. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 5, p. 608-625, 2006.

HALL, D. Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 9, p. 1582-1604, 2013.

HARVEY, D. The "New" imperialism: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, v. 40, p. 63-87, 2004.

HARVEY, D. The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian theory. *Antipode*, v. 7, n. 2, p. 9-21, 1975.

HARVEY, D. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D.; URRY, J. (Eds.). *Social relations and spatial structure*. Londres: Macmillan, 1985, p. 128-163.

HARVEY, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell, 1982.

INCRA. *Acervo Fundiário do Incra*. Brasília: Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2023.

JORNAL MARABÁ. Terminou a Batalha da Borracha e começou a Campanha da Castanha. Marabá, 20 out. 1945, p. 2.

KRAUS, M. "More news will follow" – Wilhelm Kissenberth's ethnographic photographs from Northeast and Central Brazil. In: FISCHER, M.; KRAUS, M. (Eds.). *Exploring the Archive. Historical Photography from Latin America. The Collection of the Ethnologisches Museum Berlim*. Köln / Weimar / Wien: Böhlau Verlag, 2015, p. 245-280.

LAGANEST, H. D. B. *Marabá: cidade do diamante e da castanha; estudo sociológico*. São Paulo: Anhambi, 1958.

LEVIS, C. *et al.* Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science*, v. 355, p. 925-931, 2017.

LIMA, R. C. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. Brasília: Esaf, 1988.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T.; SANTOS, L. F. U.; BARBOSA, P. P. C. T*erra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MICHELOTTI, F. *Territórios de produção agromineral: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense*. Tese de Doutorado em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019

MONTEIRO, J. B. *O Castanheiro*. Marabá: Edição do autor, 2001.

MONTEIRO, M. A. Carajás: crescimento do produto social, da pobreza e da degradação ambiental na Amazônia. *Confins*, n. 61, 2023

MONTEIRO, M. A.; SILVA, R. P. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. *Confins*, n. 49, 2021

MONTOYA, E. *et al*. Human contribution to Amazonian plant diversity: Legacy of pre-Columbian land use in modern plant communities. In: RULL, V.; CARNAVAL, A. (Eds.). *Neotropical Diversification: patterns and processes*. Cham: Springer, 2020, p. 495-520.

MOURA, I. B. de. *De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910.

NIMUENDAJÚ, C. M*apa etno-histórico de Curt Nimuendajú.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; IBGE, 1981.

OLIVEIRA, N. A. P.; FERREIRA, L. R. Determinantes do preço da terra no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 23, n. 4, p. 58-75, 2015.

POULANTZAS, N. *State, Power, Socialism*. Londres: New Left Books, 1978.

PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. 2023.

REYDON, B. P.; FERNANDES, V. B.; TELLES, T. S. Land governance as a precondition for decreasing deforestation in the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, v. 94, p. 104-313, 2020.

SECRETO, M. V. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 40, p. 115-135, 2007.

SHEPARD, G. H.; RAMIREZ, H. "Made in Brazil": human dispersal of the Brazil nut (Bertholletia excelsa, Lecythidaceae) in ancient Amazonia. *Economic Botany*, v. 65, p. 44-65, 2011.

SILVA, J. G. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República.* São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, L. M. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, R. P.; MONTEIRO, M.A. Polígono dos Castanhais na Amazônia oriental brasileira: denominação, foreiros e referências geográficas. *Figshare*, 2023

TRECCANI, G. D. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará.* Belém: UFPA/Iterpa, 2001.

VEIGA, J. E. *A reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).* São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

WOLPE, H. The articulation of modes of production: essays from Economy and Society. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.

ISABELLE NERI

DANIEL PEREIRA DA SILVA

A ECONOMIA POLÍTICA DO CORPO DAS MULHERES AMAZÔNICAS

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1278

A ECONOMIA POLÍTICA DO CORPO DAS MULHERES AMAZÔNICAS

ISABELLE NERI

Graduada em Relações Internacionais na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).

Email: belledelmondes@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0009-0009-2135-8339

DANIEL PEREIRA DA SILVA

Professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap); pós-doutorando no Instituto de Economia da Unicamp; pesquisador associado ao Edital Universal do CNPq n° 402726/2023-5.

Email: danielpsilva@hotmail.com

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4496-1650

Resumo

Este artigo investiga a integração histórica da prostituição feminina à economia amazônica entre 1850 e 1929, fase em que a região transita de um modelo de extrativismo colonial para a inserção subordinada no mercado interno brasileiro, marcada pelo ciclo da borracha e pela *belle époque* manauara. Partindo do conceito de corpo-território, analisamos como a articulação entre espaço e corpo organiza hierarquias racializadas e generificadas, definindo estratégias de sobrevivência e mecanismos de poder. A pesquisa apoia-se em revisão crítica de literatura e fontes históricas, dialogando com geografia crítica, economia política e feminismos decoloniais. Mostramos que a exploração de recursos naturais não só determinou a demografia regional, mas também fez da prostituição um componente orgânico dos modos locais de acumulação. Longe de ser marginal, essa atividade tornou-se via central de renda para corpos feminizados excluídos dos setores formais, revelando uma hierarquia racial que colocava mulheres brancas — especialmente estrangeiras — nas camadas superiores, tanto do mercado formal quanto do mercado sexual informal, enquanto mulheres não brancas, amazônicas ou migrantes, ocupavam posições mais vulneráveis, funcionando como espaço simultâneo de precarização e agência.

Palavras-chave: prostituição; corpo-território; Amazônia brasileira; economia informal; Gênero e raça

Abstract

This article explores how female prostitution became woven into the Amazonian economy between 1850 and 1929, a period that carried the region from a model of colonial extractivism to a subordinate place in Brazil's internal market, shaped by the rubber boom and Manaus's Belle Époque. Using the idea of the "body-territory," we show how the link between space and body creates racialized and gendered hierarchies, shaping survival strategies and power relations. The study builds on a critical review of literature and historical sources, drawing insights from critical geography, political economy, and decolonial feminism. We argue that natural-resource extraction not only shaped local demography but also made prostitution an organic part of regional capital accumulation. Far from being marginal, this activity has become a central source of income for feminized bodies excluded from formal sectors, revealing a racial hierarchy that placed white women—especially foreigners—in the upper layers of both the formal market and the informal sex market, while non-white, Amazonian, or migrant women occupied more vulnerable positions, functioning simultaneously as a space of precarization and agency.

Keywords: prostitution; body-territory; Brazilian Amazon; informal labor markets; gendered racial inequalities.

1. Introdução

A conformação econômica da Amazônia brasileira[1], desde o período colonial, foi marcada pela extração de recursos naturais e pelo deslocamento de grandes contingentes populacionais para atender às demandas de ciclos econômicos intermitentes. Nesse processo, a territorialização das regiões foi acompanhada por formas específicas de organização do trabalho, nas quais a marginalização econômica das mulheres se consolidou como um aspecto funcional e recorrente. Excluídas sistematicamente das atividades formais mais valorizadas e regulamentadas, as mulheres foram empurradas para ocupações precarizadas e desprotegidas, estabelecendo-se uma dinâmica econômica que vinculou diretamente gênero, raça, território e formas de exploração. Entre essas ocupações, a prostituição emergiu não apenas como estratégia de sobrevivência para mulheres excluídas do mercado formal, mas também como elemento fundamental da economia e da reprodução social das regiões.

A experiência de Manaus e Belém, especialmente durante o ciclo da borracha (1870-1912), exemplifica como a segregação de gênero e raça no mercado de trabalho amazônico brasileiro esteve intrinsecamente relacionada à estruturação da prostituição. A exclusão feminina dos setores produtivos de maior prestígio não significou sua ausência da economia, mas sim sua inserção em atividades economicamente desvalorizadas, ainda que essenciais para a organização do espaço social e das relações econômicas e políticas.

Compreender as raízes históricas e econômicas da prostituição nas Amazônias exige, portanto, uma análise que vincule as transformações territoriais das regiões à estruturação das relações de trabalho e às dinâmicas de exclusão e resistência que marcaram a experiência das mulheres nesses espaços.

[1] Como ponto de partida, é importante destacar que, embora existam processos sociais e econômicos comuns nas Amazônias, esta pesquisa parte do reconhecimento da diversidade entre as regiões. Consideramos suas distintas trajetórias de colonização, formações econômicas, composições culturais e étnicas, além de suas dinâmicas políticas — com o objetivo de romper com a visão dominante de uma Amazônia homogênea e valorizar a pluralidade das experiências que marcam suas histórias socioeconômicas.

Adotamos o intervalo de 1850-1929 porque ele assinala a transição da Amazônia de uma economia colonial primário-exportadora, baseada em extrativismo vegetal pouco articulado, para uma inserção subordinada no capitalismo brasileiro. Nesse ínterim, o ciclo da borracha – até o colapso de 1912-1913 – expandiu a ocupação territorial, atraiu migrações, modernizou Manaus e Belém via navegação a vapor e aviamento, tendo, contudo, preservado as relações de produção desiguais que semearam a dependência subsequente (Furtado, 2004; Stella, 2009; Cano, 2013).

Ademais, para compreender as interseções entre território, economia e relações de gênero e raça nas Amazônias brasileiras, este artigo adota o conceito de "corpo-território", fundamentado em Raffestin (1993) e Santos (1996; 2006). Essa perspectiva permite articular a exploração econômica dos espaços com a dominação dos corpos que os habitam.

Raffestin (1993), ao propor uma geografia do poder, argumenta que o território não deve ser reduzido a uma unidade geográfica fixa, mas entendido como uma construção social e política, continuamente produzida pelas relações de poder e pelas dinâmicas de apropriação. Assim, o território não é apenas um suporte físico das atividades econômicas, mas um espaço moldado por disputas e estratégias de controle.

Complementarmente, Santos (1996, 2006) desenvolve a noção de "território usado", enfatizando que o espaço geográfico não se define apenas por sua configuração concreta, mas pela interação entre grupos sociais, seus modos de apropriação e suas relações de poder. Dessa maneira, a territorialização amazônica não pode ser dissociada da imposição de lógicas econômicas exógenas, que reorganizaram tanto o espaço quanto os corpos, subordinando populações locais a um modelo de exploração sustentado por hierarquias políticas, econômicas, espaciais, raciais e de gênero.

Ao incorporar essa perspectiva, o conceito de corpo-território evidencia como a experiência territorial não se restringe à dimensão espacial, mas se inscreve materialmente nos corpos – especialmente, aqui, nos corpos femininos racializados. A colonialidade, ao estruturar a divisão do trabalho e a

organização do espaço amazônico, redefiniu os corpos amazônicos como objetos de exploração econômica, de subalternização social e de controle disciplinar.

Nesse sentido, nossa hipótese é que a prostituição feminina nas Amazônias deve ser compreendida dentro de um sistema territorial de estratificação racial, de gênero e de classe, no qual a marginalização de mulheres não-brancas no mercado de trabalho formal resultou em sua inserção em posições mais vulneráveis dentro da economia do sexo, enquanto mulheres brancas, especialmente estrangeiras de origem europeia, ocuparam espaços de maior prestígio e remuneração, tanto no mercado formal quanto informal.

Esse contraste revela não apenas a conformação racial das relações de trabalho sexual, mas também a colonialidade dos valores que estruturam as sociedades periféricas das Américas, evidenciando como os processos de territorialização e de racialização operaram simultaneamente na organização do mercado sexual.

Organizado em cinco seções, além desta introdução e da conclusão, o artigo apresenta, na segunda seção, as bases teórico-metodológicas com ênfase no conceito de corpo-território. A terceira analisa as estratégias coloniais e estatais que estruturaram as Amazônias como espaços de exploração e controle. A quarta seção examina os ciclos econômicos – das drogas do sertão ao ciclo da borracha – e seus efeitos sobre a inserção feminina na economia. Na quinta discute-se como a exclusão estrutural das mulheres amazônicas e migrantes dos circuitos formais levou à sua participação precária na economia do sexo, em contraste com as posições de prestígios ocupadas por mulheres brancas, sobretudo europeias.

É dessa forma que o artigo objetiva examinar como a prostituição feminina, ao se articular com lógicas territoriais e com as hierarquias herdadas da colonização, configura uma forma específica de inserção subordinada na economia amazônica, funcional à organização histórica do trabalho e das relações sociais nas Amazônias brasileiras.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adota uma abordagem teórico-analítica de caráter interdisciplinar, ancorada em referenciais da geografia crítica, da economia política e dos feminismos decoloniais. A reflexão é construída a partir da análise de fontes bibliográficas, hemerográficas e historiográficas. Sua elaboração baseia-se na sistematização crítica de dados empíricos e estudos prévios, em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores que investigam as Amazônias a partir de uma perspectiva interseccional.

2. Do território ao corpo-território: aspectos teórico-metodológicos

Em *Por uma geografia do poder*, Raffestin (1993) nos propõe compreender o território para além de suas delimitações geográficas convencionais, apresentando-o como um espaço historicamente produzido pelas ações humanas e pelas relações de poder. Para o autor, o território não é uma estrutura fixa ou naturalmente dada, mas um produto de dinâmicas socioeconômicas e políticas que moldam tanto o espaço físico quanto os corpos e as interações sociais. Nesses termos, o território surge quando um espaço é apropriado e organizado por indivíduos, grupos ou instituições que o controlam e lhe atribuem significados, com o objetivo de estabelecer uma unidade política, social e geográfica.

Ao introduzir conceitos relacionados ao poder, ao controle e às disputas sociais, Raffestin (1993) destaca que o território se configura como um sistema dinâmico de relações de força, no qual diferentes atores buscam afirmar suas próprias definições de pertencimento e domínio sobre o espaço. Nesse sentido, o autor nos convida a analisar a região amazônica brasileira não apenas como um recorte geográfico, mas como uma construção socioeconômica e política, atravessada por estruturas de poder que determinam a organização do espaço, a reprodução econômica e as relações sociais e políticas locais.

Santos (1996; 2006), por sua vez, propõe observar o espaço geográfico de uma forma igualmente histórica e processual, enfatizando as ações de

apropriação e utilização do território por um povo-nação, o que denomina de "território usado" ou "espaço habitado". Significa dizer que, para Milton Santos, o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço de ação e prática social, que é moldado e transformado pela interação entre atores hegemônicos e subalternos. Os primeiros, detentores do poder e da capacidade de controle, empregam o território como um meio para reproduzir e preservar seus interesses específicos, estabelecendo suas normas e organizando o espaço de acordo com suas necessidades; já os atores subalternos percebem o território como um lugar de resistência, adaptação e sobrevivência, onde recriam estratégias e métodos de adaptação a partir de um contexto de opressão e exclusão.

Na observação das Amazônias como um espaço vivido e apropriado por grupos sociais, as proposições de Santos (1996; 2006) nos fazem dirigir a atenção para o conjunto das práticas econômicas e sociais que instauraram uma dinâmica específica, refletindo não somente sobre o objetivo de uso, mas também sobre quais relações de controle social e de poder foram implementadas durante a dominação e apropriação das regiões. As relações de uso, então, além de darem forma e nome ao espaço geográfico na sua construção de unidade, modelam as experiências materiais e sociais dos sujeitos.

Ao considerar o Estado como um agente fundamental nessa dinâmica, é possível vislumbrar o território por sua condição de recurso nacional. No exercício de sua soberania e na implementação de políticas de segurança e disciplina, o Estado estrutura um sistema que define e reproduz uma visão específica de nação, influenciando diretamente tanto as formas como o território é vivenciado quanto as interações sociais e econômicas que nele ocorrem (Santos, 2006).

Essa perspectiva se torna ainda mais relevante ao analisarmos a territorialização nas Amazônias, onde as ações de colonização conduzidas ou influenciadas pelo Estado foram pautadas em concepções externas que ignoraram as populações nativas e suas formas de organização espacial e social, tendo

como objetivo estabelecer uma relação de exploração econômica e controle sobre os corpos (Porto-Gonçalves, 2001).

O processo de homogeneização territorial pode ser compreendido como uma estratégia fundamental na conformação do espaço enquanto unidade política, social e econômica. A partir da regulação estatal e da imposição de normas, a diversidade espacial e demográfica é reorganizada de modo a servir a um projeto de domínio, no qual a padronização das formas de ocupação e uso do território atende aos interesses de grupos hegemônicos. Como destacado por Santos (2006), essa dinâmica não se restringe à apropriação material dos espaços, mas envolve a imposição de uma lógica organizacional que redefine a experiência territorial dos sujeitos, subordinando-a às exigências econômicas e políticas dominantes. Nesse sentido, a homogeneização não apenas consolida um território enquanto unidade abstrata de controle, mas também estrutura as relações sociais e institui mecanismos de exclusão e hierarquização, modulando a organização do trabalho, a mobilidade e as possibilidades de pertencimento dos sujeitos ao espaço socialmente produzido.

Ao caracterizar o espaço habitado como um objeto (Santos, 2006), podemos entender a lógica produtiva que também transforma o corpo em um elemento coisificado. A construção da identidade nacional traz, em si, ideais do território e do corpo que, motivados pelo territorialismo – colonial e capitalista –, se manifestam a partir de uma série de processos de múltiplas ordens, capazes de gerar e manter os ideários da unidade "nação".

Para compreender como esse processo de territorialização impacta corpos de maneira diferenciada, recorremos a Lugones (2014), que introduz o conceito de colonialidade de gênero. Lugones argumenta que a dominação colonial não apenas organizou a economia e o território, mas também impôs uma estrutura de gênero eurocêntrica baseada em aspectos biológicos, desmantelando sistemas pré-coloniais nos quais as relações de gênero operavam de forma distinta. Essa imposição hierárquica estabeleceu uma dupla

marginalização para mulheres racializadas, que foram subordinadas tanto na esfera do trabalho quanto na organização socioeconômica e política.

Ao articular a colonialidade de gênero às análises territoriais de Claude Raffestin e Milton Santos, podemos compreender que a exploração econômica das Amazônias não se deu somente sobre a terra e os recursos naturais, mas também sobre os corpos, em especial os corpos femininos. Nesse sentido, a territorialização colonial não apenas reorganizou os espaços e a economia, mas também definiu quem teria acesso à redistribuição de recursos, quem seria reconhecido como sujeito de direitos e quem teria voz na esfera pública, tendo na incorporação do nacional uma redefinição da noção de sujeito.

Assim, o processo de apropriação do território caminhou lado a lado com a marginalização das mulheres nativas e não-brancas, deslocando-as para posições subalternas na divisão do trabalho e negando-lhes o *status* de agentes políticos. Dessa forma, compreende-se que a colonialidade de gênero não apenas subalternizou essas mulheres, mas também restringiu sua capacidade de disputar os termos de sua própria inserção na economia, perpetuando um modelo de exploração que atravessa até hoje a organização dos espaços e do trabalho nas Amazônias.

A análise da territorialização nas Amazônias revela, portanto, um complexo jogo de interesses em que as práticas e políticas implementadas refletem não apenas as ambições dos agentes dominantes, mas também as respostas e estratégias de adaptação dos grupos locais. Esse contexto evidencia a importância de uma abordagem que considere tanto as dimensões materiais quanto as sociais na compreensão do território.

Tomar os territórios amazônicos brasileiros por meio dessas lentes torna possível identificar as nuances e as dinâmicas econômicas que moldam a vida e a organização espacial nas regiões – sendo o foco desta investigação as experiências de mulheres amazônicas e não brancas –, permitindo uma visão mais ampla e crítica sobre a interação entre economia, sujeitos, Estado e historicidade do espaço geográfico.

Propomos metodologicamente que as dinâmicas econômicas territoriais conformam uma economia política na qual o corpo se torna a externalização do "nacional", sendo investido de finalidades produtivas e submetido a controles políticos e sociais que atendem aos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o Estado e os interesses proprietários transformam o corpo amazônico em um espaço de dominação, coisificação e exploração fundamental para a territorialização pretendida (Mondardo, 2009).

Ao entrelaçar território e corpo, evidencia-se como as dinâmicas de poder e exploração transcendem o espaço físico e se inscrevem nos corpos que o habitam. Essa lógica se intensifica quando observamos a divisão sexual do trabalho, na qual as estruturas econômicas privilegiam figuras masculinas brancas e relega às mulheres nativas e não-brancas papéis de subordinação e informalidade.

Assim, ao investigar a economia política das Amazônias sob essa ótica, abre-se um campo fértil para questionar as relações sociais locais e compreender os espaços de resistência, adaptação e luta das mulheres dentro da lógica de reprodução econômica das regiões.

3. Aspectos políticos e econômicos da territorialização das Amazônias

Para que possamos compreender as lógicas construídas durante a ação de territorialização das regiões amazônicas brasileiras, voltamos o olhar para as possibilidades e as dificuldades vislumbradas pela Coroa Portuguesa durante o seu processo de colonização, reconstruindo não só seu contexto socioeconômico, como também o conjunto das práticas e relações de uso territorial nas suas expressões de domínios políticos e econômicos, que tiveram no espaço geográfico um ponto de partida para atendimento de interesses particulares da Coroa.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, em *Amazônia, Amazônias* (2001), relata que, a princípio, as regiões em questão não eram compatíveis com as lógicas e

as necessidades mercadológicas vigentes durante a reprodução do sistema global de exploração mercantil-colonial nas localidades. O quadro colonial marginalizou as Amazônias perante as demais regiões brasileiras, que forneciam oportunidades de enriquecimento mais rápidas, dada a sua maior compatibilidade com os ciclos econômicos experienciados pelo Brasil e, por isso, atraíam mais a atenção estatal e os fluxos demográficos. Sob tais condições, a ocupação amazônica brasileira se atrela a surtos econômicos impulsionados por demandas externas, de modo que acabavam seguidos por grandes períodos de estagnação e decadência (Porto-Gonçalves, 2001).

As expressões de domínio – políticas institucionalizadas, controles sociais e relações de poder –, nesses termos, foram dadas a partir do imaginário colonizador, que enxergava as regiões como reservas de recursos naturais, com potencial de uso futuro. Segundo Becker (2005), esse potencial visualizado no território era de tal magnitude, que, mesmo sem recursos econômicos e populacionais que propiciassem ações produtivas, uma série de estratégias de ordem militar foram aplicadas na tentativa de se ocupar, povoar, preservar e aumentar suas extensões.

É importante destacar alguns aspectos. O controle nacional e social sobre as relações econômicas e de poder nas localidades evidencia a capacidade de coordenação e a presença do Estado, especialmente em sua dimensão militar. O processo de territorialização, orientado pela lógica colonial, impulsiona estratégias voltadas tanto para responder à escassez de recursos demográficos quanto para atender aos interesses econômicos da Coroa Portuguesa (Porto-Gonçalves, 2001; Tavares, 2011).

Na territorialização das Amazônias, essa lógica colonial operou não apenas na apropriação dos recursos naturais, mas também na imposição de hierarquias raciais e de gênero, delimitando quais corpos eram exploráveis e sob quais formas de subordinação. A imposição da classificação racial e de gênero permeou todas as esferas da vida social e moldou a organização do trabalho, do poder e da intersubjetividade, tornando-se um dos instrumentos mais eficazes da dominação colonial e da perpetuação da desigualdade

social (Quijano, 2000). Dessa forma, as Amazônias não foram apenas um espaço de exploração econômica, mas também um território de reestruturação, experimentação e consolidação das estruturas coloniais, as quais reverberam, até os dias de hoje, nas dinâmicas socioeconômicas e políticas das regiões.

Devemos, então, atentar ao espaço amazônico habitado, observando seu uso para obtenção de recursos e tentativa de reproduzir uma cadeia econômica e social que favorecesse tanto a Coroa quanto os comerciantes que atuavam nas regiões. As origens coloniais estabelecidas – ressaltadas em suas relações sociais e de poder – foram bases essenciais na produção das relações econômicas do que se entende por "amazônico" e no modo de pensar as regiões.

Os interesses dos atores hegemônicos, nesse sentido, passam a ser motores chave na atuação do Estado. O resultado é a homogeneização territorial – unidade política, social e geográfica –, na medida em que "as amazônias" – em sua pluralidade demográfica e espacial – passam a ser concebidas como *um território*, entendido por meio das intenções e das formas de identificação de terceiros, a partir de uma construção narrativa e política com objetivos econômicos.

É importante destacar que a suposta escassez populacional na região amazônica opera como um ideário de matriz colonial, ainda presente nos dias atuais. Tal concepção sustenta a narrativa político-nacional que descreve as Amazônias como um "vazio demográfico", justificando e legitimando tanto a sua ocupação quanto o apagamento das estruturas sociais que antecedem os processos de colonização e ocupação dessas localidades (Porto-Gonçalves, 2001).

No processo de colonização pela Coroa Portuguesa das regiões amazônicas, essa ocupação não apenas se valida pela forma como se estabelece no território, mas também como apaga as populações originárias e suas formas de pertencimento, desarticulando os laços entre corpo, terra e identidade. Assim, com a transição para o capitalismo — cuja estrutura se articula à

lógica colonial (Furtado, 1983; Prado Jr., 2000) — as Amazônias se consolidam economicamente como um espaço inabitado, projetado para o futuro e destinado aos que vêm de fora (Porto-Gonçalves, 2001).

Esse modo de perceber as regiões foi sendo construído por meio de intenções políticas e ações concretas de ocupação do território, criando uma imagem ideológica sobre os espaços e as pessoas que ali viviam e vivem. Nessas condições, o processo de homogeneização das Amazônias, dentro do ideário econômico nacional, demandou a criação de estratégias de regulamentação, controle e organização do território, de modo a integrar essas regiões a um projeto estatal e econômico que lhe era externo e global. A territorialização das regiões não apenas definiu suas fronteiras físicas e políticas, mas também reconfigurou sua estrutura social e econômica a partir de narrativas e práticas institucionais que apagaram sua diversidade original e subordinaram suas dinâmicas locais a interesses coloniais e, posteriormente, capitalistas (Raffestin, 1993).

Esse processo instaurou dinâmicas específicas de exploração, nas quais os espaços foram ressignificados como parte de um recurso a ser apropriado. De forma associada, os corpos que os habitavam foram incorporados a uma lógica produtiva alheia às suas formas de vida. As relações de uso do território, assim, não apenas consolidaram uma identidade territorial homogênea, mas também modelaram as experiências materiais e sociais das populações amazônicas, delimitando seus papéis e acesso dentro da ordem econômica e política imposta.

Assim, territorialização das Amazônias pode ser lida, simultaneamente, como um projeto político-econômico de exploração dos recursos naturais para agentes externos e também como um processo de reorganização da estrutura social e dos corpos que nela habitam, consolidando desigualdades estruturais que atravessam tanto o território quanto as subjetividades amazônicas.

No contexto amazônico, a passagem do colonialismo ao capitalismo não significou ruptura, mas continuidade das dinâmicas de exploração. A

economia regional, baseada na extração de matérias-primas para exportação, manteve a subordinação das populações locais, especialmente das mulheres nativas, intensificando sua marginalização e vulnerabilidade dentro dos ciclos econômicos sucessivos (Furtado, 1983; Prado Jr., 2000; Nogueira; Anjos, 2019).

A territorialização colonial das Amazônias operou a partir da desestruturação das formas nativas de organização social e trabalho, inserindo essas populações em cadeias produtivas, voltadas à extração e a uma lógica socioeconômica. A noção e divisão do trabalho, que se consolidou na passagem para o capitalismo, não apenas reforçou a subordinação da população local dentro das relações produtivas, mas também reconfigurou seus papéis sociais na economia regional (Porto-Gonçalves, 2001).

Como resultado das dinâmicas econômicas e políticas implementadas, os corpos nativos, assim como o território, passaram a ser vistos como recursos nacionais com potencial de uso futuro na construção da unidade cultural, estatal e populacional almejada. Nesse sentido, a territorialização das Amazônias não pode ser compreendida apenas como uma imposição espacial, mas também como um processo de dominação que atravessa e coisifica os corpos, as identidades, as percepções de sujeito e, consequentemente, as relações sociais — estruturando desigualdades na reconfiguração do espaço.

No tocante a esta análise, focamos no contexto econômico das Amazônias durante o processo de colonização e sua transição ao sistema capitalista, observando como o mercado sexual se consolidou como elemento central da economia amazônica brasileira. Mais do que uma resposta à marginalização de determinados sujeitos, ele operou como um mecanismo orgânico de reprodução econômica e social, atravessado por desigualdades raciais e de gênero — especialmente no que diz respeito à participação econômica e social de mulheres nativas e migrantes nas regiões.

4. Contextualização econômica

Influenciada pelo caráter agroexportador da economia do período colonial, a ocupação das regiões amazônicas brasileiras esteve atrelada aos seus ciclos econômicos. As drogas do sertão – cacau, castanha, guaraná, urucum e outras especiarias – demarcam, na história, o início dos projetos e investimentos de territorialização, por ocupação e expansão, empreendidos pela Coroa Portuguesa.

À medida que avançavam na bacia amazônica à procura dessas especiarias, de metais preciosos e de nativos para o trabalho escravo, ocupavam lentamente as regiões com cidades e vilas. O movimento de expansão das fronteiras foi impulsionado pelo aumento da demanda por produtos agrícolas para os mercados internos e para atender à pauta de exportações de recursos primários, tais como madeira, minério, produtos agroextrativistas e agronegócio (Porto-Gonçalves, 2001).

Edna Ramos de Castro e Índio Campos (2015), na *Coleção Formação Regional da Amazônia*, destacam que a produção de cacau teve um papel crucial na consolidação e expansão da fronteira colonial nas regiões. Sua importância é evidenciada pela persistência do cacau na pauta de exportações do Grão-Pará, gerando ganhos substanciais para a Coroa Portuguesa. A economia do cacau expandiu-se notavelmente no século XVIII e no início do século XIX, com novas plantações em terras firmes e várzeas.

Consequentemente, o Baixo Amazonas e o Vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu de cacau, que enfrentava uma redução na produção e exportação nas colônias portuguesas e espanholas do Caribe, Venezuela e Equador. Para impulsionar essa expansão, o comércio de escravizados africanos foi incentivado, demonstrando a interdependência entre a agricultura de exportação e a escravidão na formação econômica das regiões.

A produção de especiarias na região do Acre, por sua vez, "embora menos relevante que no Pará e no Amazonas, serviu como referência para

identificar as potencialidades e riquezas passíveis de exploração mercantil, e sua exploração em momentos posteriores" (Castro; Campos, 2015). Em meados do século XVII, a Coroa Portuguesa resolveu incentivar a prospecção de ouro e, como recompensa, além do prêmio e participação no achado, aos descobridores mais destacados eram conferidos títulos de nobreza e cargos militares.

Esta mudança de enfoque não somente era devida à modificação do relacionamento entre Portugal e Espanha como também pelo alto déficit experimentado pelo reino português e a profunda crise que a Europa enfrentava. Contudo, somente em 1747 foi registrada a descoberta de ouro na região do Rio Tapajós, no Pará (Veiga; Silva; Hilton, 2002).

Na segunda metade do século XVIII, as estratégias coloniais de caráter econômico e político voltadas para a província do Grão-Pará e Maranhão passaram por uma redefinição significativa. Esse período é marcado pelas intervenções das políticas implementadas nas Amazônias por Pombal, que incluem a reorganização da produção, a racionalização do trabalho, a diminuição do poder político dos religiosos, especialmente dos jesuítas, as diretrizes de povoamento baseadas na miscigenação entre portugueses e indígenas, bem como a expansão das fronteiras coloniais por meio do fortalecimento da navegação e do tráfico de escravizados africanos, objetivando aumentar a força de trabalho e a produção (Castro, 2006).

A partir da década de 1850, as regiões amazônicas passam por um novo surto de crescimento, o primeiro ciclo da borracha, entre 1870 e 1912, que marca uma inflexão decisiva na história das regiões: a crescente demanda internacional pelo látex aproximou a produção e o comércio local dos grandes circuitos da economia mundial, inserindo-os nos processos de transformação industrial e no avanço da ciência e da técnica no Ocidente. Os interesses que impulsionavam as mudanças associadas à segunda revolução industrial financiaram a busca de novos materiais, bem como a descoberta de processos e métodos essenciais à expansão dos mercados

e das dinâmicas do capitalismo industrial sobre territórios periféricos (Barata, 1973)[2].

Durante o auge do primeiro ciclo da borracha, a Amazônia experimentou um crescimento econômico e populacional sem precedentes. A participação do látex nas exportações brasileiras saltou de 10% em 1890 para 20% em 1900, atingindo 40% em 1910. Apenas nesse último ano, as 39 mil toneladas exportadas renderam 25 milhões de libras esterlinas à região (Stella, 2009).

Tal prosperidade impulsionou a chamada *belle époque* manauara: Manaus cresceu de 61 mil habitantes em 1900 para 81 mil em 1912, e Belém, de 166 mil para 275 mil (Stella, 2009). Esse surto populacional foi impulsionado pela migração nordestina, estimulada pela seca e pela demanda da extração do látex. Entre 1870 e 1920, a população do Amazonas saltou de 57.610 para 363.166 pessoas (Morais, 2012; Porto, 2016).

Ressalta-se que esse crescimento demográfico ocorreu com acentuada assimetria de gênero, impulsionado pela migração masculina voltada aos setores agroextrativistas e de mineração – atividades historicamente favorecidas por políticas públicas e programas de desenvolvimento. Dados censitários (Brasil, 1926) indicam uma presença significativamente maior de homens, sobretudo estrangeiros solteiros, nos estados do Amazonas, Pará e Acre, conformando populações marcadamente masculinizadas. Essa dinâmica estruturou formas persistentes de marginalização socioeconômica das mulheres, com efeitos diretos sobre a organização social e econômica regional (Porto-Gonçalves, 2001).

Nesse contexto, a presença e a sobrevivência das mulheres nas regiões amazônicas passam a depender diretamente das relações e dos serviços demandados pelos homens – como o trabalho doméstico, a prostituição e, em alguns casos, o casamento. Segundo Hazeu (2006), essas formas de inserção acompanham os fluxos migratórios masculinos de

[2] Sobre o tema consultar as obras clássicas sobre a formação histórica das Amazônias, entre elas as de Baena (1969; 2004); Raiol (1970) e Reis (1953).

seringueiros, garimpeiros, trabalhadores da construção civil, marinheiros e caminhoneiros.

Como resultado, essas dinâmicas acabam por fragilizar e tornar dependente a participação feminina nos mercados de trabalho, uma vez que sua presença na economia é moldada pelas necessidades masculinas, muitas vezes por meio de circuitos informais e desregulamentados. Percebe-se, assim, a incapacidade de absorção da força de trabalho feminina disponível no mercado de trabalho que se estabelece nas regiões amazônicas brasileiras, estruturando uma economia que, em sua raiz, segrega e produz excedentes de mão de obra por meio da divisão sexual, racial e ideológica do trabalho.

A relação entre gênero e os modelos de desenvolvimento neoextrativista adotados nas regiões amazônicas permite compreender como a segregação se estabeleceu em seus mercados de trabalho, além de evidenciar seus efeitos sobre práticas profissionais e valores sociais, impactando, diretamente, as oportunidades de trabalho e os rendimentos das mulheres (Svampa, 2019; Furtado; Andriolli, 2021; Hofmann; Duarte, 2021).

Em suma, é fundamental observar as camadas que compõem os projetos de desenvolvimento das regiões amazônicas e suas consequências sobre a organização social e econômica local. A economia extrativista que se consolidou nesses territórios impacta não apenas os fluxos migratórios, mas também a própria composição das sociedades, ao mesmo tempo que gera escassez de oportunidades nos mercados formais e reforça a necessidade de economias de enclave — como o trabalho doméstico e a prostituição.

Essa conversão do corpo em suporte funcional aos objetivos de ocupação territorial e de acumulação de capital revela que não se trata apenas de exclusão, mas de uma inserção subordinada, marcada pela interseção entre gênero, raça e território. É a partir dessa articulação que, na próxima seção, propomos uma reflexão teórica sobre a economia política do corpo da mulher amazônica.

5. A economia política do corpo-território da mulher amazônica

Como vimos, as relações sociais nas Amazônias foram moldadas tanto pelo seu papel produtivo quanto pela forma como foram integradas ao projeto nacional. Ancoradas em ideários como o de reserva territorial e vazio demográfico, estruturaram dinâmicas que fundamentaram um regime de produção regional com configurações próprias.

Nesse cenário, o conceito de corpo-território contribui para compreender como o corpo humano foi transformado em um mecanismo produtivo, reconhecido e mobilizado. Desde os primeiros ciclos extrativistas até a consolidação do capitalismo nas Amazônias, o corpo foi continuamente moldado pelas exigências de ocupação territorial, reprodução social e urbanização, atuando como peça-chave nessas transformações.

As estratégias de controle e subjugação dos corpos amazônicos seguiram lógicas específicas de territorialização, atravessadas por marcadores de gênero, raça e território (Cunha; Olivar, 2019). Elemento central nas relações sociais, econômicas e territoriais, o corpo território amazônico, enquanto território usado, se entrelaça a um complexo de interações que se intercalam de forma complementar e conflitante (Haesbaert, 2006).

Collins e Bilge (2021), ao mencionarem o trabalho de Sandra Harding, apresentam uma análise abrangente das opressões de gênero, compreendendo suas três dimensões – institucional, simbólica e individual – na observação dos cruzamentos das opressões de raça, classe e gênero, e como resultam em graus variados de punições e privilégios.

Nesse contexto, importa observar como as dimensões da opressão se entrelaçam no espaço amazônico. Ao considerar o processo de racialização apresentado por Carneiro (2003), percebe-se que as interseccionalidades descritas por Collins e Bilge se potencializam, atribuindo às mulheres negras e amazônicas posições ainda mais subalternizadas dentro da estrutura econômica e social regional e nacional. Essa sobreposição evidencia que, tanto no plano institucional quanto cotidiano, as lógicas de exploração do

território são inseparáveis das lógicas de exploração dos corpos racializados e femininos.

Nesse sentido, é significativo observarmos a centralidade do trabalho de reprodução social para a dinâmica econômica capitalista (Bhattacharya, 2017). Ao conectar essa perspectiva com a análise de Carneiro (2003), nota-se que não apenas as mulheres amazônicas são excluídas dos espaços produtivos formais, mas também assumem funções invisibilizadas de cuidado e reprodução, essenciais ao sistema capitalista, conforme ressalta Bhattacharya (2017). Assim, as opressões de raça, gênero e classe se materializam na rotina dessas mulheres, particularmente nos espaços informais e extramercado, reforçando as desigualdades estruturais e históricas dos territórios amazônicos.

Trata-se de uma lida nada ou mal remunerada, que produz acumuladamente a mercadoria de que o capital mais necessita — a própria capacidade de trabalhar — e, por isso, sustenta o sistema, mesmo quando é invisibilizada ou naturalizada como dever feminino (Bhattacharya, 2017); tal naturalização é viabilizada pelo caráter fetichista das relações capitalistas, que apresentam como a-históricas e inevitáveis as formas sociais que, na realidade, são construções históricas específicas e socialmente determinadas (Bonefeld, 2011; Marx, 2011).

Nesse contexto, a prostituição nas Amazônias cumpre uma função econômica central: oferece renda imediata às mulheres excluídas dos setores masculinos da extração e, ao mesmo tempo, fornece o serviço sexual que repõe e sustenta — física e simbolicamente — a força de trabalho masculina deslocada para os enclaves extrativistas. Assim, o corpo feminino torna-se parte integrante da engrenagem de acumulação, articulando a exploração do território à do corpo.

Desse modo, os bordéis de Manaus e Belém funcionam como extensão mercantilizada das cozinhas, lavouras e enfermarias como descritas pela teoria da reprodução social (Bhattacharya, 2017): um vértice onde a lógica

extrativista transfere custos de cuidado para mulheres racializadas, transformando necessidades biopolíticas em oportunidade de lucro.

Nesses termos, a reprodução biológica consolida a presença econômica e, de forma associada, incorpora o sexo a uma lógica produtiva. O útero se consolida como mecanismo multiplicador que atende a noções de escassez demográfica, sendo mobilizado como ferramenta política e econômica capaz de gerar "trabalhadores" e "nacionais"[3].

Sob tal arranjo histórico, as relações sexuais são reestruturadas, assumindo também uma utilidade funcional à ordem econômica e política, configurando uma forma específica de alienação da sexualidade, na qual o corpo da mulher deixa de ser reconhecido em sua autonomia. A interconexão entre corpos, interesses econômicos, Estado-nacional, gênero, raça, classe e sexo constrói uma rede de significados e possibilidades de ação, que, em sua dinâmica produtiva, não apenas regula a reprodução social, mas também instrumentaliza o trabalho sexual como parte dessa engrenagem (Peres; Toledo, 2011).

Nesse arranjo, o corpo da mulher amazônica, racializado e generificado, é convertido em espaço estratégico da acumulação, seja pela reprodução biológica e social, seja pela prestação de serviços sexuais que sustentam a lógica extrativista. A prostituição, nesse contexto, deve ser compreendida não como desvio moral ou resíduo social, mas como prática funcional à economia regional. É a partir dessa chave interpretativa que se torna possível examinar, na próxima seção, como se estrutura o mercado de trabalho amazônico no período da *belle époque*, destacando os mecanismos que determinaram os itinerários possíveis às mulheres locais e estrangeiras no interior desse mercado racializado e hierarquizado.

[3] Marques (2007) destaca como as estratégias militares de povoamento e defesa das fronteiras amazônicas durante a colonização se entrelaçaram com os ideais de fixação e "miscigenação", elementos centrais na construção da "pátria". A reprodução sexual, promovida institucionalmente pelas Forças Armadas, se tornou uma estratégia central para consolidar a ocupação territorial. A união de homens militares com mulheres nativas foi uma prática comum em várias regiões amazônicas, como em Tabatinga/AM, e ilustra como as relações de gênero e raça foram instrumentalizadas para fortalecer o domínio territorial (Cunha; Olivar, 2019).

6. A mulher no mercado de trabalho amazônico e a prostituição na *belle époque* dos trópicos

Percebe-se na história amazônica brasileira como a mulher esteve excluída do processo de formação do mercado e das relações de trabalho produtivo nos principais ciclos econômicos das regiões. Esses resultados evidenciam uma distribuição das mulheres entre os grupos ocupacionais distinta da dos homens, sinalizando um nível de segregação ocupacional no conjunto do mercado de trabalho local.

A *belle époque* manauara marca a história da cidade pelo seu primeiro momento de expansão urbana e tecnológica, assim como pelo grande número de estrangeiros e nacionais, que, atraídos pela ideia de prosperidade a partir da economia da borracha, chegaram às regiões e tiveram importante participação no processo de transformações empreendidas na cidade.

As trajetórias das mulheres estrangeiras que chegaram à cidade de Manaus durante o processo de modernização foram atravessadas por diferentes formas de vulnerabilidade e imposição. Muitas vezes, sua inserção nesse contexto ocorreu sob dinâmicas de controle familiar, estatal ou de redes de tráfico humano[4]. Nessas relações, os homens — sejam esposos, familiares ou agentes do tráfico — exerciam poder decisório sobre seus destinos. Algumas mulheres migraram acompanhando os maridos por imposição ou dependência, outras aguardaram por "cartas de chamada" que as autorizavam a encontrar os companheiros já estabelecidos no Brasil, e muitas foram levadas sob falsas promessas ou coercitivamente inseridas em circuitos de exploração sexual (Elias, 1990).

As mulheres estrangeiras, casadas ou solteiras, também foram impactadas pela migração e buscaram diferentes formas de garantir sua sobrevivência ou contribuir com o sustento da casa. Disputavam com as locais empregos como lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas, amas de leite, entre outros.

[4] Para uma leitura mais aprofundada, ler Santos Jr. (2007; 2020) e Marialva *et al.* (2023).

Anúncios de jornais da época mostram que muitos empregadores preferiam contratar estrangeiras, como no *Commercio do Amazonas*, de 21 de dezembro de 1898: "Precisa-se de uma boa cozinheira e de um copeiro para casa de família, preferindo-se *estrangeiros*. Paga-se bem, a tratar à rua Ferreira Penna n. 22" (Commercio do Amazonas, 1988, grifo nosso).

Destaca-se como o componente étnico e econômico justifica preferências, e como para muitos empresários as trabalhadoras apresentavam vantagens em relação ao idioma e os baixos custos na mão de obra (Pinheiro, 2017). O uso de roupas europeias, como referência de requinte e elegância, também criou oportunidades para as estrangeiras nos setores ligados à moda, onde atuavam como costureiras ou modistas, consagrando seus nomes nos ateliês de confecções de roupas e acessórios femininos (Pinheiro, 2009).

Por virem de países considerados civilizados e mais desenvolvidos, as mulheres estrangeiras eram encaradas como mulheres mais cultas, portadoras de hábitos, modos e conhecimentos superiores. Isso ampliava suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente em ocupações que exigiam certa qualificação, como enfermeiras, parteiras diplomadas e professoras de línguas, música ou piano — tanto em escolas quanto em residências particulares (Pinheiro, 2017).

Percebe-se como a segregação econômica nas regiões, para além de refletir os dinamismos da desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho, se entrelaçam tanto às categorias de raça e classe quanto ao ideário estético local, tornando-se características intrínsecas das dinâmicas do mercado. Na ausência de empregos formais, as mulheres e, principalmente, as amazônicas e migrantes brasileiras eram condicionadas a buscar outras formas de inserção social, transitando por diferentes estratégias de sobrevivência na tentativa de obter renda.

É de se destacar, assim, como o mercado de trabalho nacional apresenta diferenças históricas em sua estruturação, de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada região. Além das desigualdades de gênero, raça e classe, também existem desigualdades regionais que influenciam a intensidade das diversas formas de precariedade registradas em cada área,

resultantes da insuficiente geração de empregos formais ao redor do território brasileiro como um todo (Proni; Gomes, 2021).

Na história das regiões amazônicas brasileiras, a prostituição assumiu um papel econômico relevante ao absorver parte significativa da força de trabalho feminina excluída dos mercados formais. Nesse contexto de pobreza e segregação, o trabalho sexual se apresenta como uma via de acesso à remuneração, evidenciando a lógica econômica que o sustenta, na qual a prestação de serviços visa, sobretudo, salários, e à busca por melhores condições de vida.

A migração voluntária de muitas mulheres para Manaus durante a *belle époque* esteve ligada ao crescimento da atividade econômica, impulsionado pela renda da borracha, à modernização urbana e à formação de uma sociedade que buscava se alinhar aos ideais europeus de civilização. Com uma população apta a consumir cultura, lazer e prazeres, a cidade passou a demandar mão de obra estrangeira em diversos setores — inclusive na prostituição (Porto, 2016). Orum (2012) aponta que, em Manaus e Belém, no final do século XIX, a pele alva e os sotaques estrangeiros atraíam os clientes justamente por se diferenciarem das trabalhadoras sexuais locais, geralmente caboclas ou mestiças de pele bronzeada.

Grandes bordéis e pensões de luxo surgiram nas principais capitais brasileiras, acompanhados por salões de dança, cafés cantantes, teatros e cassinos, que se tornaram pontos de encontro da elite — fazendeiros, políticos, financistas, grandes comerciantes e seringalistas. Frequentar esses espaços, especialmente os cabarés e cafés de luxo onde atuavam prostitutas estrangeiras, era um símbolo de poder e distinção, compondo um dos elementos da modernidade almejada.

Ali, homens que publicamente defendiam o tradicionalismo regional e a reclusão feminina entregavam-se a "prazeres da carne" e a práticas sexuais que jamais deveriam ser ensinadas às esposas legítimas, ao mesmo tempo que socializavam em um ambiente considerado mais civilizado, onde cortesãs também assumiam o papel de interlocutoras em assuntos como política, arte e economia (Rago, 2008; Pinheiro, 2015).

A chegada do modelo dos cabarés franceses, impulsionada pela presença de mulheres francesas e polacas, ajudou a criar espaços de lazer e cultura que funcionavam como símbolos sociais e lugares onde se afirmava poder e pertencimento. Nesse cenário, formou-se uma hierarquia clara entre o alto e o baixo meretrício. O alto meretrício, dominado principalmente por estrangeiras — especialmente francesas, que eram vistas como o máximo em charme, sedução e sofisticação — atendia a uma clientela "selecionada" e reforçava os padrões de civilidade valorizados pela elite de Manaus.

Conforme argumenta Rago (2008), essas mulheres tinham uma função "civilizadora": elas ensinavam às jovens as artes do amor e transmitiam códigos modernos de comportamento para os fazendeiros e provincianos, alinhando-se aos ideais europeizantes da *belle époque* na Amazônia. Formações como etiqueta, aula de salto alto, dança, francês, entre outras, eram oferecidas nas casas do alto meretrício da *belle époque*, juntamente com serviços como salões de beleza, joias e maquiagem (Barreto, 2023).

Nota-se que a prostituição, envolvendo mulheres brancas e não brancas, reproduz no mercado sexual informal a lógica racial que estrutura os mercados formais, definindo o perfil da clientela e os níveis de remuneração segundo uma dinâmica de valorização e depreciação dos corpos funcional à economia política regional.

Ao observar os modos de organização das zonas tanto de Belém – com seu "Quadrilátero do Amor" – quanto de Manaus, desponta uma clara divisão de mercado em que as zonas de maior prestígio forneciam, entre outros privilégios, melhores remunerações às mulheres[5]. Como consequência, as cidades de Manaus e Belém no período da *belle époque* registraram um grande número de prostitutas estrangeiras disputando espaço com as locais e demais migrantes brasileiras[6].

[5] Ver Barreto (2023) e Silva (1994).

[6] As primeiras referências à prostituição francesa no Brasil foram descritas como atividades de bastidores das costureiras e modistas, tanto na capital como em outras cidades do país; outros trabalhos, como os de dançarinas, atrizes e cantoras, também eram associados à atividade (Porto, 2016).

A prostituição de baixo meretrício, apesar da perseguição sofrida, era tratada como um "mal necessário", sendo o excedente de trabalhadoras sexuais mobilizado em estratégias de manutenção da reprodução social. Mulheres vistas como ameaça à ordem pública eram enviadas aos seringais, onde, além de contribuir para o aumento da produtividade, serviam como forma de lazer aos seringueiros, promovendo matrimônios, fixando homens à terra e reduzindo as taxas de estupro nas regiões. Esse controle do mercado sexual, regulado pelo Estado, revela sua função na gestão social e econômica (Wollf, 1999; Santos Jr., 2020).

Nesse contexto, assim como nos demais mercados de trabalho, o ideal europeu também moldava o fascínio por mulheres estrangeiras — ou por nacionais que apresentassem traços semelhantes —, abrindo espaço para melhores remunerações. Ao mesmo tempo, isso evidencia como raça, gênero e classe se entrelaçam na estruturação do mercado de trabalho sexual, revelando marcas históricas que condicionam parte da sociedade a posições precárias e subalternas herdadas do período escravagista.

Ademais, verifica-se como cada relação social de produção estabelecida durante o período combinava-se de maneira específica com o cenário externo e as potencialidades de acumulação internas, e como essa mesma lógica aplicada a outros setores também se fazia presente nas logísticas econômicas por trás da prostituição no período apontado.

Percebe-se como a atividade se insere em uma dinâmica histórica que continuamente reproduz um excedente estrutural de força de trabalho, excluindo sistematicamente populações marcadas por gênero, raça e classe. Da mesma forma, o caráter informal do mercado configura-se como um mecanismo de controle social herdado do período colonial, sendo também regulado pelo Estado, conforme seus interesses.

Ainda assim, o mercado da prostituição também se constituiu como um espaço de resistência: mulheres e outros sujeitos marginalizados encontraram nele meios de garantir autonomia econômica, fortalecer redes de apoio e disputar agenciamentos políticos.

Compreender essas dinâmicas é essencial para pensar políticas públicas eficazes, promover a autonomia das mulheres e avançar em estratégias de descolonização dos corpos (Barreto, 2023).

Considerações finais

Este estudo evidenciou como os processos de territorialização das Amazônias estiveram diretamente ligados à conformação das relações de trabalho e às dinâmicas de exclusão que marcaram a inserção feminina na economia regional. Com base no conceito de corpo-território, demonstrou-se que a apropriação do espaço amazônico não se restringiu à exploração de recursos naturais, mas também envolveu a captura, regulação e racialização dos corpos que nele habitam.

O modelo econômico, baseado em ciclos intermitentes de extração e sustentado por lógicas exógenas, não apenas marginalizou populações nativas e negras, como também impôs limites aos corpos femininos, subordinando-os às exigências do capital e da ordem social dominante. A prostituição, nesse contexto, revela-se não como fenômeno marginal, mas como um mecanismo orgânico estruturante da reprodução social e territorial.

A aplicação da noção de corpo-território à análise da prostituição permitiu evidenciar como relações de poder foram inscritas materialmente nos corpos das mulheres, definindo sua posição tanto no mercado formal quanto informal: enquanto amazônicas e negras foram empurradas para formas mais precárias e violentas, mulheres brancas — especialmente estrangeiras — ocuparam posições de maior prestígio, refletindo a colonialidade que estrutura as regiões.

Ignorar as especificidades históricas e territoriais das Amazônias leva a diagnósticos imprecisos e políticas públicas ineficazes. Como argumentado, a prostituição não pode ser compreendida a partir de categorias homogêneas e descoladas da realidade local, mas sim a partir das estruturas de

exploração que historicamente organizaram a relação entre corpo, economia e território.

Assim, a análise revela a necessidade de políticas públicas territorializadas que reconheçam as especificidades da economia amazônica e combatam a vulnerabilidade das mulheres racializadas com estratégias interseccionais de acesso a direitos, renda e autonomia.

Referências

BARATA, M. *Formação Histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973

BAENA, Antônio. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: Secult; Imprensa Oficial do Estado, 2004

BARRETO, Lourdes. *Puta autobiografia*. São Paulo: Claraboia, 2023

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005

BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi. (org). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres: Pluto Press, 2017

BONEFELD, Werner. Primitive accumulation and capitalist accumulation: notes on social constitution and expropriation. *Science & Society*, v. 75, n. 3, p. 379-399, 2011

BRASIL. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920: volume IV (1.ª parte)*. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1926. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. [Acesso em: 07/08/2025]

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Tese de doutorado em Educação, USP. São Paulo, 2003

CANO, Wilson. Amazônia: da crise à integração atípica e truncada. *América Latina en la história económica*, v. 20, n. 2, p. 67–95, 2013

CASTRO, Edna. *Belém de Águas e Ilhas*. Belém: Naea/UFPA, 2006

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. *Formação econômica e social da Amazônia: do colonialismo à globalização*. Belém: Naea/UFPA, 2015

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021

CORREA, Luiz. *O Nascimento de uma Cidade: Manaus, 1890 a 1900.* Manaus: Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Cultura, 2012

COMMERCIO DO AMAZONAS. Manaus, 21 de Dezembro de 1898. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=301337&pasta=ano%20 189&pesq=1898&pagfis=1133>. [Acesso 28/02/2025]

CUNHA, Flávia; OLIVAR, José. O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101, p. 01-18, 2019

ELIAS, Norbet. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes.* Volume I. Tradução de Ruy Yungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade do saber.* Volume 1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz & Terra, 2020

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004

FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 66–93, 2021

GOMES, Denise. *Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-Colonial*. São Paulo: Edusp, 2015

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton *et al.* (orgs). *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HAZEU, Marcel; FIGUEIREDE, Danielle. Tráfico de seres humanos entre países pobres: República Dominicana, Brasil e Suriname. *Ser Social (UnB)*, v. 18, p. 209- 229, 2006

HOFMANN, Susanne; DUARTE, Melisa. Gender and natural resource extraction in Latin America: Feminist engagements with geopolitical positionality. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 111, p. 39-63, 2021

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014

MARIALVA, Esmeralda *et al.* A rede de exploração sexual durante a *belle époque* manauara. In: *Congresso Internacional de Relações Internacionais do Amazonas. Anais do Congresso Internacional de Relações Internacionais do Amazonas.* Manaus: Faculdade La Salle Manaus, 2023

MARQUES, Adriana. *Amazônia: pensamento e presença militar.* Tese de doutorado em Ciência Política, FFLCH-USP. São Paulo, 2007

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.* Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011

MONDARDO, Marcos. *O Corpo enquanto "Primeiro" Território de Dominação: o biopoder e a sociedade de controle*. 2009. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/texts/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>. [Acesso em 17/03/2014]

MORAIS, Geási. *Determinants of female participation in labor market Amazon*. Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico e políticas públicas, IPPDS-UFV. Viçosa, 2012

NOGUEIRA, Ana Cláudia F.; ANJOS, José Carlos G. Colonialismo interno: domínio e exploração da Amazônia Brasileira até o fim do regime militar. *XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima. Acta Académica,* p. 319–338, 2019

ORUM, Thomas T. As Mulheres das Portas Abertas: judias no submundo da Belle Époque amazônica, 1890-1920. *Revista Estudos Amazônicos,* v. VII, n. 1, p. 1-23, 2012

PERES, William; TOLEDO, Lívia. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista. Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 261-277, 2011

PINHEIRO, Maria Luiza U. O espelho francês na "Paris das selvas". In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania (org.). *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2009

PINHEIRO, Maria Luiza U. Mulheres Portuguesas na *Belle Époque* Manauara, 1880-1920. In: MENEZES, Lená; SOUZA, Fernando (org.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos Olhares sobre a E/Imigração*. Rio de Janeiro: Eduerj, Faperj, 2017

PINHEIRO, Maria Luiza U. *Folhas do Norte. Letramento e periodismo no Amazonas, 1880- 1920.* Manaus: Edua, 2015

PORTO, Valdirene. *Imprensa, imigração, trabalho e sociabilidades femininas na Belle Époque Manauara, 1880-1920*. Dissertação de Mestrado em História, ICHL-UFAM. Manaus, 2016

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000

PRONI, Marcelo; GOMES, Darcilei. Problemas crônicos do mercado de trabalho no Brasil: diferenças regionais, 2014-2019. In: LEONE, Eugenia; PRONI, Marcelo (orgs). *Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2021

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: Clacso, 2000

RAIOL, Domingos. *Motins políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Edufpa, 1970

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder.* Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

REIS, Arthur. *A Amazônia e a cobiça internacional.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SANTOS JR., Paulo. Pobreza e prostituição na *belle époque* manauara: 1890-1917. *Revista de História Regional*, v. 10, n. 2, p. 87-108, 2007

SANTOS JR., Paulo. Das "polacas" e "francesinhas" às "regateiras" e "decantadas": crítica ao imaginário e historiografia da prostituição da Manaus da Borracha. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, v. 11, n. 22, p. 38–58, 2020

SILVA, Alberto. *Evolução e Tendência da Atividade Garimpeira de Ouro.* Cuiabá, Seminário Garimpos de Ouro: Evolução e Tendências, 1994

STELLA, Thomas Henrique T. *A integração econômica da Amazônia.* Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, IE/Unicamp, Campinas, 2009

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: CALAS, 2019

TAVARES, Maria. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *Geousp Espaço e Tempo*, v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011

VEIGA, Marcello; SILVA, Alberto; HINTON, Jennifer. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: TRINDADE, Roberto; BARBOSA FILHO, Olavo. *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002

WOLLF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta, uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945).* São Paulo: Ed. Hucitec, 1999

TIAGO VELOSO DOS SANTOS

ENTRE DISTRITOS INDUSTRIAIS E TERCIÁRIO PERIFÉRICO: A ECONOMIA POLÍTICA DAS METRÓPOLES AMAZÔNICAS

Recebido em 15/05/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1267

Resumo

O artigo apresenta a formação de metrópoles na Amazônia brasileira como um processo resultante da economia política do programa de integração executado na região na segunda metade do século XX, buscando responder a seguinte questão: qual o perfil das estruturas econômicas e espaciais que sustentam essas metrópoles? Tratando como referências empíricas de análise as metrópoles de Belém e Manaus, identificamos por meio de procedimentos metodológicos como a revisão de literatura sobre as características da urbanização regional, coleta de dados estatísticos sobre ambas, levantamento documental e produção cartográfica, que as estruturas econômicas que se formaram nos dois principais centros metropolitanos da Amazônia brasileira foram tanto um produto das diferentes políticas de desenvolvimento para a região como também se tornaram condição e meio de expansão do processo de urbanização regional.

Palavras-chave: economia política; Amazônia; Belém; Manaus; metrópoles

TIAGO VELOSO DOS SANTOS

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Email: tiago.veloso@ifpa.edu.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9394-7575

[1] O autor agradece à Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, pela concessão de recursos financeiros e institucionais para pesquisa, por meio do Edital n. 02/2023 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICTI) e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas pela possibilidade de realização de atividades de campo na região metropolitana de Manaus.

Abstract

This paper presents the formation of metropolises in the Brazilian Amazon as a process resulting from the political economy of the integration program implemented in the region in the second half of the 20th century. It seeks to answer the following question: What is the profile of the economic and spatial structures that sustain these metropolises? Using the metropolises of Belém and Manaus as empirical references for analysis, we identify, through methodological procedures such as a literature review on the characteristics of regional urbanization, the collection of statistical data on both, documentary research, and cartographic production, that the economic structures that emerged in the two main metropolitan centers of the Brazilian Amazon were both a product of the region's differing development policies and also became a condition and means for the expansion of the regional urbanization process.

Keywords: Political Economy; Amazon; Belém; Manaus; Metropolises

1. Introdução

Identificada historicamente por suas características biogeográficas, a região amazônica passou, a partir da segunda metade do século XX, por uma significativa alteração de sua paisagem de floresta tropical, que deixou de ser a única referência visual de análise. Essa alteração, proveniente de processos de produção do espaço regional em um determinado contexto histórico, coloca as cidades e o urbano como a principal referência territorial ao final do século XX e primeiras décadas do século XXI.

A imagem de uma "floresta urbanizada" como a projetada por Becker (1990) é simbólica nesse sentido. Acompanhando as tendências de urbanização do território brasileiro, a região apresenta cerca de 78% de sua população vivendo em áreas urbanas na segunda década do século XXI, em contraste com apenas 30% na década de 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Mais que a expressão estatística dessa alteração na composição demográfica do povoamento regional, os dados revelam uma tendência à formação de aglomerações urbanas como as bases de organização territorial.

Para Becker (2001), essa constituição tem a ver com a formação de uma economia de fronteira na região, daí a autora analisar a formação de cidades na Amazônia, a partir da necessidade de construção de uma rede urbana, sendo as cidades o lugar da localização e atuação das instituições responsáveis por executar o projeto de integração.

Para Machado (1999), essa evolução da urbanização na Amazônia demonstra a gênese de adensamentos ou "condensações" urbanas, pois, segundo a autora, trata-se do adensamento do número de cidades em determinadas regiões do sistema de povoamento. Nesse caso, é necessário considerar que, para o estudo dos processos de urbanização, a presença desses adensamentos é tão importante quanto o aumento do tamanho e número de cidades ou sua estrutura hierárquica.

Entretanto, pensando para além do adensamento urbano, do crescimento quantitativo de cidades e suas repercussões estatísticas e demográficas, no período mais recente, uma nova qualidade surge na dinâmica da urbanização do espaço amazônico, que se pode classificar como a emergência de um conjunto de centros metropolitanos em consonância com o movimento mais geral de metropolização do espaço brasileiro da segunda metade do século XX.

As repercussões desse processo de metropolização no espaço amazônico advêm da necessidade de expansão, em direção à fronteira, e dos novos padrões de acumulação de capital e organização do mercado de trabalho regional, mas também diz respeito ao movimento geral de complexificação pelo qual passa a sociedade brasileira, pois a metropolização regional está associada a um padrão de passagem de uma urbanização da sociedade e do território (Santos e Silveira, 2001) para uma tendência à metropolização do espaço (Lencioni, 2008 e 2017). É a partir dessa interpretação que se apresenta o quadro geral dos centros metropolitanos regionais.

Não obstante, mesmo considerando a recente metropolização regional como uma tendência da urbanização amazônica, isso não quer dizer que tais processos tenham configurações espaciais ou econômicas homogêneas. Ao contrário, a região tem aglomerados metropolitanos que apresentam características diversas, seja pelo tipo de dinâmica econômico-espacial que potencializa o processo de metropolização, seja no que diz respeito a uma determinada estrutura espacial produzida como expressão de processos econômicos mais profundos.

É neste sentido que analisamos as metrópoles de Belém, no estado do Pará, e Manaus, no estado do Amazonas, enquanto referências empíricas da discussão, considerando aspectos da formação da economia urbana dessas metrópoles em uma perspectiva comparativa da formação das estruturas econômicas estabelecidas nas duas metrópoles a partir das transformações da região com a execução do projeto de integração.

Em Belém, essa formação metropolitana derivou da expansão de um circuito da economia urbana que teve como principal expressão a constituição de grupos econômicos e redes do terciário moderno fortemente vinculados aos capitais comerciais espacialmente regionalizados e que tiveram no processo de expansão urbana que configurou a metrópole a sua principal base de acumulação.

Por outro lado, em Manaus, a alocação de um polo industrial e uma zona franca de comércio especificamente no núcleo urbano da capital do estado do Amazonas foi o elemento definidor de um tipo diferente de política de integração regional e desenvolvimento na porção ocidental da Amazônia brasileira, política que foi responsável pela formação metropolitana manauara e, a partir de então, tornou-se a principal estrutura econômica sobre a qual a metrópole está assentada.

Neste sentido, a formação metropolitana nas duas cidades de referência foi tanto uma resultante dos diferentes tipos de projetos econômicos executados no entorno regional mais imediato quanto uma condição da manutenção das taxas de urbanização em uma etapa mais recente do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na Amazônia.

Por fim, dentre as escolhas de procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos da pesquisa, realizou-se uma revisão sistemática de literatura sobre as características empíricas e os principais conceitos teóricos que explicam a intensidade da urbanização na Amazônia na segunda metade do século XX, bem como o entendimento teórico e conceitual de sua metropolização mais recente. Em seguida, buscaram-se em dois tipos de levantamento, o de dados estatísticos e documental[2], subsídios à compreensão da urbanização na Amazônia e, mais particularmente, na formação urbana e metropolitana das duas metrópoles analisadas. Além disso, o levantamento documental foi particularmente importante para compreender o papel dos grupos econômicos regionais com atuação na metrópole de Belém, de modo a identificar uma

[2] A pesquisa documental contou com a consulta de legislações, registros jornalísticos e informativos comerciais dos grupos comerciais descritos.

genealogia do processo de formação dos mesmos, relacionando-o à organização econômica da metrópole em formação. Um último aspecto das escolhas metodológicas adotadas é que elas possibilitaram identificar elementos para a construção de cartografias da organização econômica nas metrópoles de Belém e Manaus, possibilitando demonstrar cartograficamente nosso argumento central da conexão existente entre os processos de integração e desenvolvimento e a formação das estruturas econômicas das metrópoles amazônicas. É desse processo que trata o presente texto, estruturado inicialmente em torno da intensidade da urbanização amazônica.

2. A intensidade da urbanização amazônica desde 1950

Levando-se em consideração a importância dos dados oficiais, conforme apresentado na Tabela 1 (IBGE, 2022), 78,47% da população atual na região amazônica[3] está assentada em núcleos urbanos. Embora possam ser avaliados segundo graus diversos de carência e precariedade quanto à existência de serviços básicos, há de se considerar os núcleos urbanos existentes como constituintes de um modelo de urbanização voltado para a região. Além disso, a urbanização não pode ser mensurada apenas pelo espraiamento da mancha urbana ou mesmo pelo surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos seus valores pela sociedade. Nesse caso, recorda-se que, desde os anos 1980, a imagem da Amazônia enquanto uma "floresta urbanizada"[4] já se disseminava como possibilidade concreta (Becker, 1990; 2001).

[3] Para fins de padronização dos dados estatísticos e cartográficos, este texto utiliza como definição de Amazônia a divisão regional da Amazônia Legal, instituída em 1953 pela Lei n.° 1.806, com 61% do território brasileiro. Os limites da Amazônia Legal foram alterados em consequência de mudanças na divisão política do País, sendo hoje composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, a porção oeste do estado do Maranhão e o norte de Mato Grosso.

[4] Para Becker (2004, p. 73), "'floresta urbanizada' caracteriza o tipo de papel que as cidades têm na região, configurando-se na base logística da ocupação do território que sustenta os surtos econômicos oriundos de forças externas. [...] Muitos discordam dessa tese, porque não consideram tais nucleamentos como urbanos. Mas esse é o modelo de urbanização no Brasil e, ademais, a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamo a Amazônia de uma 'floresta urbanizada'" (Becker, 2004).

Tabela 1 – Amazônia Legal: taxas de urbanização

ANO	Taxa de Urbanização (%)
1950	29,60
1960	35,70
1970	42,70
1980	50,20
1991	57,83
2000	69,83
2010	72,80
2022	78,47

Fonte dos dados primários: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022). Elaboração própria

É importante ter em vista que a configuração da urbanização com o perfil "mancha de óleo", ou seja, a expansão do tecido urbano pelo território, não é hegemônico no caso amazônico. Por essa razão, para compreender a região, conceitos como o de urbanização extensiva[5], ou seja, um padrão de difusão de um modo de vida urbano no território que não necessita de um centro urbano exclusivo, mas sim do espraiamento de relações de produção e condições gerais de vida que tenham um conteúdo urbano significativo, a ponto inclusive de se criarem demandas com perfis metropolitanos (Monte-Mór, 2003).

Neste sentido, é relevante compreender que, diferente do processo de urbanização e metropolização em outras regiões do País, como o Centro-sul ou o Nordeste, nas quais a expansão do tecido urbano por meio do processo de conurbação[6] e da criação de malhas de mobilidade territorial entre cidades próximas e/ou vizinhas, a urbanização

[5] Para Monte-Mór (2003), "urbanização extensiva" caracteriza a expansão das condições de produção urbano-industrial para além das áreas urbanas, impactando espaços próximos, mas também os distantes. Este processo, caracterizado por uma lógica de expansão, impõe as relações socioespaciais urbano-industriais como dominantes, independentemente da densidade urbanística. Neste sentido, a urbanização extensiva implica a disseminação de um modo de vida urbano para além dos limites convencionais das cidades, transformando o espaço rural e os espaços periféricos em áreas urbanas.

[6] A forma conurbada é a primeira manifestação do fenômeno metropolitano, sendo, por determinado período, confundida com o próprio fenômeno da metropolização. Esta forma é caracterizada como um tipo de crescimento urbano que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro e, desse modo, absorvendo aglomerados rurais e outras cidades adjacentes, em geral cidades menores, que já estão sob a influência direta ou indireta da grande cidade, que passa a constituir o núcleo metropolitano. Estas cidades adjacentes, que até então podem ter vida política e administrativa autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da cidade principal (Villaça, 1998).

amazônica veio acompanhada não necessariamente por esses elementos, mas sim da alocação, no território, de um conjunto de sistema de objetos e um sistema de ações pontuais – os grandes objetos[7] – que proporcionaram a urbanização regional para a expansão de uma economia de fronteira.

A compreensão da urbanização regional e a sua indissociabilidade de um padrão de ordenamento territorial baseado na economia de fronteira é fundamental para entender o fenômeno da urbanização na Amazônia brasileira. Para Becker (2001), o conceito de fronteira para a Amazônia reside em um espaço no qual o progresso é entendido como crescimento econômico infinito, baseado na exploração de recursos naturais percebidos como ilimitados (Becker, 2001). Daí a importância da criação e expansão de uma base urbana para dar consistência ao projeto de integração:

> Desde o início, o projeto da fronteira amazônica previu a urbanização, seja através das várias políticas governamentais para integração do território, seja da política urbana de polos de crescimento (Polamazônia), seja de 'urbanismo rural', considerado necessário, segundo o discurso oficial, para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios (Becker, 1985, p. 360).

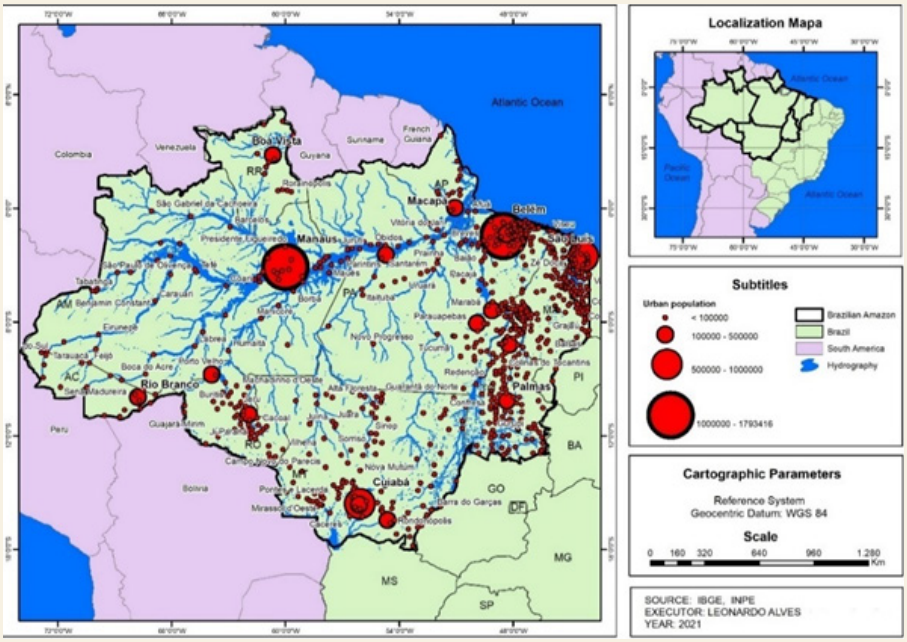
Ainda assim, a expansão de uma fronteira urbana na Amazônia não promoveu simplesmente uma homogeneização das formas e conteúdos urbanos pela região. Ao contrário, modelos diferenciados que dizem respeito a diferentes faces desse processo podem ser identificados[8]. E este processo de urbanização

[8] Becker (1985) faz referência a cinco modelos de urbanização na Amazônia brasileira. Para os objetivos deste texto, apresento-os sinteticamente nesta nota, podendo ser consultados na bibliografia de referência. O primeiro modelo de urbanização corresponde à urbanização "espontânea", bastante presente na Amazônia oriental e resultante da ação indireta do Estado, que, ao incentivar a apropriação privada da terra, através da expansão de frentes econômicas, possibilitou o surgimento de cidades que as acompanham. O segundo modelo é o de urbanização dirigida pela ação da colonização particular, comandado por relações econômicas, direcionadas por companhias colonizadoras baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A urbanização dirigida pela colonização oficial corresponde ao terceiro modelo de urbanização, pois é o tipo de urbanismo adotado pelo Incra, que relaciona núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, aproveitando a estrutura urbana pré-existente para configuração de um sistema urbano tendo como base a rodovia. O quarto modelo de urbanização é relacionado aos projetos econômicos – como exemplo as cidades-empresa ou núcleos urbanos planejados, que necessitam de uma base urbana para sua instalação e funcionam como enclaves na região. Por fim, o modelo de urbanização tradicional, que se refere às cidades que mantêm o padrão de configuração urbana da Amazônia do passado, cidades beira-rio e com forte articulação a um centro regional.

intensificado desde o início dos anos 1950 disseminou a forma cidade por toda a Amazônia, configurando a região como aquela que apresentou as mais altas taxas de urbanização nas últimas décadas do século XX no Brasil, como pode ser observado no Mapa 1, que apresenta uma cartografia da disseminação de cidades e da demografia pela Amazônia brasileira.

Tal processo de urbanização regional também pode ser analisado por uma de suas expressões territoriais mais recentes, pois, pelo menos desde os anos 1970, tem se configurado um conjunto de aglomerações de natureza metropolitana na Amazônia brasileira, particularmente em torno das cidades de Belém, no estado do Pará, Manaus, no estado do Amazonas, e São Luís, no estado do Maranhão.

Mapa 1: Amazônia Legal: concentração demográfica e urbana



Fonte: Santos, 2015.

Convém compreender metrópole a partir de parâmetros teórico-conceituais e não apenas por um patamar demográfico previamente estabelecido. Neste sentido, definições teóricas, como de urbanização da sociedade e do território, urbanização extensiva e metropolização do espaço, são expressões

conceituais que, se não dão conta de toda a complexidade urbana regional, são importantes para entender intensidade do fenômeno na Amazônia contemporânea. É, portanto, a partir desses conceitos que passamos a visualizar a expressão dos processos de metropolização na região a partir de dois de seus aglomerados metropolitanos: Belém e Manaus.

A escolha dessas duas metrópoles como objeto de análise está associada a um recorte metodológico. Na literatura conhecida sobre a urbanização amazônica, Belém e Manaus, bem como seus espaços de influência urbana e expansão metropolitana, são as duas referências mais importantes, tendo em vista seu significado na constituição da rede urbana, a consolidação de ambas as cidades no cenário regional e nacional e sua importância como referências no processo de integração da Amazônia no pós-1950.

Belém foi a cidade de referência na região em diferentes períodos da história brasileira, caracterizando-se como metrópole em expansão a partir dos anos 1970, quando não por coincidência passou a ser oficialmente a única região metropolitana da região Norte[9] naquele momento. Neste sentido, é significativo analisar sobre quais bases econômicas foi estruturada.

Manaus, uma metrópole regional em ascensão desde pelo menos a década de 1980, revela o significado do tipo de inserção da cidade na dinâmica amazônica da integração após a instalação de um modelo industrial em seu espeço urbano e que, mesmo após o encerramento oficial das políticas de integração, buscou um papel internacionalizado na economia mundial, perfil que revela uma outra configuração das políticas regionais executadas para a porção ocidental da Amazônia.

Tais características distintas é reveladora dos diferentes perfis de metrópoles e do próprio processo de metropolização regional, pois enquanto em Belém os principais impactos das políticas de integração foram indiretos,

[9] Em 1973, o governo federal brasileiro institucionalizou as oito primeiras regiões metropolitanas do País (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo). Em 1974, a cidade do Rio de Janeiro também foi institucionalizada como região metropolitana. A medida tinha como uma de seus objetivos ampliar o controle do governo federal sobre as grandes áreas urbanas do País.

dado que a grande maioria dos projetos econômicos na Amazônia oriental foram alocados no interior da região, portanto, fora da área de influência imediata da metrópole, em Manaus, a formação metropolitana está estritamente associada à alocação no interior da capital de um polo industrial e uma zona franca de comércio[10].

E é sobre a formação dessas metrópoles como uma expressão da economia política da Amazônia a partir do programa de integração nacional e suas políticas de desenvolvimento regional que tratarei na próxima seção.

3. A formação das metrópoles regionais como expressão da economia política do território

Embora a história regional pré-1960 ajude a identificar a gênese de Belém e Manaus como aglomerações urbanas significativas, há de se considerar que são as estratégias de integração e desenvolvimento, na segunda metade do século XX, que intensificam o padrão de ocupação urbana existente na atualidade, expresso no crescimento populacional, conforme pode ser observado na Tabela 2[11]:

[10] A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia ocidental e promover a integração produtiva da região ao País. A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 1980, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O Polo Industrial de Manaus (PIM) é hoje considerado a base de sustentação da ZFM, pois possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia, gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O polo Agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras. O modelo ZFM foi ampliado nos anos 2000 e se estende hoje para outros estados e cidades da região (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá) (Amazonas, 2012).

[11] Os números absolutos incluem a soma das populações dos municípios que compõem a região metropolitana em cada período, assim como os percentuais das populações das aglomerações foram calculados considerando-se o contingente do município principal e adjacentes. A partir de 1980, no caso de Belém consideram-se os municípios que fazem parte de sua região metropolitana, instituída em 1973. Para o caso de Manaus, este mesmo procedimento é adotado a partir da década de 2010, considerando que a região metropolitana de Manaus foi instituída em 2007. À medida que foram incluídos novos municípios nas regiões metropolitanas originais, estes passaram a ser acrescidos na contagem, considerando as décadas em que foram constituídas as respectivas regiões metropolitanas, a saber: Região Metropolitana de Belém, instituída na década de 1970 e ampliada nas décadas de 1990, 2000 e 2010; Região Metropolitana de Manaus, instituída na década de 2000.

Tabela 2 – Belém e Manaus: população absoluta e participação relativa da população metropolitana em relação aos respectivos estados

ANO	Pop. Belém	Pop. Belém/PA (%)	Pop. Manaus	Pop. Manaus/AM (%)
1950	254.949	22,70	139.620	27,16
1960	402.170	25, 93	173.343	24,31
1970	642.514	30,00	311.622	32,7
1980	1.047.555*	28,50*	633.392	44,34
1991	1.332.839*	25,10*	1.011.000	48,05
2000	1.795.201*	29,00*	1.405.835	49,9
2010	2.101.883*	27,90*	1.802.014*	61,10*
2022	2.243.895*	27,64*	2.532.226*	62,05*

* Considera os municípios que passaram a compor a Região Metropolitana.
Fonte dos dados primários: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022); elaboração própria

Conforme a Tabela 2, Belém desde a segunda metade do século XX apresenta tendência de crescimento absoluto de sua população, chegando ao patamar de um milhão de pessoas entre as décadas de 1970 e 1980. Tal tendência de crescimento se amplia em aspecto absoluto, pois a partir da década de 1980 os dados passam a considerar oficialmente o estabelecimento de uma região metropolitana com mais de um município, tendo Belém como o núcleo metropolitano.

Entretanto, a tendência de crescimento demográfico em termos absolutos da metrópole apresenta uma contradição com a tendência decrescente de concentração demográfica em seu espaço metropolitano, quando considerada em termos relativos para o conjunto regional mais imediato, o estado do Pará. Assim, embora a população metropolitana tenha sido ampliada de forma significativa no período analisado, com a inserção de novos municípios na Região Metropolitana de Belém e o crescimento demográfico da população metropolitana aumente em termos absolutos, há, não obstante, uma tendência de perda relativa da concentração demográfica em termos regionais. A metrópole Belém representa atualmente cerca de 30% da população total do estado do Pará.

A dinâmica de crescimento populacional observada em Manaus, por outro lado, apresenta tendência oposta, com crescente concentração demográfica na metrópole, quando considerado o conjunto regional do estado do Amazonas. Isso é verdadeiro considerando apenas o núcleo metropolitano, o município de Manaus, e se amplia quando da criação da Região Metropolitana já nos anos 2000, elemento responsável pelo incremento populacional, posto que a população dos municípios que passam a compor a região metropolitana é considerada integrante desse espaço.

Ao encontro das tendências demográficas, apresentada no aspecto da participação da população metropolitana no total estadual, observa-se tendência semelhante quando consideramos o grau de concentração do Produto Interno Bruto metropolitano em relação ao Estado. Nos dois estados (Amazonas e Pará), um percentual significativo da riqueza está concentrada na região metropolitana, embora isso se dê de forma mais intensa no Amazonas, com 85% do PIB concentrado na Região Metropolitana de Manaus. Por sua vez, no Pará a intensidade da concentração está em um patamar bastante inferior, com cerca de 35% da riqueza estadual centralizada na Região Metropolitana de Belém, como se observa na Tabela 3:

Tabela 3 – Amazonas e Pará: participação no Produto Interno Bruto da Região Metropolitana e do Estado (em R$ mil correntes)

		PIB em valor (R$ 1.000)				Participação Percentual (%)	
UF	Capitais das UF'S	Total Estado	Total Região Metrop.	Município Núcleo (capitais)	Demais Municípios	RM / Estado	Município Núcleo / RM
Amazonas	Manaus	39.166.314	33.426.618	31.916.257	1.510.361	85,3	95,5
Pará	Belém	44.375.376	15.680.140	12.520.322	3.159.818	35,3	79,8

Fontes dos dados primários: Amazonas (2012); Pará (2011; 2012). Elaboração própria

Tais fatos que se manifestam estatisticamente estão relacionados às repercussões das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional dirigidas às diferentes porções da Amazônia brasileira, pois as tendências previamente identificadas estão ligadas à forma como foram estabelecidas as

políticas de integração e urbanização do território, que são um componente importante da urbanização e da consequente diferenciação sub-regional, posto que há uma imbricação entre a formação das metrópoles e o seu entorno regional, quando consideradas em perspectiva.

Neste caso, vamos tomar como exemplo o tipo de política de integração e desenvolvimento estabelecida na porção oriental da Amazônia brasileira, na qual Belém emerge como principal centro metropolitano para compreender esses processos de transformação da economia política amazônica em torno da formação das metrópoles.

Segundo Trindade Júnior (2000; 2006), Belém não sofreu o estímulo de crescimento a partir do setor industrial de montagem, a exemplo do que se verificou em Manaus. Seu perfil econômico, portanto, é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços. As indústrias nela instaladas – com um peso relativamente pequeno – voltaram-se para o beneficiamento de matérias-primas da própria região e, portanto, com um impacto relativamente maior em relação à floresta.

A reestruturação da rede urbana desde então e os novos conteúdos e importância atribuídos às cidades fora do aglomerado metropolitano no período de integração, portanto, tendem a confirmar cada vez mais a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia centro-oriental, na qual Belém está inserida. Isso implica, necessariamente, rupturas de antigos padrões de organização espacial que tiveram como consequência um processo de dispersão populacional, de investimentos econômicos e de ações governamentais, associados direta ou indiretamente a novas vias de circulação, especialmente as rodovias, mais presentes nessa porção territorial da Amazônia (Trindade Júnior, 2006). O mercado de trabalho da Amazônia oriental tende a confirmar desde a década de 1990 o processo de reestruturação em curso, posto que os setores mais dinâmicos são a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (Castro, 1994), ou seja, os setores da economia ligados a atividades da fronteira econômica e urbana que estão localizados fora da esfera de influência imediata de Belém.

É neste sentido que a expansão da fronteira econômica no interior da região não se dá de maneira igual quando consideramos a especificidade das formações metropolitanas. Neste caso, na Amazônia oriental, a região tende a crescer mais que sua metrópole (Belém), devido ao dinamismo econômico imprimido a outras frações do espaço regional, nos quais foram implantados projetos econômicos de grande escala, que necessitam de espaços urbanos relativamente estruturados para o seu funcionamento, mas que não se limitam a eles, implicando redefinições espaciais que alcançam um raio de influência significativo e que repercutem no grau de urbanização do território (Trindade Júnior, 2006):

> No caso amazônico, a malha técnico-política implantada a partir da década de 1960, com a abertura de rodovias, com os incentivos fiscais e creditícios e com os grandes projetos econômicos, buscava aumentar essa fluidez do território, de modo a conectá-lo de maneira decisiva à divisão territorial do trabalho que se impunha em nível nacional e internacional (Trindade Júnior, 2006, p. 184).

Isso se deu em virtude da localização da grande maioria dos projetos econômicos e de infraestrutura de grande escala no interior dessa porção centro-oriental da Amazônia, fora, portanto, da influência imediata de Belém.

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência para o caso da Amazônia oriental, há de se levar em conta, entretanto, que o processo que confere um maior dinamismo para o interior da fronteira econômica, em detrimento da sua metrópole, não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas de uma redefinição dessa mesma importância (Trindade Júnior, 1998).

---

[12] Entre os vários empreendimentos que contribuíram para a criação e/ou expansão econômicas de núcleos urbanos de pequenas e médias cidades no interior da Amazônia centro-oriental, podemos citar dentre as principais cidades direta ou indiretamente impactadas Santarém, no oeste do Pará, com a dinâmica da soja que avançou em direção ao eixo da rodovia BR-163; o eixo das cidades de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, intensificado pelos grandes projetos de exploração mineral liderados pela então Companhia Vale do Rio Doce, atualmente a multinacional Vale na Serra dos Carajás, bem como pelas frentes de expansão agropecuária; Oriximiná, também pela exploração mineral liderada pela multinacional mineradora Alcoa; Tucuruí, com a construção da hidrelétrica de mesmo nome na década de 1970. A exceção desse período fica em Barcarena, com o polo industrial de produção mineral, relativamente próximo a Belém.

É neste sentido que se explica o nível diferente de atração polarizadora da Belém metropolitana no seu entorno regional, quando comparada, por exemplo, a Manaus na Amazônia ocidental. Belém, enquanto metrópole regional, vem paulatinamente perdendo a característica de cidade primaz da Amazônia brasileira, embora, de forma alguma, perca a condição de metrópole. Sua importância na rede urbana regional foi significativamente alterada em face dos novos espaços de incremento econômico das décadas recentes; fato este que confirma uma nova dinâmica da economia política da urbanização da região, refletida na participação de Belém em termos populacionais, quando comparada ao conjunto do estado do Pará (Veloso e Trindade Júnior, 2014).

Essa perda relativa se deve, entre outros fatores, à existência no território paraense de importantes cidades médias, como Santarém (oeste paraense) e Marabá (sudeste paraense), e cidades que têm sua vida urbana dinamizada pela chegada de grandes projetos no período de integração. A Tabela 4 apresenta um dos significados do perfil de desconcentração das atividades econômicas, através da observação do total de riquezas produzidas, levando-se em consideração as cinco maiores economias municipais do estado do Pará em um período de vinte anos:

Tabela 4 - Pará: PIB das cinco maiores economias municipais (2004 – 2020)

	2004 (R$)	2010 (R$)	2020 (R$)	(%) 2004	(%) 2010	(%) 2020
Belém	**6.464.402**	**17.998.495**	**30.798.556**	**18,9**	**23,12**	**14,26**
Parauapebas	1.363.099	15.947.709	38.012.250	3,99	20,49	17,6
Ananindeua	962.542	3.672.050	8.117.175	2,81	4,72	3,76
Marabá	1.470.758	3.562.534	12.928.283	4,3	4,58	5,99
Barcarena	2.777.301	3.550.393	7.433.645	8,12	4,56	3,44
Canaã dos Carajás	-	-	22.503.439	-	-	10,42
Estado do Pará	**34.195.676**	**77.847.597**	**215.935.604**	**100**	**100**	**100**

Fonte dos dados primários: PARÁ (2021); elaboração própria

À exceção dos municípios de Belém e Ananindeua, dois dos municípios que integram a região metropolitana, as demais cidades são sedes de projetos econômicos localizados no interior da região.

Ao encontro da tendência de desconcentração das atividades econômicas observada, verifica-se também uma maior distribuição da participação demográfica de outros centros urbanos na composição da população. A Tabela 5 apresenta os dados populacionais referentes às maiores cidades do Estado. Observa-se como no Pará existe um perfil de maior variedade e diversidade da dinâmica demográfica entre as cidades, embora também exista uma diferença significativa entre Belém e as maiores cidades do interior:

Tabela 5 - Pará: dinâmica demográfica das oito maiores cidades

Municípios / Ano	2000	2010	2022
Belém	1.280.614	1.393.399	1.303.389
Marabá	168.020	233.669	266.536
Santarém	262.038	294.580	331.937
Parauapebas	71.568	153.908	266.424
Altamira	77.439	99.075	126.279
Ananindeua	393.569	471.980	478.778
Castanhal	134.496	173.149	192.262
Barcarena	63.268	99.859	126.650
Estado do Pará	**6.192.307**	**7.581.051**	**8.116.132**

Fonte dos dados primários: Pará (2011, 2012, 2021); elaboração própria

Assim, na Amazônia centro-oriental trata-se de uma porção que não está sob influência unicamente da metrópole belenense, e, portanto, destaca-se também a proliferação de pequenas cidades e o crescimento de cidades de porte médio no interior da região, especialmente aquelas influenciadas pelos grandes projetos econômicos que alteraram a região.

É a essa economia política do território produzida diretamente pela alocação de projetos econômicos e territoriais de grande escala no interior da Amazônia oriental que contribuiu, de forma direta e também indireta, pela produção de uma metrópole com as características de Belém.

Já na porção ocidental da região amazônica, é Manaus a referência metropolitana, posto que a aglomeração manauara representa cerca de 60% do contingente demográfico do estado do Amazonas (Tabela 1), com grande peso relativo para o Estado.

A principal explicação para esse fenômeno de concentração é a existência de um complexo e dinâmico polo industrial[13] na cidade, que atrai a maior parte dos fluxos econômicos e populacionais. A estratégia de ocupação e integração dessa porção da Amazônia, através da implantação, no meio da floresta, de um polo industrial é, sem dúvida, o elemento que destaca Manaus no contexto regional:

> Se a abertura de estradas, de certo modo, provocou pouco impacto na espacialidade da cidade de Manaus, porque a construção foi um processo lento e as dificuldades de manutenção praticamente tornaram essas vias intransitáveis nos anos 1970 e 1980, a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial, em 1967, tiveram efetivamente impacto na paisagem urbana de Manaus (Oliveira e Schor, 2008, p. 73).

A concentração econômica, demográfica e de capacidade produtiva da metrópole em relação ao seu Estado e a seu entorno regional também causa repercussões na produção do espaço de forma diferenciada na dinâmica de fronteira, que é característica das políticas de integração e desenvolvimento. Um dos impactos, ainda que indireto, da existência do Polo Industrial de Manaus é a configuração nessa porção da região de uma lógica que é ainda marcada pelo ritmo da natureza, com potencialidade em aliar a existência de recursos naturais (águas, florestas, minerais etc.) com uma atividade econômica de grande impacto, sem causar, necessariamente, o perfil de devastação característico da Amazônia oriental, por

[13] A Zona Franca de Manaus tornou-se um polo de isenção fiscal no centro da Amazônia pelo Decreto-lei 288, de 1967. Inicialmente sua área estava restrita à cidade de Manaus, tendo sido continuamente ampliada para toda a Amazônia ocidental, compreendendo os estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, e correspondendo a aproximadamente 25% do território nacional. A partir de 1967, além da área de livre comércio, foi instalado o distrito industrial, baseado na montagem de componentes da indústria eletroeletrônica.

exemplo[14]. A existência do polo industrial em Manaus contribuiu para a redução das pressões sobre a exploração dos recursos da floresta, o que é considerado uma alteração positiva[1] no espaço regional. Nesse caso, a causa deste fenômeno reside no fato de polo industrial não necessitar de matéria-prima vinculada ao meio natural circundante, pois se trata de um modelo industrial importado, sendo, portanto, pouco provido de conexões que demandem os recursos da floresta.

Em grande medida, a Amazônia ocidental é polarizada quase que integralmente pela metrópole manauara. Essa dinâmica não pode ser deslocada da influência mitigadora que o Polo Industrial de Manaus provocou no interior da região. Ao ser fonte de fluxos econômicos e migratórios para a indústria nas décadas de 1980 em diante, acabou por se tornar válvula de escape da pressão por recursos naturais da região, colaborando, assim, para a preservação maior dessa porção do território. Esse efeito pode ser observado quando analisados os indicadores econômicos, nos quais se percebe a expressiva concentração da riqueza em Manaus. A Tabela 6 apresenta indicadores dessa concentração, através da proporção do Produto Interno Bruto dos principais impostos arrecadados em Manaus e sua participação na composição das riquezas do Amazonas.

---

[14] Um conhecido estudo sobre o impacto da indústria na floresta amazônica (Rivas; Mota; Machado, 2009) afirma que a existência do Polo Industrial de Manaus (PIM) contribuiu para reduzir em pelo menos 70% o desmatamento no estado do Amazonas no período de 2000 a 2006. O mesmo estudo estima que o valor das emissões de carbono evitadas no período analisado chega a US$ 10 bilhões no período. Se considerados os serviços ambientais proporcionados pela preservação, o valor estimado é da ordem de US$ 158 bilhões no mesmo período. O estudo foi feito por pesquisadores das Universidades Federais do Amazonas e do Pará, do Projeto Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia (Piatam) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

[15] Também é necessário considerar criticamente essa argumentação favorável à manutenção do Polo Industrial e da Zona Franca de Manaus. Brianezzi (2013), a partir da análise do discurso, revela um deslocamento da retórica de legitimação da Zona Franca, que, se antes estava embasada na ideia do progresso e da modernização industrial, passa a estar associada à ideia de desenvolvimento sustentável. Nesse caso, as indústrias são apresentadas como responsáveis pela conservação das florestas graças à criação de empregos urbanos. Portanto, se os incentivos fiscais acabarem, haverá desemprego e desmatamento. Essa argumentação, implicitamente desconsidera, *a priori*, a possibilidade de outros modelos de desenvolvimento para a região, bem como o papel de povos e comunidades tradicionais na preservação da floresta.

Tabela 6 - Manaus – Participação do PIB, ICMS e IPVA em relação ao estado do Amazonas – 2011 (PIB a preço de mercado – R$ 1.000)

	PIB (R$ mil)	Participação em relação ao Estado (%)	ICMS (R$ mil)	Participação em relação ao Estado (%)	IPVA	Participação em relação ao Estado (%)
Estado do Amazonas	64.555.000	100	5.914.059	100	179.394	100
Manaus	51.025.146	79	5.695.263	96,3	171.438	95,6

Fonte dos dados primários: Amazonas (2012); elaboração própria

Neste sentido, pode-se dizer que diferente de Belém e da perda de peso relativo na metrópole em relação à região, na Amazônia ocidental, identifica-se um tipo de metropolização concentrada, reafirmando o papel de comando de sua metrópole – Manaus. Esse perfil concentrado pode ser observado tanto no aspecto externo, da metrópole comparada à região, mas também em seu aspecto interno, como evidenciado nos dados da Tabela 7, que versa sobre a participação e a dinâmica demográfica dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus:

Tabela 7 - Região Metropolitana de Manaus – População absoluta por municípios: 2010 – 2014

Municípios	População absoluta – 2010	População estimada – 2014
Manaus	1.802.014	2.020.301
Careiro da Várzea	23.930	27.357
Iranduba	40.781	45.250
Itacoatiara	86.839	95.714
Manacapuru	85.141	92.996
Novo Airão	14.723	17.199
Presidente Figueiredo	27.175	31.903
Rio Preto da Eva	25.716	29.771
Itapiranga*	8.211	8.864
Silves*	8.444	9.014
Manaquiri*	22.801	27.480
Careiro*	32.734	35.938
Autazes*	32.135	36.301
Região Metropolitana	2.210.644	2.478.088
Estado do Amazonas	3.442.959	3.873.743

* Municípios que somente passaram a fazer parte da Região Metropolitana por decisão judicial.
Fonte dos dados primários: Amazonas (2012); elaboração própria

Considerada em conjunto, a Região Metropolitana corresponde a 83% do PIB do Amazonas e a 61% da sua população, sendo visível o nível de concentração dessas duas variáveis para o Estado. Esse tipo de metropolização concentrada em Manaus está também refletida na forma de urbanização do espaço metropolitano.

Tais comparações entre a formação metropolitana de Belém na Amazônia (centro-)oriental e a formação metropolitana de Manaus na Amazônia ocidental estão em consonância com o argumento geral de que as metrópoles são uma expressão espacial do tipo de política de integração e desenvolvimento estabelecido em diferentes parcelas do espaço amazônico. Em termos analíticos, o Quadro 1 apresenta sinteticamente alguns dos elementos que causaram a indução da metropolização, os tipos de conexões estabelecidos com o plano global e com a escala regional, os tipos de sistemas de circulação e as formas de gestão territorial, considerando as características nas duas metrópoles, muito mais elementos de diferenciação e diversidade do que a reprodução homogênea de um mesmo processo:

Quadro 1 – Belém e Manaus: elementos da metropolização do espaço.

Elementos/Metrópoles	Belém	Manaus
Padrão de urbanização	Desestruturação de estruturas agrárias e ribeirinhas e modernização do terciário.	Economia de aglomeração modernizadora da Zona Franca e do Polo Industrial.
Conformação do espaço metropolitano.	Expansão em direção aos outros municípios com tendência à dispersão.	Malha metropolitana compacta, com limites claros.
Hierarquias e relações entre as cidades da região.	Perda relativa da primazia que Belém exercia sobre a região.	Manutenção da hierarquia como cidade primaz, ampliada pela articulação de novos objetos.
Tendência à conurbação e/ou polinucleação das cidades.	Número pequeno de cidades conurbadas, mas com grandes fluxos de deslocamento e abastecimento entre Belém e os demais municípios.	Em virtude da concentração não há metropolização a partir de conurbação. Os fluxos entre Manaus e a região estão relacionados às redes de abastecimento.
Crescimento demográfico.	Perda relativa de população da cidade central e expansão demográfica dos demais municípios.	A concentração faz com que esse espaço não apresente a característica de involução metropolitana. Verifica-se concentração no núcleo metropolitano.
Movimentos pendulares e estrutura regional.	Forte intensidade entre as cidades da região metropolitana e mesmo algumas fora da RMB.	A intensidade dos movimentos pendulares está nas redes de abastecimento dos municípios vizinhos em direção a Manaus.

Fonte: Lencioni (2008); Veloso e Trindade Júnior (2014).
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Identificados tais elementos, gostaria de enfocar um último aspecto dessas formações metropolitanas a partir das políticas de integração e desenvolvimento: a caracterização das estruturas de suas economias urbanas.

4. A formação da economia urbana nas metrópoles regionais

4.1 Belém: formação metropolitana e modernização do terciário

A produção do espaço metropolitano em Belém guarda particularidades advindas de sua formação enquanto cidade de referência no cenário regional. O contexto histórico-geográfico reconhece a história da formação metropolitana de Belém, associada às mudanças estabelecidas a partir da segunda metade do século XX, posto que, de fato, até meados da década de 1960, a cidade estava confinada a uma área ainda relativamente próxima de seu local de fundação. A periodização sobre o crescimento urbano de Belém até a década de 1960 relata que,

> em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante) (Moreira, 1989, p. 52).

Somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores:

> Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira (1989) uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada (Trindade Júnior, 1998, p. 3).

Nesse caso, compreende-se que a cidade de Belém teve seu momento de expansão em direção à formação de uma malha metropolitana mais complexa a partir dos anos 1960, no contexto das políticas de integração e desenvolvimento, particularmente com a alteração das redes de circulação, com a construção da rodovia Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviário da Bacia Amazônica (Vicentini, 2004), e que é um elemento fundamental para compreensão da metropolização regional.

Desse modo, a rodovia é um dos elementos para entender a expansão da malha urbana de Belém e a consequente possibilidade de espraiamento da cidade. Conformado assim o início de sua estrutura metropolitana, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que viabilizou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias. As mudanças no papel da região também tiveram repercussões na produção do espaço urbano de Belém. Tais mudanças no espaço urbano integram uma dinâmica

> [...] em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-sul do País – tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília – e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (Trindade Júnior, 1998, p. 3).

As mudanças fisiográficas e no perfil de produção do espaço não estão dissociadas de alterações na estrutura econômica da cidade. Conforme afirmado na primeira seção deste texto, Belém não passou pelo estímulo de crescimento viabilizado pelo setor industrial. Ao contrário disto, seu perfil é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços.

De fato, é a chegada da rodovia e os consequentes impactos econômico-espaciais que provocam mudanças sensíveis na economia urbana de Belém estabelecida até então. Por um lado, houve a progressiva

desarticulação de formas tradicionais da organização econômica[16] e de um pequeno setor industrial[17] associado à produção de bens de consumo imediato, dado o relativo isolamento da economia amazônica em relação ao território brasileiro até então.

Por outro lado, essa reorientação da economia urbana abre a possibilidade de maior organização do capital comercial[18] em torno da sua expansão e, posteriormente, da modernização da distribuição de produtos e bens que precisariam ser reorganizados na nova dinâmica econômica, agora vinculada ao processo maior de integração regional do qual a expansão metropolitana de Belém é a consequência espacial.

É esse processo que configura o contexto econômico especifico de desenvolvimento de um setor terciário que, desde então, irá comandar o circuito superior moderno[19] da economia urbana em relação ao período anterior, bastante dependente da dinâmica dos setores tradicionais. O Quadro 2 é

[16] Como exemplo dessas formas tradicionais de atividade econômica, a prática de atividade pastoril em Belém, constituindo as chamadas vacarias, que abasteciam a cidade de leite *in natura* (Trindade Júnior, 1997). Ou a produção de cana-de-açúcar, cachaça e palmitos em Abaetetuba (Anderson, 1991). Ambas as atividades, ligadas a um modo de vida rural, mas interligadas ao consumo urbano, entraram em declínio após a introdução das modernizações técnicas e da chegada da rodovia.

[17] Até os anos 1950, verificava-se em Belém a existência de um parque industrial que satisfazia em parte a demanda local e regional, destacando-se dois tipos de indústrias: a produção de matérias-primas semimanufaturadas voltada para a exportação (borracha, lavada laminada, couro curtido, madeira serrada, óleos e essências, beneficiamento de castanha, prensagem de juta, seleção de sementes oleaginosas) e a produção de bens de consumo voltada às necessidades locais e regionais (alimentação, bebidas, produtos para higiene e limpeza, calçados, chapelaria, vestuário e construção civil) (Mourão, 2017).

[18] Ventura Neto e Santos (2023) interpretam esse fenômeno segundo o conceito de órbitas reservadas, ou seja, a partir da imposição de uma lógica de reprodução não concorrencial de padrões pervertidos de valorização em órbitas não industriais, o que implicou uma divisão especializada que refletiu no espaço econômico nacional, tornando grupos empresariais, em alguns ramos específicos, muitas vezes circunscritos às cidades ou regiões de origem das famílias fundadoras.

[19] Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não de "capital intensivo", pelos serviços não modernos fornecidos "a varejo" e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. No circuito superior, pode-se distinguir atividades "puras" e "mistas". A indústria urbana moderna, o comércio e os serviços modernos são os elementos "puros", pois são ao mesmo tempo atividades especificas da cidade e do circuito superior (Santos, 2004, p. 40-41).

um demonstrativo do surgimento dos grupos empresariais ligados ao terciário moderno que iniciam sua trajetória de negócios em Belém nas décadas seguintes.

Assim, é possível inferir a consolidação de uma economia urbano-metropolitana em Belém com o surgimento desses grupos econômicos, posto que se trata de um tipo de organização empresarial que remete a processos mais profundos de circulação de mercadoria, tendo em vista que a própria operação desses grupos também envolve importantes trocas de informações, como parte do próprio processo de gestão:

Quadro 2 – Belém: surgimento de grupos empresariais no período (1950 – 1990)

Empresa	Logomarca	Ano de Fundação	Setor de atuação
Y. Yamada		1950	Supermercado e loja de departamentos
Rede Extrafarma		1960	Drogaria
Visão		1965	Loja de departamentos
Líder Comércio e Indústria LTDA		1964	Supermercado
Grupo Formosa		1975	Supermercado Loja de departamentos
Nazaré Comércio de Alimentação e Magazine Ltda.		1976	Supermercado Loja de departamentos
Supermercado Cidade		1993	Supermercado

Fonte: Lencioni (2008); Veloso e Trindade Júnior (2014).
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Todos os grupos listados acima, originalmente, foram fundados em Belém e, apesar de terem expandido sua ação para outras regiões do Estado, ou até mesmo para outros estados, atuam principalmente no espaço metropolitano de Belém, onde nasceu a grande maioria de suas unidades. As redes, além de fundadas em Belém, mantiveram suas sedes e centros de distribuição na capital paraense.

Novamente, a formação dessa economia urbana no período de 1950 e 1990 está vinculada às modificações mais estruturais da economia paraense, conforme descrito por Tupiassu e Santos (1967):

> No setor primário da economia paraense começa a se modificar, a agricultura tradicional. [...] com o aparecimento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, em 1954, as perspectivas melhoram, com a instalação de uma nova usina geradora de energia elétrica na capital, dotada de importante efeito germinativo. A construção civil se aperfeiçoou e se expandiu. Olarias aumentam a produção de material de construção. *O comércio varejista moderniza-se*. [...]. Amplia-se a variedade de bens de consumo de origem industrial, [...]. Entre 1950 e 1959, serão executadas novas ligações rodoviárias, além da ampliação da frota pública de transportes fluviais. Com isso, a urbanização, no sentido demográfico do termo, acelera-se, permitindo uma intensificação das comunicações sociais nos centros de aglomeração (Belém, Castanhal, Santarém) (Conselho Nacional de Economia, 1962, p. 270, grifos nossos).

As transformações urbano-regionais destacadas atuam no sentido de viabilizar este contexto de expansão de uma economia metropolitana que passa, necessariamente, pela modernização da gestão das firmas, da ampliação da base monetária, com o consequente impacto nas formas de oferta de crédito ao consumo, e que também produziram consequências na produção do espaço.

Nesse caso, a contínua ampliação do setor comercial no circuito superior da economia urbana em Belém como produto, condição e meio da dispersão de seu espaço metropolitano explica a expansão dos empreendimentos e demonstra similaridade espaço-temporal com sua formação metropolitana.

Inicialmente localizados em bairros da área central, desde 1990 essa configuração de distribuição espacial das unidades dos diversos grupos se altera com a expansão de unidades para além do núcleo metropolitano e a abertura de unidades em municípios adjacentes. A capilarização de unidades em bairros mais distantes do núcleo metropolitano e nos municípios periféricos da metrópole continua nos anos 2000, com a abertura de unidades nos vetores de expansão da metrópole.

A expansão física e econômica dessas redes, nesse sentido, é uma expressão de processos mais profundos da metropolização do espaço em Belém, que ocorrem em paralelo a outras variáveis como o aumento substancial dos fluxos materiais no espaço metropolitano, a produção de assentamentos habitacionais tanto de classes mais pobres quanto de classes média e alta, cada vez mais distantes do núcleo metropolitano, e a instalação de grandes objetos para viabilizar a fluidez desse espaço metropolitano (Santos, 2017). Nosso argumento fundamental é que tal mudança na economia política da urbanização amazônica, cuja expressão espacial é a formação metropolitana de Belém com essa estrutura econômica ligada aos grupos regionais, somente foi possível pela intensidade das alterações promovidas pelo programa de integração nacional e suas políticas de desenvolvimento regional.

4.2 Manaus: formação metropolitana e enclave industrial

Enquanto, sob a influência de Belém, os grandes projetos de modernização econômica do Pará contribuíram para a produção de uma rede de cidades pelo interior da Amazônia centro-oriental, no Amazonas, conforme afirmado anteriormente, houve concentração na capital amazonense da urbanização e das atividades produtivas predominantes no meio urbano, em virtude da instalação na década de 1960 da Zona Franca (ZFM) e do Polo Industrial (PIM).

Neste sentido, a implantação do empreendimento industrial urbano tornou a paisagem de Manaus mediada pela dinâmica da indústria. A reformulação

do perfil econômico da cidade a partir da chegada dos empreendimentos industriais é marcante, com repercussão imediata na produção do espaço. As imagens abaixo exprimem o impacto da transformação resultante da ocupação de uma área significativa que passa a compor o polo industrial.

Figuras 1 e 2 – Manaus: a área do Polo Industrial em dois momentos (1967 – 2012)

Fonte: Suframa (2012)

A partir de então, a paisagem da metrópole acompanha a dinâmica de reestruturação do espaço urbano na lógica da produção industrial, que adquire uma importância econômica própria, "comportando-se como segunda metrópole da Amazônia, com muitas funções inteiramente diversas daquelas que dão suporte às atividades econômicas de Belém" (Ab'Saber, 2004, p. 80).

Assim, deixa de ser apenas um centro de ligação no fecho de um leque de longos roteiros fluviais da Amazônia ocidental.

No aspecto da formação de uma economia urbana, a economia metropolitana de Manaus passou a ser alicerçada na indústria de transformação e, em menor grau, nos setores da administração pública. Os setores da indústria da transformação e de serviços são os principais motores da economia manauara, calcada em modelo de desenvolvimento voltado para a atração de empresas por meio da oferta de incentivos fiscais.

E, ao contrário dos grupos econômicos que se espacializaram em Belém, cuja quase totalidade tem origem nos capitais da região, no mapa dos investimentos para o polo industrial de Manaus há predominância de investimentos estrangeiros, ainda que com diferenças no tempo. Por exemplo: entre 1967 e 1975, há a predominância de investimentos oriundos dos Estados

Unidos (EUA); a partir de 1975 observa-se a presença dos de origem japonesa e, de 2000 em diante, incremento dos investimentos asiáticos, particularmente sul-coreanos e chineses (Seráfico, 2011). Essa é uma das características de um modelo urbano industrial de enclave, ou seja, com pouca horizontalidade em relação ao seu espaço de atuação.

Além disso, quando se observa o perfil da indústria presente na ZFM e no Polo Industrial para o período 1980-2000, verificam-se as seguintes características: a) elevada concentração na produção/montagem de bens de consumo duráveis, fabricados mediante uso de tecnologias avançadas e em permanente processo de transformação; b) uma forte tendência à especialização em alguns segmentos, notadamente o eletroeletrônico; c) elevado nível de concentração econômica, com predominância de poucas empresas na geração dos principais produtos; d) atividade eminentemente de montagem; e) centro de decisão das empresas localizado em áreas fora da abrangência da ZFM (em geral, os escritórios das empresas concentram-se em São Paulo); f) dependência dos mercados internacionais para a importação de insumos, e g) elevadas margens de lucro proporcionadas pelo baixo nível salarial e pelo valor dos insumos, ambos com baixa participação no valor da produção (Valle, 2007). Novamente, é o perfil de um tipo de economia de enclave que se percebe.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar a formação de metrópoles na Amazônia brasileira como um processo resultante da economia política do programa de integração regional executado na região durante a segunda metade do século XX, buscando compreender em aspecto analítico o perfil das estruturas econômicas e espaciais que sustentaram as formações metropolitanas de Belém e Manaus na segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Em ambas as referências empíricas, as evidências estatísticas, documentais e cartográficas, obtidas a partir do desenho metodológico da pesquisa, apontam que as estruturas econômicas que se formaram nos dois principais centros metropolitanos da Amazônia brasileira foram tanto um produto das diferentes políticas de integração e desenvolvimento para a região, como também tornaram-se condição e meio de expansão do processo de urbanização regional, consolidando duas diferentes estruturas de economias urbanas.

Em Belém, a organização de um relevante setor terciário relativamente moderno, constituído a partir dos capitais comerciais regionais que passaram a investir nas atividades urbanas da metrópole em expansão a partir da década de 1960, a abertura da rodovia Belém-Brasília, a desestruturação das antigas atividades tradicionais extrativas e agrárias e mesmo a decadência do pequeno setor industrial preexistente foram as condições que possibilitaram o avanço dessas atividades que se tornaram umbilicalmente ligadas à formação de um espaço metropolitano com uma estrutura dispersa cujo núcleo é a cidade de Belém.

Em Manaus, por outro lado, a opção industrializante na Amazônia ocidental, com o estabelecimento de um polo industrial e de uma zona franca, viabilizaram a expansão da urbanização com alta concentração econômica, produtiva e demográfica e foram os fundamentos econômicos e espaciais de uma metropolização com uma estrutura concentrada, explicada pela centralização econômica, produtiva e demográfica em torno do polo industrial que se mantém até hoje.

Referências

AB'SABER, A. A cidade de Manaus. In: AB'SABER, A. (Org.). *Amazônia:* do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 2004. p. 201-222.

AMAZONAS. *Anuário estatístico 2011*. Manaus: Seplan, 2012.

ANDERSON, S. D. Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: Léna, P; Oliveira, A. E. *Amazônia*: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1991.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 47, 1985, p. 357-371, jul./dez. 1985.

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*. Brasília, n. 12, 2001, p. 135-159.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: conferência. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2004

BRIANEZZI, T. *O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus*: do progresso à modernização ecológica. 2013. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental, USP. São Paulo, São Paulo, 2013

CASTRO, Edna. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 457-72

IBGE. *Informações dos Censos demográficos*: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Brasília: IBGE, 2010

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas, uma perspectiva multiescalar: reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, 2008

LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999

MONTE-MÓR, R. Outras Fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). *Urbanização brasileira*: redescobertas. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003.

MONTE-MÓR, R. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). *Brasil Século XXI:* por uma nova regionalização? São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122

MOURÃO, L. Memórias da indústria paraense. In: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & XIII Conferência Internacional de História das Empresas*. Niterói, 2017

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: Pará. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989

PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios do Pará*: 2010. Belém: Idesp, 2012a

PARÁ. *Produto interno bruto municipal*: 2011. Belém: Idesp, 2012b

PARÁ. P*roduto interno bruto municipal*: 2020. Belém: Idesp, 2021OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia:* mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26

OLIVEIRA, J. A; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta.* São Paulo: Anablume, 2009. p. 13-39

RIVAS, A.; MOTA, J.; MACHADO, J. A. C. *Impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica*: discurso ou fato? Manaus: Instituto Piatam, 2009

SANTOS, M. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2008

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001

SANTOS, R. A. O. *A economia do Estado do Pará*. Belém: Idesp, 1978

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*: 1800 – 1920. São Paulo: T. A Queiroz, 1980.

SANTOS, Tiago V. *Metrópole e região na Amazônia*: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. Tese de doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), Belém, 2015.

SANTOS, T. V. Metropolização regional e suburbanização condominial: aspectos da dinâmica da dispersão urbana na Região Metropolitana de Belém, *Boletim Campineiro de Geografia*. v. 7, n. 1, 2017

SERÁFICO, M. *Globalização e empresariado*: estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo, Annablume, 2011

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1997

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. *A cidade dispersa*: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese de Doutorado em Geografia Humana, USP, 1998

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana, *Revista Geografares*, Vitória, v. 1, 2000

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia, *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 26, 2006

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, São Paulo, n. 50, p. 13-138, set./mar. 2010a

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Revista Cidades*: Brasil urbano, desafios e agendas, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010b

VALLE, M. I. M. *Globalização e Reestruturação Produtiva*: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

VELOSO, T.; TRINDADE JÚNIOR., S.-C. C. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. *Revista Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 17, n. 1, p. 177-202, 2014.

VENTURA NETO, R.; SANTOS, T. V. Produção do espaço e financeirização na periferia regional brasileira: novas lógicas de economia urbana na Região Metropolitana de Belém *Caminhos de Geografia*: Uberlândia-MG v. 24, n. 95, out/2023, p. 281-300

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004

CLEIDIANNE N. S. CRISPIM
SEBASTIÃO N. S. CRISPIM

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS VISÕES DA TEORIA DA FRONTEIRA

Recebido em 08/10/2024
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1174

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS VISÕES DA TEORIA DA FRONTEIRA

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a contribuição oferecida por Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira e Bertha K. Becker sobre o tema da fronteira enquanto abordagem de análise da formação socioeconômica, histórica e geográfica da Amazônia brasileira e demostrar a influência da noção de continuidade da acumulação primitiva sobre estas contribuições. A partir do método de estudo comparativo, buscamos ressaltar o que há de específico e peculiar a cada uma delas, mas, sobretudo, queremos entender as proximidades e semelhanças entre tais perspectivas. A partir da fronteira como temática principal, os subtemas que se sobressaem nesta investigação sobre uma parte da história do pensamento da Amazônia como fronteira são a reprodução do campesinato, o papel do Estado, a coexistência de diferentes relações sociais, a carência de condições para o pleno desenvolvimento capitalista e a dupla natureza, tanto agrária quanto urbana, da fronteira, assuntos de profunda relevância para uma leitura mais robusta sobre a complexa realidade social na Amazônia e sua especificidade histórica, geográfica e econômica em sua articulação com a expansão capitalista.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; fronteira; Amazônia brasileira; expansão capitalista

CLEIDIANNE N. S. CRISPIM

Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará. Doutora em Economia (UFPA)

Email: cleidianne@ufpa.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7387-6068

SEBASTIÃO N. S. CRISPIM

Pesquisador da Universidade Federal do Pará. Doutor em Ciências do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA).

Email: crispimns@ufpa.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2563-5080

Abstract

The aim of this article is to investigate the contributions made by Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira and Bertha K. Becker on the theme of the frontier as an approach to analyzing the socioeconomic, historical and geographical formation of the Brazilian Amazon and to demonstrate the influence of the notion of continuity of primitive accumulation on these contributions. Using the comparative study method, we seek to highlight what is specific and peculiar to each of them, but, above all, we want to understand the proximity and similarities between these perspectives. Using the *frontier* as the main theme, the subthemes that stand out in this investigation of a part of the history of thought about the Amazon as a frontier are the reproduction of the peasantry, the role of the State, the coexistence of different social relations, the gap of conditions for full capitalist development and the dual nature, both agrarian and urban, of the frontier, issues of profound relevance for a more robust reading of the complex social reality in the Amazon and its historical, geographical and economic specificity in its articulation with capitalist expansion.

Keywords: Primitive Accumulation, Frontier, Brazilian Amazon, Capitalist Expansion.

1. Introdução

O marco inicial da teoria da fronteira é o texto de conferência do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, *The Significance of Frontier in American History*, apresentado em 1893, no qual o autor criou a tese de que a evolução das instituições políticas americanas tem como fundamento o movimento da fronteira rumo ao oeste dos Estados Unidos, durante o século XIX, movimento que se colocou em contínuo contato com a sociedade primitiva do território norte-americano e enfraqueceu seus laços com o leste, região que mantinha forte relação colonial com a Inglaterra. Portanto, teria sido deste afastamento rumo ao interior dos Estados Unidos que teria florescido um novo sentimento de nacionalidade, o *americanismo*, que fundou a cultura democrática norte-americana. A noção de fronteira em Turner é profundamente factual e carrega o sentido de contato entre terra povoada e terra livre e de ponto de encontro entre o civilizado e o primitivo, uma noção dualista (Wegner, 2000; Crispim, 2020).

Turner funda uma noção mestra de discussão sobre a formação social não só da realidade norte-americana, mas tendo também influenciado o pensamento social brasileiro na investigação sobre o desbravamento do sertão brasileiro, por meio dos movimentos bandeirantes e pioneiros e a consequente expansão territorial no país, como em Vianna Moog, Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. A influência da ideia da fronteira também é percebida em análises sobre a ocupação da região da Amazônia brasileira, como em Aureliano Candido Tavares Bastos. Neste artigo, vamos investigar uma linha de intelectuais brasileiros que vão olhar e interpretar a Amazônia sob a ótica da fronteira durante a segunda metade do século XX, um grupo de autores que se distancia da perspectiva dualista de Turner e segue uma visão de análise mais crítica e teórica.

O anseio de compreender as dramáticas transformações experimentadas pela região amazônica, seja durante o período da economia da borracha, no século XIX, seja ao longo das décadas de 1960 e 1980, período dos governos militares no Brasil e a partir do advento de uma nova etapa de expansão

do capitalismo brasileiro, e entendê-las do ponto de vista dialético no lugar da inconciliável oposição entre "moderno" e "atrasado" (análise dualista), conduziu um grupo de cientistas sociais brasileiros a construir uma interpretação sobre a Amazônia enquanto fronteira. Esse esforço interpretativo desencadeou a consolidação de uma vertente que passou a concatenar a "modernização" da vida econômica e social na Amazônia como um processo de *acumulação primitiva estrutural* ativado pelas fases de expansão do capitalismo internacional e nacional e passou a compreendê-la como uma região para onde a fronteira se expande sob o desenvolvimento capitalista.

Neste trabalho, analisamos as ideias de quatro intelectuais ligados a um conjunto mais amplo de autores do século XX que interpretaram a Amazônia brasileira como fronteira[1]: Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira e Bertha K. Becker. Nesta análise, empregamos o método do estudo comparativo a fim de deixar ressaltar o que há de específico e peculiar a cada uma delas, mas, sobretudo, entender as proximidades e semelhanças entre tais perspectivas, na tentativa de identificar subtemas em comum na discussão sobre fronteira para enriquecer o estudo sobre a própria formação histórica e social da Amazônia, uma realidade de fronteira do desenvolvimento capitalista. Através destes autores, podemos entender melhor esta percepção complexa sobre a fronteira como realidade social peculiar no lastro da expansão capitalista, *locus* da acumulação primitiva estrutural. Portanto, para melhor compreensão da discussão sobre a fronteira na Amazônia, adotamos como ponto de partida uma reflexão a respeito do conceito de acumulação primitiva em Karl Marx a fim de entender sua influência sobre as quatro visões aqui analisadas.

[1] Podemos citar Octavio Ianni, em trabalhos como *Origens agrárias do Estado brasileiro* (1984), *A ditadura do grande capital* e *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*, ambos de 1981, *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*, e *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*, ambos de 1979, e Joe Foweraker, na obra *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais* (*The Struggle for Land: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day*), de 1981.

2. A assim chamada acumulação primitiva

O que é a acumulação primitiva? Esta questão explicita a reflexão inicial que Karl Marx oferece aos seus leitores no capítulo 24 do Livro I de *O Capital*. Ali, Marx (2013) busca redefinir o sentido e o significado da acumulação primitiva ou original de capital já no encerramento da sua complexa análise sobre a produção do capital e o seu modo de produção. O faz exatamente no final de sua exposição dialética sobre esse modo de produção e suas partes constitutivas porque quer deixar claro algo fundamental para a reprodução do capital e da relação capitalista: a expropriação, a separação entre o produtor direto e os seus meios de produção e reprodução. Marx (2013) faz um exercício frutífero, porque se coloca neste tema, como fez ao longo de todo o Livro I, no cerne do conhecimento sobre a economia política. Assim, ele ressignifica o sentido de acumulação primitiva de capital à luz da história real da constituição do modo de produção capitalista em sua forma clássica: na Inglaterra.

No tópico inicial do capítulo, intitulado "O segredo da acumulação primitiva", ele apresenta sua crítica à noção de *previus accumulation* (acumulação original) de Adam Smith, primeiro, estabelecendo uma comparação entre o pecado original teológico e o pecado original econômico, entendendo que, enquanto no pecado original teológico se explica como o homem foi condenado a sobreviver a partir de seu próprio esforço, do próprio trabalho, no pecado original econômico é que se revela a razão da existência de massas de pessoas pobres, de um lado, e de poucos que gozam de riqueza, do outro. Dentro do imaginário do pecado original econômico, uma parte da humanidade foi astuta e parcimoniosa (acumulou riquezas), ao passo que a outra parcela foi descuidada, imprudente e vadia e acabou sem ter nada para vender, a não ser a sua própria força de trabalho. Marx (2013, p. 515), decididamente, rejeita esta visão permeada de trivialidades e afirma que na "[...] história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência". Assim, lança sua interpretação de que a violência é a parteira das relações

econômicas e das classes sociais forjadas nelas, o que concede um papel central à violência na acumulação primitiva de capital. E ele nos diz mais sobre o segredo da acumulação primitiva:

> A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. *Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior*". (Marx, 2013, p. 515, grifo nosso)

Em outras palavras, esta separação, que é a expropriação, não só é mantida, como também é reproduzida, renovada em dimensões cada vez mais amplas no próprio desenvolvimento do capital e do seu modo de produção. De fato, esta é a história do colonialismo e do imperialismo que envolve a incorporação violenta de territórios e sociedades que são arrebatados para o cada vez mais amplo ambiente de circulação, produção e realização do capital.

E Marx acrescenta mais um ponto sobre o segredo da acumulação primitiva: "Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde" (2013, p.515). Ele quer dizer que ela ganha a aparência de um processo histórico particular, aparece como algo que aconteceu uma única vez e não vai se repetir. Esta é apenas a sua aparência, pois, novamente em suas palavras, "sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas" (p. 516). Portanto, a expropriação dos meios de produção, em especial, da terra, vai assumir características distintas nas diferentes formações sociais, mantendo sua essência espoliadora, e vai se fazer presente em diferentes fases históricas do desenvolvimento do capital e do modo de produção capitalista.

Marx (2013) reforça esta ideia numa carta de 1881 em que diz a sua correspondente, Vera Zasulich, que a Inglaterra foi o país onde se realizou, de modo radical, a expropriação dos camponeses, movimento que, no século XIX, estava sendo seguido por outros países da Europa Ocidental, mas que tal "fatalidade histórica" se deu porque na Europa Ocidental a propriedade

privada baseada no trabalho pessoal foi desarticulada e substituída pela propriedade privada capitalista, portanto, a análise da forma clássica de acumulação original de capital não seria suficiente para analisar formações sociais caracterizadas por outras formas de relação de propriedade da terra, como era o caso das comunas camponesas na Rússia, e o caminho de superação do capitalismo que deveria seguir.

O segredo da acumulação primitiva, portanto, consiste na expropriação, que é a separação, a dissolução da relação entre o produtor direto e os seus meios de subsistência e produção, um processo profundamente violento, já que pressupõe o roubo, o assassinato, a escravização, e conta com a ação do Estado para legitimar a violência empregada. Aliás, ao tratar das perturbações históricas ocorridas na Inglaterra, berço do capitalismo, Marx vai mostrar e elucidar o lugar fundamental assumido pelo Estado no desenvolvimento capitalista. O outro aspecto do segredo é que a acumulação primitiva é aparentemente primitiva, parece ter um caráter histórico, uma vez que ela é reproduzida, é renovada em diferentes fases históricas e formações sociais e espaciais. Ao trazer esta visão à tona, ele nos permite ter uma mais clara compreensão sobre a história do desenvolvimento do capitalismo, um desenvolvimento que é desigual, cuja dinâmica se dá entre centro e periferia. Estes elementos constituem a essência da ressignificação que Marx dá à acumulação primitiva na economia política.

Apesar de estar muito bem delimitado, o conceito de acumulação primitiva em *O Capital* deu origem a duas interpretações clássicas no marxismo: uma profundamente carregada de um sentido histórico e outra que compreende a acumulação primitiva como um fenômeno contínuo. Para a primeira, a acumulação primitiva tem uma idade histórica bem definida, trata-se da aurora do modo de produção capitalista, sendo a sua ideia central a de criação, no passado, das precondições de um modo de produção capitalista, de criação da separação das pessoas de seus meios de produção no cerne da transição do feudalismo ao capitalismo. Esta linha de interpretação se revela na análise de Vladimir I. Lênin em *Desenvolvimento do Capitalismo*

na Rússia (1989). Para a segunda abordagem, a noção elementar é a de que a acumulação primitiva consiste em um fenômeno contínuo enquanto pré-requisito extraeconômico do modo de produção capitalista, sendo ela um elemento inerente às sociedades modernas cujo raio de ação é mundial. Esta segunda abordagem está relacionada à obra *A Acumulação de Capital* (1913) de Rosa Luxemburgo e se refere à continuidade da acumulação primitiva.

As abordagens clássicas de argumentação histórica e de continuidade da acumulação primitiva exercem grande influência sobre as interpretações marxistas subsequentes da noção de acumulação primitiva. Enquanto a abordagem de Lenin inspira os estudos de Maurice Dobb, sendo igualmente aceita por Paul Sweezy e Robert Brenner, a abordagem de Luxemburgo, por sua vez, está fortemente presente na definição de transferência de valor entre economias centrais (mundo "desenvolvido") e periféricas (mundo "subdesenvolvido") de Samir Amin e na noção de sistema-mundo de Emanuel Wallerstein (De Angelis, 2000, 2001). David Harvey também se insere entre os discípulos de Rosa Luxemburgo, ainda que o seu conceito de acumulação por espoliação supere a visão da autora não apenas por deixar de lado a tese subconsumista das crises capitalistas, mas, inclusive, por admitir que as práticas predatórias de acumulação primitiva também se lançam sobre o capital já existente que é desvalorizado ou simplesmente destruído em prol da formação de um fundo de ativos para a inversão de capital superacumulado (Harvey, 2014).

A noção marxiana de acumulação primitiva também exerceu influência sobre as reflexões que um grupo de autores fez sobre as transformações sofridas pela Amazônia brasileira durante o período da economia da borracha, no século XIX, mas, em especial, entre as décadas de 1960 a 1980, período dos governos militares no Brasil. Otávio Guilherme Velho, João Pacheco de Oliveira, José de Souza Martins e Bertha K. Becker formam o grupo que analisaremos na próxima seção.

3. As visões sobre a Amazônia como fronteira

3.1. A Amazônia sob olhar de Octávio G. Velho: capitalismo autoritário, campesinato e fronteira

O antropólogo brasileiro Otávio Guilherme Velho é o primeiro, entre os autores aqui investigados, a desenvolver uma interpretação sobre a Amazônia como fronteira[2]. Em 1976, ele publicou *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*, seu mais importante trabalho em termos da interpretação da Amazônia como fronteira, obra na qual o autor trabalha três categorias basilares para a sua perspectiva sobre o processo de ocupação da Amazônia brasileira: capitalismo autoritário, campesinato e fronteira.

Segundo o que Velho (1979 [1976]) nos explica nesta obra, o desenvolvimento capitalista não produz apenas formas burguesas, mas também formas autoritárias de capitalismo[3], sendo esta uma via de desenvolvimento do modo de produção capitalista que se diferencia do capitalismo burguês. Nas palavras do autor:

> O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Todavia, é acima de tudo capitalismo, não se alterando no que têm de mais geral as características e leis do movimento do capital. Assim, enquanto modo de produção no sentido restrito, é da mesma natureza que o capitalismo burguês clássico. A diferença diz respeito a outro nível, o da política, e particularmente às formas de dominação e de articulação entre a política e a economia. (Velho, 1979, p. 42-43)

[2] Em 1972, o autor já havia publicado a obra *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*, cuja origem é sua pesquisa de dissertação de mestrado.

[3] A visão dominante sobre a formação de uma sociedade capitalista é a da criação de uma burguesia no interior de uma sociedade feudal que se insurge contra o antigo regime e abre as portas da revolução para a emergência do capitalismo.

O capitalismo autoritário é herdeiro de sociedades que institucionalizaram um sistema de repressão da força de trabalho (servidão e escravidão) em sua formação social e que não vivenciaram um corte revolucionário burguês em sua transição ao capitalismo. Tanto o capitalismo burguês quanto o capitalismo autoritário perfilham as mesmas leis do movimento do capital, são ambos, portanto, da mesma natureza. O que os distingue são as formas de articulação entre as instâncias política e econômica, pois, nas sociedades capitalistas de vertente autoritária, o Estado é o carro-chefe do processo de modernização capitalista face à debilidade da burguesia interna que não consegue realizar esta tarefa. (Velho, 1979).

De acordo com Velho (1979), o Brasil, herdeiro de um sistema de imobilização da força de trabalho — a escravidão constituiu o regime de trabalho base da economia de *plantation* durante o Brasil colônia — e de uma forma de dominação política de natureza oligárquica, com a classe dominante agrária à frente das grandes transformações políticas, sociais e econômicas no país, fez a sua passagem para o capitalismo pela via autoriária. A partir dos distúrbios na economia internacional e das transformações internas, entre o final do século XIX e o início do século XX, a dominação política descentralizada no país (concentrada nas mãos das elites agrárias) deu lugar à dominação centralizada através da conversão do Estado no principal *locus* de dominação política e modernização interna. Segundo o autor, os regimes políticos autoritários fazem parte da dinâmica do capitalismo autoritário e, no Brasil, isso não foi diferente: o Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, e o regime militar, instaurado em 1964 e que perdurou até 1985, são fortes e claras evidências desta tendência.

Outro aspecto relevante na compressão do capitalismo autoritário é o importante lugar ocupado pelo campesinato nesta forma de desenvolvimento capitalista. A explicação da plena e integral proletarização dos produtores diretos na passagem de uma sociedade para o capitalismo não serve para a modalidade autoritária, pois nela o campesinato segue existindo, ainda que parcialmente, como uma forma subordinada e não capitalista de

produção e é, sobretudo, às custas deste campesinato que a acumulação primitiva de capital segue vigente mediante a extração do excedente que ele produz. A criação ou manutenção de uma base camponesa no capitalismo autoritário é o que permite o elo entre acumulação primitiva e acumulação propriamente dita nele. No desenvolvimento capitalista de tipo autoritário, o modo de articulação entre as instâncias política e econômica é muito semelhante à fase de transição de um modo de produção a outro, de não-correspondência, e, por esta característica, a modalidade autoritária de capitalismo mescla a exploração de formas não capitalistas de produção (camponesa) com a acumulação propriamente capitalista. (Velho, 1979).

Conforme Velho (1979) nos explica, o movimento de ocupação de novas terras, de novas áreas em regiões periféricas de um país que são alcançadas por ondas de migração de uma "população excedente" de camponeses pobres, cria a possibilidade de surgimento da "face burguesa" do campesinato, caso aconteça o enfraquecimento da subordinação do campesinato nestas áreas de nova ocupação com terra abundante:

> O *locus* por excelência da terra "ilimitada" é, obviamente, a *fronteira*. Em outras palavras, a fronteira é um locus privilegiado para uma ideologia clássica de laissez-faire em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores. [...] [Mas] uma transformação agrária e o colapso ou enfraquecimento da autoridade podem ambos ter para um campesinato um efeito similar ao de uma fronteira em termos de enfraquecer a subordinação e permitir a ascensão social [...] [Contudo] a fronteira [...] pode ser o locus onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira. (Velho, 1979, p. 100-102, grifos do autor)

Isso significa que a fronteira se revela como o lugar de possibilidade de desenvolvimento de um neocampesinato e é exatamente por esta razão que, no capitalismo autoritário, o Estado lança mão de esforços (investimentos, políticas, programas, etc.) a fim de exercer o controle sobre o acesso do campesinato às terras na fronteira. O Estado, agente transformador e de

"modernização" econômica no capitalismo autoritário, impõe limites ao campesinato e ao seu germe "progressista", ao mesmo tempo que amplia o papel deste campesinato no desenvolvimento capitalista que promove e o faz no sentido de manter e ampliar as bases de uma contínua acumulação primitiva concatenada à própria expansão capitalista (Velho, 1979).

Durante a transição do sistema de repressão da força de trabalho — a escravidão na *plantation* nordestina — para o capitalismo autoritário no Brasil, ocorreu a formação de um legítimo campesinato a partir do movimento de deslocamento em massa de uma população "excedente" nordestina que levou à constituição de uma ampla base camponesa no Maranhão que avançou da costa maranhense para a região sudoeste no estado, alcançando o rio Tocantins e adentrando o sul do Pará (Velho, 1979). Este movimento espontâneo de deslocamento de um "campesinato marginal" que alcançou a costa maranhense ocorreu na década de 1920 e, no início dos anos 1950, esse movimento atingiu as regiões de floresta dos vales mais para o oeste do Maranhão e chegou às proximidades do rio Tocantins. O avanço do campesinato para a região de Marabá (estado do Pará), na Amazônia, criou, pela primeira vez nesta área um verdadeiro movimento de fronteira com ocupação permanente, pois, até então, segundo o autor, esta área de floresta só havia sido alcançada por ocupações passageiras orientadas pelas atividades de extração vegetal ou mineral. A construção, nos anos 1950, e abertura, nos anos 1960, da rodovia Belém-Brasília criou um novo canal de acesso às terras da parte oriental da região amazônica para movimentos de migração, dos quais fizeram parte pequenos produtores nordestinos. Para Velho (1979, p. 200, grifo do autor), o campesinato nordestino constitui "[...] *a vanguarda da expansão camponesa para a região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vir atravessar a área*".

Mas, foi durante a ditadura militar brasileira, em especial, nos anos 1970, que o movimento de fronteira para a região amazônica passou a ser estrategicamente controlado pelo Estado brasileiro. Na entrada dos anos 1970, as grandes secas de 1958 e de 1969-1970 deram origem a medidas governamentais do

Estado brasileiro que culminaram na criação do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, e na construção da Rodovia Transamazônica, entre 1970 e 1974, na qual a migração constituía o elo principal entre Nordeste e Amazônia, um passo decisivo em direção à vasta região amazônica. A Transamazônica constitui o eixo principal da colonização oficial realizada pelo Estado brasileiro com o intuito de controle sobre desenvolvimento "espontâneo"[4] do campesinato na região amazônica. Para Velho (1979), o capitalismo autoritário no Brasil não teve outra alternativa razoável a seu alcance a não ser assegurar o desenvolvimento do campesinato na fronteira amazônica.

3.2. A Amazônia em José de Souza Martins: frente pioneira e frente de expansão na fronteira

No texto *Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica, que integra a coletânea Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*, de 1975, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins oferece uma de suas primeiras análises sobre a fronteira. Neste texto, Martins (1975) analisa criticamente o conceito de zona pioneira do geógrafo alemão Leo Waibel[5] e deixa bem delimitado que, se para a Geografia a forma de ocupação do território constitui fator fundamental, para a Sociologia o central é descobrir quais são as relações sociais que dão vida ao sistema social na zona pioneira e que a tornam singular.

[4] Espontâneo no sentido de que o Estado elabora políticas fundiária, agrícola ou creditícia que favorecem grandes proprietários e produtores rurais em uma região, o que desencadeia o movimento de pequenos produtores rurais para outras regiões onde existe a promessa de terra abundante e desocupada de homens e que buscam se fixar na terra, nesta nova realidade para a qual se deslocam, através da formação de roças, criações e habitação para legitimar a posse.

[5] Durante os anos 1940 e 1950, Leo Waibel foi consultor científico e professor do Conselho Nacional de Geografia (CNG) do Rio de Janeiro, que integrava o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e construiu sua análise da fronteira e das zonas pioneiras profundamente enraizada na categoria de formação econômica, no sentido de que a paisagem manifesta as diversas formas de economia e de exploração a elas atreladas. Waibel utilizou o *slogan* Marcha para o Oeste relacionado ao conceito de fronteira de Turner no estudo das zonas pioneiras no Brasil, embora tenha concluído pela impossibilidade do desenvolvimento do interior do país e pela necessidade de intensificação da agricultura para região leste (Huertas, 2009; Kohlhepp, 2013).

Na perspectiva de Martins (1975), as relações sociais que articulam a sociedade na zona pioneira não resultam dela, isto é, são anteriores a ela, mas são ao mesmo tempo fundamentais para sua implantação. Estas relações sociais se deslocam geograficamente, ao mesmo tempo que se preservam como modalidades de relacionamento entre as pessoas. Estas relações sociais não são pioneiras, pois o que há de "novo" é tão somente a ocupação do espaço geográfico. Por esta razão, Martins (1975, p. 45) aciona o conceito de frente pioneira para a análise dos fenômenos sociais inerentes às zonas pioneiras, definindo-a como "[...] um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado", constituindo uma fronteira econômica.

O autor acrescenta que, no caso brasileiro, esta fronteira econômica não coincide com a fronteira demográfica e na faixa entre uma fronteira e outra está a frente de expansão, sendo esta a frente na qual a vida econômica não se estrutura primordialmente pelas relações de mercado, mas, por outro lado, não se define como economia natural, uma vez que parte de seus produtos alcança a economia de mercado e nela assume valor de troca. A frente de expansão se constitui como uma economia de excedente na qual seus participantes se dedicam à própria subsistência e, secundariamente, à troca do excedente. A frente de expansão se integra à formação capitalista quando absorve o excedente demográfico que não pode ser contido na fronteira econômica ou quando realiza seu excedente como mercadoria na economia de mercado. Nela, a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra não se realiza como empreendimento econômico, capitalista, ainda que as terras devolutas tenham uso privado. O ocupante ou posseiro (camponês) é a figura central na frente de expansão e nela a produção de mercadorias não determina as relações sociais elementares (Martins, 1975).

Por seu turno, a frente pioneira se instaura como empreendimento econômico e, nela, um conjunto de empresas realizam compra e venda e o transporte de mercadorias, assim como o financiamento da produção e do comércio. A frente pioneira é orientada pela produção de mercadorias e

resulta diretamente da necessidade de reprodução da sociedade moderna, da sociedade capitalista. Nela, as relações sociais são travadas através da mercadoria, não se restringindo mais ao âmbito do contato pessoal, o mercado passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza, as relações entre os indivíduos se estruturam conforme as objetivações da sociedade capitalista e a propriedade privada da terra (renda capitalizada) constitui elemento chave, uma vez que a terra deixa de ser ocupada para ser comprada e passa a ser equivalente de capital, o que significa que é a renda da terra que passa a fazer a mediação entre o homem, a sociedade e a terra. Quando a terra passa a ser equivalente de capital, seu uso passa a ser orientado pela rentabilidade, o que depende dos preços agrícolas (Martins, 1975).

Na fronteira, vigora o antagonismo entre frente pioneira e frente de expansão, que se estabelece a partir da propriedade privada da terra, da renda capitalizada, antagonismo que se manifesta pela descontinuidade de significações em relação à terra, sobretudo, descontinuidade da forma de obtenção da propriedade da terra: se pela ocupação ou pela compra. Assim, os distintos regimes de propriedade da terra estão em conflito aberto na fronteira. Portanto, no movimento da fronteira não se estabelece uma lógica linear entre frente de expansão e frente pioneira, mas antes uma relação contraditória ao mesmo tempo que complementar entre ambas, onde a propriedade da terra se coloca como componente central (Martins, 1975).

A renda capitalizada também gera e define tensões e antagonismos de classe no seio da própria frente pioneira e isso acontece, segundo Martins (1975), em razão do colonialismo interno, elemento detonador dos conflitos sociais na frente pioneira, elemento que aciona a existência e uso de relações de produção não tipicamente capitalistas no agrário. Assim, a frente pioneira constitui "[...] expressão limite do capitalismo no campo [que], ao mesmo tempo, [se apoia] em relações sociais fundamentais não-tipicamente capitalistas: escravatura, colonato, arrendamento em espécie" (Martins, 1975, p. 49). Desse modo, o que caracteriza a penetração do

capitalismo no campo é a instauração da propriedade privada da terra, e não a implantação de relações de produção moldadas pela compra e venda da força de trabalho.

Em artigo de 1994, Martins explica que a expansão territorial do capital para a Amazônia brasileira reanimou, na região, assim como em outras regiões brasileiras, a escravidão por dívida ou peonagem, que, para o autor, "[...] é indicativo não só de intensificação da exploração dos trabalhadores rurais, mas é indicativo, também, de que *a escravidão atual é, no limite, uma variação extrema do trabalho assalariado*" (Martins, 1994, p. 12, grifo do autor). A expansão do capital, bem como seu prolongamento nas atividades agropecuárias na fronteira amazônica, ocorrida a partir de meados de 1960, esteve claramente apoiada, de um lado, em incentivos fiscais e subsídios governamentais e, do outro, na exploração não-capitalista da mão de obra indispensável à fundação do novo empreendimento. Foi do esforço de modernização conservadora realizada pelo regime militar que surgiram grandes empreendimentos agropecuários na região da Amazônia brasileira administrados por modernas empresas capitalistas, algumas ligadas a grandes grupos econômicos internacionais[6].

Para Martins (1994), no processo de reprodução ampliada, o capital engendra contradições que envolvem outras formas de exploração do trabalho para além do trabalho contratual e livre e que as formas coercitivas extremadas da exploração capitalista, como a dívida por peonagem, emergem em lugares onde o conjunto do processo de reprodução do capital enfrenta obstáculos ou não acha as condições necessárias (sociais e econômicas) para que assuma, numa etapa de seu encadeamento, a forma propriamente capitalista, tal como aconteceu na Amazônia brasileira, onde a modalidade de escravidão por dívida ou peonagem esteve relacionada não só a atividades econômicas mais tradicionais, como o extrativismo da borracha, mas

[6] A exemplo da Fazenda Rio Cristalino, instalada em Santana do Araguaia, no Pará, que pertencia à empresa alemã Volkswagen.

também às mais modernas e capitalizadas, como as grandes fazendas de gado subsidiadas por incentivos fiscais federais.

Em *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*, Martins (2009 [1995]) nos oferece novos elementos a respeito da fronteira em sua relação com o tempo do capital. De acordo com o autor, frente de expansão e frente pioneira são expressões da contraditória diversidade da fronteira, "[...] diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos" (Martins, 2009, p. 137). A diversidade do tempo histórico na contemporaneidade significa um tempo histórico complexo marcado pela mediação do capital que agrega sem destruir essa diversidade de relações sociais; portanto, o capital envolve um quadro complexo e dinâmico de processos sociais cuja combinação expressa a coexistência de tempos históricos na relação contraditória desses processos. Como nos explica Martins (2009, p. 80):

> O tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento [...] O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas.

Desse modo, a unidade contraditória existente entre frente de expansão e frente pioneira em pleno movimento da fronteira revela que, nas realidades sociais onde não estão reunidas todas as condições necessárias para o aprofundamento das relações capitalistas, é forte o vínculo entre acumulação de capital e expropriação. A frente de expansão, cuja figura central é o camponês, e a frente pioneira, cuja figura elementar é o empresário capitalista, se conectam em um antagonismo na fronteira, permitindo a expansão das relações capitalistas para esta realidade, ao mesmo tempo que esta expansão se apoia em relações sociais não capitalistas, fonte de acumulação

primitiva. Isto significa que, na visão de Martins (1975, 2009), a própria reprodução do capital depende da e exige a reprodução de relações sociais de outros tempos históricos na fronteira, o que elucida a violenta modernização capitalista que tomou de assalto a realidade amazônica no período da ditadura militar brasileira (1964-1985).

3.3. A Amazônia em João Pacheco de Oliveira: o seringal amazônico como fronteira

O antropólogo brasileiro João Pacheco de Oliveira é o autor que, dentre os analisados neste artigo, defende explicitamente o *status* de categoria teórica e analítica para a noção de fronteira. Em seu famoso artigo de 1979, *O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX*, Oliveira (1979) nos oferece um estudo crítico da vasta literatura sobre a economia do seringal na e sobre a ocupação da Amazônia, identificando a presença das abordagens de ciclo econômico[7], estudo estatístico[8], espaço geográfico mítico[9] e da região de características climáticas e raciais[10]. Em contraponto a estas diferentes abordagens, cuja insuficiência, na visão de Oliveira (1979, 2016), diz respeito ao reduzido nível de análise teórica e de capacidade de lidar com a complexidade histórica do tema em estudo, é que o autor defende o conceito de fronteira como instrumento de investigação da história da Amazônia.

Oliveira (1979, 2016) apresenta oito suposições básicas sobre a fronteira enquanto modelo de análise teórica de fenômenos histórico-sociais, que, assim, resumimos no quadro 1:

[7] Modelo analítico cuja forma é simplificada, vazia das características concretas presentes na evolução da economia gomífera na Amazônia, uma "história geral" (Oliveira, 1979, 2016).

[8] Como em Santos (1980) e Vergolino (1975).

[9] O mito do "El Dorado" e da natureza indomável (quer como área dotada de certas características climáticas ou raciais), linha de explicação presente em teorias de geógrafos, filósofos e psicólogos do século XIX.

[10] A linha de explicação presente em teorias de geógrafos, filósofos e psicólogos do século XIX.

Quadro 1: Suposições básicas para análise teórica de fenômenos histórico-sociais.

I	A fronteira é uma forma de propor uma investigação, é um modelo analítico e não uma região ou etapa no desenvolvimento histórico de uma região, portanto, não é um objeto empírico;
II	Uma totalidade formada por segmentos heterogêneos e com distintos ritmos de funcionamento é admitida dentro do modelo teórico da fronteira, uma vez que ele correlaciona as diferentes partes de uma totalidade de forma regular e complementar;
III	Essas diferentes partes da totalidade devem ser analisadas sob a articulação de diferentes modos de produção, análise que deve incluir as realidades políticas e ideológicas, instâncias fundamentais para a reprodução econômica e social, além da própria instância econômica;
IV	As partes de uma totalidade não são dotadas naturalmente, mas sim geradas e alteradas de acordo com uma intervenção em outros elementos da totalidade, como a criação da abundância de terras livres, isto é, o componente ideológico da "ocupação de novas terras", e de uma superpopulação;
V	A constituição de uma função oferta de mão de obra que excede os recursos de subsistência disponíveis numa realidade social, a partir de uma das partes da totalidade, é condição para a existência da fronteira e é por meio da destruição do pequeno produtor (por destituição dos seus meios de subsistência ou pela supressão do status de indivíduo autônomo, tornando-se subordinado pela escravidão ou pela servidão) que o excedente populacional é produzido;
VI	A instância política é que cria as características da fronteira, sendo ela o mecanismo de controle dentro da totalidade que produz tais características, dando-lhes a aparência de fatos naturais e, no que diz respeito à criação dos indivíduos despojados dos meios de subsistência e produção, a instância política instaura um regime capitalista de propriedade da terra ou algum tipo de laço jurídico de dependência, como, por exemplo, a imobilização da mão de obra;
VII	Cabe à instância ideológica a reorganização social que vai dar sentido ao movimento de fronteira, ou seja, a ideia de fronteira (terra de novas oportunidades ou, ao contrário, de hierarquia racial) é fabricada e difundida pela ideologia;
VIII	É a partir da reunião das condições econômicas e políticas, mas também do conjunto de agentes e atividades, que se deve realizar a descrição da formação de uma fronteira.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE (elaboração própria)

A escolha da fronteira como modelo de análise permitiu a Oliveira (1979, 2016) abandonar o foco na apreensão da sequência histórica através de um padrão geral e abstrato para trazer ao centro das preocupações a análise do processo histórico. E quando o autor aplica a análise de fronteira para

o caso da economia gomífera na Amazônia, identifica uma problemática que ele denomina extração *versus* agricultura e, a partir desta polêmica, percebe uma disputa de modelos de produção. Nela, a Amazônia extrativista se revela enquanto natureza imensa e fértil, onde o homem é reduzido e isolado e a produção se dá sob uma forma social primitiva, enquanto, na Amazônia agrícola, a população se fixa no solo, alcança um *status* de civilização e uma nova qualidade na interação do homem com o meio[11]:

> Parece-me que a mensagem social codificada naquela polêmica não tem a ver primordialmente com uma classificação dos produtos em "agrícolas" ou "espontâneos" [...], mas sim com a distinção entre *formas de produção* contrastantes entre si. Ou colocando a questão de modo mais explícito: a hostilidade dirigida contra a extração da seringa se expressa e ganha sentido à medida que a produção de borracha vai abandonando os padrões seguidos pelas demais atividades extrativistas e vai estabelecendo uma forma nova de organização – a qual inclusive passa a ameaçar as condições de reprodução e a própria existência daquelas formas anteriores. (Oliveira, 1979, p. 121, grifos do autor)

Nesta citação, Oliveira (1979) torna inteligível que, no cerne da polêmica extração versus agricultura existe um modo de organização da produção da borracha que competia fortemente com a produção agrícola na região amazônica, ao mesmo tempo que contrastava com o extrativismo tradicional na região e, assim, ele acaba por nos apontar a coexistência de formas distintas de extrativismo da borracha na Amazônia: o seringal caboclo e o seringal do apogeu, ambos constituindo tipos empíricos de seringal, ou seja, modelos alternativos de organização da produção da borracha.

O modelo caboclo, cuja constituição histórica é anterior ao modelo do apogeu, funcionava em pequenos seringais sem titulação, ocupados e apossados pelos seringueiros, com mão de obra de origem tapuia ou cabocla,

[11] Os "ciclos de civilização" de Ferreira Reis (*apud* Oliveira, 1979) se adéquam à visão da Amazônia agrícola: o ciclo das drogas do sertão (1640-1750), o ciclo da expansão agrícola a partir da política pombalina (1750-1850) e o ciclo do *rush* da borracha (após 1850), sendo que o primeiro e o terceiro ciclos demonstram que, na sociedade amazônica, o homem não conseguiu vencer e dominar a floresta.

onde a extração do látex era combinada à agricultura de subsistência, à criação de animais e a outros tipos de extrativismo e onde o seringueiro, um camponês nativo da Amazônia (eram poucos os casos de nordestinos nesta condição na primeira fase do seringal amazônico), trabalhava ao lado de sua mulher e de seus filhos. O financiamento e a comercialização da extração do látex eram garantidos, neste modelo, por uma rede tradicional e descentralizada de aviamentos formada por pequenos comerciantes das águas e dos núcleos urbanos do interior[12] (Oliveira, 1979, 2016).

No modelo do apogeu, os seringais eram bem maiores, inclusive, porque envolvia a incorporação de novos seringais, cujos marcos da posse eram estabelecidos e o título de posse solicitado, e a mão de obra era, em sua esmagadora maioria, importada do Nordeste pelo financiamento dos grandes seringalistas e das grandes casas aviadoras das capitais. Esta mão de obra era não camponesa e estava imobilizada na estrutura do grande seringal através do barracão (propriedade ou do seringalista ou das casas aviadoras), de onde saia o fornecimento de gêneros alimentícios e de outras naturezas indispensáveis à sobrevivência e à realização do trabalho do seringueiro. No modelo do apogeu, o seringueiro representava uma mão de obra especializada, portanto, com maior produtividade; o sistema de aviamento — uma rede de endividamento que tinha início com os custos e despesas do deslocamento do trabalhador para os grandes seringais da região amazônica e que forçava o seringueiro a trocar o látex extraído das seringas por gêneros retirados do barracão — era a base de exploração da mão de obra no seringal; e o financiamento e a comercialização eram monopólios das casas aviadoras e das casas de exportação estrangeiras (Oliveira, 1979, 2016).

Ao analisar o seringal amazônico pela lente da fronteira, Oliveira (1979, 2016) consegue nos mostrar os modelos alternativos de organização produtiva existentes nele oriundos de tempos históricos diferentes e nos explica,

[12] Os comerciantes das águas eram conhecidos como regatões e os dos núcleos urbanos como marreteiros.

ainda, que os instrumentos de passagem entre o modelo caboclo e o modelo do apogeu foram o controle da terra (dos pequenos seringais apossados para os grandes seringais titulados), do trabalho (da mão de obra cabocla camponesa para a mão de obra nordestina imobilizada pelo aviamento) e do capital (do crédito e financiamento disseminado nas mãos de pequenos comerciantes espalhados pelo interior e das casas aviadoras das capitais para uma rede de financiamento rigorosamente controlada pelas casas aviadoras e as casas de exportação). Segundo o autor, os dois modelos coexistiram no momento do auge da economia gomífera na Amazônia (meados do século XIX até 1912) e eram interdependentes, assim como seguiram sendo praticados como bases de organização produtiva do extrativismo na região mesmo depois de 1912, quando a economia da borracha entrou em declínio.

3.4. A Amazônia em Bertha Becker: O Estado, o "tradicional" e o urbano na fronteira

A visão da Amazônia como fronteira que vamos apresentar agora é a desenvolvida pela geógrafa brasileira Bertha K. Becker, uma das maiores especialistas sobre a Amazônia brasileira do século XX e XXI. Comecemos pelo seu texto de 1982, "Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola", capítulo de sua obra, de mesmo ano, *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Neste texto, a autora entrega aos leitores uma discussão a respeito dos limites da visão sobre a fronteira agrícola no Brasil, investigando, criticamente, a persistência de formas "tradicionais" na agricultura brasileira a partir da análise da dimensão espacial, cuja relevância de referência ela nos explica nesta citação:

> [...] a estruturação do espaço é o domínio mais próprio para a análise da dinâmica da reprodução das condições sociais. Dimensão mais concreta dessa reprodução, o espaço pode ser também a dimensão mais decisiva da regulação das contradições existentes numa formação social. (Becker, 1982, p. 154)

Segundo a autora, umas das formas mais fundamentais de apropriação do espaço no Brasil foi a articulação da estrutura agrária não capitalista em regiões periféricas ao capital urbano-industrial e, na esfera espacial das relações entre agricultura e desenvolvimento no país, o desenvolvimento é sinônimo de "expansão das forças produtivas" e o desenvolvimento desigual gera contradições no espaço a partir da transformação das relações de produção na agricultura. Ao colocar este ponto, Becker (1982) analisa cinco teses sobre a dimensão e a persistência do atraso da agricultura em relação ao desenvolvimento no Brasil.

Na primeira tese, cuja referência de análise é a obra *Os dois brasis*. de 1967, de Jacques Lambert, a autora aponta uma tese dualista, na qual a agricultura é entendida como um sistema socioeconômico que é diferente e possui problemas próprios e internos. Na segunda tese, presente em autores como Celso Furtado, Paul Singer, entre outros, a agricultura não teria conseguido cumprir sua função, pois teria estabelecido entraves ao desenvolvimento. Na terceira tese, que ela atribui a Theodore W. Schultz, em sua obra de 1965, *A transformação da agricultura tradicional*, a agricultura é um setor flexível e consegue atender, de modo satisfatório, aos requisitos do processo de desenvolvimento e, em especial, ao crescimento da demanda interna de alimentos. Na quarta tese, relacionada ao sociólogo Francisco de Oliveira a partir de seu ensaio *Crítica à razão dualista*, de 1972, está presente a ideia de que o atraso da agricultura é funcional à acumulação do capital e ao desenvolvimento econômico. E na quinta e última tese, associada às visões de Sérgio Silva, em sua obra de 1976, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, e de José de Souza Martins, em seu livro de 1975, *Capitalismo e tradicionalismo*, a autora identifica a tese de que o atraso relativo da agricultura no Brasil se deve à dominação indireta do capital no campo, à dominação do capital sobre relações pré-capitalistas que são predominantes na agricultura brasileira.

Estabelecendo diálogo com a quinta e última tese, Becker (1982) nos diz que, na expansão do capital no Brasil, a agricultura foi rearticulada através

do uso racional e a valorização do espaço num processo crescente de capitalização e urbanização no campo e, uma vez que o processo de acumulação capitalista guarda relação com a organização social do espaço, esta relação tem vínculo com a articulação das diversas formas ou modos de produção que integram a formação social. Com esta colocação, a autora lança a seguinte questão: "[...] como as formas particulares do desenvolvimento capitalista no campo incidem no espaço, recriando-o, e como o espaço concreto influi nos modos de articulação?" (Becker, 1982, p. 163).

Podemos resumir a resposta de Becker (1982) nos seguintes termos: o modo de produção capitalista realiza a apropriação do espaço e se articula com diferentes formas de organização preexistentes, articulação que é regida no âmbito das relações inter-regionais, única dimensão na qual se pode entender o sentido das formas específicas das relações sociais de produção na agricultura. A ampla expansão da agricultura no Brasil, nos anos 1960 e 1970, esteve relacionada à extensão da fronteira agrícola na Amazônia, região com mais atrativos (abundância de terras sem donos, despovoamento, estruturas sociais em processo de decomposição) para a expansão dos limites territoriais do capital no país. Assim, a autora entende que a Amazônia consiste em uma fronteira em seu sentido amplo, pois constitui campo de atração das forças da sociedade urbano-industrial, de população e de empresas nacionais e internacionais e, nela, o Estado apoia o capital na remodelação do espaço.

No lastro da expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, o Estado recriou o espaço, apoiando a mobilidade do capital e do trabalho mediante: 1) subsídios e financiamentos, e foi, sobretudo, através dos incentivos para a pecuária que o Estado valorizou o dinheiro; 2) implantação da infraestrutura de transporte e equipamento urbano através dos quais o Estado valorizou diferencialmente o espaço e garantiu a circulação do excedente econômico; e 3) pela regularização de títulos de propriedade e posse e criação das terras devolutas às margens da rodovias que o Estado provocou o deslocamento de ocupantes tradicionais da terra que passavam a ter novos donos.

No que diz respeito à mobilidade do trabalho, fazendeiros e empresários tomaram o lugar dos posseiros tradicionais de terras, a mão de obra foi liberada das fazendas e foi tornada móvel e, na renovação da migração em plena expansão da fronteira, pequenos produtores rurais foram dissolvidos em favor do assalariado temporário (o peão), o campesinato tradicional foi recriado, mas de forma limitada e especializada na produção de alimentos para a força de trabalho regional, tendo mantida sua função de reserva de mão de obra disponível para futura proletarização (Becker, 1982). É nestes termos que a autora conclui que a recriação do campesinato na fronteira (amazônica) se deu por sua própria modificação e não pelo seu imobilismo, não se tratando, portanto, de um campesinato tradicional:

> A fronteira não reproduz o antigo. Este é recriado com novas formas para que ela seja uma "fronteira de recursos", "região de novas oportunidades" para fazendeiros e empresários pecuaristas, para quem é intensa a acumulação. Essa observação traz subsídio para esclarecer a questão central da agricultura no Brasil; não é o imobilismo das "relações tradicionais" que predomina na agricultura, verificando-se hoje a ruptura do modelo de acumulação industrial baseado no primitivismo do campo. (Becker, 1982, p. 181)

Em texto de 1990, "A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia", publicado no livro *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*, Becker (1990) retoma as questões do Estado e do campesinato na fronteira, assim como assinala novos elementos através das proposições que ela oferece para a discussão sobre a fronteira. A autora afirma que as oito proposições lançadas por ela constituem representações da região amazônica e são como condições da extensão da fronteira na região. Resumimos, a seguir, as oito proposições de Becker (1982) sobre a fronteira:

1) a fronteira não é simples sinônimo de terras devolutas ocupadas por pioneiros, mas sim um espaço que ainda não foi plenamente estruturado, no sentido de que carece de organizações regionais que resistam à apropriação do seu espaço e é constituída por formas híbridas de produção e de relações

sociais; a fronteira guarda laços com a formação social na qual está situada e, nela, o Estado exerce seu papel de mediador dos interesses de classe, não sendo mero representante do capital, ao mesmo tempo que atua criando condições para a reprodução do capital através da produção do espaço global;

2) a fronteira é o lugar de convivência de formas diversas de organização da produção e, por esta razão, ela não está fechada; nela, as formas híbridas de produção estabelecidas são passíveis de reestruturação, como no caso dos camponeses, que em parte se capitalizaram, em parte venderam sua terra, perdendo a condição camponesa, e o segmento camponês que permaneceu trabalhando na sua terra, ao mesmo tempo que, sazonalmente, vendia sua força de trabalho no campo ou na cidade;

3) na fronteira, o modelo clássico de proletarização integral dos produtores diretos não se realiza, pois ela se organiza a partir da mobilidade do trabalho ao atrair movimentos migratórios em reação à promessa de terra abundante, fluxos migratórios que são controlados pelo Estado, que cria as condições para a venda da força de trabalho não só de assalariados (temporários e permanentes), mas também de pequenos produtores que se empregam em atividades rurais e urbanas;

4) a expansão da fronteira se realiza pela diferenciação do campesinato, reproduzindo e dissolvendo as unidades camponesas, colocando em vigor um processo de diferenciação interna do campesinato (a expropriação de um segmento camponês, a manutenção de um campesinato tradicional, que se semiproletariza, e a capitalização de um terceiro segmento deste campesinato);

5) a fronteira não constitui fenômeno integralmente agrícola, pois é também urbano, já que ela se expande em contexto agrícola e urbano; a fronteira urbana atua como base logística de aceleração tanto da ocupação quanto da ordenação territorial mediante a criação de uma rede urbana regional que tem fraca estruturação por ser formada por núcleos urbanos com variadas dinâmicas (os centros regionais e locais, as capitais estaduais, que se expandem e se tornam concentradas, e os pequenos núcleos dispersos,

povoados e vilas, que são reproduzidos; a fronteira urbana constitui base de apoio para a estruturação do mercado de trabalho, concentrando e redistribuindo força de trabalho;

6) por estar situado na dinâmica de integração do território nacional, o espaço regional é reestruturado pelo Estado, que cria na fronteira espaços homogêneos e fragmentados, como ocorreu na criação da Amazônia Legal, em 1953, um espaço homogêneo formado por espaços sub-regionais fragmentados (a Amazônia Oriental e a Amazônia Ocidental);

7) como espaço integrado à formação nacional, a fronteira amazônica reproduz os conflitos relacionados às contradições da própria sociedade brasileira e nela os conflitos são mais aparentes e violentos, pois são intensificados pela reordenação estatal do espaço ao incorporar valor de troca à terra e ao estimular movimentos de contestação; e

8) o crescimento da população urbana sem a correspondente promoção de infraestrutura e de serviços básicos pelo Estado, a mobilidade do trabalho provocada pela concepção de fronteira como região de novas oportunidades incentiva o espírito de organização do campesinato e de comunidades rurais e urbanas, o que torna a mobilização popular uma alternativa à mobilidade na fronteira.

Com estas oito proposições, Becker (1990) nos oferece uma visão de mais longo alcance e de maior complexidade sobre a fronteira a partir de três pontos fundamentais: 1) o papel central exercido pelo Estado na reordenação do espaço da fronteira, que constitui espaço suscetível à reprodução do espaço global e fragmentado na expansão do capital; 2) a transformação do campesinato na fronteira, que é simultaneamente reproduzido e dissolvido em meio à mobilidade do trabalho e do capital, em meio à criação dos mercados regionais de trabalho e de terra, um campesinato que sofre um processo de diferenciação interna e muito se distancia do quadro de imobilismo do campesinato tradicional, visão presente em muitos autores que discutiram a expansão da fronteira agrícola no Brasil; e, por fim, 3) o urbano constitui a segunda natureza da fronteira, sendo a base logística de

mobilidade do trabalho e do capital através da constituição de uma rede urbana com fraca estrutura; a fronteira urbana é o elemento novo trazido por Becker (1990) e é, ao mesmo tempo, um de seus principais pontos de diferenciação no âmbito do debate sobre a fronteira, considerando que as visões anteriores que apresentamos aqui estão muito associadas à natureza agrária da fronteira.

Considerações finais

O exercício que empreendemos ao longo deste trabalho nos permitiu, primeiro, enxergar no debate da fronteira amazônica a presença da noção de continuidade da acumulação primitiva nestas interpretações da Amazônia e como o desenvolvimento capitalista a alcança, sobretudo, no que diz respeito aos subtemas da reprodução do campesinato, negando a proletarização como caminho exclusivo da reprodução do modo de produção capitalista na região, e do protagonismo do Estado enquanto agente de mediação e de decisão que cria e aciona instrumentos e estratégias, legitimados e institucionalizados, a fim de promover o desenvolvimento capitalista, um Estado desenvolvimentista, conforme o próprio Marx ressaltou em sua análise da acumulação primitiva a partir do caso inglês. Por outro lado, o exercício de leitura e interpretação das visões sobre a fronteira amazônica também nos ofereceu a oportunidade de perceber que a fronteira segue como referência de análise para a Amazônia, que esta discussão segue atual para os problemas que afetam a Amazônia hoje no rastro do desenvolvimento capitalista (uma questão planetária), ajudando a revelar singularidades da reprodução do capital na realidade regional.

Referências

BECKER, Bertha K. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, Bertha K. *Fronteira amazônica*: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UNB; Editora UFRJ, 1990.

BECKER, Bertha K. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. In: BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CRISPIM, Cleidianne N. S. *Tradição e capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital.* Tese doutorado em Desenvolvimento Econômico. PPGE-ICSA-UFPA, Belém, 2020.

DE ANGELIS, M. Marx's Theory of Primitive Accumulation: A Suggested Reinterpretation. UEL, *Department of Economics*, *Working Paper*, n. 29, may 2000.

DE ANGELIS, M. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". *The Commoner,* n. 1, september 2001.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUERTAS, Daniel M. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica*: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume; Fapesp. Belém: Banco da Amazônia, 2009.

KOHLHEPP, Gerd. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 1, n. 2, p. 029-075, set. 2013.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Fronteira*: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Revista Tempo Social*, v. 6, p. 1-25, 1994 (editado em jun. 1995).

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 43-50.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política: livro I. 16. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A conquista do Vale Amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: SILVEIRA, Ênio *et al*. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANTOS, Roberto A. de O. *História econômica da Amazônia (1800-1920).* São Paulo: TA Queiroz, 1980

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VERGOLINO, José R.de O. *A borracha extrativa e a economia amazônica – 1890/1930*. Dissertação de mestrado em economia. UFPE. Recife, 1975

WEGNER, Robert. Frederick Jackson Turner e o Oeste. In: WEGNER, Robert. *A conquista do oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SUENYA SANTOS

ENSINAMENTOS AMAZÔNICOS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E A ECOLOGIA POLÍTICA

Recebido em 15/05/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1274

ENSINAMENTOS AMAZÔNICOS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E A ECOLOGIA POLÍTICA[1]

Resumo

O artigo apresenta reflexões sobre desenvolvimento e lutas emancipatórias no contexto de crise civilizatória, ambiental e climática, na ordem do capital, tomando como referência a Amazônia e os ensinamentos dos seus povos na construção da recomposição do sociometabolismo. O bioma se caracteriza por uma riqueza sociobiodiversa que contribui para o equilíbrio do conjunto ecossistêmico global e que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade mediante o uso do seu território para a produção de commodities minerais e agropecuárias. A abordagem teórico-metodológica se orienta pelo materialismo histórico-dialético, buscando subsídios teórico-analíticos no pensamento social crítico, no diálogo entre os campos da crítica da economia política e da ecologia política. Considera-se a situação histórica da Amazônia como emblemática de um padrão de desenvolvimento predatório pela espoliação dos bens comuns, superexploração da força de trabalho, com o Estado conduzindo processos de mercantilização dos territórios. No contexto de crise, os conflitos e desafios se avolumam para a região pan-amazônica. Os ensinamentos dos povos amazônidas na resistência biocultural e na defesa da sociobiodiversidade deve servir de horizonte para as lutas emancipatórias, adensando o conjunto de estratégias de uma transição ecossocialista, em aliança com as lutas classistas, antirracistas e feministas.

Palavras-chave: Amazônia; crise ambiental; lutas emancipatórias

SUENYA SANTOS

Professora associada do curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras (UFF).

Email: suenyasantos@id.uff.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8851-2534

[1] O artigo é fruto de avanços teórico-metodológicos proporcionados pelo pós-doutoramento em 2024 junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. https://neachaia.uff.br/@nea.uffro

Abstract

The article presents reflections on development and emancipatory struggles in the context of civilizational, environmental, and climate crises within the capitalist order, using the Amazon and the teachings of its peoples as a reference for the reconstruction of the socio-metabolism. The biome is marked by a rich sociobiodiversity that contributes to the balance of the global ecosystem as a whole, yet it faces extreme vulnerability due to the exploitation of its territory for mineral and agribusiness commodity production. The theoretical-methodological approach is grounded in historical-dialectical materialism, drawing on critical social thought through a dialogue between the fields of political economy critique and political ecology. The historical situation of the Amazon is considered emblematic of a predatory development model based on the plundering of common goods and the overexploitation of labor, with the State leading processes of territorial commodification. In this context of crisis, conflicts and challenges in the Pan-Amazon region are intensifying. The teachings of Amazonian peoples—through biocultural resistance and the defense of sociobiodiversity—should serve as a guiding horizon for emancipatory struggles, strengthening a set of strategies for an ecosocialist transition in alliance with class-based, anti-racist, and feminist movements.

Keywords: Amazônia, Environmental crisis, Emancipatory struggles

A inconteste crise ambiental e climática

O cenário contemporâneo de mudanças climáticas no nosso planeta é notório pela intensificação e aumento da frequência de fenômenos naturais como secas, inundações, incêndios, ciclones, tsunâmis, dentre outros, a partir do aquecimento da atmosfera e dos oceanos, intensificando desigualdades sociais. Além do já acumulado nos últimos anos, no Brasil, apenas em 2024, vivenciamos uma inundação histórica no estado do Rio Grande do Sul, fogo se alastrando no Pantanal, Amazônia e Cerrado, secas nos rios amazônicos provocando deslocamento de populações. Os efeitos socioambientais desses fenômenos são diversos, com perdas materiais e subjetivas incalculáveis, e são vivenciadas de forma desigual, a partir de determinações classistas, patriarcais e étnico-raciais. Nesse bojo, a ciência vem assumindo como tarefa o desvendamento da interferência humana na questão climática, num contexto de ofensiva do ultraconservadorismo que se expressa na negação da ciência, na despolitização e moralização dos fenômenos sociais. Ademais, além dos fenômenos que vêm atingindo concretamente territórios, organizações populares e movimentos socias têm incluído a questão ambiental em suas pautas, dando materialidade e dimensão política aos estudos que estabelecem uma relação entre o modo de produção e de viver da sociabilidade capitalista e o aquecimento global.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) afirma que as atividades humanas contribuem para o aumento do aquecimento global. Notadamente são atividades produtivas oriundas do modelo de desenvolvimento capitalista que colocam em xeque a própria humanidade. As preocupações de governos, comunidades científicas internacionais, populações tradicionais, citadinos dos centros urbanos, do campo e florestas e demais biomas, se avolumam. Apesar do acúmulo institucional de acordos estabelecidos em conferências sobre o meio ambiente, conduzidas pelo sistema Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1970 e pelas Conferências das Partes (COPs) desde a década de 1990, a dinâmica da mercantilização da vida permanece avançando sobre o meio

ambiente. Mesmo com dados científicos, lutas ambientais e acordos internacionais, reconhecendo a importância ao menos de políticas de mitigação e compensação ambiental, a conjuntura para o futuro próximo indica um cenário que aquece não apenas o planeta, mas as disputas geopolíticas pelo domínio de territórios e suas riquezas.

Dessa forma, adentramos o ano de 2025 num cenário de emergência climática que promete aprofundamento de crises, notadamente pelo impacto da vitória eleitoral do republicano Donald Trump nos EUA. O governo de extrema direita tem adotado um conjunto de medidas supremacistas que, por meio de políticas de cunho xenófobo, de ameaças a territórios estrangeiros, de rupturas com acordos climáticos e comerciais internacionais, alega superioridade para alavancar sua dominação econômica, política, cultural, perante o mundo globalizado. A crise civilizatória e do capital, persistente nas últimas décadas, em que a questão ambiental se impõe como central, ganha novos contornos:

> A crise que vivemos é mais que uma crise do capitalismo, embora também o seja, é bom não esquecermos. É uma crise civilizacional cuja transformação se dá num tempo longo, mas que não deve perder o foco segundo o qual o capitalismo e a forma histórica que assumiu a civilização eurocêntrica que ameaça a sobrevivência da humanidade. Portanto, a superação da crise civilizatória deve começar com a superação do capitalismo como forma histórica que, hoje, nos ameaça a todos e todas. (Porto-Gonçalves, 2015, p. 87)

Em atenção à afirmação supracitada, devemos observar que o atual governo estadunidense se destaca no contexto bélico de ascensão de governos de extrema direita na condução política da gestão da crise e de guerras declaradas em curso. Nesse bojo, a violação de direitos humanos aos não-documentados no país, a violação de acordos climáticos, a imposição de limites à governança global, a declaração de guerra comercial, provoca uma corrida armamentícia que colide com as necessidades de enfrentamento à crise ambiental e à emergência climática.

Tais elementos conjunturais nos provocam a buscar saídas que alterem a estrutura que sustenta um modo de vida imperial e um modo de produção com superexploração de trabalhadores combinada com expropriação de territórios e suas riquezas. Essa dinâmica revela desigualdades entre as nações, conformando um capitalismo dependente:[2]

> A ideia central do conceito de modo de vida imperial é a de que a vida cotidiana nos centros capitalistas só é possível, essencialmente, a partir da constituição de relações sociais entre humanos e relações entre sociedade e natureza *em outro lugar*, isto é, por meio do acesso ilimitado a mão de obra, recursos naturais e sumidouros (*sinks*) – ecossistemas que absorvem determinadas substâncias em maior quantidade do que as emitem no ambiente, em escala global, como as florestas tropicais e os oceanos, no caso das emissões de carbono. Para que os centros capitalistas sobrevivam, é crucial que as relações com a natureza em outras sociedades do Sul global sejam organizadas estrategicamente, de modo a garantir a transferência de elementos naturais e produtos originados de mão de obra (quase sempre barata) para as economias no Norte. Em contrapartida, o modo de vida imperial no Norte global estrutura as sociedades de outras regiões de forma decisivamente hierárquica (Brand & Wissen, 2021, p 87-88).

Em contraposição ao crescimento das respostas ultraconservadoras para preservar a lógica da acumulação de capital, devemos olhar para a realidade, observando as experiências que já estão em curso e as análises oriundas do campo do pensamento social crítico que costura o diálogo entre economia e ecologia política refletindo o acúmulo das lutas emancipatórias anticapitalistas.

Dessa forma, apenas com alguns elementos conjunturais apresentados se revela o nível da tensão geopolítica na atualidade, em que mesmo com evidências científicas sobre os efeitos danosos do aquecimento global, o

[2] "... as relações de troca desiguais e as transferências de valor dela decorrentes impõem particularidade à dinâmica interna e são respondidas com a superexploração, que pode se manifestar pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, a intensificação do trabalho além dos limites normais e a extensão da jornada de trabalho além dos limites normais. Estas respostas permitem a ampliação do trabalho excedente e implicam uma remuneração do trabalhador abaixo do necessário para a sua reprodução" (Marini *apud* Brettas, 2020, p. 96-97)

produtivismo permanece como destino (aparentemente) inabalável da acumulação de capital. No jogo das relações econômicas internacionais entre países do Ocidente e Oriente, do Norte e do Sul global, há distinções entre Estados com maior ou menor presença direta nas transações de mercado, com ou sem políticas de redistribuição de renda, numa dinâmica hierárquica marcada por relações de dependência e desigualdades. Contudo, em comum há uma corrida produtivista como se fosse o único horizonte econômico possível, sendo que tal modelo de desenvolvimento está assentado em uma matriz energética e produtiva que provoca o aquecimento global. Destarte, mesmo com a crise ambiental impondo limites instransponíveis, acordos climáticos têm sido ignorados, o que denota que nem iniciativas do Estado, nem da governança global, são suficientes para as transformações necessárias, tendo em vista que permanecem sendo hegemonizadas pelos interesses do capital.

Destacamos, portanto, que no contexto da crise ecológica e social, não adianta alterar o sistema energético se ele continua a gerar acumulação de capital, pois significa que a preocupação com o meio ambiente e a sociedade é puramente instrumental para os interesses do capital. Assim, sob o argumento de proteger a natureza, comercializa-se gás carbônico, ocupam-se terras indígenas para vender créditos de carbono, já que, na lógica vigente, culturas não totalmente integradas à produção mercantil são dispensáveis. Isso quer dizer que qualquer produção que se oriente pela lei do valor é guiada pela expropriação dos bens comuns e pela exploração da força de trabalho, desmascarando toda ilusão referente ao *neoliberalismo ambiental* (Porto-Gonçalves, 2013). Ao desvendar a natureza da globalização, o autor indica que, ao invés de promover medidas de "desenvolvimento sustentável", o que ocorre é a captura da pauta ambiental pelo capitalismo que, sob o argumento de contribuir para a redução do aquecimento global, propõe a mercantilização dos bens comuns naturais. Processo este acelerado pelos organismos financeiros internacionais, *reduzindo a questão ambiental à questão climática*.

Saito (2024) apresenta uma leitura mais atual e complementar em que avalia o risco do *fascismo climático*, aumentando os desafios que indicam a necessidade urgente de mudanças estruturais nas relações produtivas e sociais:

Se nos aferramos à situação atual, não fazendo nada e nos apegando ao capitalismo e ao crescimento econômico, os danos causados pelas mudanças climáticas serão enormes. Num futuro não muito distante, muitas pessoas não conseguirão ter uma vida decente. Muitas pessoas perderão as suas casas e se tornarão refugiadas ambientais.

> Porém, para a camada dos ultrarricos, é diferente. O capitalismo de desastre transforma as crises ambientais em oportunidades comerciais para torná-los ainda mais ricos. O Estado tentaria proteger os interesses dessas classes privilegiadas e reprimir rigorosamente os vulneráveis e os refugiados ambientais que ameaçam a ordem. Esse é o primeiro futuro, o "fascismo climático" (p. 76).

Nesse contexto, a região pan-amazônica é uma das regiões no mundo que merece um olhar atento, tendo em vista sua riqueza sociobiodiversa e ao mesmo tempo sua fragilidade mediante o aquecimento global e o modelo de desenvolvimento em curso. Destacamos uma região de clima tropical equatorial, abundante em águas que influenciam o regime de chuvas e o clima. O aquecimento global ganha outra dimensão nesses territórios, que se caracterizam por altas temperaturas ao longo de todo o ano, o que os incêndios e as secas históricas na região nos últimos anos têm sinalizado. A crise do fogo na Amazônia é sinônimo de relações complexas. O domínio do fogo pela humanidade possibilitou um salto evolutivo e na perspectiva ancestral tem sido manejado secularmente, pois ele traz nova vida vegetal a partir do que foi destruído. Contudo, incêndios criminosos têm tido um poder devastador na área, mediante a seca persistente, ameaçando não apenas espécies vegetais, mas animais, territórios e culturas. Portanto, a sociobiodiversidade e suas múltiplas possibilidades de vida e existência estão em risco.

Na perspectiva de situar as reflexões sobre desenvolvimento e lutas emancipatórias no contexto de crise civilizatória, ambiental e emergência climática, apresentando alguns ensinamentos amazônicos, tomo como referência teórico-metodológica a abordagem materialista histórico-dialética, buscando subsídios teórico-analíticos no pensamento social crítico, no diálogo entre os campos da crítica da economia política e da ecologia política.

Desenvolvimento e meio ambiente: mediações entre a crítica da economia política e a crítica da ecologia política

Uma questão secular que acompanha o desenvolvimento capitalista, e se coloca como central na atualidade, diz respeito a nossa relação com o meio ambiente e, portanto, envolve concepção sobre a natureza. A economia política surge como um corpo teórico-explicativo no século XIX, que fundamenta o desenvolvimento do capitalismo industrial, que já vinha se expandindo e se consolidando desde o século XVIII, estabelecendo uma relação com a natureza como recursos inesgotáveis a serem expropriados e colocados em operação no processo de produção de mercadorias para acumulação de capital. Em diálogo com teorias e movimentos contestatórios ao capital, Karl Marx elabora uma crítica inédita à economia política que revela como a acumulação se dá a partir de relações sociais que alimentam o circuito da produção/circulação/consumo de mercadorias, gerando ao mesmo tempo uma forma particular de pobreza, o pauperismo, como condição para a produção de riqueza a partir da expropriação dos meios de produção e exploração de trabalhadores. Há controvérsias acerca do posicionamento de Marx sobre o papel da natureza nesse processo. De início, destacamos que Marx se interessava pelo sociometabolismo; contudo, a questão ambiental não impunha limites à realidade da época, como na contemporaneidade.

Já a ecologia política ganha expressão e se constitui enquanto um campo do saber a partir da crise do capital do final dos anos 1960 até os dias atuais, reunindo críticas já anteriormente feitas ao produtivismo, ao consumismo e seus danos ambientais. Os pilares dessa crítica advêm da crise de

superprodução, da finitude dos bens naturais e das mudanças climáticas pelo uso intensivo de fontes de energia fóssil. Contudo, o debate é complexo e vem desafiando o campo da esquerda desde então, tendo em vista que países que vivenciaram experiências socialistas, igualmente adotaram uma industrialização ditada pelo produtivismo e consequentemente por uma relação predadora com a natureza. O fim do ciclo das experiências do socialismo real possibilitou uma retomada e revisão da obra de Marx a partir dessa lente no sentido de observar o papel atribuído à natureza no processo produtivo e na conformação de uma nova sociabilidade.

Destarte, se recupera que desde o século XIX várias interrogações colocaram em questão a relação entre sociedade e natureza. Mas é a partir dos anos 60 do século XX que a ecologia política reúne essa confluência de questionamentos em torno de si:

> Alegadamente, o termo "ecologia política" apareceu pela primeira vez na literatura acadêmica em artigo escrito por Frank Throne em 1935 (Throne, 1935). No entanto, se a ecologia política se refere às relações de poder nas interações humano-ambientais, em estruturas hierárquicas e de classe no processo de produção e apropriação social da natureza, podemos tratar os precursores desse campo emergente de pesquisa no materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels – apesar de permanecer oculto sob a primária contradição entre capital e trabalho – e no anarquismo cooperativo social de Peter Kropotkin e sua ênfase – contra o Darwinismo social – na ajuda mútua na evolução e sobrevivência (Kropotkin, 2005; Robbins, 2012). A ecologia política foi forjada no cruzamento da geografia humana, da ecologia cultural e da etnobiologia para se referir às relações de poder no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente. Estabeleceu-se como disciplina específica e um novo campo de investigação e conflito social no início dos anos sessenta e setenta, desencadeada pela irrupção da crise ambiental, com os escritos pioneiros de autores como Murray Bookchin, Eric Wolf, Hans Magnus Enzensberger e André Gorz (Leff, 2013, p. 12).

Ainda segundo Leff (2013), alguns desses autores que conformaram o campo da ecologia política fizeram uma revisão do marxismo, sob uma abordagem

que denomina de *neomarxismo*. Assim, de acordo o autor, Enzensberger, inspirado em Marcuse, criticou o processo de industrialização cujas forças produtivas são deformadoras, pois destroem a nossa base material, e colocam em risco a própria sociedade humana. Tal lógica, conduzida pela ideia de produção de superabundância, se deu pela pilhagem sem precedentes na história, sendo os povos do Sul e as gerações futuras suas vítimas. Dessa forma, apesar de contestar a tese marxista de que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas seria essencial para a promoção da abundância como condição para a construção do comunismo, Enzensberger teria reafirmado (Leff, 2013) outra tese marxista: a de que a riqueza se constitui a partir da miséria.

Inspirado em Polanyi, Gorz denunciou a apropriação dos domínios da vida social pela lógica capitalista mercantil. Nesse sentido, criticou a tecnologia como forma de dominação, somando-se a outros autores que a criticaram no sentido de buscar compreender o desenvolvimento das forças produtivas a partir de sua contribuição ou impedimento para a emancipação humana, buscando ir além da racionalidade econômica.

Faz-se importante destacar que Gorz (2013) indicava que a própria ciência e o desenvolvimento tecnológico modernos revelavam que toda atividade produtiva se baseia nos empréstimos da natureza através de seus bens finitos. Entretanto, não sacralizava a natureza, nem defendia um "retorno" a ela, mas insistia que a sociedade deveria compreender que a natureza limita a atividade humana. Caso contrário, ao ignorar esse fato, não conseguirá evitar restrições econômicas, nem mal-estar físico ou mental. Como exemplo, avaliava que, apesar do aumento do consumo, a tendência era a queda da qualidade de vida.

Walter Benjamim também figura entre os autores que questionam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas antes ainda da conformação do campo da ecologia política:

> [...] Walter Benjamim havia contestado a concepção tecnocrática e positivista impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Criticou a "decadência da aura" de objetos históricos e da natureza (Benjamim, 1936/1938), e vislumbrou um tipo de trabalho que, "longe de explorar a natureza, é capaz de dar à luz as criações que estão adormecidas em seu ventre como potenciais" (Benjamin, 1940/1968 *apud* Leff, 2013, p. 13).

Nessa trilha, a tecnologia, um debate central que Marx desenvolve no capítulo sobre Maquinaria e Grande Indústria em *O Capital*, e em outras passagens, se tornou o foco das análises dos neomarxistas, trazendo à tona a questão da crise da humanidade na modernidade, que posteriormente viria a se manifestar como crise ambiental.

Bookchin (Leff, 2013) teve um papel importante na abordagem neomarxista da ecologia política, pois congregou o pensamento anarquista, socialista libertário e ecológico, reivindicando uma postura política radical, que denominou de ecologia social. Já nos seus escritos do início dos anos 1960, vislumbrava que as mudanças climáticas resultariam dos desequilíbrios causados pelo homem pós-revolução industrial e que começaram a ser debatidas no cenário internacional a partir dos anos 1970. Em síntese, para ele era necessário romper com essa relação através da ecologia. Esta seria essencialmente crítica, expressando o reencontro do homem com a natureza, como caminho para uma sociedade verdadeiramente libertária, emancipada, a partir do potencial criativo humano que reside nessa relação.

Marcuse teve uma contribuição importante na revisão neomarxista, pois compreendia a natureza como constituidora do processo emancipatório de libertação. Bookchin foi além, buscando nessa análise uma práxis política a partir da racionalidade ecológica e do naturismo dialético para que a sociedade se emancipe. Assim, a ecologia de Bookchin propôs a alteração do foco na abundância (ênfase econômica) para o que é realmente necessário, ou seja, para uma produção voltada para a sobrevivência da humanidade. Nesse sentido, a emancipação passaria necessariamente por uma refundação da relação homem/natureza baseada, nos termos do autor, na "sustentabilidade da vida" (Bookchin *apud* Leff, 2013, p. 14). Esse debate inicial

abriu caminho para o que veio a constituir o campo político do ecossocialismo (Löwy, Münster, Tanuro, Saito, dentre outros) e no ecomarxismo (O'Connor, J.B Foster, dentre outros).

Saito (2024) retoma tal debate, compondo um grupo internacional que se dedica a revisitar a obra de Marx, incluindo seus cadernos de pesquisa, e Engels (projeto Mega - Marx, Engels Gesamtausgabe), em busca de chaves analíticas acerca da natureza e da questão ambiental na sociedade capitalista. Nesse sentido, a partir desse material inédito, identifica em Marx o estudo da obra do agrônomo Karl Fraas, que trata do colapso de civilizações antigas a partir de um uso predatório da natureza, além de outros estudos no campo das ciências naturais e da ecologia. Dessa forma, suas análises ganham outra densidade, contradizendo afirmações do jovem Marx sobre a importância do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas para a transição ao comunismo, ou seu apoio a processos de colonização como forma de desenvolver culturas consideradas atrasadas. Até então, sua obra tinha a marca do eurocentrismo. A virada de chave de Marx teria ocorrido na carta em resposta à Vera Zassúlitch (1881), em que reconhece que a análise histórica contida em *O capital* se restringia à Europa Ocidental. E mais, assume a importância das comunidades agrícolas na Rússia e da propriedade coletiva de terras como um ponto de partida para o desenvolvimento do comunismo. Assim, "a visão histórica progressiva eurocêntrica foi substituída por uma avaliação centrada nas comunidades não europeias" (Saito, 2024, p. 113).

Marx traz como um elemento de sua fundamentação para resposta à Zassúlitch o estudo do historiador Maurer sobre comunidades germânicas que sobreviveram à Idade Média preservando o uso comum da terra. Dessa forma, a sustentabilidade e a igualdade social dessas comunidades possibilitavam sua existência enquanto foco de liberdade e de vida popular, apesar da baixa produtividade em comparação à lógica da acumulação de capital. Tal dinâmica produtiva e social se caracteriza por uma economia circular, estável e sem crescimento econômico, o que, em sua acepção, não deve ser

percebido como sinônimo de pobreza. Os ecologistas Liebig e Fraas já haviam identificado que o aumento da produtividade era algo insustentável, pois prejudica o meio ambiente global e destrói a capacidade de regeneração da natureza. Um limite inquestionável na atualidade mediante a crise ambiental e climática. Tal crise criou um movimento acadêmico e político legítimo de revisita aos escritos de Marx na busca por análises e referências sobre o papel da natureza no modo de produção capitalista. Contudo, nos parece mais importante o seu legado metodológico de acompanhar a realidade em sua processualidade histórica, percebendo tendências, compreendendo suas contradições, com vistas a superá-las pelo protagonismo social e popular, construindo uma sociedade emancipada. Dessa forma, na contemporaneidade, a questão ambiental se evidencia como indissociada da questão social e que se particulariza, no caso latino-americano, não apenas pela dominação de classe, mas de raça, etnia e gênero. Nesse sentido, nos aproximamos do debate atual sobre a incidência do modo de produção capitalista sobre o clima.

Acompanhamos que ao longo da processualidade do debate sobre meio ambiente e clima, vem se colocando como questão o homem como sujeito ativo na promoção do aquecimento global. Mas há nuances nesse debate em que, no campo da ecologia política, alguns autores/as denominam esse momento histórico como Antropoceno, termo cunhado por Paul Crutzen que ganhou o prêmio Nobel de Química em 1995 e denunciava os efeitos da humanidade sobre os ecossistemas da Terra (Ferdinand, 2022):

> A entrada em uma nova era, o Antropoceno, instala a ideia de que transpusemos um limite perigoso, o que pode nos levar a experimentar mudanças bruscas e irreversíveis, ilustrado – como a ponta do iceberg – pelo aquecimento global e por suas consequências na mudança climática, assim como pela extinção em massa e pela perda inerente da biodiversidade em grande escala (Svampa, 2019, p. 144).

Contudo, ainda no campo da ecologia política, há autores/as que consideram tal conceito insuficiente para caracterizar a crise em curso, tendo

em vista a antiguidade da humanidade. Dessa forma, tratar da influência humana no clima global sem explicitar seus elementos históricos e estruturantes nos leva a uma abstração que dificulta a compreensão da complexidade do problema e, portanto, de construção de saídas coletivas para a crise instalada. Dito de outro modo, corre-se o risco de permanecermos circunscritos num ambientalismo dominado por corporações, branco, patriarcal, que propõem saídas tecnológicas que acabam por renovar processos de acumulação por meio da chamada economia ou capitalismo verde (Tanuro, 2012) ou neoliberalismo ambiental (Porto-Gonçalves, 2013), ou ainda keynesianismo ambiental (Saito, 2024), ou fascismo ambiental (Saito, 2024) . Portanto, alguns autores/as criticam a centralidade de uma forma econômica determinada de se relacionar com a natureza que se estrutura a partir de uma produção em larga escala, monocultural, de extração predatória de bens naturais, com superexploração da força de trabalho e expropriação de territórios.

Ou seja, para a compreensão da questão ambiental, se faz necessário um diálogo, orientado por subsídios teórico-metodológicos do pensamento social crítico, entre a economia política e a ecologia política. A partir de tais mediações é possível compreender que a atual crise ambiental e civilizatória é resultado de um longo processo histórico que tem sua origem na acumulação primitiva que, a partir dos cercamentos de terras, da colonização, da escravização, da proteção alfandegária, cria condições para que o mercado se torne central nas relações sociais, tendo a industrialização como uma matriz produtiva hegemônica que se dá a partir da propriedade privada da terra e outros meios de produção. Marx (1984) já indicava que esse processo foi acompanhado de muita violência. Federici (2017) complementa, destacando a violência contra as mulheres, com seus corpos sendo subjugados e dominados pelo próprio Estado através do movimento de caça às bruxas para a conformação de uma nova forma de sociabilidade.

Dessa forma, a acumulação capitalista tem essa marca originária indelével, passando pela industrialização marcada pela lógica concorrencial,

avançando pelo período monopólico marcado pela conciliação da acumulação de capital com direitos para os trabalhadores, a partir da sua organização política, até chegarmos em sua fase mais recente de questionamento dos direitos na era neoliberal, com a retomada ofensiva de formas de acumulação por espoliação (Harvey, 2014) ou expropriação (Fontes, 2010). Ou seja, na contemporaneidade, sob a égide do capital financeiro, bens naturais, direitos e serviços também se tornam ativos desse mercado, que se somam à extração de mais-valor com base em inovações tecnológicas, avançando sobre territórios, para a produção de *commodities* agropecuárias e minerais, como forma de manutenção das taxas de lucratividade para o capital.

Nesse sentido, Aráoz (2020), ao investigar a mineração na América Latina, avalia que o extrativismo tem sido a matriz produtiva que conforma o *Capitaloceno*. Em seus termos:

> Essa febre extrativista, a enorme mobilização desde então desatada – do carvão, do ouro, da prata e do mercúrio, passando pelo ferro, pelo chumbo e pelos hidrocarbonetos, para logo chegar ao urânio, ao plutônio, às terras raras e, de novo, ao ouro –, foi crucial e determinante na configuração desse ponto do umbral (in)civilizatório, esse evento-limite, na história e da história, que chamamos de Capitaloceno (Aráoz, 2020, p. 33).

Ferdinand (2022) adensa a problematização do conceito de Antropoceno, indicando que o enfrentamento da crise ambiental passa necessariamente pelo reconhecimento de uma dupla fratura: ambiental e colonial. Nesse sentido, caso os movimentos ambientalistas continuem negando o protagonismo dos movimentos antirracistas, anticoloniais, antiescravistas e feministas, em especial, afrofeministas, a fratura permanecerá renovando apagamentos, desigualdades, colonizações, deixando uma parte significativa da população mundial de fora de uma saída coletiva. Dessa forma, o termo Antropoceno se ancora no habitar colonial que transforma paisagens em *plantations* para produção de monoculturas, que subjuga outros humanos e animais não humanos à lógica da acumulação. Ao apagar a história de violência que constitui o habitar colonial, essa ameaça se torna permanente.

A politização da questão ambiental se faz central e, nesse sentido, Ferdinand (2022) considera o termo Capitaloceno um avanço ao conectar o capitalismo e suas revoluções industriais às transformações nas paisagens da Terra, possibilitando críticas ao sistema. Contudo, reivindica o termo Plantationoceno, de Ana Tsing e Donna Haraway, como o que melhor caracteriza um modelo autoritário, padronizado, que impõe uma forma de exploração da terra que altera paisagens, provoca profundas desigualdades e injustiças espaciais. Avança ainda propondo o termo Negroceno para explicitar que a população negra foi alvo de racismo no processo de colonização que dá origem às mudanças climáticas. Em seus termos: "aqui a palavra 'Negro' não designa mais uma cor de pele, um fenótipo, tampouco uma origem étnica ou uma geografia particular. Ela designa todos aqueles que estiveram e estão no porão do mundo moderno: os fora-do-mundo" (Ferdinand, 2022, p. 81).

Esse debate é importante, pois evidencia que a dinâmica de acumulação do capital tem um lastro de violência, tendo se apropriado historicamente de corpos, territórios, culturas, provocando rupturas sociometabólicas que alteram o meio ambiente e o clima. Nesse bojo, as saídas ambientalistas que desconsideram essa processualidade, acabam por apostar em novas formas de colonização, já que o próprio capital oferece saídas tecnológicas que, sob o verniz de uma economia verde, acaba por expandir suas fronteiras em busca de novas monoculturas para o mercado das "energias limpas", a exemplo das fazendas eólicas ou de placas solares ou ainda propondo compensações e mitigações, a exemplo de programas de crédito de carbono que crescem velozmente no país.

Na contramão do domínio do mercado sobre a natureza, tornando-a em ativos financeiros, há lutas e resistências em defesa do "comum". Nos termos de Saito: "O 'comum' se refere à riqueza que deve ser partilhada socialmente e gerida pelas pessoas" (2024, p. 94), o que supõe a gestão democrática dos bens naturais como a terra, as águas, a biodiversidade, a atmosfera. Nesse sentido, o valor da natureza é incomensurável, pois é o que possibilita

a vida, em sua diversidade e plenitude, não devendo ser mercantilizado/financeirizado.

A partir dessa síntese que recupera alguns debates e polêmicas sobre o papel da natureza na crise contemporânea, destacamos que o campo da ecologia política revela conflitos em disputa pela natureza, e a contribuição do marxismo e seu método de análise crítica da realidade é inequívoca, numa necessária interlocução com a crítica da economia política:

> A ecologia política é o estudo das relações de poder e dos conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza; é o campo de encontro da ontologia da vida e da ontologia da ordem mundial tecnoeconômica, de controvérsias acerca dos modos de compreender as relações entre a humanidade e a natureza e da submissão de culturas, de sua subsunção ao capitalismo e à racionalidade do sistema-mundo global, das estratégias de poder dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental (Leff, 2021, p. 333-334).

Saito (2024) recupera em textos até então não publicados de Marx e na carta à Zassúlitch a importância de formas comunitárias de gestão das economias e da vida social. Não se trata da idealização e romantização das comunidades tradicionais. Contudo, desde a colonização até a contemporaneidade há que se reconhecer sua luta em defesa do "comum", do direito ao meio ambiente, e da diversidade de formas de existência: "A ecologia política surgiu no Sul a partir de uma política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, a partir de suas estratégias de emancipação para a descolonização do saber, da reinvenção dos territórios e da reapropriação da natureza" (Leff, 2021, p. 335).

Uma síntese importante que devemos reter desse diálogo crítico é a importância de caminhos diversos na construção de uma sociedade emancipada com um futuro sustentável. As brechas já estão em curso a partir das lutas nos territórios em defesa da vida, criando resistência à expansão do capital, o que passa pela construção de novos direitos ambientais, culturais, sociais.

É nessa perspectiva que a Amazônia, com suas Amazônias, ou seja, rica em diversidade, deve ser observada.

Ensinamentos amazônicos: histórias de roubo, degradação ambiental, lutas e resistências

Mediante a crise ambiental, Brum (2021) nos provoca a pensar a Amazônia como centro do mundo em função da sua importância para o equilíbrio dos ecossistemas. Por suposto que, além do papel da Amazônia na regulação climática, os oceanos, os glaciares e manguezais também são fundamentais e há cada vez mais necessidade de investimento em conhecimentos sobre esses ecossistemas. No que diz respeito à Amazônia, desde o período colonial há interesse científico internacional sobre a área que tem 63% do seu território dentro das fronteiras do Brasil. No entanto, ainda hoje as outras regiões do país mantêm uma relação colonial de ignorância e ocupação violenta desses territórios, desconsiderando seus povos, sua sabedoria ancestral e suas lutas, por caminhos diversos, em defesa da vida. Algo que precisa ser reparado no sentido de ampliar a defesa da riqueza sociobiodiversa e biocultural da região. Nesse contexto, qual seria então o papel da Amazônia?

> Primeiro, é preciso considerar que a floresta amazônica se encontra no estágio clímax de um equilíbrio dinâmico, quer dizer, uma etapa bastante avançada da sua evolução natural. Esse ecossistema tem um equilíbrio clima/vegetação/solo extremamente delicado e a matriz eurocêntrica de conhecimento, a que hegemoniza nossas universidades, não dispõe de tecnologias apropriadas para lidar com ele, na medida em que os complexos tecnológicos que engendrou foram gerados no mundo de clima temperado que, sobretudo nos últimos 200 anos, esteve fundado no princípio atomístico-individualista (Porto-Goncalves, 1989) que disciplinarizou o conhecimento em detrimento das relações de conjunto (totalidade, holismo). É preciso, definitivamente, não desperdiçar o enorme acervo de conhecimentos e os complexos tecnológicos dos povos que habitam a região. Aqui mais do que a inter-, multi- ou transdicisplinaridade é fundamental

> o diálogo de saberes para qualquer projeto de futuro da Amazônia. Ali, há pessoas que dizem "nois vai" e sabem para onde vão no meio de uma floresta onde, no mínimo, há onze mil anos vivem e desenvolvem conhecimento. Não olvidemos que o conhecimento é condição do viver. Não há produção de alimentos, por exemplo, que não seja ao mesmo tempo produção de conhecimento de alimentos. Não há fazer sem saber. O fato da maior parte dos povos que habitam a região nestes onze mil anos serem ágrafos, assim como as diferentes formações camponesas que se forjaram na região nestes últimos 400 anos, não quer dizer que não produziram conhecimento. Se me permitem, é um conhecimento que está *inscrito* nos seus fazeres, e não *escrito*. São saberes inseparados dos seus fazeres. São saberes tecidos em comum e desenvolvidos em relação *com* e não *sobre* a natureza. As epistemes dessas diversas formações étnicas e camponesas não separam natureza e sociedade, como a matriz eurocêntrica" (Porto-Gonçalves, 2015, p. 71)

Essa síntese reflete que, a partir da colonização das Américas, a tensão colocada por distintas formas de existência é permeada por múltiplas violências, impondo uma determinada visão de mundo. Esta hierarquiza povos, saberes, culturas, pelo recorte de classe, gênero, raça e etnia, tendo como medida o padrão dominante europeu. E, mesmo com tantos séculos de dominação, há ainda resistência, com seus fazeres e saberes. Compreendemos que a Amazônia possui uma centralidade no equilíbrio do ecossistema global, despertando interesse e monitoramento internacional. Destacamos, contudo, a necessidade de darmos continuidade aos avanços em nossa autonomia intelectual, rompendo com perspectivas que colonizam saberes e poderes desde a invasão colonial que defendem a insígnia do "desenvolvimento" centrado na perspectiva eurocêntrica disseminada como civilizatória e universal:

> Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do

> pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 126).

Tal dinâmica vem renovando a produção de valor por meio da intensificação da degradação ambiental, transformando, por meio da força de trabalho, os recursos naturais em mercadorias. Dessa forma, onde o ciclo desenvolvimentista se instala, gera lucro para poucos, e miséria e violência para muitos. Na era da financeirização da economia, esse modelo avança promovendo aquecimento global, perda de direito ao território, à cultura, à existência, para determinados grupos e classes sociais. Entendemos, portanto, a importância histórica de conhecer a particularidade desse imenso bioma com toda sua riqueza, a partir dos povos que o habitam ancestralmente e vêm enfrentando esse modelo de desenvolvimento, buscando limitar sua expansão, teimando em existir. Não se trata de pasteurizar a diversidade intercultural da Amazônia e romantizar formas de existência, que são complexas, nesse enfrentamento. Ao contrário, se trata de compreender sua particularidade em sua processualidade histórica, buscando estabelecer intercâmbio intelectual e cultural, trocas de ensinamentos e aprendizagens.

Numa aproximação inicial, consideramos que o atual modelo de desenvolvimento da Amazônia gera pobreza (Brum, 2021), criminalidade e insegurança (Abramovay, 2019)[3]. Na contracorrente hegemônica, a economia do conhecimento da natureza oferece um caminho alternativo assentado na combinação do protagonismo das populações tradicionais com a ciência e tecnologia, evitando a aceleração da destruição do sistema climático [4]. Segundo Abramovay: "Os efeitos multiplicadores da economia da floresta em pé na área de serviços, de logística e de infraestrutura podem ser gigantescos, com benefícios também às populações urbanas" (2019, p. 13).

[3] Apesar de Eliane Brum e Ricardo Abramovay não serem autores do campo da tradição marxista, trazem dados e algumas reflexões relevantes sobre a Amazônia que, neste artigo, são submetidos a análises por autores do campo crítico da economia e da ecologia política.

[4] Consultar PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. Diálogos entre saberes por uma Amazônia que queremos: debatendo o futuro e o presente da Amazônia. Disponível em https://www.aamazoniaquequeremos.org/wp-content/uploads/2023/10/Publicac%CC%A7a%CC%83o-SPA-Bori-Nexo.pdf

Em concomitância, o Estado precisa assumir a proteção da floresta e de seus povos, combatendo o crime, como o de grilagem, controlando as áreas públicas e protegidas, que têm sido alvo intensivo de atividades, legais ou criminosas, ligadas ao agronegócio, à mineração, à exploração de madeira, tráfico de animais e à produção energética.

Contudo, a hegemonia até o presente momento do modelo de desenvolvimento baseado no desflorestamento deixa um rastro de danos socioambientais, gerando desigualdades e tensões. A partir de dados empíricos e estudos sobre a região amazônica, Abramovay desenvolve um trabalho que

> procura mostrar que o padrão de crescimento da Amazônia nas últimas décadas desestimulou o fortalecimento da economia regional, não elevou o padrão de vida da população e trouxe danos ambientais que comprometem a própria produção agropecuária. Ao revelar que em 95% dos municípios da Amazônia as condições de vida são piores que as de outras regiões do Brasil, o Índice de Progresso Social (IPS) explica: o desempenho da região "está associado a um modelo de desenvolvimento fortemente marcado pelo desmatamento, uso extensivo de recurso naturais e conflitos sociais" (2019, p. 19).

No processo de construção da luta contra-hegemônica é preciso desnaturalizar esse modelo de desenvolvimento, sendo importante conhecer a dinâmica da região a partir da invasão colonial europeia. Nesse sentido, resgata-se que à exceção do ciclo da borracha (1870-1910/20), do período colonial até os anos 1960, predominavam práticas culturais ancestrais com base num metabolismo biológico equilibrado, mesmo com o avanço progressivo do capitalismo. A integração ao comércio internacional da região amazônica tinha suas características específicas e, com seu vasto território, muitas culturas extrativistas permaneceram mantendo um manejo ecológico equilibrado. Cabe registrar que há estimativa de que os primeiros grupos humanos chegaram à região há aproximadamente 13 mil anos[5]. E quando houve a invasão europeia havia grandes civilizações pré-colombinas, como os maias, astecas e incas:

[5] Consultar Neves, 2022.

> Sem contar com o mesmo desenvolvimento tecnológico do europeu, os povos indígenas amazônidas consumiram, domesticaram, cultivaram e disseminaram diversas espécies agrícolas amplamente utilizadas no mundo atualmente, contribuindo para a produtividade e diversidade da agricultura mundial: macaxeira (aipim), mandioca, batata-doce, milho, pimentas, pupunha, urucum, cará, jenipapo, abacaxi, amendoim, tomate, cacau/chocolate, baunilha, maracujá, abiu, biribá, taioba, entre outros. Batata e feijão são originários do continente americano, e eram amplamente conhecidos desde antes dos colonizadores europeus. Apesar dos olhos do colonizador estarem voltados para os metais preciosos, a batata foi muito importante para diminuir a fome na Europa, reduzindo o preço da força de trabalho, elevando os lucros e permitindo a continuidade da acumulação de capital (e do investimento), fundamental à Revolução Industrial (Marques, 2019, p. 40).

Nota-se então que, desde a colonização, o primeiro grande ciclo de exploração foi marcado pelo extrativismo das chamadas drogas do sertão, com destaque para o cacau. Era uma economia frágil. No século XVIII, as reformas pombalinas modernizaram as relações econômicas, expulsando os jesuítas e criando diretórios administrados a comando das elites para drenagem das riquezas com base na submissão violenta das populações indígenas à lógica do trabalho para o mercado. Na segunda metade do século XIX a situação muda com a exploração da borracha, que se tornou matéria-prima da indústria burguesa. O problema da força de trabalho foi resolvido com a migração nordestina. Contudo, esse ciclo se esgota e no século XX, no período republicano, há uma retomada da ocupação da Amazônia por iniciativas do Estado.

Marques (2019) lembra que desde o governo de Getúlio Vargas tem início um processo de ocupação da Amazônia a partir da concepção de ocupação de "espaços vazios", o que vai sendo renovado no período desenvolvimentista e passa pelos governos militares, oriundos da ditadura civil-militar:

> Com o golpe empresarial-militar de 1964, os governos ditatoriais desenvolveram um discurso de ameaça à soberania brasileira sobre a

> Amazônia. O discurso sobre pressões externas colocava a Amazônia na Doutrina de Segurança Nacional e tirava paulatinamente da região a possibilidade de elaborar um projeto regionalista. Compreende-se, assim, a ênfase dada a uma noção artificialmente desenvolvida: a de que o espaço amazônico era vazio – desconsiderando a presença do indígena, caboclo, migrante, posseiro, dos remanescentes de quilombos, entre outros. Se assim era, restava tão somente ocupá-lo. E isso foi feito, mas privilegiadamente por militares, grandes proprietários e pelo capital (Marques, 2019, p. 89-90).

A onda desenvolvimentista que chega na América Latina a partir da incidência da hegemonia dos EUA, encontra na Amazônia uma região geopolítica difícil de ser integrada pela sua dimensão e complexidade socioespacial. Contudo, com a Revolução Cubana (1959) e a ameaça comunista, os EUA constroem a Aliança para o Progresso, possibilitando a promoção de governos antidemocráticos e autoritários para garantir a ampliação de sua hegemonia ideológica, produtiva e financeira na América Latina. Já no contexto da ditadura civil-militar no país, a Amazônia passa a ser vista como um grande vazio demográfico, dando início a processos de colonização que serviram de antirreforma agrária (Porto-Gonçalves, 2017). Nessa dinâmica, as estradas se tornam o símbolo do progresso e os rios o símbolo do atraso, chancelando um novo ciclo de violência contra os povos originários. Esse processo se disseminou pela América Latina, abrindo as riquezas da Amazônia para a exploração mundial:

> Enfim, sobretudo a partir da década de 1960, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do "máximo controle de pisos ecológicos" do mundo andino-amazônico se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme, explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos (Porto-Gonçalves, 2017, p. 35).

Tal desenvolvimento foi acompanhado de violência, de fluxos migratórios importantes, tornando evidente que pensar a violência urbana nos remete a pensar as espoliações e expropriações nos diferentes biomas do país, habitados por populações com suas formas de trabalhar e se reproduzir, de lutar e resistir.

O Estado teve um protagonismo importante na condução da ocupação e integração da Amazônia sobretudo a partir da ditadura civil-militar, promovendo garantias fiscais e creditícias para favorecer o setor agropecuário. Em 1967 Castelo Branco criou a zona Franca de Manaus e criou o código da mineração, estabelecendo que o subsolo pode ter sua exploração concedida pelo Estado. Assim se organizaram as bases jurídicas para aumentar a exploração da riqueza na Amazônia. Segundo Médici (1969-1974), era uma região de terra sem homens que precisava ser ocupada por homens sem terra. Por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, se promoveu uma política de assentamentos para distribuir alguma terra com o intuito de não democratizá-la de fato: "Na prática, os pequenos produtores, em geral, cumpriram a função de abrir a mata, em regiões de difícil acesso, para os médios e grandes proprietários que viriam depois" (Marques, 2029, p. 161).

Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no início dos anos 70, a Amazônia é tida como uma "fronteira de recursos". Para tal construiu rodovias, promoveu um desenvolvimento centrado no setor privado, apoiando a colonização para ocupação de "espaços vazios". Com a crise do petróleo e o fim do milagre econômico, de 75 a 79 o II PND destinou a Amazônia para exportação de produtos minerais. A concentração de investimentos foi em transporte, energia e minério. O III PND, após a ditadura, se destinou a complementar os planos anteriores. Os interesses do capital prevaleceram. Os pobres, caboclos, continuaram tratados como sem capacidade, sem poder de decisão. Contudo, trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos, partidos e outras organizações, aumentando os conflitos. Lideranças continuaram sendo assassinadas, Chico Mendes sendo uma delas, e

sua morte teve repercussão internacional, dada a importância da luta dos povos da floresta.

Em síntese, o Estado financiou a expansão das fronteiras agrícolas, aumentando os desmatamentos e conflitos. O processo de revisão da Constituição Federativa nos anos 1980 trouxe um novo fôlego às lutas sociais. Houve destaque para a questão ambiental, a partir de mobilização de indígenas, quilombolas e das populações extrativistas, de parlamentares e de outros setores sociais que chamaram a atenção do mundo para a importância da Amazônia.

Não obstante, mesmo com avanços sociais e ambientais importantes na Constituição Federativa de 1988, os governos federais eleitos democraticamente a partir de então assumem medidas de orientação neoliberal para avanço do domínio econômico, político, ideológico, de segmentos da burguesia. Nesse contexto, nos anos 1990 têm início projetos de integração da América Latina. Um resultado que merece nossa atenção é a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (Iirsa), criada em 2000, com protagonismo do Brasil. Se até os anos 1960/70 a ocupação no espaço amazônico tinha intervalos espaçados de tempo, a partir da Iirsa, num contexto de hegemonia neoliberal, há uma intensificação e aceleração dessa ocupação com diversos megaprojetos concomitantes com grandes consequências ecológicas, culturais e políticas para a região e para o planeta (Porto-Gonçalves, 2017).

Com a vitória eleitoral de Lula e a condução dos governos petistas (2003/15), configurando um neodesenvolvimentismo (Castelo, 2012)[6], adotou-se como política o financiamento de grandes obras com o fundo público administrado pelo BNDES por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Cabe destacar que, em 2010, dos 31 projetos considerados prioritários da Iirsa, 14 envolveram diretamente a Amazônia, com hidrelétricas ocupando

[6] Ao analisar a realidade brasileira, Castelo (2012) considera que o neodesenvolvimentismo (ou sociodesenvolvimentismo) busca conciliar o inconciliável, ou seja, manter o poder e privilégios das classes dominantes, associados aos investimentos internacionais, seguindo políticas ditadas pelo mercado financeiro, e, ao mesmo tempo, promover justiça social.

centralidade em termos de produção de energia, além do petróleo e do gás, gerando demanda por criação de infraestrutura, como construção de estradas, gasodutos, oleodutos, etc. Com o governo de Bolsonaro (2019/29022) aumentou a militarização na gestão ambiental que guarda uma lógica de não reconhecimento da importância das populações tradicionais, favorecendo as atividades agropecuárias, de extração madeireira, mineradoras, a despeito dos seus impactos sobre as desigualdades sociais e ambientais. Na atual gestão de Lula à frente do governo federal, o PAC conta mais com financiamento da iniciativa privada na retomada de projetos de desenvolvimento. A permanência dessa dinâmica provoca desmatamento, aquecimento global e incide diretamente sobre a vida das populações que se encontram no raio de instalação de tais empreendimentos, gerando tensões sociais e conflitos territoriais.

No contexto de aprofundamento de políticas neoliberais, há o crescimento do gado, da soja e da mineração na Amazônia que demandam obras para integrar a cadeia produtiva aos mercados e demandam produção de energia. Assim, portos, hidrovias, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, também pressionam as comunidades tradicionais a saírem do caminho do desenvolvimento. A Lei Kandir (1996), que isenta de impostos a exportação de produtos básicos, como agrícolas e minérios, e a privatização da Companhia Vale (1997) são alguns dos marcos de favorecimento do mercado.

De forma complementar, contrarreformas vem sendo conduzidas para alterar a legislação agrária e ambiental favorecendo a grilagem de terras e dificultando a fiscalização do trabalho escravo e dos crimes ambientais. A situação ganha mais complexidade, pois muitos empreendimentos violadores de direitos são vinculados ao capital financeiro e ao mercado global, provocando desterritorialização:

> Segundo o Imazon, em 1978 apenas 1,78% da área do estado estava desmatada, mas esse percentual aumentou para 28,5% na década de 2010... Conflitos e problemas diversos eclodiram desde então – entre os quais, a ocorrência de casos de trabalho em condições análogas à escravidão (Marques, 2019, p.195-196).

Mesmo nos governos Lula esse lugar de extração da riqueza da Amazônia não cessou. Ao contrário, o próprio BNDES financia atividades. Tem havido aumento das atividades que degradam o meio ambiente, aumentando a pressão sobre a floresta e sobre as águas e se beneficiam da superexploração da força de trabalho. Como resultado, enquanto nossas riquezas são drenadas para o mercado externo, seja na forma de produtos primários, seja como ganhos das companhias repassados aos acionistas, a pobreza fica conosco. Junto da produção agropecuária e mineral há trabalho escravo, assassinatos, prostituição infantil, fome, desagregação social, crise urbana e generalização do desemprego e da pobreza:

> A pobreza se generaliza e se reproduz. Pelos números divulgados em 2013, com dados de 2010, o estado paraense estava na nada confortável antepenúltima colocação no ranking nacional (25.º lugar) em desenvolvimento humano, empatado com o Piauí e somente à frente de Alagoas e Maranhão (penúltimo colocado e também da região amazônica). Os 10 municípios brasileiros com pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) encontravam-se todos na Amazônia Legal, sendo quatro no Pará, inclusive o pior de todos, Melgaço, localizado na ilha do Marajó, onde se estimava que até metade da população municipal fosse analfabeta. *Entre os 20 municípios com os piores IDHs do Brasil, 15 eram da região amazônica* (Marques, 2019, p. 221-222, grifos nossos).

Trata-se de um conjunto de trocas econômicas, sociais, ecológicas, desiguais. Vendem-se produtos primários (alimentos e matérias-primas) e compram-se industrializados. As nações dominantes continuam investindo em inovação tecnológica e a burguesia local busca compensar essa perda aumentando a exploração do seu trabalhador, seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela intensidade, pela redução do emprego de trabalhadores, para recompor a mais-valia perdida. Autores como Ruy Marini e Theotônio dos Santos, da Teoria Marxista da Dependência, acusaram sobre o processo:

> O barateamento dos produtos básicos (*commodities* agrícolas e minerais) exportados pela Amazônia também contribui para a diminuição do gasto que as economias centrais têm com o capital constante (nesse caso específico,

> com matérias-primas). Em situações de crescimento econômico, isso leva ao aumento dos lucros. Em momentos de crise, ajuda a contrabalançar a queda das taxas de lucro, contribuindo para a saída da recessão nas economias dominantes (Marques, 2019, p. 268).

Em síntese, mesmo em tempos de financeirização da economia, toda a origem do lucro, da renda fundiária, é advinda da apropriação do trabalho excedente, que impõe aos trabalhadores e trabalhadoras relações extremamente precárias de vínculos empregatícios e de vida. A biopirataria e a pilhagem de recursos genéticos, de propriedade intelectual, degradação ambiental, compõem elementos da acumulação por espoliação tematizada por Harvey (Marques, p. 270-271).

A financeirização da natureza por meio da produção de *commodities* minerais e agropecuárias e por meio do mercado verde se expressa no avanço espacial do agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio (Malheiro; Porto-Gonçalves, Michelotti, 2021), que é acompanhado da degradação ambiental e superexploração da força de trabalho. A militarização da região tem sido uma estratégia desde o período da ditadura-civil militar, que trata os povos amazônidas como inimigos desse modelo de desenvolvimento que favorece a iniciativa privada.

Contudo, são os povos que não separam cultura da natureza e vêm há milênios cultivando e manejando esses vastos territórios, produzindo biocultura. Dessa forma, onde há população tradicional, há diversidade, há floresta, e onde há capital, há desmatamento, contribuindo com o aquecimento global. Essa luta vem de longe, com diversidade de povos e organizações, abrigados dentro do conceito ampliado de campesinato. Os caboclos constituíram uma denominação para a multiplicidade de povos que habitam as beiras dos rios. Na década de 1980, no processo de transição democrática de luta pela Constituinte, outras identidades surgiram na luta por direitos, por territórios, por liberdade. Nesse bojo, temos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas. Destaca-se a grande importância da criação das reservas extrativistas. Contudo, com a ampliação da ocupação

da Amazônia pela mineração, agronegócio, hidrelétricas, no rastro da abertura de rodovias, ferrovias, portos, barragens, surgem movimentos em defesa da reforma agrária, pela soberania na mineração, atingidos por barragens, cujas lutas continuam vivas, complexificando a luta de classes.

Assim, no caminho do agro-minero-hidro-bio-carbo-negócio os movimentos disputam território com projeto de vida. Nessas experiências as memórias bioculturais de indígenas e camponeses são resgatadas e o campo agroecológico reúne tais saberes, estabelecendo mediações entre ciência, conhecimento popular e política. Tais resistências se contrapõem à ofensiva territorial e jurídica que busca flexibilizar a legislação, favorecendo empreendimentos do capital. Nesse sentido, a luta contra o projeto de lei conhecido como Marco Temporal (em que os povos indígenas só teriam direito às terras ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988) e a implementação de protocolos em acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (em vigor no Brasil desde 2003) deveriam ocupar centralidade, unificando todas as lutas pelo direito ao território, como a reforma agrária, a titulação das comunidades quilombolas, os direitos das populações ribeirinhas.

O contexto de crise civilizatória da ordem do capital aumenta os desafios para a região pan-amazônica. Recuperar a biocultura dos amazônidas e sua defesa da sociobiodiversidade empreendida por lutas emancipatórias deve compor o conjunto de estratégias de uma transição ecossocialista, pelo acúmulo de experiências de um sociometabolismo mais equilibrado com a natureza, em aliança com as lutas classista, antirracista, feminista. Nessa direção, o fundo público deve ser disputado para investimento em áreas de interesse social.

Conclusão

Imersos neste contexto de crise civilizatória do capital, marcadamente pela crise ambiental e climática, a região pan-amazônica tem uma função estratégica para o planeta no reconhecimento de múltiplos modos de vida de comunidades

tradicionais, e povos originários com cerca de 180 línguas. Partimos do suposto que tais comunidades fazem resistência aos avanços do capital em seus territórios, buscando construir uma outra sociabilidade que recupere o equilíbrio sociometabólico na relação entre homem e natureza, entre sociedade e meio ambiente, tendo um papel importante na preservação e conservação ambiental. Mas a luta não se dá apenas nos territórios em nível local, pois ao longo das últimas décadas têm-se construído alianças entre os povos das florestas, das águas, do campo, da cidade, fazendo com que as lutas ecoem no mundo globalizado. Dessa forma, o desenvolvimento do capital gera conflito, mas também resistência em defesa da vida em sua sociobiodiversidade. Nesse sentido, "para a classe trabalhadora, os conflitos socioambientais são nada menos que a expressão concreta de lutas coletivas para reaver ou manter a possibilidade de dispor da natureza (ou do meio ambiente e seus recursos) para atender necessidades de sobrevivência" (Santos *et al*., 2021, p. 230).

De forma complementar, recorremos à acepção de Porto-Gonçalves que afirma que "o conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação" (2017, p. 77). Destarte, a compreensão acerca da questão socioambiental passa pela compreensão dos conflitos territoriais e das lutas emancipatórias na disputa pelo "comum", buscando no campo da ecologia política novos rumos para a economia política:

> A luta pela preservação da floresta igualmente não pode ser desconectada da percepção de que necessitamos de um novo modelo de sociedade, não mais assentada na busca do lucro, mas do verdadeiro desenvolvimento humano, na qual os seres humanos possam se desenvolver plenamente e estabelecer relações não contraditórias e/ou degradantes com a natureza. Uma condição necessária para que se estabeleça outra relação entre sociedade e natureza é que se construa uma nova relação entre os seres humanos, desta vez pautada na igualdade social. Aqui deve residir nossa fonte de otimismo (Marques, 2019, p. 35).

A necessidade de uma transição com mudanças estruturais reconhece que os acordos internacionais são insuficientes para enfrentar a crise ambiental.

E, na atualidade, com a ascensão de governos de extrema direita, a retomada de medidas protecionistas e a decisão pela ruptura com acordos, se descortina uma tendência em aprofundar o uso da política climática para assegurar o lugar do mercado a fim de "solucionar" o caos provocado pelo próprio capitalismo. Pois, enquanto se exportam matérias-primas e alimentos, a população brasileira enfrenta a fome, a desterritorialização e múltiplas violências, conforme a Comissão Pastoral da Terra registra.

Dessa forma, as mudanças climáticas têm reforçado o capitalismo, em vez de abrir os caminhos para uma real transição. Quer dizer, uma transição climática sustentável só é possível com uma transição classista, ecossocialista, feminista e antirracista, o que implica mudanças que reestabeleçam o sociometabolismo, que rompam com as desigualdades raciais e de gênero. Nos termos precisos de Ferdinand: "a justiça ambiental está intimamente ligada às lutas decoloniais no mundo" (2022, p. 260).

O movimento ambientalista precisa romper com a ideia de terra sem gente como forma de preservação ambiental, pois nessa leitura o capital se beneficia ocupando os territórios habitados por povos tradicionais, seja com empreendimentos que desterritorializam comunidades, ou as tornando reféns da manutenção dos territórios integrados ao mercado de carbono, seja fazendo a gestão privada de áreas públicas de conservação, conforme decretos assinados na gestão de Jair Bolsonaro. Assim, o capital provoca o caos climático e vende "soluções verdes".

A realização da COP-30 em 2025 na Amazônia indicará a temperatura não só do clima, mas da política mundial para o próximo período, revelando se os povos amazônidas participarão efetivamente da conferência com incidência sobre as decisões multilaterais, pois suas lutas nos territórios podem ter alcance global, inspirando outras lutas emancipatórias e construindo e aprofundando alianças na diversidade: "A riqueza da biodiversidade e da cultura amazônida deve sustentar um projeto regional, que por sua dimensão e conteúdo se transforma em projeto para a humanidade" (Marques, 2019, p. 281).

Referências

ABRAMOVAY, R. *Amazônia*: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019

ARÁOZ, Horácio M. *Mineração, genealogia do desastre*: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Perés. São Paulo: Elefante, 2020

BRAND, Ulrich & WISSEN, Markus. *Modo de vida imperial*: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. Tradução de Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021

BRUM, Eliane. *Banzeiro Òkòtó* – uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 112, out/dez. 2012

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial*: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu editora, 2022

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010

GORZ, Andre. Bâtir la civilisation du temps libéré. *Le monde diplomatique*. Éditions Les Liens qui Libèrent, 2013

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

IPCC. *Mudança do clima 2021*: a base científica. Sumário para formuladores de políticas. Tradução realizada pelo governo brasileiro. Tradução de Mariane Arantes Rocha de Oliveira. Disponível em https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf

LEFF, Enrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Tradução de Sigrid de Mendonça Andersen e Adriano Scandolara. Curitiba, Ed. UFPR, v. 27, jun/2013

LEFF, Enrique. *Ecologia política*: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução Jorge Calvimontes. Campinas/SP: Editora da Unicamp. 2021

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, CW; MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes amazônicos*: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021

MARQUES, Gilberto S. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital – crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas)

MARK, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARK, K. *O capital – crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas)

NEVES, Eduardo G. *Sob os tempos do equinócio*: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Ubu/Edusp, 2022

PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. *Diálogos entre saberes por uma Amazônia que queremos*: debatendo o futuro e o presente da Amazônia. Agência Bori, Nexo Políticas Públicas.

Disponível em https://www.aamazoniaquequeremos.org/wp-content/uploads/2023/10/Publicac%CC%A7a%CC%83o-SPA-Bori-Nexo.pdf. Acesso em 13/12/2024

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 107, setembro 2015, p. 63-90. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/6018

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia: Encruzilhada civilizatória*: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In CLACSO. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf, acesso em 30/04/2021

SAITO, Kohei. *O capital no Antropoceno*. Tradução Caroline M Gomes. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2024

SANTOS, J. S. *et al*. Conflitos socioambientais e lutas de classe. Em Araújo, N. (Org.) *Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais*. Sergipe: UFS, 2020

SVAMPA, Maristela. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*: conflitos socioambientais, giro decolonial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019

TANURO, D. *L'impossible capitalisme vert.* Paris: Éditions La Découverte, 2012

ADNA FERNANDES PEREIRA DOS SANTOS
VICTORIA DE CARVALHO AVELINO
ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS
ANDRÉA SIMONE RENTE LEÃO

BIOECONOMIA E SOCIOBIODIVERSIDADE: DOIS CONCEITOS E UMA MESMA IDEIA?

Recebido em 15/05/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1281

BIOECONOMIA E SOCIOBIODIVERSIDADE: DOIS CONCEITOS E UMA MESMA IDEIA?

ADNA FERNANDES PEREIRA DOS SANTOS

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Email: adnafeh18@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0009-0006-5728-9943

VICTORIA DE CARVALHO AVELINO

Graduada em Economia pela Ufopa

Email: victoriacarvalhoavelino@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0009-0006-8039-555X

ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS

Professora de Economia da Ufopa, pesquisadora do Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia (Gepesa).

Email: zilda.santos@ufopa.edu.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5593-552X

ANDRÉA SIMONE RENTE LEÃO

Professora de Economia da Ufopa, pesquisadora do Gepesa

Email: andrea.leao@ufopa.edu.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4126-8244

Resumo

O presente artigo pretende ser um ensaio sobre bioeconomia e sociobiodiversidade, tendo como objetivo apresentar essas categorias conceituais, procurando realizar uma discussão sobre seus significados e a identificação de possíveis similaridades e sobreposições. Ainda, tem como contexto buscar refletir, de forma preliminar, como vêm sendo desenvolvidos os discursos atuais acerca do termo bioeconomia. Paralelamente, pretende dialogar acerca da bioeconomia e de como o uso do termo varia de acordo com os agentes envolvidos. Para tanto, em termos de procedimentos metodológicos, o trabalho é exploratório, descritivo e bibliográfico. Em termos de resultados, o trabalho mostra, a partir das referências analisadas, que uma dentre as vertentes atuais da bioeconomia dialoga e apresenta similaridades com o termo sociobiodiversidade, já utilizado no Brasil há algum tempo, de modo que os esforços em torno da construção de uma definição de bioeconomia aderente à realidade amazônica podem ser substituídos por esforços para construção de políticas e planos de ação efetivos para a transformação necessária no paradigma produtivo proposto para a região.

Palavras-chave: bioeconomia; sociobiodiversidade; desenvolvimento sustentável; Amazônia

Abstract

This article aims to be an essay on bioeconomy and sociobiodiversity, presenting these conceptual categories, seeking to discuss their meanings and identify possible similarities and overlaps. Furthermore, it seeks to reflect, in a preliminary manner, on how current discourses surrounding the term "bioeconomy" are developing. At the same time, it intends to discuss bioeconomy and how its use varies according to the agents involved. To this end, in terms of methodological procedures, the work is exploratory, descriptive, and bibliographical. In terms of results, the work shows, based on the references analyzed, that one of the current strands of bioeconomy interacts with and presents similarities to the term "sociobiodiversity," which has been used in Brazil for some time. Thus, efforts to construct a definition of bioeconomy that is relevant to the Amazonian context can be replaced by efforts to develop effective policies and action plans for the necessary transformation of the productive paradigm proposed for the region.

Keywords: bioeconomy; sociobiodiversity; sustainable development; Amazon.

1. Introdução

O presente artigo pretende ser um ensaio sobre bioeconomia e sociobiodiversidade, tendo por objetivo apresentar essas categorias conceituais e buscando uma reflexão com o propósito de identificar possíveis similaridades entre os dois conceitos. Apesar da recente emergência do termo bioeconomia em diferentes esferas de discussão que vão do âmbito da construção de políticas públicas ao acadêmico nos contextos nacional e internacional, a sua origem remonta à década de 1970 quando Georgescu-Roegen propôs a sua compreensão sobre o funcionamento do sistema econômico e alertou para o fato de que a economia, como parte da natureza, está sujeita às leis da física.

Observa-se, contudo, que, em grande parte dos discursos atuais, o termo bioeconomia vem sendo abordado sob outras perspectivas, não apenas diferentes da de Georgescu-Roegen, mas também diferentes entre si, de modo que a definição de bioeconomia varia de acordo com os usos propostos e os agentes envolvidos. Além disso, é possível notar em alguns contextos que existe uma convergência do termo bioeconomia com um termo utilizado há algum tempo no Brasil: a sociobiodiversidade.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a responder os seguintes questionamentos: a) se existe, quais são as similaridades entre o termo bioeconomia e sociobiodiversidade? b) a ideia atual de bioeconomia converge com a apresentada por Georgescu-Roegen na década de 1970? c) quais as visões dominantes, atualmente, para o termo bioeconomia? d) no contexto amazônico, é possível o uso generalizado do termo bioeconomia?

Para tentar responder a essas perguntas realizou-se um estudo que, segundo Prestes (2002), é exploratório e descritivo e, quanto ao objeto, é uma revisão bibliográfica, a partir da leitura e discussão sistematizada de vinte trabalhos sobre bioeconomia em diferentes estruturas (monografias, artigos acadêmicos, notas técnicas, textos para discussão e políticas públicas) e de quatro trabalhos sobre o tema da sociobiodiversidade (artigos acadêmicos e

livros), assim como a revisão das políticas públicas de sociobiodiversidade, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, implementados no Brasil (PGPM-Bio).

O trabalho está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção é dedicada à apresentação do termo bioeconomia, sua origem, vertentes atuais e uso na Amazônia. A segunda, dedicada ao conceito de sociobiodiversidade, e, por fim, a terceira seção analítica, na qual pretende-se apresentar as convergências entre os dois termos.

2. Bioeconomia

A presente seção divide-se em duas subseções onde a primeira tem como objetivo apresentar a origem do termo Bioeconomia, os diferentes usos e vertentes identificados na atualidade a partir do estudo bibliográfico realizado e, a segunda subseção trará um panorama e seus desdobramentos da aplicação do termo para o contexto amazônico.

2.1 Origem do conceito de bioeconomia e suas vertentes

O termo bioeconomia vem ganhando espaço em agendas políticas, científicas e mercadológicas como uma alternativa possível para usos dos recursos e conservação da biodiversidade e culturas dos povos tradicionais a partir da perspectiva da sustentabilidade. Contudo, o uso do termo bioeconomia não é novo, e sempre foi ancorado em questões relacionadas ao uso dos recursos ambientais no contexto produtivista capitalista, onde esses recursos, enquanto fator de produção, por muito tempo foram considerados pelo *mainstream*, a exemplo dos economistas neoclássicos, como recursos abundantes, o que ao longo do século XX se tornou uma falácia, frente às crises ambientais (Foladori, 2001).

Contudo, mesmo antes do despontar das reflexões sobre crise ambiental e questionamentos referentes ao processo de desenvolvimento econômico,

muitos cientistas do meio natural começaram a perceber o desequilíbrio ambiental em curso. Um exemplo desses foi o biólogo marinho russo Baranoff que, ao alertar sobre a exploração dos recursos renováveis, utilizou o termo bioeconomia para identificar problemas de gestão no setor pesqueiro, a partir de duas questões: 1) o retorno econômico sobre o investimento; e 2) o risco de superexploração do ecossistema aquático, causando o esgotamento de peixes, o que reduziria a produtividade da atividade econômica a longo prazo (Foladori, 2001; Giampietro, 2019). Tipos de alertas como os de Baranoff aumentaram, demonstrando que, de um lado, a ciência econômica enquanto baluarte das discussões sobre desenvolvimento não estava mais dando conta de responder a problemas emergências do sistema produtivo e, de outro, se fazia necessário tornar o tema interdisciplinar, de modo que as ciências sociais aplicadas, as ciências naturais e exatas pudessem dialogar e pensar caminhos para responder a questões como as levantadas por Baranoff.

No final da década de 1960, de acordo com Bonaiuti (2016), o termo bioeconomia foi usado por Jirì Zeman, da Academia Checoslovaca, agora não mais para alertar problemas ambientais e de uso dos recursos naturais, mas para "[...] expressar uma nova economia na qual, precisamente, *a substância biológica do processo econômico em quase todos os aspectos* deveria ser adequadamente reconhecida" (p. 49, grifo do autor). Um exemplo de que a partir dos problemas ambientais reconhecidos em meados do século XX, como fruto de processos de desenvolvimento econômico pautados na produção em larga escala e uso extremo dos recursos, estavam-se vivenciando desequilíbrios que iriam afetar tanto o meio ambiente como o ser humano, considerando que este faz parte desse meio.

Nesse momento, atores políticos, econômicos e do campo das ciências são convidados a repensar sua trajetória dentro da perspectiva crítica sobre os processos do desenvolvimento e como isso estava afetando em escala mundial o meio ambiente em diversos níveis: mudanças climáticas, extinção de espécies da fauna e flora, poluição de rios, dentre outros. Fóruns globais,

pesquisas e alternativas vêm sendo trabalhadas ao longo do tempo, sempre com a preocupação de pensar alternativas para o problema ambiental gerado por um processo de desenvolvimento predador. Assim, quando se processa o termo bioeconomia como uma forma de buscar *expressar uma nova economia*, entende-se a bioeconomia como mais uma categoria que vem no bojo de tentar pensar novos caminhos alternativos para o dilema capitalista de desenvolver a qualquer custo[1].

Nessa perspectiva reflexiva, um dos primeiros economistas a utilizar o termo bioeconomia foi o romeno Nicholas Georgescu-Roegen, na década de 1970, para expressar um novo campo do conhecimento proposto por ele, no qual economia, física e biologia estão integradas. Ou seja, para Georgescu-Roegen não é possível a análise dos processos econômicos sem a compreensão de que o sistema econômico é um subsistema do Sistema Terra e, portanto, está sujeito às limitações das leis da física, em especial a lei da entropia (Bonaiuti, 2016).

Em seu artigo *Energy and Economics Myths* de 1975, traduzido para o português na publicação do Senac de 2012, Georgescu-Roegen (2012) defende o que ele chama de Programa Bioeconômico Mínimo, no qual enumera oito itens que conclamam por uma atividade produtiva que realmente sirva para atender às necessidades humanas, ao invés de atender à vaidade humana. Entre os itens do Programa Bioeconômico Mínimo de Gerogescu-Roegen destaca-se: 1) "reduzir progressivamente a sua população até um nível em que uma agricultura orgânica bastasse para alimentá-la devidamente" (p. 133); 2) "enquanto o uso direto de energia solar não estiver implantado e não fizer parte dos costumes, ou enquanto a fusão termonuclear não estiver controlada, deve-se evitar cuidadosamente todo desperdício de energia e, se necessário, regulamentar estritamente os excessos de aquecimento" (p. 133); 3) "é necessário tornar mais duráveis as mercadorias" (p. 134).

[1] Sobre os temas ver também: Leão (2017); Enriquez (2010); Sachs (2009); Veiga (2005).

As ideias de Georgescu-Roegen foram basilares para a estruturação, no final da década de 1980, da escola econômica conhecida como Economia Ecológica. Para a economia ecológica existe um limite biofísico para o crescimento econômico que não é possível de ser transposto pelo desenvolvimento tecnológico, como defende a Economia Ambiental ou do Meio Ambiente, que tem suas raízes na escola neoclássica e que emergiu quase simultaneamente à economia ecológica.

Assim, na bioeconomia pensada pelo economista romeno, a natureza limita o processo econômico, ao mesmo tempo que a tecnologia não é capaz de encontrar um substituto para cada produto que se torna escasso, mesmo que o processo tecnológico seja capaz de encontrar e administrar novas fontes de energia (Dias; Carvalho, 2017).

Mais recentemente, no começo dos anos 2000, o termo bioeconomia foi recuperado por organizações mundiais de fundo político, ganhando uma nova versão em um documento elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2009, p. 8, tradução nossa), que define bioeconomia como:

> [...] um mundo onde a biotecnologia contribui para uma parte significativa da produção econômica. A bioeconomia emergente envolverá provavelmente três elementos: a utilização de conhecimentos avançados de genes e de processos celulares complexos para desenvolver novos processos e produtos, a utilização de biomassa renovável e de bioprocessos eficientes para apoiar a produção sustentável, e a integração de conhecimentos e aplicações biotecnológicas em toda a economia.

Observa-se assim que, pela OCDE (2009), o conceito de bioeconomia está vinculado à biotecnologia, ou seja, distante da versão original de Georgescu-Roegen e próximo da vertente da economia ambiental neoclássica. Ademais, a OCDE (2009) destaca a relevância da bioeconomia para que a transição dos setores de agricultura, saúde e indústria sejam eficientes para apoiar a produção sustentável por meio de aplicações biotecnológicas em toda economia. A partir do referido documento, proliferou-se

no mundo todo a disseminação do uso do termo bioeconomia em diversas arenas e com diferentes significados. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2021, p. 4, tradução nossa), bioeconomia é a:

> [...] produção, utilização, conservação e regeneração de recursos biológicos, incluindo conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer soluções sustentáveis em todos os setores econômicos e permitir uma transformação para uma economia sustentável.

Nesse sentido, percebe-se que a partir dos escritos da FAO (2021), esta instituição se esforça para avançar em diferentes setores da economia, oferecendo oportunidades para o alcance de diversos objetivos, princípios e enfrentamentos dos riscos das mudanças climáticas que sejam assegurados pela sustentabilidade que a bioeconomia proporciona. Outrossim, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) compreende bioeconomia como:

> [...] um processo dinâmico e complexo de transformação social, que requer uma perspectiva política de longo prazo; os países podem definir as suas bioeconomias com base nas suas próprias realidades e capacidades nacionais, bem como nos seus elementos programáticos. (Rodríguez *et al.*, 2019, p. 9, tradução nossa)

Sob outro espectro, a Cepal defende que, na América Latina e no Caribe, a bioeconomia deve ser construída sobre quatro pilares principais:1) promover o desenvolvimento sustentável; 2) promover a ação climática; 3) promover a inclusão social e a redução das lacunas de desenvolvimento territorial dentro dos países; e 4) promover processos de inovação capazes de contribuir para a diversificação da economia e geração de novas cadeias de valor.

Percebe-se a partir do exposto acima que, a partir dos anos 2000, houve uma apropriação do termo bioeconomia por instituições internacionais que se incumbiram de reavivar o termo e disseminá-lo como uma alternativa para promover um desenvolvimento sustentável, includente, diversificado e pautado em processos tecnológicos. Isso posto, impõem-se reflexões acerca

de se tal alternativa se adequaria a contextos de desigualdades sociais, concentração de renda, baixo uso de tecnologias e intensa exploração dos recursos naturais, a exemplo do Brasil.

E, quando se pensa nas discussões dentro do país com relação ao termo bioeconomia e como ele retorna à pauta de discussão a partir das instituições internacionais, existem diversas percepções adotadas sobre o conceito de bioeconomia, levando alguns autores a caracterizarem a bioeconomia como um conceito polissêmico e em disputa (Abramovay *et al.*, 2021; Costa *et al.*, 2022). Isso reforça, dentre outras questões, o reconhecimento de que pensar bioeconomia para o Brasil, onde há enorme diversidade ambiental, cultural e regional, precisa-se respeitar tais diversidades e a capacidade e especificidades de se lidar com as questões de fundo que o termo acarreta.

No que concerne ao início de inserção do termo bioeconomia nas discussões nacionais, o mesmo, a exemplo do que aconteceu fora do Brasil, começa a se materializar como uma alternativa a partir de documentos oficiais do governo brasileiro, onde uma das primeiras definições para o termo bioeconomia pode ser encontrada em um dos documentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2018, p. 12):

> O conjunto de atividades econômicas baseadas na utilização sustentável e inovadora de recursos biológicos renováveis (biomassa), em substituição às matérias-primas fósseis, para a produção de alimentos, rações, materiais, produtos químicos, combustíveis e energia produzidos por meio de processos biológicos, químicos, termoquímicos ou físicos, promovendo a saúde, o desenvolvimento sustentável, o crescimento nacional e o bem-estar da população.

Com o crescimento desse debate no país e no mundo, é perceptível que concepções e conceitos de bioeconomia devam atender diferentes realidades, especificidades e potencialidades de regiões diversas, indo além dos avanços tecnológicos e biogenéticos. Desta forma, pode-se considerar que o conceito de bioeconomia mudou consideravelmente desde os tempos de Georgescu-Roegen. Nos últimos cinquenta anos, o termo se expandiu

conforme ocorriam as tentativas de adaptação da ideia a diferentes realidades, pautadas na perspectiva de introduzi-lo como um mecanismo de ação de Estado, tendo em vista que mais uma vez o mundo e o Brasil, mais especificamente, estão às voltas com problemas ambientais, a exemplo dos ocasionados pelas mudanças climáticas impactando diretamente processos produtivos e ameaçando a qualidade de vida e bem-estar social dos seres vivos.

Essa expansão ainda está em curso e levantando novas pautas e estudos científicos sobre bioeconomia e como esta vem sendo utilizada no contexto de políticas públicas. É dentro deste contexto que se identificam os autores – institucionais ou cientistas – que são apresentados neste trabalho. Dentre as abordagens que a bioeconomia desenvolveu ao longo do tempo, Bugge *et al.* (2016) constataram três vertentes principais reconhecidas atualmente: 1) bioeconomia biotecnológica; 2) bioeconomia dos biorrecursos e 3) bioeconomia bioecológica. Embora as três visões apresentem similaridades, elas divergem entre si em seus objetivos e na criação de valor, como destaca-se a seguir:

- **Bioeconomia biotecnológica:** A vertente biotecnológica da bioeconomia, como o próprio nome sugere, assume que o uso da biotecnologia e sua consequente aplicação no mercado farão com que os principais objetivos desta visão sejam alcançados: crescimento econômico e geração de empregos. Aqui, o crescimento econômico é tido como prioridade, e não a sustentabilidade. A criação de valor está pautada na aplicação da biotecnologia em diferentes setores, sendo necessário que, para tal, sejam realizados investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), investigação e inovação. Ademais, a pesquisa em biotecnologia exerce um papel fundamental ao possibilitar a construção de produtos e processos de produção a partir de métodos aplicados em nível molecular, permitindo a transformação da biomassa em um extenso leque de produtos aptos a serem disponibilizados no mercado.
- **Bioeconomia dos biorrecursos:** A vertente dos biorrecursos, por sua vez, tem como objetivo tanto o crescimento econômico quanto a sustentabilidade – embora esta, ainda assim, não receba tanto destaque quanto aquela em discussões como, por exemplo, o aumento do desmatamento

decorrente do aumento do uso de biomassa. De forma similar à visão biotecnológica, existe uma expectativa na vertente dos recursos biológicos de que a capitalização dos biorrecursos eleve o crescimento econômico. Para alcançar as metas almejadas, as bioinovações atuam como fatores cruciais nesta visão. Junto a isso, a bioeconomia dos biorrecursos busca substituir as matérias-primas fósseis das cadeias de processamento por matérias-primas de base biológica, com a transformação de biorrecursos em novos produtos, fundamentando a criação de valor da vertente. Além disso, a gestão de resíduos despejados no ambiente pelos processos produtivos é uma das principais inquietações da bioeconomia dos biorrecursos (Bugge *et al*., 2016). Sendo assim, um dos focos da visão dos biorrecursos é "[...] minimizar a produção de resíduos orgânicos ao longo da cadeia de valor [...]" (p. 11, tradução nossa).

- **Bioeconomia bioecológica:** A bioeconomia bioecológica coloca a sustentabilidade como objetivo principal e acima do crescimento econômico. Em termos de criação de valor, a vertente bioecológica destaca como pontos principais a promoção da biodiversidade e a conservação dos ecossistemas, assim como a prevenção da degradação do solo e a capacidade de fornecimento de serviços ecossistêmicos. A partir disso, a bioeconomia bioecológica aponta estratégias para a adoção de um processo de produção autossustentável, dentre elas: a realocação da produção de energia advinda dos biorrecursos para o final da cadeia de valor; e o uso de resíduos próprios e de áreas urbanas na instalação de produção de bioprodutos. Além do mais, a pesquisa e inovação estão presentes nesta vertente, no entanto, são submetidas aos objetivos centrais da visão bioecológica. Por fim, um dos diferenciais mais notáveis da bioeconomia bioecológica é a inclusão das populações locais nas discussões sobre uma bioeconomia ideal. Para Bugge *et al*. (2016, p. 13, tradução nossa, grifo do autor), "[...] a visão bioecológica apela ao desenvolvimento de economias integradas localmente, ou seja, 'sistemas agroecológicos de base local, como parte central dos esforços para garantir uma bioeconomia sustentável'".

De acordo com Lopes e Chiavari (2022), a OCDE, organização que impulsionou o recomeço da discussão do termo bioeconomia após um longo período sem aparecer no radar, enxerga a bioeconomia sob a ótica da vertente biotecnológica. Da mesma forma, Estados Unidos e União Europeia seguem essa visão, perpassando porém pela visão dos biorrecursos. No Brasil, o MCTI adota uma combinação das visões biotecnológica e dos biorrecursos;

o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) possui definições sobre bioeconomia que variam entre as três visões. Ainda segundo as autoras, no âmbito acadêmico e em organizações da sociedade civil do Brasil, as vertentes predominantes são a biotecnológica e a bioecológica, sendo esta última adotada principalmente em discussões voltadas para a Amazônia.

Portanto, levando em conta a explosão do surgimento nos últimos anos de iniciativas financeiras e políticas públicas que visam avaliar o possível comportamento das abordagens da bioeconomia na Amazônia, é imprescindível definir preceitos para uma bioeconomia pensada para a região; afinal, a possibilidade da bioeconomia dar certo na região amazônica só existe se a floresta permanecer em pé (Bergamo *et al.*, 2022), como se verá na próxima seção.

2.2 Bioeconomia e os desdobramentos para a Amazônia

Diversos autores e organizações concordam que no Brasil, país com a maior floresta tropical do mundo, a bioeconomia torna-se tema central quando se fala em fomentar estratégias para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Desenvolvimento sustentável entendido a partir das contribuições de um dos autores que reconhecidamente mais reflexões e críticas fez acerca do tema, Ignacy Sachs, e que Coutinho (2014, p. 20) destaca:

> Em suas contribuições, Sachs ressalta a importância de encontrar alternativa a um modelo de desenvolvimento que acaba destruindo mais riqueza do que gera. Destaca a urgência de reconhecer que estamos em uma nova fase de evolução e necessitamos adotar uma conduta de: i) prudência ambiental, capaz de reduzir os impactos negativos do atual padrão de produção, desperdício e descarte em massa sobre o planeta; e, ii) justiça social, visando a superar o processo de globalização desigual e desequilibrado. Defende com vigor a premência de elaborar e pôr em prática estratégias de desenvolvimento ambientalmente, sustentável e socialmente includente, alertando para a sua indissociabilidade.

Prudência ambiental e justiça social com eficiência econômica que vá além do global e se importe com processos de desenvolvimento local é o que Sachs *et al.* (2014) enfatizam, defendendo que tais processos devem ser direcionados pelas comunidades e de forma participativa. Ainda segundo esses autores:

> [...] Inúmeras experiências no mundo têm mostrado que o interesse individual das pessoas pelo seu progresso funciona efetivamente quando ancorado no desenvolvimento integrado do território. Com sistemas simples de seguimento de qualidade de vida local e o condicionamento do acesso aos recursos à estruturação de entidades locais de promoção do desenvolvimento, gera-se a base organizacional de um desenvolvimento mais equilibrado. [...] o desenvolvimento funciona quando é participativo, como um razoável equilíbrio entre o fomento externo e a dimensão endógena do processo (p. 63).

Desta forma, chama-se a atenção acerca das bases do desenvolvimento sustentável, e a retórica da participação ainda tem um longo caminho, pois, à medida que tal conceito se torna parâmetro para processo de desenvolvimento nacional, regional ou local, "[...] faz-se necessário, além das percepções acerca de suas dimensões e formas de viabilização, ações que permitam um diálogo entre Estado e Sociedade Civil, tendo por base processos de participação democráticos" (Leão, 2017, p. 203). Para Rocha e Bursztyn (2005, p. 1-2):

> A participação [...] é um dos imperativos ao desenvolvimento sustentável. [...] São gerações do presente que precisam intervir no padrão do desenvolvimento corrente, buscando a mudança de rumos às atuais tendências de degradação social e ambiental.

Desta forma, Estado e sociedade civil devem ser considerados como os principais agentes nas tomadas de decisões sociopolíticas para o desenvolvimento e, ao pensar em ações que envolvam os preceitos de um processo de desenvolvimento sustentável, tanto um como outro precisam sempre levar em consideração o tripé mencionado – prudência ambiental, justiça

social e eficiência econômica. Para tanto, diálogos e ações devem ser pensados a partir de instrumentos e espaços capazes de estabelecer um diálogo democrático e participativo para o andamento de políticas que vão além da retórica e se transformem em ações concretas em prol do desenvolvimento sustentável (Leão, 2017). Nesse sentido, quando categorias não tão novas, como a bioeconomia, emergem com o ímpeto de se tornarem alternativas de desenvolvimento sustentável, realmente precisa-se refletir qual o lugar de fala dessa retórica, que, como visto na seção anterior, se dá no contexto das reflexões de instituições políticas internacionais e nacionais.

E é aqui que se precisa ter cautela quanto às diversas abordagens que vêm sendo apresentadas da bioeconomia e que foram apresentadas na subseção 2.1. O exemplo mais contundente e trabalhado pelos pesquisadores nacionais é a Amazônia. Sendo a Amazônia esse lugar de que se fala, precisa-se considerar que o bioma tropical amazônico possui peculiaridades que tornam a promoção da bioeconomia uma questão complexa. Ao mesmo tempo que a atividade bioeconômica é considerada condutora do desenvolvimento sustentável para a Amazônia, se não houver um cuidado com os impactos de mudanças do solo e da conservação da biodiversidade, ela se torna um perigo para o meio ambiente amazônico, em razão das práticas de desmatamento para a utilização da produção de biomassa (Lopes e Chiavari, 2022), poluição das águas, uso indevido do solo, exploração sem limites dos recursos naturais, crescimento populacional e urbanização desordenada e ameaças às populações tradicionais.

Nesse sentido, as vertentes da bioeconomia como a biotecnológica e a biorrecursos, dependendo do contexto amazônico de que se está falando, podem não ser adequadas para atingir os objetivos esperados de um processo de desenvolvimento sustentável. Isto porque deve-se ter clareza de que a Amazônia é uma região que não pode ser considerada homogênea, devido a suas peculiaridades intrínsecas à sua natureza e à sua formação histórico-cultural, o que torna impossível a existência de uma única visão de desenvolvimento ou uma única visão de bioeconomia ou ainda uma visão

de bioeconomia pensada para uma realidade que tem propensão a um desenvolvimento pautado em altos níveis de tecnologias ou uso dos recursos em larga escala.

Sendo assim, a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia (2021) considera que existem várias definições de bioeconomia e propõe uma taxonomia, levando em consideração as características das "várias Amazônias". Nesse contexto, a macrovisão da bioeconomia seria estruturada em três grandes eixos: sociobioeconomia, bioeconomia florestal e agrobioeconomia.

O eixo da sociobioeconomia pode ser considerado como mais um eixo que surge a partir do termo bioeconomia e que vem sendo utilizado para estabelecer uma contraposição com a bioeconomia biotecnológica dominante nos países europeus. E está atrelado à Amazônia conservada, baseada no desenvolvimento da bioeconomia associado à sociobiodiversidade, tendo como premissa o baixo impacto florestal, cujas atividades principais são o extrativismo, a pesca e a agricultura, seja para o consumo ou para a comercialização. Por outro lado, o eixo da bioeconomia de base florestal, desenvolvida em áreas de conservação e de transição, tem como pressuposto a redução do desmatamento e a regeneração da floresta, através da prática do manejo florestal. Por fim, tem-se o eixo da agrobioeconomia, que, desenvolvida na Amazônia convertida e fundamentada na produção do cultivo intensivo da pecuária e de algumas culturas, deve adotar a prática ambiental e socialmente sustentável (Uma Concertação pela Amazônia, 2021).

A partir disso, é necessário que se tenha, dentro dessa estrutura, a participação da tecnologia e inovação para a integração dos diferentes arranjos produtivos, que estão associados à biotecnologia e aos biorrecursos, mas buscando adotar também uma visão bioecológica, a qual não coloca o crescimento econômico e a criação de postos de trabalho como seus objetivos principais (Lopes *et al.*, 2023).

Vários eventos, debates, produção de documentos, que tratam da potencialidade da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, foram realizados nos últimos anos. Observa-se que três temas eram

repetidamente debatidos sobre a bioeconomia na Amazônia, quais sejam: 1) conservação do ativo florestal por meio do manejo sustentável de produtos florestais; 2) ordenamento territorial com combate às ilegalidades e 3) reconhecimento às distribuições justas de benefícios para as comunidades indígenas, tradicionais, que contribuem para a viabilização da economia de base florestal, promovendo serviços ecossistêmicos (Costa *et al.*, 2022).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fez um levantamento de atores tanto públicos quanto privados que estão trabalhando a respeito do tema da bioeconomia na Amazônia. Dentre os principais atores detectados pela Embrapa estão: o Painel Científico da Amazônia (2021), a rede Uma Concertação pela Amazônia, o Projeto Amazônia 2030, a empresa alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, assim como universidades federais e estaduais como a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Além disso, criações de leis, decretos e programas que sejam instrumentos para a bioeconomia, desenvolvidos pelos ministérios governamentais do país, como o Ministério da Economia (ME), MCTI e o Mapa, apontam a urgência em promover o desenvolvimento sustentável por meio de alguns pontos centrais. Segundo Lopes *et al.* (2023, p. 20):

> A bioeconomia da sociobiodiversidade é o eixo central da vocação amazônica [...] A proteção e garantia dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais é compromisso ético-normativo para a bioeconomia inclusiva; A prevalência de uma aliança entre conhecimentos tradicionais e científicos [...]; O protagonismo de organizações de CT&I sediadas na Amazônia é essencial na cogestão de programas orientados pela bioeconomia inclusiva; As cidades amazônicas têm papel fundamental para uma bioeconomia bioecológica [...].

Todavia, esse desenvolvimento de programas, estudos e de arcabouço legislativo que estão sendo trabalhados em cima das três visões de bioeconomia

não garante, por si só, um ambiente favorável para que essas visões se desenvolvam na Amazônia. É preciso que as matérias sejam adequadamente regulamentadas, que haja segurança jurídica e que essas regulamentações sejam efetivamente implementadas. A premissa de uma bioeconomia na Amazônia deve partir de um desenvolvimento socioeconômico sustentável que tenha a prioridade de conservar, para aqueles que nela habitam, equilíbrio biótico e climático – além de garantir o bem-estar social local, pois, tendo isso como base, não só a região amazônica se beneficia, como também o planeta. Segundo Costa *et al.* (2022, p. 14):

Propõe-se que a bioeconomia em uma floresta tropical, como a Amazônia, deva ser um sistema econômico cujo fundamento é a existência concreta do bioma, considerado como um sistema vivo, diverso e livre de desmatamento, marcado por uma interação positiva, respeitosa e sustentável com sociedades humanas. Isso inclui a valorização e a inserção dos conhecimentos dos povos tradicionais no desenvolvimento dessa bioeconomia e sua ciência.

Assim, ainda segundo os autores citados, para existir uma bioeconomia na Amazônia, ela precisa ser dinamizada por um processo interno, incentivada pela realidade em que está situada, favorecendo os seus conhecimentos que contribuem em atividades e tecnologias desenvolvidas a partir da própria região, garantindo que o tripé do desenvolvimento sustentável venha a ser organizado de dentro para fora, respeitando as especificidades locais e regionais. Tem-se claro que as discussões acerca da bioeconomia no Brasil e na Amazônia ainda carecem de amadurecimento e condução que levem a práticas realmente sustentáveis.

A próxima seção apresentará a sociobiodiversidade, a segunda categoria conceitual que se objetiva apresentar para que seja possível uma reflexão sobre até que ponto a mesma se sobrepõe com a bioeconomia.

3. Sociobiodiversidade, um conceito nacional

É interessante perceber que, no início dos anos 2000, o governo federal brasileiro estava imbuído a buscar alternativas institucionalizadas através de políticas públicas que fossem pautadas na conservação de sua biodiversidade, reconhecendo que ela é riquíssima, vasta e diversa. Abrangendo 20% de todas as espécies animais e vegetais do planeta em seus seis biomas (Floresta Amazônica, Pantanal, Pampa, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) e em seus ecossistemas marinhos como os recifes de corais, as dunas, os manguezais, as lagoas, os estuários e os pântanos (Brasil, [entre 2020 e 2024]). Cada bioma e ecossistema apresenta características únicas e, para o PNPSB, a biodiversidade enquanto conceito é caracterizada como:

> [...] a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Brasil, 2009, p. 9).

Entretanto, para além da sua vasta diversidade biológica, o país dispõe de uma diversidade sociocultural sem precedentes, com centenas de povos indígenas e incontáveis comunidades tradicionais (como os quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, etc.), que carregam conhecimentos e capacidades ímpares relacionados ao ambiente em que estão inseridos. A essa correlação entre a biodiversidade e a variedade de sistemas socioculturais atribui-se o conceito de sociobiodiversidade (Brasil, 2009).

Dessa forma, a sociobiodiversidade, enquanto categoria, coloca os povos tradicionais como atores principais dos processos envolvendo o manejo de seus produtos, expandindo o campo de análise, outrora restrito apenas ao produto, para as relações e inter-relações deste com os sistemas socioculturais (Diegues, 2000; 2008).

De acordo com Diegues (2000; 2008), a construção desse conceito inicia-se no final da década de 1980 com a emergência dos movimentos socioambientais

que passam a reivindicar a importância dos povos e comunidades e agricultores familiares (PCTAFs) para manutenção da diversidade biológica do planeta ao longo dos séculos e consolida-se como PNPSB e o PGPM-Bio.

Em primeiro lugar, o PNPSB foi desenvolvido, em 2009, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com o objetivo de firmar e agregar valor aos mercados sustentáveis para os produtos e serviços da sociobiodiversidade advindos de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais – assim como consolidar as cadeias produtivas –, o PNPSB propõe linhas de ação, fontes de recursos e o compartilhamento e descentralização de um sistema de gestão (Brasil, 2009).

Em outras palavras, o plano pretendia realizar o desenvolvimento de ações integradas a fim de promover e fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Para isso, o plano está organizado em seis eixos de ação: 1) promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; 2) estruturação e fortalecimento dos processos industriais; 3) estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; 4) fortalecimento da organização social e produtiva; 5) ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; e 6) ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade (Brasil, 2009).

Outrossim, dentre as políticas que estão vinculadas ao PNPSB, encontra-se a PGPM-Bio, que garantia o pagamento em auxílio de 17 produtos extrativistas que são comercializados com valores abaixo do preço mínimo, que é estipulado pelo Governo Federal (Conab, 2019). A PGPM-Bio foi criada dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos de 1940, que tinha "[...] a finalidade de amparar toda a produção de grãos brasileira, com o objetivo de garantir estabilidade de preços, evitar perigo de desabastecimento e gerar inflação" (Costa, 2015, apud Diniz *et al.*, 2020, p. 453), definindo o preço mínimo de cada produto desde o início do plantio. Sendo assim, o direcionamento da PGPM-Bio foi vinculado a amparar a renda mínima aos

trabalhadores extrativistas, para que assim mantivessem as atividades com os produtos da sociobiodiversidade.

O PGPM-Bio tinha como objetivo:

> [...] garantir renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como parte fundamental de sua cultura, identidade e sustento. Por meio do uso de conhecimentos, inovações e práticas tradicionais, essa política busca promover a proteção ambiental, contribuindo para a redução do desmatamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. (Conab, 2023, p. 5)

Para a PGPM-Bio, o produto da sociobiodiversidade é todo aquele que tem sua origem florestal, não madeireira, coletados na natureza sem prejudicá-la, contribuindo para sua preservação, além de estar vinculado a cadeias produtivas e proporcionar a conservação dos valores daqueles que fazem as suas coletas (Conab, 2019). A partir disso, os produtos amparados pela PGPM-Bio são o açaí, a andiroba, o babaçu, o baru, o buriti, a borracha extrativista, o cacau, a carnaúba, a castanha-do-brasil, a juçara, a macaúba, o murumuru, a mangaba, o pequi, a piaçava, o pinhão e o umbu, totalizando 17 produtos.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) determina quanto será o valor limite estipulado a ser pago aos grupos, associações, cooperativas de agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, agroextrativistas, pescadores artesanais e outros. O preço deve ser definido conforme a diferença entre o valor mínimo fixado dado pelo Governo Federal e o preço imposto no ato da venda. Para receber esse auxílio financeiro, os indivíduos que estão aptos a participar desta política devem atender os requisitos do artigo 3.º da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), ter a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ou ter o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF); ademais, deve possuir a nota fiscal de suas vendas (Conab, 2019).

O PNPSB, enquanto política pública, foi descontinuado com o passar dos anos e trouxe poucos resultados efetivos, estando apenas o PGPM-Bio em funcionamento no momento. Não obstante, deve-se reconhecer a sua importância por trazer os holofotes da agenda política e, consequentemente, acadêmica à categoria sociobiodiversidade.

Trazer essa breve descrição sobre a origem da categoria sociobiodiversidade dentro do contexto de políticas públicas brasileiras vem imbuída de uma reflexão: tendo o Brasil um conceito que estava sendo desenvolvido por dentro do contexto de políticas públicas que suscitavam ações onde diversidade ambiental e cultural, conservação do meio ambiente e usos alternativos dos recursos naturais estavam sendo propostos, o que leva a mudar o rumo político, e repensar tais proposições no contexto da bioeconomia? É a partir dessa reflexão que se parte para a questão central deste trabalho onde se busca elucidar se bioeconomia seria dois conceitos com uma mesma ideia. A próxima seção fará uma análise da convergência entre os conceitos de bioeconomia e sociobiodiversidade, buscando identificar inter-relações e analisar até que ponto os dois conceitos se sobrepõem.

4. Bioeconomia e sociobiodiversidade: dois conceitos e uma mesma ideia?

Como apresentado na seção dois deste trabalho, ainda não existe um consenso para o conceito de bioeconomia; ao contrário, há uma grande disputa em torno dele, sendo considerado um conceito em formação. De fato, o que se observa é que cada ator/organização o utiliza da forma como lhe parece ser mais conveniente. Não obstante essas disputas, alguns consensos são possíveis de serem observados a partir da análise dos estudos apresentados neste artigo.

Primeiramente, o conceito de bioeconomia, originalmente proposto por Georgescu-Roegen na década de 1970, foi completamente deturpado na retomada do uso do termo no começo dos anos 2000, liderada pela OCDE.

Ao propor a ideia de que o paradigma dominante para o funcionamento do sistema econômico precisava urgentemente ser revisto, pois era impossível dissociá-lo da natureza e que, portanto, estava sujeito às leis da física, Georgescu-Roegen não estava propondo uma busca por avanços tecnológicos que possibilitassem novos usos para os recursos biológicos, como apregoa a visão de bioeconomia apresentada pela OCDE. Essa desvirtuação da ideia de Georgescu-Roegen pode ser explicada pelo domínio da economia ambiental neoclássica na agenda política, em comparação com a economia ecológica; logo os seus princípios são mais difundidos. Além disso, a visão de Georgescu-Roegen, ao propor que o sistema produtivo não pode crescer infinitamente por conta dos limites biofísicos, é disruptiva e vai na contramão do paradigma produtivista-capitalista dominante.

Isso posto, corrobora com a percepção de que, quando se pensa em alternativas por dentro de um sistema em que predomina o paradigma produtivista-capitalista, as propostas vêm sempre ancoradas em altos usos tecnológicos e dos recursos naturais, o que inviabiliza pensar tais alternativas do ponto de vista do tripé da sustentabilidade. Ou seja, reconhecendo as diferenças entre países desenvolvidos e não desenvolvidos e o processo em curso de ampliação dos problemas ambientais, se não houver um compromisso de mudar os rumos do paradigma produtivista-capitalista dominante, muito pouco dessas proposições serão de fato em benefício de processos de desenvolvimento mais equilibrados e sustentáveis.

Um segundo ponto, que embora ainda não seja consenso é aceito por grande parte dos autores estudados, é que a bioeconomia proposta pela OCDE não é adequada ao contexto brasileiro, especialmente o amazônico, bem como de outras regiões com amplas áreas de florestas tropicais. Nesse sentido, alguns autores, tais como Abramovay *et al.* (2021), Costa *et al.* (2022), Lopes *et al.* (2023) e Uma Concertação para Amazônia (2021) têm buscado apresentar propostas que possam vir a ser chamadas de bioeconomia amazônica, como forma de contribuir para o debate político desse termo no que

se refere à implementação de políticas, quer estaduais, a exemplo do Pará, quer nacionais.

Nessa busca por uma definição de bioeconomia aderente ao contexto amazônico, algumas dimensões parecem ser comuns para a conformação de um conceito, entre as quais se destacam: a) "integrar-se tanto a um sistema econômico como a uma paisagem socioecológica marcada pela interação com sociedades humanas e a floresta" (Costa *et al.*, 2022, p. 2); b) não se tratar de um setor da economia, mas de um paradigma ético-normativo (Abramovay *et al.*, 2021).

Dessa forma, ao propor que a bioeconomia deve integrar o sistema econômico/produtivo ao socioecológico e que este é fruto das interações da sociedade com a natureza, Costa *et al.* (2022) estão alinhados ao conceito de produtos da sociobiodiversidade, definido no PNPSB:

Bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (Brasil, 2009, p. 9).

Além disso, o reconhecimento de que os interesses dos povos e comunidades tradicionais, bem como seus direitos, saberes e práticas, devem ser respeitados, estando acima dos interesses dos mercados, proposto no conceito de produtos da sociobiodiversidade, nos remete à ideia colocada por Abramovay *et al.* (2021) de que a bioeconomia deve ser um novo paradigma ético-normativo.

E, a partir dos autores citados acima, se identifica um elo entre a bioeconomia e a sociobiodiversidade. As similaridades identificadas e apontadas neste trabalho não esgotam outras que possam surgir; afinal o conceito de bioeconomia é um conceito em construção e em disputa atualmente, o que

nos limita uma construção mais consubstanciada, não inviabilizando porém as reflexões e o acompanhamento dos processos em curso, quer em nível de pesquisa, quer em nível político.

Não obstante, alguns autores ainda acham que a bioeconomia não abrange a dimensão social tão necessária no contexto amazônico e tem proposto outros termos, tais como: sociobioeconomia, bioeconomia restauradora, bioeconomia indígena, bioeconomia da sociobiodiversidade e até mesmo a bioeconomia amazônica. Compreende-se que essas adjetivações têm como objetivo diferenciar a bioeconomia local da bioeconomia europeia, focada na biotecnologia, e, até mesmo, da bioeconomia dos biorrecursos, tão importante no contexto atual de urgente transição energética. Mas, como são discussões e pesquisa em curso, precisa-se de um maior monitoramento sempre reconhecendo as diversidades e realidades da região amazônica.

Nesse sentido, um longo caminho precisa ser trilhado para que de fato a categoria bioeconomia se transforme em ações práticas que desencadeiem processos de desenvolvimento sustentável, como preconizado nas políticas que vêm sendo pautadas tanto no contexto nacional como no regional amazônico. E, tendo em vista a questão título — Bioeconomia e sociobiodiversidade: dois conceitos e uma mesma ideia? pode-se afirmar que, no contexto dos autores nacionais e que reconhecem na Amazônia um bioma diverso, identificamos algumas semelhanças, além de sobreposições, dado o reconhecimento dessa diversidade ambiental e cultural e o fato de ambos os conceitos se originarem de processos de construção de políticas públicas preocupadas com melhorar processos de desenvolvimento, priorizando a conservação de biomas como o amazônico e de seus povos. Porém, como os processos de construção de políticas públicas no que se referem à bioeconomia estão em curso, convém esperar mais tempo para verificar se sua preponderância atual resultará em ações mais efetivas.

Considerações finais

Ao apresentar descritivamente reflexões acerca da bioeconomia e da sociobiodiversidade, dando ênfase ao contexto da região amazônica, pretendeu-se, tendo em vista a necessidade premente de pensar formas e alternativas de processos de desenvolvimento para a região, questionar até que ponto tais categorias podem ser similares ou sobrepostas. Como visto, ambas trazem em si similaridades e sobreposições muito em função da bioeconomia ter uma variada gama de vertentes que acabam, elas mesmas, se sobrepondo e tornando tal categoria ambígua. Contudo, reconhece-se que é a categoria que hoje está em evidência como uma alternativa em nível nacional e regional para desencadear processos de desenvolvimento com um viés sustentável.

No entanto, percebe-se, através dos estudos realizados, a partir da bibliografia aqui citada, que, sendo a bioeconomia uma categoria em construção e em disputa, a complexidade de ter ações políticas viáveis para sua consolidação enquanto um projeto de desenvolvimento pautado no tripé do desenvolvimento sustentável e na relação sociedade e Estado de forma coesa, participativa e em prol da região amazônica, ainda é algo que está sendo tateado, apresentado por alguns estados, a exemplo do estado do Pará, com o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio Pará), que traz como suporte tudo que foi descrito aqui enquanto bioeconomia, mas que vem sendo implementado de forma lenta, concentrada e com pouca disseminação entre as regiões de integração paraense (Santos, 2025; Avelino, 2025).

E, no que se refere à sociobiodiversidade, atualmente, quando a mesma é reivindicada, vem no escopo da bioeconomia, mesmo sendo uma categoria conceitual que tem suas características e peculiaridades enquanto alternativa para ações que visem a preservação e conservação da biodiversidade e dos sistemas socioculturais, onde meio ambiente e povos tradicionais estão no mesmo patamar e estes últimos são reconhecidos como os principais atores para a realização de ações de manejo e para efetivação de relações e inter-relações de sistemas socioculturais, como dito anteriormente.

Assim sendo, tem-se neste ensaio o início de uma caminhada de estudos que irão desencadear ações de monitoramento e tentativa de inserção através da pesquisa em que bioeconomia e sociobiodiversidade realmente dialoguem para além das escritas sobre esse tema. Vale ressaltar que pesquisas e estudos de monitoramento estão em curso no Pará e no Brasil sobre bioeconomia e seu uso em políticas públicas e ações práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que estão sendo pensadas, a exemplo da Política Nacional de Bioeconomia do Brasil, ainda em fase de elaboração. Portanto, espera-se continuar monitorando e aprimorando as discussões aqui descritas sobre bioeconomia e sociobiodiversidade, acreditando mais na interlocução de ambas do que nas suas diferenças ou sobreposições.

E, portanto, ainda reivindicando a pergunta do título deste trabalho – "dois conceitos e uma mesma ideia?" – traz-se mais uma resposta preliminar, de que a bioeconomia e a sociobiodiversidade são dois conceitos que apresentam similaridades quando se considera a definição de bioeconomia bioecológica, alinhada à visão de Georgescu-Roegen e seus discípulos da economia ecológica, bem como o que vem sendo proposto por alguns autores como sociobioeconomia ou bioeconomia amazônica.

Finaliza-se este trabalho enfatizando que se trata de um ensaio que visa contribuir com as reflexões sobre bioeconomia na Amazônia, em um contexto em que as discussões caminham para reconhecê-la como ação política em prol do desenvolvimento sustentável regional. E, portanto, monitorar os estudos, políticas e ações concretas para a sua efetividade passa a ser uma contribuição a mais nos processos de fortalecimento das discussões em espaços que historicamente desenvolvem o pensamento crítico, e como tais são reconhecidos, a exemplo da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; FERREIRA, Joice; COSTA, Francisco; EHRLICH, Marco; EULER, Ana; YOUNG, Carlos; KAIMOWITZ, David; MOUTINHO, Paulo; NOBRE, Ismael; ROGEZ, Herve; ROXO, Eduardo; SCHOR, Tatiana; VILLANOVA, Luciana. The New Bioeconomy in the Amazon: Opportunities and Challenges for Healthy, Standing Forests and Flowing Rivers. *Amazon Assessment Report 2021*, p. 1-47, novembro 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/356174762_The_new_bioeconomy_in_the_Amazon_Opportunities_and_challenges_for_a_healthy_standing_forest_and_flowing_rivers>. [Acesso em: 06/11/2023]

AVELINO, Victória. *Bioeconomia sob a visão da assistência técnica e extensão rural: percepções das Ematers do planalto santareno/PA*. Monografia em Economia, ICS-Ufopa. Santarém, 2025.

BERGAMO, Daniel; BENIN, Olivia; MOUTINHO, Paulo. *Ecological Economics - The Amazon Bioeconomy*: beyond the use of forest products. 1. ed. [S. l.]: Elsevier, v. 199, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800922001100?via%3Dihub>. [Acesso em: 09/06/2023]

BONAIUTI, Mauro. Bioeconomia. In: D'ALISA, Giacomo (org.); DEMARIA, Federico (org.); KALLIS, Giorgos (org.). *Decrescimento*: vocabulário para um novo mundo. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/decrescimento_brazil.pdf>. [Acesso em: 14/03/2024]

BRASIL. Lei n.° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. [Acesso em: 17/09/2023]

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília: MDA; MMA; MDS. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1024>. [Acesso em: 21/02/2024]

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: MMA, [entre 2020 e 2024]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 27 dez. 2024.

BUGGE, Markus; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. What Is the Bioeconomy? A Review of the Literature. In: *SUSTAINABILITY*, v. 8, n. 7, p. 1-22, julho 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/8/7/691>. [Acesso em: 13/10/2023]

CECHIN, Andrei. Outro paradigma. In: CECHIN, Andrei. *A Natureza como Limite da Economia*: a contribuição de Georgescu-Roegen. 1. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010

CONAB. *Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília: Conab. 2ª edição, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/sociobiodiversidade/Cartilha-Pgpm-Bio-2022.pdf>. [Acesso em: 21/02/2024]

CONAB. *Boletim da Sociobiodiversidade*. Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 5, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade>. [Acesso em: 22/01/2024]

COSTA, Francisco; NOBRE, Carlos; GENIN, Carolina; FRASSON, Caroline; FERNANDES, Danilo; SILVA, Harley; VICENTE, Iara; SANTOS, Inaiê; BARBIERI, Rafael; VENTURA NETO, Raul; FOLHES, Ricardo. *Uma Bioeconomia Inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical*. Texto para discussão. São Paulo: WRI Brasil, 2022, p. 1-21 Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/uma-bioeconomia-inovadora-para-amazonia-conceitos-limites-e-tendencias-para-uma>. [Acesso em: 09/06/2023]

COUTINHO, Luciano. Os Desafios da Sustentabilidade e os Bancos de Desenvolvimento: lições de Ignacy Sachs. In: CAPORALI, Renato; AMORIM, Márcio (Orgs.). *Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade*: contribuições de Ignacy Sachs. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

DIAS, Rodnei; CARVALHO FILHO, Carlos. Bioeconomia no Brasil e no Mundo: panorama atual e perspectivas. *Revista Virtual de Química*, v. 9, n. 1, p. 410-430, fevereiro 2017. Disponível em: <https://rvq.sbq.org.br/pdf/v9n1a23>. [Acesso em: 09/03/2024]

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. I. ed. São Paulo: Probio/MMA, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. VI. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

DINIZ, Janaína; LIMA NETO, Evaristo; GUÉNEAU, Stéphane; MORAIS, Luis. A Implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-bio): análise de seus limites a partir do caso do coco babaçu no Maranhão. IN: GUÉNEAU, Stéphane; DINIZ, Janaína; PASSOS, Carlos (Eds.). *Alternativas para o Bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade*. I. ed. Brasilia: IEB Mil Folhas, 2020. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/595844/1/Diniz2020-Cap11-ALTERN-CERRADO-ED-MILFOLHAS-2020-05-21.pdf>. [Acesso em: 09/03/2024]

ENRÍQUEZ, Maria. *Trajetórias do desenvolvimento: Da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FAO. *Aspirational Principles and Criteria for a Sustainable Bioeconomy*. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb3706en/cb3706en.pdf>. [Acesso em: 21/04/2024]

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. I. ed. Tradução: Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. A energia e os mitos econômicos. In: GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *O decrescimento: entropia, ecologia e economia*. I. ed. São Paulo: Editora Senac, 2012

GIAMPIETRO, Mario. On the circular Bioeconomy and Decoupling: implications for sustainable growth. *Ecological Economics*, v. 162, p. 143-156, agosto 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800918317178. [Acesso em: 24/10/2024].

LEÃO, Andréa; FLORENZANO, Clícia; SOUSA, Wandicleia; SANTOS, Zilda. Cadeias da Sociedade: desafios e oportunidades para o estímulo à cadeia do buriti na comunidade Ererê na APA Paytuna. In: *X Congresso da APDEA e o IV Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural.* Coimbra: Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra; Associação Portuguesa de Economia Agrária, p. 180-190, 2022. Disponível em: <https://www.apdea.eu/conteudo.php?idm=31>. [Acesso em: 09/12/2023].

LEÃO, Andréa. *Na Trilha da Estrada: (des)caminhos do Plano BR-163 Sustentável como concepção para o desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, UFRRJ. Rio de Janeiro, 2017.

LOPES, Cristiana; CHIAVARI, Joana. *Bioeconomia na Amazônia: análise conceitual, regulatória e institucional.* Rio de Janeiro: PUC-Rio, setembro 2022. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/AMZ-2030-Bioeconomia-na-Amazonia.pdf>. [Acesso em: 09/12/2023]

LOPES, Daniela; EULER, Ana; FERREIRA, Joice; VALENTIM, Judson; WADT, Lucia; KANASHIRO, Milton; PORRO, Roberto; GOIS, Susana. *Visões sobre Bioeconomia na Amazônia: oportunidades e desafios para a atuação da Embrapa.* Documento n. 10, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1155733/visoes-sobre-bioeconomia-na-amazonia-oportunidades-e-desafios-para-a-atuacao-da-embrapa>. [Acesso em: 06/12/2023]

MCTI. *Plano de Ação e Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia*. Brasília: CGEE, 2018. Disponível em: <https://repositorio.mctic.gov.br/bitstream/mctic/4355/1/2018_plano_acao_ciencia_tecnologia_inovacao_bioeconomia.pdf>. [Acesso em: 01/06/2023]

OCDE. *The Bioeconomy to 2030: designing a policy agenda*. Paris: OCDE, 2009. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-bioeconomy-to-2030_9789264056886-en>. [Acesso em: 06/11/2023]

PRESTES, Maria. *A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.* 1. ed. São Paulo: Respel, 2002.

ROCHA, Juliana; BURSZTYN, Maria. A Importância da Participação Social na Sustentabilidade do Desenvolvimento Local. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 07, n. 11, p. 45-52, setembro de 2005. Disponível em: <http://www.cooperaremportugues.org/apc-aa-cooperaremportugues/img_upload/b90e04472576dd31550b30512ae582d3/A_impot_ncia_da_participa_o_social.pdf>. [Acesso em: 20/12/2009]

RODRÍGUEZ, Adrián; RODRIGUES, Mónica; SOTOMAYOR, Octavio. Towards a Sustainable Bioeconomy in Latin America and the Caribbean. Elements for a Regional Vision. *Eclac - Natural Resources and Development*, Série n. 191, p. 1-49, 2019. Disponível em: <www.cepal.org/en/suscripciones>. [Acesso em. 13/10/2023]

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos; DOWBOR, Ladislau. Crises e Oportunidades em Tempos de Mudança. In: CAPORALI, Renato; AMORIM, Márcio (Orgs.). *Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade*: contribuições de Ignacy Sachs. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SACHS, Ignacy. *A Terceira Margem: em busca do desenvolvimento*. 1. ed. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Adna. *Sociobiodiversidade e bioeconomia: convergências e divergências a partir da visão dos PCTAFS de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos – Pará*. Monografia em Economia, ICS-Ufopa. Santarém, 2025.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. *Uma Agenda pelo Desenvolvimento da Amazônia, 2021*. Disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/uma-agenda-pelo-desenvolvimento-da-amazonia/>. [Acesso em: 23/01/2024]

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

FELIPE MARTINS DIAS

GABRIEL AMOROSO LIMA LEITE DE BARROS

QUANDO O DOM SE TORNA MERCADORIA FICTÍCIA: UMA ANÁLISE DA MERCADORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA À LUZ DE POLANYI E FRANCISCO

Recebido em 14/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1264

QUANDO O DOM SE TORNA MERCADORIA FICTÍCIA: UMA ANÁLISE DA MERCADORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA À LUZ DE POLANYI E FRANCISCO

FELIPE MARTINS DIAS

Mestrando em Economia, programa de pós-graduação em Economia FCLAr -Unesp.

Email: fm.dias@unesp.br

Orcid: https://orcid.org/0009-0008-9674-4720

GABRIEL AMOROSO LIMA LEITE DE BARROS

Mestrando em Economia,programa de pós-graduação em Economia FCLAr -Unesp.

Email: gall.barros@unesp.br

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9269-9730

Resumo

Este artigo analisa a mercadorização da Amazônia a partir da articulação entre os pensamentos de Karl Polanyi e do Papa Francisco. Embora oriundos de tradições distintas — Polanyi, da crítica ao mercado autorregulado; Francisco, da Doutrina Social da Igreja — ambos convergem na denúncia da mercantilização da vida e na defesa de limites éticos e ecológicos à lógica capitalista. A partir do conceito de mercadoria fictícia e dos documentos *Laudato Si'*, *Fratelli Tutti*, *Laudate Deum* e *Querida Amazônia*, discute-se como a floresta, seus povos e seus recursos são tratados como mercadorias. O texto identifica, na economia de Francisco, um contramovimento contemporâneo que propõe uma economia centrada no bem comum, na justiça social e na ecologia integral, como alternativa à lógica de exploração e financeirização dos bens comuns.

Palavras-chave: Amazônia; mercadoria fictícia; Papa Francisco; Polanyi

Abstract

This article analyzes the commodification of the Amazon by connecting the ideas of Karl Polanyi and Pope Francis. Though from distinct traditions—Polanyi's critique of the self-regulating market and Francis's Catholic Social Teaching—both converge in denouncing the commodification of life and defending ethical and ecological limits to capitalist logic. Based on the concept of fictitious commodity and papal documents such as *Laudato Si'*, *Fratelli Tutti*, *Laudate Deum*, and *Querida Amazonia*, the article discusses how the forest, its peoples, and resources are treated as commodities. It identifies the Economy of Francesco as a contemporary countermovement proposing an economy centered on the common good, social justice, and integral ecology, in contrast to the logic of exploitation and commodification of nature.

Keywords: Amazon; Fictitious Commodity; Pope Francis; Polanyi

1. Introdução

A Amazônia, reconhecida como a maior floresta tropical do mundo, cobre aproximadamente 5,5 milhões de km², com cerca de 60% dessa área situada no Brasil (Nobre & Lovejoy, 2021). Estima-se que a região abrigue cerca de 10% de todas as espécies conhecidas globalmente, destacando-se como um dos biomas mais biodiversos do planeta (Kumar *et al.*, 2022). Além de sua rica biodiversidade, a floresta desempenha um papel crucial na regulação climática, atuando como um sumidouro de carbono ao absorver grandes quantidades de dióxido de carbono (CO_2) durante a fotossíntese, estimando-se que absorva cerca de dois bilhões de toneladas de CO_2 por ano, contribuindo significativamente para a mitigação das mudanças climáticas.

No entanto, nas últimas décadas, a região tem sido alvo de intensos processos de mercantilização, nos quais elementos naturais são transformados em *commodities* exploradas no mercado global.

Esse avanço predatório tem levado a taxas alarmantes de desmatamento: em 2023, foram desmatados cerca de 10 mil km² de floresta, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). De acordo com estudo publicado na revista *Science*, aproximadamente 38% da floresta amazônica já está degradada ou em processo de degradação devido a atividades humanas, como queimadas e extração de madeira (Silva *et al.*, 2023). Essa degradação impacta diretamente as comunidades indígenas e tradicionais, comprometendo sua subsistência e cultura.

Esse processo, impulsionado pelo avanço do agronegócio e de setores como o madeireiro, farmacêutico e de cosméticos, tem causado intensos conflitos territoriais. A pecuária, por exemplo, responde por cerca de 90% das áreas desmatadas na região, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A soja também desempenha um papel central, com o Brasil se consolidando como um dos maiores exportadores globais do grão, grande parte oriundo da Amazônia. Com a crescente exploração desses recursos, as populações locais enfrentam

pressões constantes para se adequarem a um modelo econômico que compromete sua autonomia e direitos sobre a terra.

A terra, historicamente tratada como mercadoria nos países de passado colonial, como o Brasil, tem sido cada vez mais liberalizada para exploração. Esse avanço desregulado compromete ecossistemas inteiros e impõe uma lógica de dependência econômica baseada na extração de recursos naturais. Dados do MapBiomas indicam que, entre 1985 e 2022, a Amazônia perdeu 19% de sua cobertura florestal, enquanto as áreas de pastagem cresceram exponencialmente. Essa dinâmica torna as economias locais mais vulneráveis às oscilações do mercado global, aprofundando a instabilidade socioeconômica da região.

Além dos impactos ambientais, esse processo acentua as desigualdades sociais ao concentrar riquezas em setores específicos, marginalizando as comunidades tradicionais da floresta. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, cerca de 1% dos estabelecimentos rurais com mais de mil hectares concentram aproximadamente 47,6% da área total das propriedades rurais no Brasil, evidenciando a elevada concentração fundiária no país (IBGE, 2017).

Em consequência, as comunidades locais têm acesso restrito aos benefícios gerados pela exploração de seus territórios.

Sem contar que essas comunidades locais são vulnerabilizadas nesse processo. De acordo com Vainfas (2000, p. 37):

> A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, embora pouco se saiba, ao certo, quanto às cifras da população que habitava o atual território brasileiro em 1500. Se Ángel Rosenblat a estimou em cerca de 1 milhão de pessoas, houve quem calculasse em 6,8 milhões a população da Amazônia, Brasil central e costa nordeste. De todo modo, a população nativa, que se contava na casa dos milhões de pessoas no limiar do Século XVI, mal ultrapassa hoje os 300 mil indivíduos. De população, portanto, ou despovoamento, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como de resto ocorreu nas Américas em proporções gigantescas.

Ou seja, ocorre no Brasil um processo de apagamento histórico das comunidades tradicionais da Amazônia. O Censo do IBGE de 2022 estimou a população indígena em 1,7 milhões, sendo que mais da metade deles vivem na Amazônia Legal. A fauna, a flora, as culturas locais e as comunidades tradicionais desaparecem na Amazônia à medida que o capitalismo avança. Exemplos dessa extinção como o cacau, o açaí e o jaborandi (Homma, 2012) mostram como existe um processo de extinção de uma série de elementos do cotidiano amazonense.

A complexa rede de relações de poder que sustenta essa dinâmica reforça as disparidades sociais, evidenciando um mecanismo contínuo de expropriação. David Harvey (2005, p. 89) argumenta que "a acumulação por expropriação transborda as fronteiras locais, transferindo riqueza dos periféricos para os centros dominantes". O avanço da financeirização sobre os recursos amazônicos intensifica esse cenário, privilegiando o lucro em detrimento da justiça social e da preservação da biodiversidade, o que compromete tanto a integridade da floresta quanto os modos de vida dos povos que nela residem.

Nesse contexto, o conceito de mercadoria fictícia, desenvolvido por Karl Polanyi em sua obra *A Grande Transformação* (2013 [1944]), oferece uma ferramenta analítica poderosa para compreender os impactos sociais, econômicos e ambientais desses processos. Polanyi argumenta que, no sistema capitalista, elementos essenciais da vida humana e do meio ambiente são tratados como mercadorias, embora não tenham sido originalmente produzidos para serem vendidos.

Há também uma série de outros autores cuja contribuição pode dialogar com este assunto. Este trabalho utiliza uma bibliografia complementar à de Karl Polanyi, no caso, a produção do Papa Francisco, a qual se expressa no conjunto teórico contemporâneo denominado "Economia de Francisco e Clara". A relação entre Polanyi e Francisco já foi explorada no trabalho de Barreiros e Ciapparella (2024), e também antes por Belluzzo (2013). A análise de fenômenos e conjunturas socioeconômicas à luz de documentos

magisteriais da Igreja Católica já foi feita por outros autores acerca de outros acontecimentos, como o realizado por Dias (2024), por exemplo.

Fazendo uso de ambas as visões, este artigo utiliza o conceito de mercadoria fictícia, de Polanyi (2013), para analisar a mercantilização da natureza na Amazônia no pensamento do Papa Francisco, destacando seus efeitos e as possíveis alternativas para um desenvolvimento sustentável. O objetivo deste artigo é fazer uma leitura da conjuntura amazônica a partir de Polanyi e Francisco, mostrando que para ambos existe um problema por trás desta circunstância: a transformação da Floresta Amazônica numa mercadoria que, nas palavras de Polanyi, trata-se de uma mercadoria fictícia.

A seção seguinte explicará em detalhes o que significa "mercadoria fictícia" nos termos de Polanyi (2013), com foco em entender o meio ambiente como mercadoria fictícia também. A seção posterior traz uma introdução ao pensamento do Papa Francisco, dando ênfase a duas premissas de sua visão, a interligação universal e a unicidade multifacetada da crise atual. Dá-se, então, uma busca pelo problema da mercadorização para o autor como uma das raízes desta crise, a qual se expressa nas condições enfrentadas pelo bioma da Floresta Amazônica.

2. O conceito de mercadoria fictícia em Karl Polanyi

A tentativa de construir uma economia de mercado plenamente autorregulada exige, segundo Polanyi (2013), a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias — isto é, elementos que, por sua natureza, não foram produzidos para a venda. O trabalho corresponde à própria atividade humana; a terra, à natureza subdividida; e o dinheiro depende da ação deliberada do Estado. Tratá-los como mercadorias reais, com preços determinados exclusivamente pelo mercado, compromete a coesão social, a preservação ambiental e os fundamentos éticos que sustentam a vida em sociedade.

Polanyi (2013) argumenta que essa ficção sobre a autorregulação dos mercados tem consequências desastrosas: provoca o desmonte de proteções

sociais e exige que o Estado intervenha continuamente, seja para garantir crédito, mitigar o desemprego, regular o uso do solo ou estabilizar a produção de alimentos. Assim, torna-se insustentável a ideia de um mercado separado da sociedade. Aponta que "os efeitos do desenraizamento acabam gerando reações sociais e políticas que forçam um retorno à proteção. A tentativa de estender indefinidamente a lógica mercantil acaba por gerar rupturas ou retrocessos, revelando a fragilidade da utopia liberal" (p. 29-33).

Em Karl Polanyi (2013) são identificadas três categorias de mercadorias fictícias: terra (natureza), trabalho e moeda. Esses elementos, embora sejam tratados como mercadorias no sistema capitalista, não são produtos humanos e não podem ser plenamente mercantilizados sem gerar consequências devastadoras.

1. Terra (Natureza): A terra e os recursos naturais são partes integrantes do ecossistema, mas no capitalismo são transformados em mercadorias que podem ser compradas, vendidas e exploradas para gerar lucro.

2. Trabalho: O trabalho humano, uma atividade intrínseca à vida, é reduzido a uma mercadoria no mercado de trabalho, desconsiderando sua dimensão social e humana.

3. Moeda: A moeda, originalmente um meio de troca, torna-se uma mercadoria fictícia quando é usada para especulação e acumulação, distanciando-se de sua função social. Polanyi alerta que a mercantilização desses elementos gera desestruturação social e degradação ambiental. Ele também destaca que a sociedade tende a reagir a esses processos por meio de contramovimentos, que buscam proteger a vida e a natureza da lógica predatória do mercado.

A tentativa de construir uma economia de mercado plenamente autorregulada exige, segundo Polanyi (2013), a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias — isto é, elementos que, por sua natureza, não foram produzidos para a venda. O trabalho corresponde à própria atividade humana; a terra, à natureza subdividida; e o dinheiro depende da ação

deliberada do Estado. Tratá-los como mercadorias reais, com preços determinados exclusivamente pelo mercado, compromete a coesão social, a preservação ambiental e os fundamentos éticos que sustentam a vida em sociedade.

A tabela abaixo apresenta os principais aspectos das mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi, destacando sua definição, função no capitalismo e as consequências sociais e ambientais de sua mercantilização:

Quadro 1: Principais aspectos das mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi

Principais aspectos das mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi (2013)			
Categoria	Definição	Função no capitalismo	Consequências sociais e ambientais
Terra (Natureza)	Elemento natural convertido em mercadoria para fins de propriedade e exploração.	Base para extração de recursos e uso fundiário lucrativo.	Perda de biodiversidade, conflitos agrários, destruição ambiental.
Trabalho	A força de trabalho humana é tratada como bem transacionável.	Viabiliza a reprodução do capital via emprego assalariado.	Alienação, desemprego, informalidade e precarização.
Moeda	Instrumento de troca transformado em meio de especulação e acumulação.	Fundamento da valorização financeira e expansão de crédito.	Crises financeiras, desigualdade, desestabilização de economias locais.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Polanyi (2013).

Na obra de Polanyi, o autor afirma que, nesse processo de mercantilização, "o laissez-faire foi planejado" (Polanyi, 2013, p. 206), ou seja, que a consolidação de mercados autorregulados não foi um processo natural ou espontâneo, mas fruto de decisões políticas deliberadas que visam subordinar a sociedade à lógica do mercado.

Essa crítica inverte a narrativa liberal clássica, que costuma associar a intervenção estatal ao planejamento, enquanto trata o mercado como uma ordem espontânea. Para Polanyi, o liberalismo econômico e o ideário do *laissez-faire* são construções artificiais que exigem a ação constante do Estado para desmantelar estruturas de proteção social, suprimir resistências e adaptar instituições sociais aos imperativos da mercantilização.

Na economia política contemporânea, é possível observar exemplos concretos recentes dessa dinâmica. Um caso emblemático é o da política ambiental brasileira de 2020, especialmente no que se refere ao setor agropecuário. Durante o governo Bolsonaro, as tentativas de liberalização do uso da terra e o enfraquecimento da regulação ambiental ocorreram por meio de medidas que visavam remover entraves legais à expansão do agronegócio, muitas vezes à revelia dos impactos socioambientais.

O episódio mais ilustrativo foi a declaração do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante uma reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020. Na ocasião, Salles sugeriu explicitamente aproveitar a comoção causada pela pandemia de Covid-19 para promover uma desregulamentação acelerada:

> A oportunidade que a gente tem, porque a imprensa tá nos dando um pouco de alívio no aspecto da Covid, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro cobrou um dia do governo. Agora é hora de unir esforços para dar de baciada. Enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, é ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.

Ainda que esse episódio não seja idêntico ao modelo de mercado autorregulado descrito por Polanyi, ele ilustra com clareza a atuação deliberada do Estado para facilitar a expansão da lógica mercantil sobre áreas tradicionalmente protegidas — neste caso, o meio ambiente. Trata-se de uma tentativa de ampliar a autonomia do mercado, flexibilizando normas e reduzindo a interferência institucional, mesmo diante de riscos sociais e ecológicos.

A crítica de Polanyi permanece atual ao revelar que a expansão do mercado não ocorre sem custos e que, para funcionar, o suposto *laissez-faire* requer planejamento, força política e, muitas vezes, repressão. Ao enfraquecer regulações ambientais e favorecer grandes setores econômicos, como o agronegócio, o Estado brasileiro reforçou o processo de desenraizamento descrito por Polanyi: uma separação forçada entre economia, sociedade e natureza, cujas consequências podem ser socialmente desastrosas.

3. O clamor de Francisco e a questão da Amazônia

Esta seção tem o objetivo de realizar uma breve introdução ao pensamento socioeconômico e ambiental do Papa Francisco, identificando dentre os problemas levantados pelo autor a mercadorização da vida em tempos recentes. Em conformidade com a proposta deste trabalho, realiza-se uma análise exploratória cuidadosa dos documentos da autoria de Francisco, sobretudo de suas encíclicas *Laudato Si'* (2015), *Fratelli Tutti* (2020). Além disso, são de suma importância os estudos das exortações apostólicas *Laudate Deum* (2023) e *Querida Amazônia* (2020).

O pensamento socioeconômico de Francisco herda, continua e aprimora a tradição de pensamento social católico chamado Doutrina Social da Igreja. Em seu primeiro trabalho, Francisco (2015) inicia com a constatação de um conflito entre o ser humano e a natureza. Porém, deixa claro que este conflito é heterogêneo na perspectiva humana. A causa do conflito é apresentada logo a princípio: "por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens" (parágrafo 02). O Papa traça um paralelo entre os males infligidos à natureza e os males infligidos às populações pobres,[1] indicando uma de suas premissas apresentada adiante.

Para compreender o pensamento de Francisco apresentado neste trabalho, o título do primeiro capítulo da encíclica *Laudato Si'* (2015) é capaz de

[1] Francisco (2015) inicia seu trabalho à mesma maneira de Leão XIII (1891), papa responsável por formalizar o pensamento social católico.

fornecer uma boa noção introdutória. Realizando-se uma análise pragmática do mesmo, "O que está acontecendo com nossa casa", o termo "acontecendo" indica um processo em andamento. O termo "Nossa" lança ao leitor a noção de unidade humana e compartilhamento da casa. O próprio termo "casa", ao final, serve para lembrar ao leitor a pertença do ser humano à terra.

Seu primeiro texto (Francisco, 2015) começa constatando "a contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta" (parágrafo 18), o que se mostra um paralelo com a obra de Leão XIII (1891). Francisco constata mudanças, novidades, mas num tom de continuidade ao legado do pontífice leonino. Reconhece a naturalidade da mudança *per se* enquanto processo, mas dá destaque para os rumos da mudança, que pode não estar orientada para "o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral" (parágrafo 18). Evoca, portanto, um teor qualitativo nas mudanças, de modo que a mudança por si só nenhum juízo de valor implica.

Seus conceitos-chave, fundamentais para a compreensão de seu pensamento, partem da concepção de que existe uma interligação universal. Isto é, para o autor "tudo está interligado" (Francisco, 2015, parágrafo 91).[2] Esta interligação universal, por sua vez, exige "uma preocupação pelo meio ambiente". Deste modo, este trabalho a trata como uma das premissas essenciais do conjunto das obras aqui estudadas.

A segunda premissa a qual demanda constatação e se mostra fundamental para Francisco é a concepção de que o mundo todo enfrenta, vive e encara uma crise multidimensional. Não se trata de uma crise somente econômica, somente social, somente política ou somente ambiental. Ao contrário, para o autor "a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade" (Francisco, 2015, parágrafo 119). Repetindo a primeira premissa, anteriormente apresentada, ele formula que,

[2] Esta constatação se repete nos parágrafos 117, 138 e 240 ao longo do referido documento.

> dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos duma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais (parágrafo 137).
>
> Quando falamos de "meio ambiente", fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interacções dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (parágrafo 139).

Deste modo, as diversas crises são, para Francisco, uma única crise. Esta premissa é chamada neste trabalho de *unicidade multifacetada da crise*.

A partir destas premissas, este artigo busca exemplificar que a raiz desta crise acerca de sua dimensão climática e ambiental que, para o autor, está na mercadorização do ambiente. Esta crise pode ser vista nos problemas da floresta Amazônia, constatados na introdução deste artigo e observados também por Francisco, conforme a seção 3.2. adiante.

3.1 O problema da mercadorização na obra de Francisco

Nesta subseção, dentre os principais pontos do pensamento do pontífice, será explorado o problema da mercadorização. Por problema da mercadorização, entende-se a transformação generalizada de recursos e realidades

em mercadorias, sujeitas às leis do mercado. Barreiros e Ciapparella (2024) também identificam no pensamento de Francisco este tema, chamando-o de "mercantilização de toda natureza biótica e abiótica" (p. 3).

Além disso, o Papa demonstra sua insatisfação com o papel dado ao mercado perante questões ambientais. "Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações?"[3] (Francisco, 2015, parágrafo 190). Neste contexto, o autor realiza aquilo que chama de "apelo":

> Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. O movimento ecológico mundial já percorreu um longo e rico caminho, tendo gerado numerosas agregações de cidadãos que ajudaram na consciencialização. Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal (Francisco, 2015, parágrafo 14).

Dando continuidade ao seu trabalho prévio, Francisco (2020) expande sua análise em dois trabalhos da mesma data. A encíclica *Fratelli Tutti* (2020) e a exortação *Querida Amazônia* (2020). O autor, que já havia afirmado que "os poderes econômicos continuam a justificar o sistema mundial atual, onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente" (Francisco, 2015, parágrafo 56), ratifica sua posição ao escrever que "o direito de alguns à liberdade de empresa ou de mercado

[3] Este trecho evidencia uma das premissas basilares do pensamento de Francisco: a concepção de sustentabilidade como algo a ser pensado intergeracionalmente.

não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres; nem acima do respeito pelo ambiente" (Francisco, 2020, parágrafo 122).

Tais trechos evidenciam uma concepção que desde o princípio de seus trabalhos está presente, isto é, num sistema de mercado, "qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta" (Francisco, 2013, parágrafo 56). Em todas as suas demais obras de cunho socioambiental e econômico, o autor dá destaque para uma das causas dos problemas socioambientais: a mercadorização do meio ambiente, tal qual o fenômeno que Polanyi (2013) constata, conforme explicado na seção anterior.

Esta concepção não é nova no pensamento social católico, de modo que Francisco (2015) cita: "Neste contexto, sempre se deve recordar que 'a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente'" (Francisco, 2015, parágrafo 190; Pontifício Conselho "Justiça e Paz", 2005, parágrafo 470).

A próxima subseção se debruça especialmente sobre o que tal autor escreve acerca do caso amazônico em si, seguindo a mesma metodologia desta seção.

3.2 Amazônia: o dom que se transformou em mercadoria

Dando continuidade no abordado na subseção anterior, nos parágrafos seguintes explorar-se-á ainda a produção de Francisco. O recorte, por sua vez, se direciona a um trabalho específico, de nome *Querida Amazônia* (2020). Neste trabalho, o autor dedica extensas seções à perspectiva e necessidade dos povos originários, tal qual à perspectiva ambiental de maneira mais específica. No recorte escolhido para este trabalho, dá-se destaque para aquilo que tange aos recursos naturais amazônicos de maneira específica[4].

[4] Deve-se destacar, porém, que esta separação é exclusiva para fins metodológicos, uma vez que "o cuidado das pessoas e o cuidado dos ecossistemas são inseparáveis" (Francisco, 2020, parágrafo 42). Por isso mesmo, o foco temático do presente artigo deve servir não para excluir a dimensão sócio-cultural em detrimento da ecológica. Ao contrário, abre possibilidades para trabalhos futuros de caráter complementar.

Ressoando o argumento apontado anteriormente, logo em seu primeiro capítulo o Papa aponta que "a Amazônia tem sido apresentada como um enorme vazio que deve ser preenchido, como uma riqueza em estado bruto que se deve aprimorar, como uma vastidão selvagem que precisa de ser domada" (Francisco, 2020, parágrafo 12). Na introdução deste trabalho, evidencia-se a degradação do bioma amazônico a partir dos dados apresentados. No documento analisado nesta subseção, Francisco traduz a degradação que é expressa em tais dados:

> "Quando algumas empresas sedentas de lucro fácil se apropriam dos terrenos, chegando a privatizar a própria água potável, ou quando as autoridades deixam mão livre a madeireiros, a projetos minerários ou petrolíferos e outras atividades que devastam as florestas e contaminam o ambiente, transformam-se indevidamente as relações económicas e tornam-se um instrumento que mata (Francisco, 2020, parágrafo 14).

A importância da floresta amazônica é tal para o autor de modo que "o equilíbrio da terra depende também da saúde da Amazônia" (Francisco 2020, parágrafo 48). Esta afirmação ecoa uma das premissas mais essenciais do autor e que marca seu pensamento, a saber, "a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo" (Francisco, 201, parágrafo 16). A partir disso, o desmatamento — pela dinâmica do solo da floresta — não se recupera naturalmente, mas gera o fenômeno da desertificação (Francisco, 2020, parágrafo 48).

Deste modo, o autor insiste no assunto de que a mercadorização do bioma e seus recursos é um problema prático e eticamente questionável. Afirma que

> o grito da Amazônia chega a todos, porque a "conquista e exploração de recursos (...) hoje chega a ameaçar a própria capacidade acolhedora do ambiente: o ambiente como 'recurso' corre o perigo de ameaçar o ambiente como 'casa'". O interesse de algumas empresas poderosas não deveria ser colocado acima do bem da Amazônia e da humanidade inteira (Francisco, 2020, parágrafo 48).

A abordagem de Francisco passa por uma transição entre os parágrafos seguintes do mesmo texto, indo do positivo ao normativo, conforme pode ser visto no parágrafo 52:

> Os mais poderosos nunca ficam satisfeitos com os lucros que obtêm, e os recursos do poder econômico têm aumentado muito com o desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, todos deveríamos insistir na urgência de 'criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-económico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça' (Francisco, 2020, parágrafo 52).

Portanto, é possível notar que o problema da mercadorização, presente no pensamento de Francisco, encontra um lugar particular em suas reflexões acerca da Amazônia. Sobretudo no parágrafo 48 supracitado, é evidente que a visão do ambiente enquanto recurso não é única e exclusiva em seu pensamento. Ao compreender a Amazônia como "casa", o Papa evoca mais uma vez a concepção do cosmo inteiro como casa também. Portanto, seu pensamento — explorado na subseção anterior —, quando aplicado à questão amazônica, aplica-se plenamente. As concepções de comum interligação, o problema da mercadorização e a necessidade de se cuidar e proteger os ecossistemas — incluso o bioma amazônico — são fundamentais para o pensamento de Francisco.

Ao longo desta subseção, realizou-se a exploração do documento *Querida Amazônia* (2020) à luz do pensamento esquematizado na subseção anterior. Mostrou-se que o pensamento de Francisco acerca dos desafios enfrentados na floresta amazônica — os quais se encontram resumidos na introdução deste artigo — têm sua fonte primária na concepção do meio ambiente como mercadoria. É importante destacar que esta concepção subsiste graças ao abandono do entendimento do ambiente como casa.

Esta seção trouxe um panorama da problemática presente no pensamento de Francisco, mostrando que para o autor a mercadorização generalizada se mostra um problema relevante e ocupa o centro de sua posição.

Conclusão

A leitura conjunta de Karl Polanyi e do Papa Francisco oferece uma chave poderosa para compreender os mecanismos contemporâneos de mercadorização da Amazônia. Enquanto Polanyi denuncia a transformação da terra, do trabalho e da moeda em mercadorias fictícias como causa fundamental das rupturas sociais e ambientais do capitalismo, Francisco aprofunda essa crítica a partir da tradição da Doutrina Social da Igreja, ressaltando a interconexão entre a degradação ambiental, a injustiça social e o esvaziamento espiritual da modernidade. No caso da Amazônia, essa mercadorização se expressa na exploração predatória de seus recursos naturais, na expropriação de seus povos originários e na financeirização dos bens comuns.

Ambos os autores convergem na crítica à ideia de mercado autorregulado como princípio absoluto e na defesa de um reposicionamento ético da economia. A economia de Francisco, nesse sentido, pode ser compreendida como um contramovimento contemporâneo nos termos de Polanyi: uma reação consciente, espiritual e política que busca restituir à economia sua função social e ecológica. Não se trata apenas de proteger a Amazônia como bioma, mas de resgatar o sentido de pertencimento, cuidado e justiça em relação à casa comum.

Diante da crise socioambiental em curso, o artigo aponta que é necessário não apenas resistir à mercadorização, mas construir alternativas concretas: políticas públicas voltadas à soberania territorial, sistemas econômicos solidários, marcos regulatórios ecológicos e formas comunitárias de organização que enfrentem os limites da acumulação capitalista. Entre denúncia e anúncio, entre Polanyi e Francisco, abre-se a possibilidade de um novo horizonte civilizatório, baseado na dignidade da vida e na convivência harmônica com a Terra.

Referências

BARREIROS, Daniel; CIAPPARELLA, Gabriele. Bergoglio e o contramovimento: uma interpretação polanyiana do pontificado de Francisco. *Economia e Sociedade*, v. 34, n. 1, p. e250989, 2025.

BELLUZZO, Luiz. Polanyi e o pensamento econômico do Papa Francisco. Entrevista. 2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526440-polanyi-tem-mais-afinidade-com-opensamento-da-igreja-entrevista-especial-com-luiz-gonzagabelluzzo. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Reunião ministerial de 22/4/2020 – Vídeo divulgado por decisão do STF. Brasília: TV Brasil, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1CSh1JzjGvI. Acesso em: 24 mar. 2025.

DIAS, Felipe Martins. Reforma trabalhista de 2017 e sindicatos sob a perspectiva da Rerum Novarum: da proposta aos resultados. *Em Sociedade*, v. 6, p. 194-210, 2024.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *The State of the World's Forests*. Rome: FAO, 2023. Disponível em: https://www.fao.org. Acesso em: 20 mar. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii gaudium*. Tipografía Vaticana, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Fratelli tutti*. Le vie della Cristianità, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Laudate Deum*. Opus Dei Oficina de Información, 2023.

FRANCISCO, Papa. *Querida Amazonia: Exhortación apostólica postsinodal*. Palabra, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*. 2015.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, v. 26, p. 167-186, 2012. Acesso em: 5 abr. 2025.

IBGE. *Concentração fundiária no Brasil*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas. Acesso em: 24 mar. 2025.

IBGE. *Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal*. Agência de Notícias, 27 out. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal. Acesso em: 13 maio 2025.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Relatório anual de desmatamento na Amazônia*. São José dos Campos: Inpe, 2023. Disponível em: http://www.inpe.br. Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/. Acesso em: 13 maio 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desigualdades sociais e concentração de terras no Brasil. Brasília: IPEA, 2023.

JUSTIÇA E PAZ, PONTIFÍCIO CONSELHO. Compêndio da doutrina social da Igreja. São Paulo: Principia, 2005.

KUMAR, R. *et al.* Impact of world's largest rainforest on biodiversity. *International Journal of Environmental Science*, v. 5, n. 1, p. 51–57, 2022. Disponível em: https://bkgc.in/ejournal/paper_list/51-57.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. 1891.

MAPBIOMAS. *Relatório anual de uso e cobertura da terra no Brasil*. São Paulo: MapBiomas, 2024. Disponível em: https://mapbiomas.org. Acesso em: 4 ago. 2025.

NOBRE, C. A.; LOVEJOY, T. E. Large-scale collective action to avoid an Amazon tipping point. *One Earth*, v. 4, n. 6, p. 867–873, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S26660490210000244. Acesso em: 13 maio 2025.POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo.* Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Leya, 2013. p. 206.

SILVA, C. V. J. *et al.* The drivers and impacts of Amazon forest degradation. *Science*, v. 379, n. 6630, p. 716–721, 2023. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.abp8622. Acesso em: 13 maio 2025.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena: 500 anos de despovoamento. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BERNARDO SALGADO RODRIGUES

A ECONOMIA POLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DOS NÚCLEOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Recebido em 14/05/2025
Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1265

A ECONOMIA POLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DOS NÚCLEOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Resumo

A Amazônia brasileira é um dos principais sustentáculos da transição verde no século XXI, uma das regiões com maior valor estratégico para acumulação de poder e riqueza no sistema internacional. Neste sentido, o presente artigo possui como objetivo fornecer subsídios para a formulação, implementação, coordenação e execução de uma grande estratégia de desenvolvimento nacional lastreado pelos núcleos estratégicos nacionais na região amazônica. Utilizando-se do método qualitativo de revisão bibliográfica, pleiteia-se uma discussão sobre um projeto de autonomia estratégica regional baseado na economia política e nas relações internacionais.

Palavras-chave: Amazônia; economia política; neoindustrialização; núcleos estratégicos

BERNARDO SALGADO RODRIGUES

Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ).

Email: bernardosalgado90@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6439-8359

Abstract

The Brazilian Amazon is one of the main pillars related to the green transition in the 21st century, one of the regions with the greatest strategic value for power and wealth accumulation in the international system. In this sense, this article aims to support the formulation, implementation, coordination, and execution of a Grand National Development Strategy supported by national strategic centers in the Amazon region. Using a qualitative literature review, the article advocates a discussion on a project for regional strategic autonomy based on political economy and international relations.

Keywords: Amazon; Political Economy; Neo-industrialization; Strategic Centers.

1. Introdução

A Amazônia é um dos principais sustentáculos da transição verde no século XXI, uma das regiões com maior valor estratégico para acumulação de poder e riqueza no sistema internacional. Ela é visualizada como uma área geoestrategicamente valorizada para a expansão do capitalismo mundial, principalmente nos próximos ciclos científico-tecnológicos possibilitados pela riqueza biogenética. Tal fato apresenta uma dialética entre a crescente expansão dos interesses externos e os fundamentos para uma autonomia soberana dos povos sul-americanos, principalmente no Brasil.

Este artigo tem como objetivo debater perspectivas futuras para a economia política da Amazônia brasileira, tendo como hipótese central a imprescindibilidade dos núcleos estratégicos nacionais para a elaboração de uma grande estratégia para a região. Utilizando-se do método qualitativo de revisão bibliográfica primária e secundária, pleiteia-se uma discussão sobre um projeto de autonomia estratégica regional baseado na economia política e nas relações internacionais.

O presente trabalho se encontra dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, será definido o conceito de núcleo estratégico nacional enquanto ponto central da estrutura produtiva de um Estado através do controle de setores estratégicos da atividade nacional e do conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. Na segunda parte, será realizado um debate das principais potencialidades econômicas presentes e futuras da Amazônia brasileira, principalmente no que se refere à quarta revolução industrial, à neoindustrialização e à transição verde. Deste modo, busca-se realizar uma contribuição científica para a elaboração de um pensamento estratégico para a Amazônia.

2. Definição de núcleo estratégico nacional

A economia política contemporânea é crescentemente multidimensional, multissetorial e multidisciplinar. Cada vez mais setores como a política, a economia, a cultura, o psicossocial, o científico-tecnológico e o militar influenciam diretamente e indiretamente o desenvolvimento e a segurança nacional, tanto no âmbito de atuação endógeno quanto exógeno. Uma vez que a autarquia é inalcançável neste sistema internacional interconectado, é imprescindível levar em consideração os interesses de outros Estados nacionais, principalmente para a adoção de contramedidas relativas àquelas que conflitem com as demandas estratégicas brasileiras.

Neste tocante, compreende-se como imperativo a discussão preambular sobre núcleo estratégico no Brasil (Rodrigues; Goés, 2024). Este consiste no ponto central da estrutura produtiva de um Estado através do controle de setores estratégicos da atividade nacional. Ao se pautar pelo equacionamento tático gerencial de complexos industriais com o objetivo de conquistar mercados nacionais e internacionais, ele necessita de uma associação formada por um grupo seleto de pessoas representando determinado interesse social, econômico e político, no qual o centro da organização é primordial para o desenvolvimento de estruturas produtivas complexas e de grande atividade de inovações.

Utilizando planejadamente os recursos de que dispõe, ou explorando vantajosamente a situação ou as condições favoráveis de que prospectivamente desfrute, possui como método o planejamento e a coordenação política e econômica para elevar a competitividade de setores estratégicos da nação e viabilizar sua inserção internacional. Góes (2022) enseja uma reflexão sobre núcleo estratégico altamente qualificada:

> Em essência, núcleo estratégico pode aqui ser definido como sendo o conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. [...] Assim, por núcleos estratégicos entendem-se todos aqueles atores, entes, empresas ou segmentos, privados ou estatais, quer sejam econômicos, comerciais, tecnológicos, acadêmicos,

> científicos, financeiros, normativos / reguladores ou industriais, desde que sejam capazes de participar eficazmente da competição internacional sob os influxos das cadeias globais de produção, conhecimento e valor, com ou sem investimento por parte do Estado brasileiro (Góes, 2022, p. 70).

Em outros termos, o núcleo estratégico consiste em grandes conglomerados empresariais públicos e privados nacionais que operam em diversos setores da economia, e possuem uma relevante relação com o Estado no processo de implementação do modelo de desenvolvimento econômico do país. Portanto, o núcleo estratégico nacional é o conjunto de empresas brasileiras (ou a formação de grandes conglomerados) cuja dinâmica dos macrossetores produtivos da economia se aproximam das empresas multinacionais tradicionais do capitalismo contemporâneo, na medida em que permanecem como polos de produção mundial, e não como meros mercados consumidores. Este núcleo assumiria posição ativa na cadeia transnacional de produção, principalmente a partir de estratégias de desenvolvimento tecnológico como mecanismos de superação do subdesenvolvimento, logrando o fortalecimento em suas estruturas produtivas para níveis mais elevados de complexidade tecnológica e, subsequentemente, colocando o Brasil como um dos centros mundiais de poder (Rodrigues; Goés, 2024).

Consequentemente, o núcleo estratégico necessita da manutenção de um alto nível de investimento com a finalidade de realizar o upgrading na estrutura industrial como importante fonte de acumulação de capital e tecnologia; i.e, consistiria num elemento central para um processo de industrialização com sofisticação produtiva, relacionado à interiorização do processo de desenvolvimento dos setores do ramo de bens de capital mais intensivo em tecnologia, com o objetivo de potencializar a inserção no comércio internacional com maiores vantagens competitivas. Entretanto, para superar as deficiências no parque industrial e, concomitantemente, progredir com elevado nível de crescimento de competitividade das empresas, é necessária a implementação de uma política industrial de caráter seletiva, escolhendo esferas prioritárias, fornecendo apoio financeiro, técnico e administrativo para as empresas dos setores estratégicos.

O conceito de núcleo estratégico busca transformar antigas estruturas e orientar um grande corpo empresarial pelas demandas do mercado nacional e internacional, principalmente ao tornar a governança econômica compatível com os sinais de mercado. Simultaneamente, incluir incursões mais ambiciosas e prospectivas na criação e orientação do mercado, envolvendo políticas industriais, cambiais e fiscais. Desta forma, pressupõe instituições coordenadoras de projetos de desenvolvimento, voltadas única e exclusivamente para o gerenciamento dos ativos nacionais, e cuja ênfase garante o poder de ajustar a economia nacional aos interesses geopolíticos do Estado.

Desta feita, o Estado assume o papel de empreendedor principal, dirigindo o fluxo de recursos produtivos para onde possam servir à soberania do desenvolvimento nacional e à autonomia na geopolítica internacional. Ao deter relativo controle e monitoramento do Núcleo Estratégico visando manter e aumentar o valor dos ativos públicos e privados do organismo econômico nacional, o Estado levaria em consideração a sua importância para a criação de condições institucionais favoráveis ao surgimento de grandes complexos industriais, estatais e privados. Vale frisar que se deve adotar uma chave explicativa que não separe Estado e mercado, mas, ao contrário, possibilite a convergência entre ambos, uma vez que não existe Estado e desenvolvimento sustentado sem uma poderosa economia de mercado, e vice-versa.[1]

Finalmente, o núcleo estratégico está diretamente relacionado ao conceito de capacidades estatais.[2] Na literatura especializada, há uma convergência para a retomada da centralidade do Estado na promoção e indução do desenvolvimento econômico e direcionamento estratégico. Para Skocpol (1985,

[1] Em outros termos, o núcleo estratégico agiria como fabricante de mercado, expandindo-o e utilizando-o com finalidades estratégicas. Isso exigiria uma planificação compatível com o mercado e operações institucionais inovadoras e complexas. Nesse sentido, uma proposição interessante seria o estabelecimento de uma Comissão de Supervisão e Gestão de Ativos Nacionais (CSGAN), que consistiria no *manager* da economia de mercado brasileira lastreada pelo núcleo estratégico.

[2] Para maiores informações acerca das definições, dimensões e mensurações da capacidade estatal, recomenda-se o artigo de Aguiar e Lima (2019).

p. 9), seria a capacidade de implementar objetivos oficiais, especialmente sobre a oposição real ou potencial de grupos sociais poderosos, ou diante de circunstâncias socioeconômicas recalcitrantes; na visão de Bichir (2016, p. 26), as capacidades do Estado são derivadas não somente das suas competências políticas, mas concomitantemente na construção de apoio a agenda entre os atores sociais, políticos e econômicos proeminentes; Jaguaribe (2016, p. 26) complementa a definição como a "capacidade de formular políticas, construir e coordenar consensos, e abrir espaços de política pública (*policy spaces*) entre objetivos e oportunidades".

Desta forma, através de uma capacidade tecnocrática particular para projetar um conjunto otimizador de políticas específicas, a função primordial do Núcleo Estratégico seria a competência em formular, implementar, coordenar e proporcionar resultados previamente estabelecidos num projeto geoestratégico, através de um pacto social amplamente fundamentado e sustentado, ratificando a estatura político-estratégica brasileira como conjunto de atributos nacionais que definem o nível relativo de sua participação e influência no contexto internacional.

No atual cenário brasileiro, constata-se que as novas condições políticas encaminharam o Estado para a destruição do patrimônio e do poder nacionais. Ao utilizar conscientemente os mecanismos das privatizações para transferir ativos nacionais a empresas estrangeiras, possibilitou a abertura para o desmantelamento do núcleo estratégico nacional via transferência de renda ao exterior por meio dos lucros; impossibilitou a consecução de estratégias de desenvolvimento e aprofundou a dependência estrutural da nação:

> Desistindo de fazer política internacional própria, o Brasil aplicou as duas gerações de reformas sugeridas pelo chamado Consenso de Washington. Em uma primeira fase, implementou políticas de rigidez fiscal, retirou o Estado dos investimentos produtivos, contraiu salários e benefícios do Estado do bem-estar, privatizou empresas públicas, vendeu-as às companhias estrangeiras para arrecadar dólares e pagar a dívida externa.

> Pôs em marcha, depois, reformas de segunda geração, buscando estrutura regulatória estável e transparência dos gastos públicos, sobretudo criando facilidades para o empreendimento estrangeiro penetrar a atividade econômica. As duas ondas de reformas exigidas da América Latina pelos Estados Unidos e pelos órgãos financeiros internacionais, Banco Mundial e FMI, denominadas de boa governabilidade, deveriam resultar em regras e instituições favoráveis à expansão das empresas privadas transnacionais na região. A subserviência do Estado normal, erigida como ideologia da mudança, engendrou graves incoerências, ao confundir democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária (Cervo, 2002, p. 8).

Em contraposição e em consonância com a delimitação de núcleo estratégico, o Estado Logístico, tal qual definido por Cervo (2002), consistiria num paradigma que fortalece o núcleo nacional de modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção altiva no mundo globalizado. Assim, o ensaio de Estado logístico visa a recuperação de estratégias de desenvolvimento, além de conferir à política exterior funções como o reforço da capacidade empresarial do país; a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas; a abertura dos mercados do Norte em contrapartida ao nacional; mecanismos de proteção diante de capitais especulativos e uma política de defesa nacional.

O objetivo principal da apresentação do núcleo estratégico consiste em possibilitar o direcionamento para uma grande estratégia de desenvolvimento nacional, tendo a Amazônia como um dos pontos nodais. Por conseguinte, é imprescindível para os geopolíticos brasileiros contemporâneos visualizarem que a expansão do Núcleo Estratégico Amazônico é uma das bases elementares do desenvolvimento do País.

Por conseguinte, o núcleo estratégico nacional é a vanguarda do setor produtivo brasileiro, cuja anatomia é de fundamental importância para o país possuir uma seta indicativa para o restante do conjunto produtivo nacional. As empresas pertencentes ao núcleo nacional seriam os componentes mais avançados da indústria nacional e de desenvolvimento da parcela

majoritária das atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), se concentrando em setores estratégicos e/ou de alta tecnologia. Do ponto de vista empresarial, o Núcleo Estratégico Nacional é uma estrutura oligopolista que age em consonância com os interesses do Estado em um mercado altamente competitivo. O desempenho econômico das suas empresas (percebido no aumento das receitas e lucros) visa torná-las suficientemente poderosas para enfrentar a concorrência global, avaliando a capacidade de flexibilização do sistema perante os desafios internos e externos:

> Todos os países capitalistas que ostentam alto nível tecnológico em suas indústrias têm forte e íntima participação do Estado no financiamento da pesquisa e sua coordenação com a iniciativa privada, particularmente do complexo industrial-militar. Exemplos notáveis dessa participação estatal são os próprios EUA e a China, as duas maiores economias do mundo. O desenvolvimento científico e tecnológico ou é bancado pelo Estado ou não existe. E nós precisamos que ele exista. Para isso, a coordenação entre as universidades e fundações públicas e as empresas estatais e privadas desses setores será condição fundamental. Muitos imaginam o Brasil incapaz de produzir tecnologia inovadora, mas a verdade é que já estivemos na vanguarda tecnológica em muitos setores. Desenvolvemos não só a fibra óptica como também a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, novos biocombustíveis, o carro a álcool, uma técnica própria e barata de enriquecimento de urânio, e adaptamos várias modalidades de grãos ao nosso cerrado (Gomes, 2020, p. 158-159).

Para uma definição mais assertiva, recorre-se à terminologia cunhada por Rodrigues (2022a, p. 129-134), de forças políticas internas, que consistiriam em grupos que visam o poder, domínio ou influência a partir do estabelecimento de forças centrípetas, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual se movem. Elas são capazes de produzir ou acelerar movimentos políticos, determinando o deslocamento dos agentes através de um consenso que origina uma ação social e política específica, de acordo com seus princípios. Assim, sua vocação endógena de influenciar os blocos de poder é exercida entre os atores que compõem o sistema, haja

vista que uma das principais características do mundo contemporâneo é a guerra entre blocos de capitais.

Para Góes e Massera (2015, p. 123), é fundamental a "reconstrução do núcleo estratégico brasileiro, fortalecendo a indústria nacional e a internacionalização das empresas privadas brasileiras, dotando-as de competitividade internacional de modo a mantê-las na cadeia transnacional de produção capitalista". Fiori (2014) também resume com precisão o ponto central para a análise dos núcleos estratégicos nacionais:

> Em todos os casos de sucesso econômico também se identifica a existência de um núcleo estratégico unido e coeso dentro do próprio Estado, que foi o grande responsável pela definição e sustentação dos objetivos estratégicos que se mantêm constantes durante longo tempo, apesar das eventuais mudanças de governo ou de regime político. Esses núcleos, ou centros de poder, demonstram sempre – em todos os casos estudados – grande flexibilidade e grande capacidade na configuração do sistema de poder em que estão inseridos (Fiori, 2014, p. 40).

Em síntese, é fundamental compreender as capacidades atuais e futuras dos núcleos estratégicos na Amazônia brasileira, com grandes conglomerados empresariais públicos e privados nacionais que operam em diversos setores da economia e cuja dinâmica dos macrossetores produtivos da economia se aproximam das empresas multinacionais tradicionais do capitalismo contemporâneo. Consequentemente, essa discussão é imprescindível para a construção de uma política industrial seletiva para as empresas dos setores estratégicos amazônicos, superando as deficiências na progressão do nível de crescimento de competitividade das empresas e no fortalecimento das estruturas produtivas para níveis mais elevados de complexidade tecnológica.

Neste contexto, é importante destacar que um dos maiores desafios da economia política brasileira no início do século XXI é o fortalecimento do seu núcleo estratégico nacional na região amazônica, principalmente no que se refere à quarta revolução industrial, à neoindustrialização e à transição verde.

3. Os núcleos estratégicos da Amazônia brasileira

3.1 Amazônia na quarta revolução industrial

No século XXI, o centro das disputas por projetos de poder passará pela área da ciência, tecnologia e inovação (CT&I), um trajeto em torno do pleno domínio dos novos paradigmas tecnológicos, como a quarta revolução industrial (4.ª R.I.). Esta é definida através da transição direcionada a novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital: inteligência artificial (IA), robótica, internet das coisas (IoT), veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica. Todas essas inovações vêm alcançando um ponto de inflexão de seu desenvolvimento, principalmente após a virada do século XXI.

Segundo Schwab (2016, p. 12-13), a 4ª R.I. possui como características principais a velocidade (evolui num ritmo exponencial e não linear), a amplitude e profundidade (revolução digital como base que combina várias tecnologias) e o impacto sistêmico (envolve a transformação de sistemas inteiros entre países, empresas, indústrias e sociedade). Em outros termos, a quarta revolução industrial é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos (Schwab, 2016, p. 23).

Ainda que a 4.ª R.I. esteja em seu preâmbulo, é fundamental compreender a exigência de uma completa reformulação das estruturas econômicas e organizacionais, das instituições políticas e do desenvolvimento das nações. Destarte, é importante refletir o seu significado para a Amazônia. Segundo Becker (2015b, p. 39), a revolução científico-técnica confere novo valor econômico e estratégico à diversidade de espécies da Amazônia, uma vez que a partir do aproveitamento de tecnologias mais avançadas, consegue-se obter informação e observação mais detalhadas, na escala dos genes, possibilitando "a associação da indústria microeletrônica já existente com a biotecnologia, rumo à nanotecnologia, uma nova fronteira da ciência" (Becker, 2015b, p. 59).

Em detrimento da agricultura, pecuária e exploração madeireira predatórias, cujo modelo tem ocasionado o esgotamento dos recursos florestais, o uso sustentável poderia oferecer mais empregos e renda, comunidades mais estáveis "e uma exploração harmoniosa da floresta que, inclusive, respeite as populações locais" (Becker, 2015a, p. 76). Entretanto, como afirma Ribeiro (2005, p. 420-421), "é necessário que o Governo assuma a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável", calcado no tripé social, econômico e ambiental, inclusive através da troca da dívida ou financiamentos pelos serviços ambientais vitais que proporciona para a governança climática regional, nacional e global (Silva, 2008, p. 240).

Outrossim, a preservação do equilíbrio ecológico não é inversamente proporcional à exploração das potencialidades regionais, uma vez que é possível realizar um novo padrão de desenvolvimento econômico que supere o dilema da conservação versus destruição. Em outros termos, "somente atribuindo valor econômico à floresta será ela capaz de competir com as *commodities*, impondo a necessidade da verdadeira revolução científico-tecnológica para esse fim" (Becker, 2015b, p. 46-47).

Nessa perspectiva, o conhecimento científico da região é fundamental para a apropriação do imenso potencial futuro dos recursos genéticos e aproveitamento sustentável dos bens faunísticos e florísticos, uma vez que correspondem à base para a revelação de novos alimentos, remédios e fontes energéticas (Becker, 2015b, p. 47-48). A passagem da cultura de inventário para a cultura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) volve-se necessária para construir uma sinergia entre a taxonomia e a aplicabilidade em desenvolvimento tecnológico e industrial voltado para a inovação (Becker, 2015b, p. 69), cujas pesquisas desenvolvidas por instituições regionais, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Núcleo de Estudos Avançados da Amazônia (Naea), a retomada da Associação de Universidades Amazônicas (Unamaz) e o desenvolvimento da bioindústria a partir da intensificação das atividades do Centro de

Biotecnologia da Amazônia (atual Centro de Bionegócios da Amazônia, CBA), são passos nesse sentido.

Em relatório da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, 2019 *Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*, é ressaltado que, em áreas mantidas por povos indígenas, as tendências de degradação antrópicas do meio ambiente são mitigadas (Ipbes, 2019, p. 21), uma vez que possuem conhecimento e percepção íntima e intrínseca da floresta. Ou seja, os benefícios das suas perspectivas acerca dos ecossistemas e da biodiversidade contribuem para sua proteção e uso sustentável. Ainda neste tocante, uma alternativa contemporânea seria a combinação desse saber local/conhecimento tradicional com a ciência mais avançada, criando avanços na capacidade de processamento, como variações biogenéticas específicas que gerem a cura de doenças, novas técnicas biotecnológicas e a possibilidade de construir uma sofisticada economia da biodiversidade.

Complementarmente, a 4.ª R.I. possibilita o avanço da biologia sintética, que oferece a capacidade de criar organismos personalizados, causando um impacto profundo e imediato na medicina, na agricultura e na produção de biocombustíveis:

> O aperfeiçoamento do Sistema Nacional de CT&I é urgente, sobretudo na Amazônia, onde há também que incorporar o saber das populações tradicionais. Trata-se de uma condição *sine qua non* para viabilizar a potencialidade da Amazônia por duas razões: i) a utilização dos recursos demanda um novo paradigma de C/T&I, capaz de organizar a base produtiva sem destruir a natureza; ii) o rápido avanço da C/T&I mundial poderá, em curto prazo, substituir os recursos naturais pelos sintéticos, reduzindo o seu valor atual. Trata-se, assim, de um condicionante básico para viabilizar o desenvolvimento, perpassando todas as ações para esse fim, incluindo a educação da população e a formação de empreendedores na Amazônia (Becker, 2015b, p. 153).

Adicionalmente, compreender a complexidade metabólica da reprodução da floresta é um dos fatores estruturais, evitando o avanço desgovernado

da mineração e exploração madeireira depredatórias, do agronegócio rudimentar e dos desmatamentos, que reduzem a evapotranspiração e elevam a flamabilidade, ocasionando incêndios florestais e prejudicando os rios atmosféricos verticais de vapor do "oceano verde", superfície florestal cujas características de imensidão e de umidade se assemelham àquelas dos oceanos reais (Nobre, 2015). Todos esses fatores vêm contribuindo para a dilapidação do enorme potencial do patrimônio de diversidade biológica, essencial para o estabelecimento do paradigma da nova revolução biotecnológica.

Além disso, o conhecimento dos estoques de genes, moléculas e microrganismos possibilita a abertura de novas fronteiras para diversos ramos da agricultura e da indústria. Todos esses elementos transformam a Amazônia brasileira numa janela de oportunidades para os novos ciclos tecnológicos relacionados à biotecnologia. A região tem vantagens em todos esses produtos e em seus derivados, sendo capaz de crescer exponencialmente, se forem devidamente pesquisados, catalogados e explorados conscientemente e de modo sustentável, principalmente com o amparo da ciência e tecnologia. Em outros termos, "é a tentativa de montar uma operação desenvolvimentista na maior bacia hidrográfica do mundo e também uma das mais despovoadas, invertebradas e atrasadas" (Mattos, 2011, p. 169).

Na sociedade global, é crescente a demanda de mercado por produtos da biodiversidade amazônica, o que "tem favorecido crescente biopirataria, capaz de movimentar US$ 20 bilhões por ano e alcançar o lugar de terceira atividade ilícita do planeta" (Becker, 2015b, p. 54). Em nível industrial, são amplas as perspectivas imediatas de negócio para a biodiversidade baseada no conhecimento tradicional, tais como:

> 1) Fitomedicamentos: a) medicamentos alopáticos distribuídos nas farmácias, que exigem registro e submissão aos códigos de saúde pública, e enfrentam a competição global; b) especialidades de conforto, plantas medicinais vendidas livremente com a condição de não mencionar o uso

> medicinal. 2) nutracêutica (alimentos de bem-estar físico, complementares), plantas aromáticas e especiarias de fraco ou nulo valor nutricional, mas que podem contribuir para um melhor estado de saúde, tendo efeito fisiológico e não farmacológico; tem apresentado consumo espetacular nos últimos anos na Europa, EUA e Japão, correspondendo às mudanças nos hábitos de consumo; 3) dermocosmética: setor em pleno crescimento com grande procura de produtos vegetais e abandono progressivo de produtos de origem animal; os ecoprodutos cosméticos são o setor mais promissor à valorização econômica da floresta [...] 4) fármacos: os tipos de produtos antes apontados têm a vantagem de ser mais independentes de controle da Anvisa, mas não há como deixar de investir em tecnologia de ponta para produção de medicamentos visando a saúde pública (Becker, 2015b, p. 213).

Outra possibilidade de desenvolvimento científico-tecnológico a partir da biodiversidade se encontra no campo de produção de energia, uma vez que a natureza tropical da Amazônia brasileira encerra múltiplas espécies da flora passíveis de utilização para a bioenergia, como o dendê (Becker, 2015b, p. 56). A descoberta de novos recursos para este fim necessita de P&D, configurando-se um novo desafio para a CT&I e ensejando novas perspectivas de expansão econômica:

> A importância maior da biodiversidade reside no avanço da fronteira científica, sobretudo a biotecnologia e a biologia molecular, na medida em que nela está codificada a vida e no coração da floresta estão contidas as matrizes genéticas. Somou-se a essa importância sua mercantilização, decorrente apenas do forte crescimento do consumo de fármacos, extratos e cosméticos. Hoje, acrescenta-se à sua valorização o mercado emergente de bioenergia, em rápida expansão, para o qual várias espécies da Amazônia podem contribuir (Becker, 2015b, p. 46).

Mais um ponto interessante para o desenvolvimento de potencialidades amazônicas se refere à construção de um embrionário setor industrial de defesa, com a capacidade de gerar bens e tecnologias que permitam efeitos de transbordamento para a indústria civil (*spin-off*). Para o desenvolvimento e sustentação de uma "Base Industrial de Defesa Amazônica (Bida)", são imperativos orçamentos de investimento públicos de longo prazo, não

contingenciados, e com uma base legal que permita ao Estado promover o desenvolvimento (Brick *et al.*, 2018, p. 74). Assim, possibilitaria a participação de um conjunto de empresas estatais e/ou privadas nas etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos econômicos e estratégicos específicos para o bioma e defesa amazônica, tais como biotecnologia e biodefesa.

Entretanto, os desafios para a implementação exequível destes projetos são inúmeros. Dentre eles, a indispensabilidade de articulação e gerenciamento do conhecimento já produzido pelos centros e redes de pesquisas, universidades, empresas, indústrias e populações locais, com a imposição de investimentos de curto, médio e longo prazo, fundamentais para a consecução de projetos relacionados à P&D e CT&I, "visando principalmente criar uma massa crítica capaz de propor soluções adequadas a uma realidade por tempo demais tratada como terra de conquista" (Da Silva, 2008, p. 48-49). Adicionalmente a estes desafios, há

> a lacuna do conhecimento e de competência regional em CT&I, a escassez de empreendedores regionais e nacionais interessados em industrializar a megadiversidade e, por que não dizer? a ausência de uma vontade política efetiva baseada num planejamento estratégico que priorize esse objetivo (Becker, 2015b, p. 60).

O desmatamento é outro fator chave para uma possível inviabilidade da agregação de valor à riqueza biológica. No Relatório de Riscos Globais 2020, do Fórum Econômico Mundial, a perda de biodiversidade é um dos pontos principais de ameaça dos fundamentos da economia mundial, cuja estimativa de valor monetário em bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas é contabilizado em trilhões por ano (World Economic Forum, 2020, p. 51):

> Como a Amazônia é o ecossistema mais diverso do mundo e abriga cerca de 10% das espécies terrestres, sua destruição significa que curas potencialmente desconhecidas para doenças seriam perdidas para sempre. Incêndios e inundações mais intensos na região, bem como padrões de chuva e secas

> mais imprevisíveis, também podem ocorrer. Isso prejudicaria a produção de alimentos, aumentaria a escassez de água e reduziria a geração de energia hidrelétrica, com custos econômicos superiores a US$ 3 trilhões. (tradução nossa)

Em suma, a Amazônia brasileira sempre esteve no radar de dois projetos de desenvolvimento: o primeiro, visando torná-la intocável e conservada, inviabilizando sua potencialidade; e o segundo, buscando tornar seus recursos acessíveis de forma predatória e irracional por puro imediatismo econômico. Portanto, sempre longe de um projeto autônomo, uma terceira via de exploração racional, baseado no impulsionamento da Ciência, Tecnologia e Inovação (Nobre, 2019), um novo paradigma de formas de produção capazes de utilizar o patrimônio natural sem destruí-lo. Ou seja, consiste na visualização de que a biodiversidade é um dos pilares do desenvolvimento e base para uma transição socioeconômica em direção a um modelo de crescimento mais sustentável e inclusivo.

3.2 Amazônia na neoindustrialização

Entre 1930 e 1980, o Brasil utilizou políticas intervencionistas para estimular o crescimento no período denominado de nacional-desenvolvimentismo. As taxas de crescimento no período apresentaram uma forte elevação, simultaneamente ao processo de urbanização e industrialização. Entretanto, a partir da década de 1980, houve uma mudança de paradigma na orientação macroeconômica no Brasil que possibilitou a aceleração da desindustrialização.

A economia brasileira atravessou uma das mais graves crises de sua história, conhecida na literatura econômica como "a década perdida" (Maringoni, 2012), devido à queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores, com estagnação econômica, baixo crescimento e acentuada inflação. Nas palavras de Casseb *et al.* (2022, p. 55), "não se trata aqui de dizer que o Estado retirou os incentivos à industrialização, mas, sim, passou a promover a desindustrialização":

> O Brasil conseguiu avançar muito em sua transformação estrutural até os anos 1980; chegou ao meio do caminho, parou e depois começou a regredir. Seu sistema produtivo caminhou no sentido de diversificação e aumento da complexidade até os anos 2000, depois regrediu e voltou a se especializar em produtos menos complexos. Nossas plantas industriais vêm morrendo desde os 1990 e nossas capacidades tecnológicas foram sendo perdidas (para a Ásia) ao longo do tempo. Nossa sofisticação produtiva se perde a cada dia e, com ela, foram-se os "bons" empregos e o principal meio de transformar conhecimento, educação e capital humano em produtos, serviços e renda. Na atual tendência restará no país um pequeno setor de serviços altamente sofisticado e complexo para fazer essa conversão (Roncaglia; Gala, 2023, p. 197).

Desde os anos 1980, a prerrogativa da desoneração da renda do capital os e incentivos para os mais ricos, na expectativa de que geraria aumento substancial de investimento e empregos, não fizeram com que os benefícios para o topo da distribuição de renda vazassem para as demais parcelas populacionais sob o viés da economia do gotejamento (*trickle down economics*).[3] O que ocorreu foi uma elevação gradativa da concentração de renda e do aumento da volatilidade financeira. Neste cenário, o Brasil tende a se tornar menos complexo e produtivamente sofisticado, cuja perda relativa do peso da indústria permanece inequívoca até a atualidade.

Obviamente, esse processo de desindustrialização é complexo, relacionado a múltiplos fatores, não se limitando apenas ao Brasil. No entanto, a experiência brasileira merece destaque porque constitui um caso de desindustrialização prematura: nações que perdem o momento de transformação estrutural no setor secundário antes mesmo de atingir níveis de renda e sofisticação produtiva das potências avançadas.

[3] A economia do gotejamento (*trickle-down economics*) é uma teoria econômica que defende que benefícios fiscais específicos para empresas e indivíduos de alta renda criam um efeito benéfico que se difunde por toda a economia. Consequentemente, a redução de impostos sobre rendimentos e ganhos de capital, além das isenções tributárias para grandes empresas e empreendedores, estimulam o investimento, aumentam a atividade produtiva e trazem crescimento econômico de forma geral. Em outros termos, baseia-se na ideia de que as despesas deste grupo irão se espraiar para as classes inferiores sob a forma de um crescimento econômico mais forte.

De acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1997), a desindustrialização pode ser compreendida como um fenômeno econômico que consiste na diminuição da participação da indústria na oferta de emprego, no desenvolvimento de produto e na geração de valor. Para Cairncross (1982), o tema está relacionado com a diminuição da produção de bens manufaturados; a transferência de emprego e produto do setor industrial para o de serviços; a contração da participação dos bens industriais nas exportações e o consecutivo déficit da balança comercial (que atrapalhasse a importação de bens de capital).

Segundo Casseb *et al*. (2022, p. 55), a participação da indústria no PIB saiu de quase 50% no início dos anos 1980 para aproximadamente 10% nos últimos anos. Conforme destaca Cano (2012), a política cambial, a abertura comercial, as taxas de juros elevadas e o investimento direto estrangeiro consistem nos principais fatores para a crise estrutural no setor industrial brasileiro:

> 1) A política cambial vigente a partir do Plano Real (1994). Longos períodos de valorização da moeda brasileira, se por um lado serviu de "âncora dos preços", por outro, prejudicou a competitividade da produção e da exportação dos produtos industriais brasileiros; 2) a abertura comercial desde 1989, ainda no governo Sarney, quando se iniciou um processo de desmonte da proteção existente para a indústria brasileira, que foi ampliada no governo Collor, em 1990 e intensificada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, a qual prevalece até os dias de hoje; 3) as taxas de juros reais elevadas, que tanto leva ao "rentismo" dos agentes como inviabiliza o crédito e o financiamento para a produção; 4) o investimento direto estrangeiro. Embora tenha sido relevante os influxos desses capitais ao longo das últimas décadas, eles pouco contribuíram efetivamente para elevação da Formação Bruta de Capital Fixo, uma vez que concentrados em fusões e aquisições de empresas já existentes e de baixa inserção no mercado internacional; 5) o quadro internacional mais complexo com o acirramento da competitividade entre EUA, Europa e China, tornando ainda mais difícil o desafio brasileiro (*Cano*, 2012, *apud* Severian; Lacerda, 2022, p. 91).

Tal prerrogativa é convergente com Mazzucchelli (2023, p. 13) ao afirmar que o câmbio valorizado, as altíssimas taxas de juros[4] e a liberação comercial foram mortíferas para a indústria brasileira ao adentrar a globalização dos anos 1990. Pecequilo (2013, p. 210) afirma que o processo de desindustrialização possui como contrapartida diretamente proporcional a reprimarização da economia, convergindo com Fonseca e Salomão (2023) ao apontarem que a queda do valor agregado da indústria no PIB (na geração de emprego e nas exportações) vem representando uma "especialização regressiva, o oposto de um projeto ou estratégia para o país" (Fonseca; Salomão, 2023, p. 224).

> Ao colapso da indústria correspondeu a expansão do sistema financeiro, do agronegócio, da mineração e do grande varejo. [...] Os braços do sistema financeiro se estendem hoje por todas as atividades e, mais importante, ditam as normas da própria política econômica. [...] Esta é outra dimensão de nossa regressão. Não há indústria, não há política industrial, não há política tecnológica [...] e não há projeto para o país (Mazzucchelli, 2023, p. 14).

Ainda que os *superávits* comerciais dos últimos anos (pautados pelo desempenho dos complexos agropecuários e minerais) tenham beneficiado o balanço de pagamentos do Brasil e sejam visualizados como uma janela de oportunidade (Fonseca; Salomão, 2023, p. 224-225), não se visualiza nenhum movimento substitutivo e/ou de ruptura para alavancar setores de alta tecnologia. Conforme delineado por Severian e Lacerda (2022, p. 92), "a questão aqui não é 'ou', mas, 'e'. O Brasil é um dos poucos países que poderia

[4] Historicamente, a justificativa para a conservação das altas taxas de juros é o cumprimento da meta de inflação, desconsiderando as consequências para o setor produtivo. O Banco Central do Brasil vem se comprometendo em manter a estabilidade monetária sem delegar importância para o setor produtivo e para a taxa de desemprego. Conforme abordado por Casseb *et al.* (2022, p. 57), "ao elevar as taxas de juros, os *policy makers* obtiveram sucesso atraindo capital internacional especulativo e de curto prazo, que buscavam a alta rentabilidade dos títulos públicos, promovendo especulação no mercado, e, simultaneamente, desestimulando o investimento produtivo. Altas taxas de juros também oneram a dívida pública, gerando um esforço contracionista nos gastos públicos sob o argumento de manter sua estabilidade. Este estado de coisas, ao reduzirem as expectativas acerca da demanda efetiva, comprometeu uma parcela maior do orçamento público para o pagamento de juros e reduzindo a quota destinada ao investimento".

manter ampla pauta de produção sem, no entanto, que isso viesse a ocorrer em detrimento da indústria e serviços sofisticados".

Para além da desindustrialização, verifica-se um processo de desnacionalização de empresas brasileiras, tanto públicas quanto privadas. Tal fator é um agravante para os núcleos estratégicos nacionais, haja vista que a aquisição de empresas brasileiras por estrangeiros "representa, inquestionavelmente, a transferência de centros de decisão para o exterior. Trata-se de uma mudança que representa impactos significativos para a estratégia nacional de desenvolvimento" (Lacerda, 2022, p. 27):

> Desnacionalizar a gestão e controle de empresas locais significa mudar o seu centro de decisão para o exterior, o que diminui o grau de influência local. Isso é crítico, especialmente quando se trata de setores estratégicos para o desenvolvimento local. Daí a relevância de fortalecer a regulação, controle, fiscalização e supervisão desta atividade, sob o risco de se criar restrições ao desempenho de toda a economia (Lacerda, 2022, p. 33).

Em conjunto com a desindustrialização, a desnacionalização pode gerar externalidades negativas para o tecido econômico brasileiro, tais como a perda de empregos de qualidade, a vulnerabilidade das contas externas, a redução da arrecadação tributária, até a segurança no fornecimento de insumos importantes (eletrônicos, máquinas e equipamentos químico-fármacos):

> O resultado disso tudo é melancólico: a existência de um edifício fragmentado de núcleos estratégicos, ou seja, um país sem nenhum elo estratégico entre os seus diversos segmentos integrados às cadeias internacionais de produção e conhecimento. Desafortunadamente, fácil é perceber não apenas as dificuldades de internacionalização das empresas brasileiras, mas, também, a desconstrução de núcleos estratégicos já consolidados e que, muitas vezes, são desfeitos ou absorvidos por conglomerados globais, a partir de recepção acrítica de fundamentos econômicos advindos de potências que controlam os mercados globais (Góes, 2022, p. 82).

Em síntese, a política macroeconômica adotada a partir da década de 1990 vem avolumando uma série de desafios estruturais, elevando a desindustrialização, instaurando uma especialização regressiva, engendrando a desnacionalização e ampliando o rentismo financeiro-especulativo, num processo de total desconexão com os interesses nacionais e de fortalecimento dos núcleos estratégicos via ganhos dinâmicos e com produção de bens de alto valor agregado.

Em contrapartida, a neoindustrialização vem se apresentando como projeto audacioso no Brasil, principalmente a partir de 2023. Segundo o Portal da Indústria (2024a), a "neoindustrialização é o processo de modernização e evolução da indústria, enfatizando inovação, compromisso ambiental e integração com cadeias produtivas internacionais". Este conceito emerge com uma ótica de renovação e fortalecimento industrial do Brasil, cujos pontos fundamentais seriam tecnologia, estrutura industrial, qualificação da força de trabalho, políticas industriais, sustentabilidade e responsabilidade social (Velho, 2024).

Portanto, a neoindustrialização brasileira na Amazônia requer iniciativa, planejamento e gestão, tornando a indústria o fio condutor de uma política econômica orientada para a geração de renda, de empregos mais intensivos em conhecimento e de ampliação dos núcleos estratégicos nacionais. Ela requer um projeto que seja articulado, que conte com a participação e coordenação do Estado, e que passa, necessariamente, pela construção de condições macroeconômicas que favoreçam a reindustrialização (fiscais, monetárias e industriais). Estas devem gerar uma trajetória de crescimento sustentado para possibilitar a retomada do crescimento de médio e longo prazo da taxa de acumulação de capital e da taxa de investimento:

> É possível reverter a desindustrialização em curso no Brasil e promover uma reindustrialização. No entanto, não será tarefa fácil, tampouco algo automático, ou natural. Terá que ser um processo induzido, mediante a criação de um ambiente macroeconômico mais favorável à produção,

> a adoção de políticas de competitividade (ou seja, políticas industrial, comercial e de inovação), além do fomento à inovação e cultura empresarial com o intercâmbio universidade-institutos de pesquisa-empresas (Severian; Lacerda, 2022, p. 94-95).

Apesar de ter completado o perfil de sua industrialização, foi constatado que a Amazônia brasileira não realizou o salto científico qualitativo necessário à terceira e quarta revoluções industriais, abdicando, desde a década de 1980, de políticas de planejamento econômico-social e industrial que poderiam configurar o controle e domínio de novas tecnologias (Gadelha, 2022, p. 106-107). Portanto, há de se retomar o espírito do desenvolvimento e reverter a "construção interrompida" (Furtado, 1992); em outras palavras, a neoindustrialização almeja a sofisticação produtiva que se traduz na acumulação de capital em proporção ao produto nacional e regional, em concomitância à incorporação do progresso técnico à produção (Casseb *et al.*, 2022, p. 47-48).

> Devido ao fato de que os maiores ganhos econômicos [...] costumam ser encontrados nos elos de maior complexidade de produção, muitos países têm promovido atividades que agregam valor aos produtos. Porém, isso constitui um processo complexo, que depende de muitos fatores, como a presença de capital, tecnologia e um arcabouço institucional que favoreça tais ambições (Soendergaard, 2021, p. 68).

Atualmente no Brasil, o projeto de neoindustrialização tem como um dos principais parceiros o BNDES, retomando seu papel estratégico para financiar a inovação, a transição energética e o processo de adensamento das cadeias produtivas. Em 2023, o BNDES dobrou o crédito para a indústria, saltando de R$ 12,9 bilhões em 2022, para R$ 26,1 bilhões em 2023, maior valor desde 2014 (*Valor Econômico*, 2024). Em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social pretendia mobilizar aproximadamente R$ 250 bilhões para o apoio a projetos de neoindustrialização até 2026. Esses recursos integram o Plano Mais Produção da Nova Indústria Brasil, política de desenvolvimento industrial que foi entregue pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) ao Executivo federal (Brasil, 2024b).

No contexto global, políticas industriais ativas e engajamento ativo do Estado para aumentar as capacidades econômicas nacionais são tendências cada vez mais crescentes desde 2020 (Soendergaard, 2021, p. 125-126). Em outros termos, a neoindustrialização dos núcleos estratégicos nacionais na Amazônia está correlacionada com a sustentação do objetivo estratégico da dissuasão extrarregional. Ainda, centraliza o país na disputa das fronteiras tecnológicas da inovação tanto no setor civil quanto militar, buscando reduzir o crescente *gap* tecnológico entre o sistema produtivo nacional e o das grandes potências em áreas como a nuclear, a indústria de semicondutores, as tecnologias verdes, a indústria 4.0, dentre outros:

> Em suma, a competição geopolítica contemporânea, com sua tendência duradoura a tensões e conflitos interestatais, enfatiza o caráter estratégico dos sistemas produtivos nacionais. Ao Brasil, um duplo e enorme desafio: retomar o vigor da atividade industrial e avançar nas áreas cruciais que possibilitam as condições materiais à estratégia de dissuasão extrarregional (Farias, 2022, p. 37).

Neoindustrialização e política industrial são sinônimos de soberania nacional, são um instrumento de defesa dos interesses nacionais cuja concepção é um desafio econômico, tecnológico e, sobretudo, geopolítico. A neoindustrialização da Amazônia deve ser compreendida através do uso de vários instrumentos de governo para aumentar a competitividade local, tais como subsídios, financiamento público, tributação diferenciada, e compras governamentais. Uma vez que vantagens competitivas não se herdam, mas se constroem, os objetivos principais são alcançar o domínio tecnológico em áreas estratégicas, superar a armadilha da renda média[5] e complexificar a estrutura produtiva dos núcleos estratégicos nacionais.

[5] De acordo com a teoria, um país acaba aprisionado na armadilha da renda média depois que perde a competitividade no mercado internacional de bens manufaturados, pois seus preços de exportação tornam-se menos atrativos devido ao aumento dos salários dos trabalhadores. Por outro lado, ele também não tem condições estruturais para concorrer com os países mais desenvolvidos nos segmentos de mercado de alto valor agregado. Em síntese, a armadilha da renda média ocorre quando um país emergente para de crescer após um período de desenvolvimento muito acentuado.

As possibilidades de desenvolvimento dos núcleos estratégicos nacionais na região amazônica estão fortemente ligadas à transformação radical de estruturas produtivas para superar gargalos e a rigidez do subdesenvolvimento. Neste sentido, a neoindustrialização é imperativa para uma estrutura produtiva complexificada tecnologicamente, revertendo o processo de desindustrialização, readequando o regime macroeconômico para uma trajetória de desenvolvimento e sendo um dos sustentáculos da reconversão da produção no maior parque industrial da América Latina.

3.3 Amazônia na transição verde

A transição verde consiste numa tendência sustentável apresentada como um modelo que resulta em progresso do bem-estar da população e igualdade social, paralelamente com a redução dos riscos ambientais e da degradação ecológica. As três principais características seriam baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social (Portal da Indústria, 2024b). Especificamente para o Brasil, a denominada "economia verde" é vislumbrada como uma oportunidade estratégica:

> A produção de bens mais sustentáveis, como fertilizantes sustentáveis, biogás, etanol, hidrogênio verde e baterias elétricas limpas, pode posicionar o país como líder global em sustentabilidade. O país também tem grande potencial para atrair plantas industriais em busca de energia limpa, segura, barata e abundante, considerando a corrida mundial para reduzir as emissões de carbono e combater o aquecimento global (Portal da Indústria, 2024a).

Como resultado, a sustentabilidade é uma janela de oportunidade para os núcleos estratégicos brasileiros. Por exemplo, quase metade da matriz energética brasileira é considerada limpa; aproximadamente 10% da energia elétrica brasileira é oriunda dos parques eólicos do Nordeste; o país é o 13.º maior produtor de energia solar do mundo (com possibilidade de triplicar até 2026), além de emergir como protagonista nas novas e promissoras modalidades da transição energética verde, por exemplo, em projetos voltados

para o "hidrogênio verde"[6] e "lítio verde"[7], que apresentam vantagens competitivas nos planos de descarbonização.

O próprio Complexo Industrial da Energia é composto por usinas hidrelétricas distribuídas em dezesseis bacias hidrográficas nas diferentes regiões do país, complementada pela instalação de usinas eólicas (principalmente nas regiões Nordeste e Sul) e pelas usinas térmicas (Brasil, 2024a). Ainda que o Brasil venha apresentando índices elevados quanto à sustentabilidade – com quase 50% de sua matriz energética e mais de 80% de sua matriz elétrica de fontes renováveis (Brasil, 2023) –, a alternativa de intensificar a utilização das energias renováveis como pauta internacional ambientalmente sustentável potencializa a entrada das empresas energéticas do Brasil na revolução verde de energia.

Para Gomes (2020), intensificar a evolução deste complexo é uma escolha evidente quando se considera a necessidade de autossuficiência energética, inclusive com alto padrão internacional no desenvolvimento de tecnologias de extração de petróleo em alto-mar (Gomes, 2020, p. 149). Complementarmente, conforme apontado por Yergin (2023), há uma predisposição das grandes empresas internacionais em investir em novas tecnologias de "energia de baixo carbono", principalmente com o objetivo de "ser mais eficientes, atender a pressões ambientais e exigências regulatórias e de investidores, 'resolver' o carbono, participar de novas tecnologias

[6] Segundo o Portal da Indústria (2024c), o hidrogênio verde (H2V) é obtido por meio da eletrólise da água, utilizando energia limpa e renovável, sem emissões de CO_2. Esse processo separa hidrogênio e oxigênio da água através de corrente elétrica, exigindo fontes limpas como solar, hídrica ou eólica. No Brasil, o hidrogênio verde pode ser usado para armazenar energia renovável em períodos de alta produção e baixa demanda elétrica.

[7] Em 27 de julho de 2023, foi realizado o embarque para exportação do primeiro lote de "lítio verde", extraído no Vale do Jequitinhonha, na região nordeste de Minas Gerais. O insumo tecnológico pré-químico de lítio foi produzido pela empresa brasileira Sigma Lithium e foi batizado de "lítio verde", pois a planta de exploração do material não possui barragem de rejeitos, recicla a água utilizada na etapa de purificação do lítio (não envolve agentes químicos) e comercializa os rejeitos empilhados a seco para a recuperação dos minerais residuais. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o Brasil está entre os países com maior potencial de extração de lítio do mundo, assim como Chile, Argentina, Estados Unidos, Canadá e Austrália. O lítio brasileiro oferece diferenciais competitivos que otimizam os investimentos, sendo considerado de alta pureza e facilitado seu uso na fabricação de baterias mais potentes (Agência Brasil, 2023).

e energias renováveis, desenvolver captura de carbono econômica [...]" (Yergin, 2023, p. 406). Por conseguinte, fortificar o Complexo Industrial da Energia engendra a capacidade de inserção do Brasil numa realidade de transição e eficiência energética competitiva, trazendo vantagens estratégicas sobre outras nações.

Reitera-se que um dos principais sustentáculos da transição verde no Brasil consiste em desenvolver, sustentavelmente, as externalidades econômicas positivas das potencialidades da Amazônia brasileira. Em contraposição ao desmatamento, o uso sustentável poderia viabilizar a agregação de valor à riqueza biológica. Este seria possível através do avanço da biologia sintética, que engendraria um impacto profundo e imediato na medicina, na agricultura, na indústria e até na produção de biocombustíveis (Rodrigues, 2022b).

Nesta região, a biodiversidade é o maior recurso relacionado a uma economia verde, cujas formas de produção possibilitam "a construção de cadeias produtivas para o uso da biodiversidade, capazes de envolver desde as populações que habitam o âmago da floresta até os centros de pesquisa e as indústrias, implicando agregação de valor a cada etapa" (Becker, 2015b, p. 71). Em outros termos, é exequível criar "avanços na capacidade de processamento, como variações biogenéticas específicas que gerem a cura de doenças, novas técnicas biotecnológicas e a possibilidade de construir uma sofisticada economia da biodiversidade" (Rodrigues, 2022b, p. 281-282):

> Em outros termos, numa ideia de "missão desenvolvimento da Amazônia", a atuação estatal é imprescindível, factível e exequível para criar novos produtos e novos mercados, assim como para: 1) possibilitar capacitação para modelos sustentáveis específicos da Amazônia; 2) angariar financiamentos nacionais e internacionais voltados para atividades sustentáveis; 3) criar zoneamentos econômico-ecológicos para madeiras certificadas (seja através do reflorestamento rentável economicamente e/ou da recuperação de solos degradados); 4) evitar a destruição da área que concentra a maior biodiversidade do planeta; 5) reconhecer o papel estratégico das populações tradicionais e de suas atividades na ocupação das florestas tropicais; 6)

> solucionar a problemática de escala, facilitando com que os pequenos produtores tenham acesso ao comércio exterior; 7) ensejar projetos para produção de novos cosméticos baseados na biotecnologia; e 8) introduzir fórmulas para um novo saber biotecnológico, uma nova farmácia, uma nova biotecnologia (Rodrigues, 2022b, p. 287-288).

Fundamentalmente para o Brasil, o principal objetivo é contribuir para a indústria sustentável ter protagonismo no crescimento, se configurar na fronteira tecnológica verde e promover a descarbonização dos processos produtivos dos núcleos estratégicos nacionais. Além disso, é compreender que o risco climático é um risco econômico e que, consequentemente, "com todas essas pressões em torno do clima, as empresas precisarão se concentrar em inovação e tecnologia e, ao mesmo tempo, na competitividade implacável, o que significa um foco constante em custos e eficiência" (Yergin, 2023, p. 407).

Uma transição verde deve levar em consideração a estrutura consolidada da Zona Franca de Manaus, inclusive pleiteando uma "Nova Zona Franca de Manaus" ou "Zona Franca de Biodiversidade",[8] com incentivos fiscais voltados para empresas num futuro Polo Industrial de Bioeconomia (Pibio). Estas compreenderiam num cinturão de fusão do saber tradicional com os mais avançados conhecimentos científico-tecnológicos, geoestrategicamente localizadas, direcionadas para a bioindústria e utilizando-se da

[8] A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país. Ela compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O polo industrial de Manaus possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia, gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Neste novo modelo, propõe-se a criação de uma base industrial em regiões periféricas, como a Amazônia, ancoradas em produtos da biodiversidade da região, estimulando o desenvolvimento de suas potencialidades locais, ao invés de um modelo de industrialização exógeno, baseado em uma matriz tecnológica de pouca criatividade e completamente alheio à realidade local, com foco nos ganhos imediatos e baixo estímulo à inovação. Dessa forma, o ponto principal, além de abastecimento do mercado interno, seria o estímulo à criação de mercados externos baseados em novas tecnologias e busca de competitividade sistêmica, correlacionados à biodiversidade, em detrimento da mineração rudimentar e simulacros de produtos eletroeletrônicos, modelos distintos de ilhas de produção industrial desconectadas da realidade regional e/ou enclaves de grandes projetos de exportação de recursos naturais.

sintetização de moléculas e/ou fármacos oriundos da flora e fauna. A partir de isenções fiscais específicas, fontes de financiamentos públicos e incentivos à criação de novas empresas, possuem potencial de movimentar um mercado mundial de bilhões de dólares, "produzindo um modelo único de região tropical desenvolvida no planeta" (Becker, 2015b, p. 150-151).

Conforme apontado na seção anterior, das seis missões da Nova Indústria Brasil (NIB), a quinta é relacionada com a bioeconomia e descarbonização (ainda que não incorpore demandas amazônidas através de uma gestão racional e científica). Ademais, superando a falsa dicotomia entre desenvolvimento e conservação da natureza, uma economia da floresta – baseada num novo paradigma tecnocientífico – deve gerar valor e produzir para conservar (Becker, 2015b, p. 190), cuja "defesa do coração florestal decorrerá de sua utilização inovadora e não do seu isolamento produtivo" (Becker, 2015b, p. 240). Em outros termos, a transição verde na Amazônia não pode ser romantizada: deve gerar lucro, deve estar incorporada nas cadeias de valor sofisticadas, com medicamentos com alto valor agregado.

Para um projeto de transição verde, é impreterível que o desenvolvimento econômico seja mais ambientalmente correto, inovador, produtivo e exportador. A ESG (governança ambiental, social e corporativa, da sigla em inglês) deveria ser visualizada como core business e atividade principal para os núcleos estratégicos brasileiros, e não somente como um conjunto de procedimentos e regras. Uma vez que a transição ecológica na matriz energética e a transição digital para uma economia do conhecimento vêm se constituindo como eixos estruturantes de um novo ciclo de desenvolvimento, a reversão da disrupção ecológica é um dos pontos principais para uma grande estratégia do desenvolvimento no Brasil.

Em síntese, é importante ressaltar que vantagem competitiva não é dada, é construída; o que a natureza ofereceu de vantagens naturais ao Brasil não garante um futuro mais próspero. Para tal, há a necessidade de um projeto político lastreado pelas condicionalidades econômicas que, no caso da Amazônia, sustentam-se na bioeconomia e na biotecnologia como pontos

nodais para uma economia mais sustentável e inovadora. Consequentemente, é necessária a implementação de políticas públicas de incentivo a estas áreas, que podem revolucionar as áreas da saúde, da agricultura e da energia.

Considerações finais

O presente artigo buscou fornecer subsídios para a formulação, implementação, coordenação e execução de resultados direcionados para uma grande estratégia de desenvolvimento nacional lastreado pelos núcleos estratégicos nacionais na região amazônica. Prospectivamente, é fundamental compreender que a vanguarda do setor produtivo amazônico deve apresentar componentes mais avançados da indústria nacional e de desenvolvimento, cuja importância do Estado no processo de implementação do modelo de desenvolvimento econômico do país é basilar para a manutenção de alto nível de investimento com a finalidade de realizar o upgrading na estrutura industrial como importante fonte de acumulação de capital e tecnologia.

Igualmente, a conscientização intelectual cívico-militar e o fomento de recursos para pesquisa científica são elementos fundamentais para viabilizar econômica e politicamente as potencialidades amazônicas no século XXI. Ainda assim, reafirmar a soberania sobre a Amazônia e, concomitantemente, rechaçar a sua internacionalização não exclui reconhecer sua importância global. A questão principal é o controle de decisão dos núcleos estratégicos em território nacional, que permaneçam dispostos a cooperar em parcerias na preservação da floresta amazônica, da proteção dos povos indígenas e tradicionais, e no desenvolvimento sustentável e inclusivo de toda a Amazônia.

Buscou-se demonstrar também que é uma impossibilidade a utilização do espaço amazônico de forma racional sem a exploração harmoniosa e que atribua valor econômico à floresta, instituindo uma terceira via de desenvolvimento baseado em Ciência, Tecnologia e Inovação, compreendendo

sua complexidade metabólica e utilizando o seu patrimônio natural sem destruí-lo. Logo, se faz necessário um conhecimento adequado e profundo do seu valor intrínseco, uma conscientização dos agentes públicos e da população para os problemas ecológicos envolvidos, um uso sustentável dos recursos naturais estratégicos, uma intensificação de respaldos técnicos e científicos possibilitados pelo crescimento de pesquisadores na e da Amazônia.

Em síntese, os estudos aprofundados das potencialidades econômicas são um imperativo para delinear estratégias que mitiguem ao máximo as externalidades negativas, cuja possibilidade mínima de destruição da Amazônia consistirá na falência de qualquer viabilidade de um projeto político-estratégico orientado para uma Amazônia potência verde. Em contrapartida, a retomada de um novo modelo de desenvolvimento que preserve a grande floresta tropical úmida é basilar, uma moderna economia da biodiversidade. Para isso, a discussão dos núcleos estratégicos nacionais na região amazônica enseja uma articulação de um projeto de economia política sustentável com um projeto regional de desenvolvimento, a partir de uma visão de que a Amazônia brasileira é vanguarda, e não retaguarda.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Minas Gerais exporta primeiro lote de "lítio verde" do país. *Agência Brasil*, 27 de julho de 2023.

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 89, p. 1-28, ago. 2019.

BECKER, Bertha. *As Amazônias de Bertha K. Becker*: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a.

BECKER, Bertha. *As Amazônias de Bertha K. Becker*: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b.

BICHIR, Renata. A emergência e a consolidação de programas de transferência de renda no Brasil, na Argentina e na África do Sul. In: GOMIDE, Alexandre; BOSCHI, Renato (Orgs.). *Capacidades estatais em países emergentes*: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016, p. 325-359.

BRASIL. BNDES integra plano de R$ 300 bilhões do Governo Federal para neoindustrialização. *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES), 22 de janeiro de 2024. (2024B).

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *Balanço Energético Nacional 2023*: Ano base 2022. Rio de Janeiro: EPE, 2023.

BRASIL. Operador Nacional do Sistema Elétrico. *O sistema interligado nacional*. 2024a.

BRICK, Eduardo Siqueira; RODRIGUES, Bernardo Salgado; SOUZA, Nelia. A materialidade dos instrumentos de defesa na Amazônia. *Revista da Escola Superior de Guerra*, [S.l.], v. 33, n. 67, p. 60-82, nov. 2018.

CAIRNCROSS, Alec. What is deindustrialisation? IN: BLACKABY, F (ed.). Deindustrialisation. Londres: Pergamon, 1982.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, [S.L.], v. 21, n. , p. 831-851, dez. 2012.

CASSEB, Norma Cristina Brasil; CABRAIL, Carlos Eduardo F.; BRAZ, Emerson; LEMES, Matheus. A macroeconomia da desindustrialização. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização*: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 43-68.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1): 5-31, 2002.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A Amazônia e as novas ameaças mundiais. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). *Relações Internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: Naea; UFPA, 2008.

FARIAS, Hélio Caetano. Aspectos geopolíticos da guerra do futuro e desafios brasileiros. In: AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; RAMOS, Carlos Eduardo de Franciscis (org.). *Estudos de defesa*: inovação, estratégia e desenvolvimento industrial. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2022. p. 15-41.

FIORI, José Luís da Costa. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O desenvolvimentismo no século XXI. In: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; ARAUJO, Victor Leonardo de (org.). *Economia brasileira*: uma reconstrução necessária. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 215-230.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GADELHA, Regina Maria A. Política desenvolvimentista e retrocesso estrutural: origens do atraso. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização*: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

GOÉS, Guilherme Sandoval. 200 anos de independência: em busca de uma estratégia de segurança nacional para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 80, p. 65-93, maio-ago. 2022.

GÓES, Guilherme Sandoval; MASSERA, Héctor Villagra . *Brasil e Chile*: posição geopolítica no contexto mundial contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro- RJ: Editora da ESG, 2015.

GOMES, Ciro. *Projeto Nacional*: o dever da esperança. São Paulo: Leya, 2020.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). *2019 Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*. Gland: World Wide Fund For Nature, 2019.

JAGUARIBE, Anna. Capacidades estatais comparadas: China e a reforma do sistema nacional de inovação. In: GOMIDE, Alexandre; BOSCHI, Renato (Orgs.). *Capacidades estatais em países emergentes*: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016, p. 361-386.

LACERDA, Antonio Corrêa de. A reindustrialização brasileira. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização*: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 15-42.

MARINGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? *Desafios do Desenvolvimento*, [S. L.], Ano 9 . Edição 72, 15 jun. 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*, v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MAZZUCCHELLI, Frederico. Prefácio. In: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; ARAUJO, Victor Leonardo de (org.). *Economia brasileira*: uma reconstrução necessária. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 13-16.

NOBRE, Antonio. O futuro da Amazônia. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 8, p. 102 - 113, 2015.

NOBRE, Carlos. To save Brazil's rainforest, boost its science. *Nature*. London, 22 out. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, jul./dez. 2013.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Economia verde. *Portal da Indústria*, 2024b. Disponível em: https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia-verde/

PORTAL DA INDÚSTRIA. O que é hidrogênio verde? *Portal da Indústria*, 2024c.

PORTAL DA INDÚSTRIA. O que é neoindustrialização? *Portal da Indústria*, 2024a.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia*: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Em defesa do Eldorado*: competição internacional pela Amazônia brasileira e sul-americana. Rio de Janeiro: Multifoco, 2022b.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul*? São Paulo: Editora Dialética, 2022a.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; GOÉS, Guilherme Sandoval. *Sementes de Futuro da Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Alpheratz, 2024.

RONCAGLIA, André; GALA, Paulo. O fim do sonho neoliberal e o retorno da política industrial. In: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; ARAUJO, Victor Leonardo de (org.). *Economia brasileira*: uma reconstrução necessária. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 195-214.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Deindustrialization: causes and implications. *Staff Studies for the World Economic Outlook*. Washington: International Monetary Fund, 1997.

SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.

SEVERIAN, Danilo; LACERDA, Antonio Corrêa de. Industrialização e desenvolvimento: as contribuições de Wilson Cano. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização*: para o desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 69-98.

SILVA, Alberto Teixeira. Segurança global e mudanças climáticas: o caso da Amazônia In: NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: Naea; UFPA, 2008.

SKOCPOL, Theda. Bring the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (Orgs.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 3-38

SOENDERGAARD, Niels. *Economia política global*. São Paulo: Contexto, 2021.

VALOR ECONÔMICO (Brasil). BNDES dobra crédito para indústria em 2023 e atinge pico desde 2014. *Valor Econômico*, 11 de janeiro de 2024, (2024b).

VELHO, Roberto Knorr (org.). *Neoindustrialização brasileira*. São Paulo: Blucher, 2024.

YERGIN, Daniel. *O novo mapa*: energia, clima e o conflito entre nações. Porto Alegre: Bookman, 2023.

CARTA DE CAMPINA GRANDE

No estágio atual do capitalismo global, a crise tem se intensificado e se manifestado em suas múltiplas dimensões: climática, social, migratória, econômica, política e civilizacional. Essas diferentes dimensões da crise ganham forma em âmbito internacional, representando a capacidade de propagação dos instrumentos do capital, em especial através dos custos dos processos de concentração, centralização e valorização, sempre pagos pelas frações mais vulneráveis da sociedade.

A multidimensionalidade da crise ganha sua expressão mais nítida no capitalismo contemporâneo por meio dos enfrentamentos travados entre grandes potências, seja nas guerras na Europa, nas disputas tarifárias impostas pela política externa estadunidense, seja, mais recentemente, nos conflitos na Ásia e no Oriente Médio que, ainda presos à distorcida narrativa da missão civilizatória, legitimam práticas de dominação que resultam na marginalização de diversos povos. Nesse sentido, ganha inegável destaque o ataque ímpar desferido pelo estado de Israel ao território palestino, em especial à faixa de Gaza. Já é internacionalmente reconhecido que o que ocorre aí é um genocídio, que precisa cessar de imediato. Mais que isso, é urgente, por parte de Estados como o brasileiro, que reconhece as atrocidades do que vai em curso, o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o estado genocida.

A prepotência e os abusos do estado de Israel fazem parte do quadro de ascensão da extrema direita em diversas regiões do mundo, o que

também é expressão da multidimensionalidade da crise, já que tais movimentos extremistas se apresentam como uma suposta alternativa à crise, mas no fundo representam de maneira clara sua consolidação.

Na periferia, as condições não são diversas — e reforçam a ideia e o caráter do mito do desenvolvimento econômico. No Brasil, o vasto processo de desindustrialização abriu espaço para a expansão do — e significativa entrada do capital no — setor de serviços. Em lugar dos propagandeados aumentos do nível de emprego e dos rendimentos reais da mão de obra, essa expansão tem consolidado uma nova morfologia do trabalho, que leva às últimas consequências uma já talvez irreversível deterioração das condições laborais, a qual ganha expressão evidente nos trabalhos terceirizados, intermitentes, precarizados, pejotizados, plataformizados etc. Os índices sociais — quando avançam — o fazem muito lentamente, e sempre como resultado de políticas sociais que, por sua vez, dependem de um orçamento público refém do superávit primário e das políticas de austeridade.

No Congresso Nacional, as forças conservadoras e reacionárias consolidam sua articulação, seja numa incompreensível demanda por maior austeridade fiscal, seja no constante bloqueio das pautas progressistas, como recentemente manifesto nas críticas ao debate sobre o fim da escala 6x1 ou mesmo na crítica às propostas de introduzir mecanismos de justiça e progressividade tributária nas formas da taxação das grandes fortunas e da isenção do imposto de renda para trabalhadores de renda mensal inferior a cinco mil reais. E o governo federal, seguindo a lógica da administração de coalizão, parece colocar os instrumentos decisórios nas mãos daqueles que defendem os interesses do capital, para a garantia de sua sobrevivência nas estruturas de poder, e termina por criar um terreno favorável à nova ascensão da extrema direita no Brasil, com todos os perigos que isso representa do ponto de vista econômico e social.

Neste cenário, a crise climática ganha contornos perceptíveis de um "novo normal", já que, a cada ano, parece avançar irreversivelmente. Os episódios de eventos climáticos extremos que ocorrem em diversas partes

do mundo há muito já integram a realidade brasileira, como as chuvas no Rio Grande do Sul e a seca e a cheia dos rios na Amazônia, desenhando uma situação de catástrofe permanente, difícil de frear. Do ponto de vista econômico, o setor primário-exportador também sofre os reflexos do colapso climático, com descontinuidades na produção e nos níveis de preço, deixando claro o escalonamento da dependência da dinâmica interna em relação ao agronegócio.

Os desafios não se encerram nessa esfera: a disseminação da inteligência artificial, da robótica, da computação quântica e da biologia sintética se apresenta como as novas ferramentas das tecnologias da informação e comunicação, e deve, ao longo dos próximos anos, produzir impactos robustos tanto nas relações de trabalho — com a progressão do desemprego e da marginalização de uma fração relevante da classe trabalhadora — quanto no escasseamento dos recursos naturais, dado seu elevado consumo de água, minerais e energia. E a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que neste ano de 2025 se realizará no Brasil, trata a crise climática, com acordos entre as grandes potências, sem apontar para a proposição de medidas que efetivamente a revertam, como algo que ainda está por vir — e não uma realidade evidente, que bate à nossa porta.

Diante da crise contemporânea, a Sociedade Brasileira de Economia Política, reunida em Campina Grande, na Paraíba, reafirma que o desenvolvimento econômico é um mito e reitera seu compromisso na construção do debate de alternativas que coloquem o desenvolvimento social, a diversidade dos saberes, o respeito aos territórios e aos povos originários, o trabalho digno e o cuidado com o meio ambiente — e não a reprodução do capital — como imperativos do nosso tempo.

Sociedade Brasileira de Economia Política, 10 de julho de 2025

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.

2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.

6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores(as).

7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das Diretrizes para Autores(as)].

DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP) publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em "Comentários ao Editor"). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português (leia o tutorial específico para esta modalidade) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.

2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver Sobre a Revista), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.

3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: "como disse em outro trabalho"). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).

4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* "Nova submissão". Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. **Assegurando a avaliação cega por pares**: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

• Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar "Autor" e "Ano", em vez do nome, título do artigo etc.

• Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspecionar Documento, Inspecionar, Remover Tudo).

• Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

7. **Regras de Formatação.** Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

– margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;

– fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;

– para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos.

• Fica a cargo do comitê editorial decidir de eventuais exceções a estas regras.

Normas para citação no interior do artigo

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever "tradução nossa" fechando o parêntese.

Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (Lukács, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, "diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro". (Marx, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências, salvo se se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

> a) Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).
>
> b) Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

Normas para referências ao final dos artigos

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito.

Livros

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Livros com subtítulo

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Livros traduzidos (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Capítulo de livro

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

Artigo em periódico

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008.

Artigos em anais

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFOURT, D. Transformations de l'economie mundiale et crises de la régulation éstatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980.

Teses, dissertações e monografias

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.

Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira:* a economia brasileira e o capitalismo mundial. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007.

Outros documentos

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

Materiais de blogs ou sites

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/ >. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls>. [Acesso em: 21/09/2020]

Referências sobre mesmo autor

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo Cézar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

SEP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

www.sep.org.br – sep@sep.org.br

www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em http://revistasep.org.br ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.

SEP
Sociedade Brasileira de Economia Política

CAPES

CNPq